UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RICARDO FELIPE DI CARLO

Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836

Ricardo Felipe Di Carlo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo
2011

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo entender como o crescimento econômico paulista a partir da década de 1760, provocado a partir das medidas do Morgado de Mateus, refletiu-se na economia, na população, nos domicílios e na distribuição da riqueza em Santos, o principal porto da capitania de São Paulo. Também buscamos relacionar os grandes escravistas santistas a fim de acompanhar suas atividades econômicas e suas inter-relações. É neste período que houve medidas de monopólio a favor do porto santista, a melhora da estrada da Serra do Mar, com a construção da Calçada de Lorena, e a ampliação do comércio portuário, de abastecimento e exportação, instigado pela expansão da lavoura canavieira no Oeste Paulista. Para mensurar as características santistas, primeiramente o perfil portuário é delineado e, a seguir, comparado com o restante da capitania/província a fim de identificar as suas especificidades.

Palavras-chave: açúcar paulista; economia portuária; estrutura fundiária; demografia histórica; posse de escravos; grandes escravistas

ABSTRACT

This thesis has the objective to understand how Sao Paulo economic growth of the 1760s, triggered from the measurements of the Morgado de Mateus, was reflected in the economy, population, households and the distribution of wealth in Santos, the main port of capitania of São Paulo. We also seek to relate the large slaveholders santistas to monitor economic activities and their interrelationships. It was on that moment that were monopoly measures for the port of Santos, the improvement of the road to Serra do Mar, with the construction of the Calçada de Lorena, and expansion of port commerce, supply and export, instigated by the expansion of sugar production in Oeste Paulista. To measure the characteristics of Santos, firstly the port profile is delineated and, then, compared with the rest of capitania/província to identify the specific characteristics.

Key words: paulista sugar; port economy; agrarian structure; historical demography; slaveholding; biggest slaveholders

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa começou no final de 2004, ano em que tive a oportunidade de aprender com o professor Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar as matérias de “Brasil Colonial I e II”. Naquele contato, conversamos acerca deste projeto. A partir disso, foram três anos de iniciação científica e agora, três de mestrado. Só tenho a agradecer-lo por ser um exemplo de historiador e por ter acreditado sempre em meu potencial. Paciente, incentivador, compreensivo e crítico, levou este trabalho a muito mais do que aquilo que eu conseguiria sozinho. Sua visão me permitiu desenvolver muitos méritos deste trabalho. Hoje, além de orientador, um amigo. Ao Carlos, meu mais profundo agradecimento.

Pela bela tarde de excelente discussão sobre ideias bases deste trabalho e sobre a organização desta dissertação devo agradecer ao professor Dr. José Flávio Motta e a professora Dra. Eni de Mesquita Samara que compuseram minha banca de qualificação.

Agradeço também ao apoio dos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e da Fundação Arquivo e Memória de Santos. Uma menção especial deve ser feita à Rita, não só pela ajuda com a Coleção Costa e Silva, como também pelas boas conversas acerca de Santos colonial.

Muitos são aqueles que me rodeiam e que, de alguma forma, me incentivam a procurar sempre desempenhar o máximo de tudo o que vier a mão. Agradeço às minhas avós que são grandes exemplos em minha vida. Da forma delas, sempre me apoiam e não consigo expressar aqui o quanto sou feliz por tê-las ao meu lado. Muitas vezes apenas os olhares de satisfação ao me verem, ou ao dizer que precisava estudar, me engajaram em meio às dificuldades da vida.

Aos meus queridos pais são que são os grandes responsáveis por esta dissertação. Dona Rosângela e seu Giovanni sempre dedicaram o máximo à minha formação e de meus irmãos. O pouco do conhecimento que possuo vem desta dedicação. Agradeço à compreensão pelas enormes quantidades de dias que fiquei trancafiado em meu quarto, pouco lhes dando atenção, e pelas importantes datas perdidas em que deveríamos estar junto. Do jeitinho deles, perguntavam sobre a

dissertação e estavam ao meu lado nos momentos mais difíceis – pura demonstração de amor.

Ao meu irmão Luís, a gratidão por estar sempre por perto e o apoio logístico em torno da vida que me proporcionou. Ao meu irmão Daniel minha satisfação por tudo o que é, pelos apertos e pelas dificuldades que enfrentamos juntos e que hoje me fazem ver o quanto aprendemos superando-as. Obrigado também pelas horas de companheirismo no videogame, que geraram excelentes noites de descontração. À minha querida cunhada Ângela, a gratidão por aguentar a forma de ser do meu irmão, permitir o videogame e ainda ser paciente a ponto de me ajudar nas tabelas finais desta dissertação.

Ao Maurício, que só ouviu falar desta dissertação do outro lado do planeta, o reconhecimento ao constante incentivo. Seu apoio, ainda que lá da Austrália, e sua amizade geram muitas saudades por aqui.

Também ao Lipe, minha gratidão pela grande amizade que desenvolvemos. Não consigo traduzir em palavras a força que me deu. Obrigado também pelo apoio com as tabelas finais.

À Alice, a satisfação por seu surgimento no segundo ano desta dissertação, sempre incentivando, acompanhando e tendo paciência para me ouvir.

À Miriam, Tuti Luiz André, Vivian, Rodolfo, Amanda, Maurício, Sara, Cainã e Dani, meus singelos agradecimentos, pois sou profundamente feliz por tê-los ao meu lado para o que der e vier. Obrigado pela participação constante em minha vida.

Ao Fezo, ao Nani e ao Bocca, amigos de infância, a gratidão porque, desde que me dou por gente, estiveram ao meu lado. Agradeço-lhes por entenderem a minha forma de ser, por proporcionarem sempre grandes momentos, e por, algumas vezes, até ficarem zangados pelo pouco tempo que tive para estar com eles. Foi pura certeza da amizade que nos rodeia.

Ao Flávio e ao Philippe, obrigado pelas risadas juntos e pelas boas discussões acerca da vida acadêmica. Ao Wesley agradeço pela amizade recente e pela enorme paciência de ler o trabalho e ajudar em sua revisão.

Aos colegas de graduação, sobretudo, ao Felipe, ao Montanari, ao Fafá, ao Rodrigo, ao Ronaldo, ao Roberto e ao Breno a satisfação pelos fantásticos momentos que passamos juntos e pelas discussões historiográficas que tivemos. Ao Fernando e ao Marcelo, recentes amigos da pós-graduação, agradeço a excelente relação e pelas discussões mais recentes.

Por fim, agradeço à FAPESP pela oportunidade fundamental de bolsa para um ano da iniciação científica como também para dois anos deste mestrado.

ÍNDICE

Introdução	1
<i>A imagem de decadência x o desenvolvimento populacional da capitania e sua “mercantilização”</i>	<i>2</i>
<i>A Ilustração em Portugal e suas repercussões em São Paulo: o retorno da autonomia, o fomento econômico e a produção açucareira.....</i>	<i>7</i>
<i>A diversificação da produção: o mercado de abastecimento</i>	<i>17</i>
<i>A evolução da vila de Santos</i>	<i>21</i>
Capítulo I: A economia da vila portuária paulista.....	32
<i>Domicílios escravistas</i>	<i>34</i>
<i>O setor agrário.....</i>	<i>37</i>
<i>O viver de sua agência</i>	<i>59</i>
<i>O jornal dos escravos</i>	<i>62</i>
<i>Os artesãos.....</i>	<i>67</i>
<i>O setor mercantil.....</i>	<i>72</i>
<i>Os rentistas</i>	<i>86</i>
<i>Domicílios não escravistas</i>	<i>92</i>
Capítulo II: Um porto e sua população	99
<i>A população livre de Santos</i>	<i>129</i>
<i>A população cativa de Santos</i>	<i>140</i>
Capítulo III: Os chefes dos lares na região portuária	149
<i>Os domicílios em Santos.....</i>	<i>150</i>
<i>Domicílios escravistas</i>	<i>155</i>
<i>Domicílios não escravistas</i>	<i>181</i>
Capítulo IV: Ser senhor de escravos.....	197
<i>Os grandes escravistas</i>	<i>222</i>
Considerações finais	248
Anexo: Algumas notas sobre a dinâmica do exportar e abastecer	250
Apêndice metodológico e estatístico.....	258
Fontes.....	300
Referências bibliográficas	302

Introdução

A historiografia ainda não se preocupou em estudar Santos antes da supremacia do café na economia paulista iniciada a partir da década de 50 do século XIX.¹ As principais análises envolvem a problemática da cidade impactada pelo enorme escoamento da produção cafeeira e pela chegada de imigrantes para atender a sua demanda crescente de mão-de-obra.² Há, no entanto, uma enorme lacuna a ser explorada entre a pacata vila colonial criada em 1545 e a cidade portuária do café formada a partir de 1850. Alguns trabalhos pontuais até tocam no passado colonial santista, mas sempre de maneira muito rasa, porque não era este o objetivo de tais estudos. Vale destacar o apontamento feito por Wilma Teresinha de Andrade de que a elevação de Santos à condição de cidade em janeiro de 1839 não deveria ser vista como uma simples homenagem à morte de José Bonifácio de Andrada e Silva (ocorrida em 1838), mas sim como um progresso de Santos gerado pelo açúcar.³

Caminhando em linha semelhante, entendemos que Santos, acompanhando o processo da capitania de São Paulo, desenvolveu sua função no processo de “mercantilização” da capitania (escoando a produção para abastecimento ou mesmo exportação) ao longo dos séculos XVII e XVIII. Com as medidas ilustradas – principalmente a implementação da cultura canavieira para atender o mercado mundial – a atividade de exportação na capitania foi desenvolvida de maneira extraordinária. Assim, argumentamos que, da mesma forma que a produção açucareira foi fundamental para o Oeste Paulista se tornar um enorme produtor de café, o comércio acentuado por ela conduziu Santos ao

¹ A respeito do desenvolvimento da economia paulista e da supremacia do café a partir da década de 50 veja-se: PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851**. São Paulo: Difel, 1968, p.12.

² Vejam-se os trabalhos de: ANDRADE, Wilma Therezinha de. **O discurso do Progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989 ou de: LANNA, Ana Lucia Duarte. **Uma cidade na transição Santos: 1870-1912**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

³ ANDRADE, Wilma Therezinha de. *op. cit.*, pp. 56-59. A autora baseia-se principalmente na obra de Pedro Müller para tal afirmação.

desenvolvimento em aspectos econômicos e populacionais. Isso possibilitou a sua elevação à cidade e criou infraestrutura para a saída do café.

O esforço deste estudo é, portanto, analisar o impacto do comércio açucareiro paulista na vila de Santos. Desta forma, torna-se necessário a discussão da capitania de São Paulo ao longo dos séculos XVIII e XIX a fim de observar como as transformações econômicas e populacionais da capitania acabam por afetar o porto santista – seu principal porto e, por vezes, detentor do monopólio de comércio de exportação. Neste sentido, é de fundamental importância entender como as medidas da Ilustração portuguesa, iniciadas em São Paulo com o Morgado de Mateus, propiciam o incremento econômico da capitania principalmente para a exportação do açúcar.

A imagem de decadência x o desenvolvimento populacional da capitania e sua “mercantilização”

A historiografia clássica paulista, segundo avalia Ilana Blaj, a partir do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, trataram, por um lado, o passado de São Paulo – desde o início do século XVI até fins do século XVII – como uma vila “pujante, autosuficiente, democrática e de um paulista destemido, valente e rebelde”. Em caminho oposto, os trabalhos marcados pelos debates cepalinos, observavam uma vila “extremamente pobre, tendente à auto-subsistência, sem grandes articulações com o nordeste exportador ou mesmo com o Antigo Sistema Colonial”.⁴ Estas visões sobre São Paulo colonial foram sendo tipificadas, entrecruzadas e cristalizadas.⁵

⁴ BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana.** Ver. bras. Hist. [online]. 1998, vol 18, no 36, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200012&script=sci_arttext, acesso em 02/03/09, p. 2.

⁵ Para análise completa da historiografia tradicional paulista veja-se o primeiro capítulo de BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721).** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.

No início do século XVIII a Colônia passou pela denominada “dupla mutação”⁶ que demonstrou duas transformações radicais: a mutação espacial e a econômica e demográfica. A primeira surgiu da expansão territorial que envolveu as regiões do centro-sul e centro-oeste, onde eram exigidos da Coroa gastos, cada vez mais elevados, com a defesa e com o povoamento destas regiões – principalmente nas proximidades com os castelhanos, onde vários e constantes conflitos bélicos ocorriam. A segunda envolveu as áreas de mineração que propiciavam uma intensa chegada de populações para estas regiões, e promoviam o deslocamento do eixo econômico e administrativo da colônia do Nordeste para o Sudeste. A fim de coibir o contrabando do ouro, diversas medidas, como a criação de órgãos, vilas e agentes foram tomadas.⁷ Em 1720, devido à necessidade de controle do fluxo demográfico e da organização do abastecimento e do comércio para a região mineradora da América portuguesa, São Paulo foi, administrativamente, separado das Minas. Além desse fracionamento territorial, em 1748, a capitania paulista acabou perdendo sua autonomia política.

Ilana Blaj divide a continuidade da historiografia paulista desse momento apontando que alguns autores ressaltam o efeito despovoador das Minas Gerais para a vila de São Paulo. Contudo, para a maior parte deles, o núcleo paulistano teria conhecido um dinamismo maior, tendo como base sua função de intermediário e de abastecedor das minas, embora, após o fim desta articulação, entrasse em decadência – processo que chegaria ao seu limite justamente neste momento de união com a capitania do Rio de Janeiro.⁸

Maria Luiza Marcílio, ao estudar a demografia paulista, critica o conceito de “decadência” da capitania a partir do viés populacional. Isso porque os dados coletados pela autora demonstram que a população paulista cresceu de forma progressiva, ainda que com ritmos diferenciados, desde o final do século XVII até

⁶ Termo de: Guy Martiné. Apud: FALCON, Francisco Calazans. **Pombal e o Brasil**. In: Tengarrinha, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed., rev. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 229.

⁷ Idem, p. 230.

⁸ BLAJ, Ilana, **A trama das tensões...**, p. 28.

meados do século XX.⁹ Neste sentido, a autora ressalta o crescimento da primeira metade do século XVIII devido às condições do contingente paulista deste período: a população possuía um habitat disperso e a agricultura era ainda uma atividade rudimentar. De qualquer forma, o incremento dessa ocupação propiciava a entrada de livres e de escravos, o que “provocava mudanças essenciais na produção e na economia em geral”.¹⁰

Mesmo para o período posterior, Marcílio detecta extraordinário crescimento, com pequenas exceções, e encontra números que são considerados “níveis extremamente altos para populações sem controle da vida ou da morte, chamadas “pré-malthusianas”.”¹¹

Assim, Marcílio critica o conceito de “decadência” ao entender que ele implica na necessidade de um apogeu ou de uma ascensão em períodos anteriores. Contudo:

“para qualquer lado que nos voltemos, quer da economia, quer da sociedade, da demografia ou do povoamento, da vida material à cultural, nada nos indica um período, no século XVII, de pronunciado ou de relativo crescimento material ou humano na região, período esse interrompido no século XVIII por um recuo ou “decadência”, depois do qual o progresso teria retomado seu curso no final do século XVIII ou no início do século XIX na fase do café. Se pensarmos demograficamente, acabo de provar o aumento extraordinário e continuado da população regional em todo o século XVIII.”¹²

Ilana Blaj, ao estudar o cotidiano da vila de São Paulo, também critica essa perspectiva de “decadência” ao concluir que, desde as últimas décadas do século XVII, “sedimentou-se, gradativamente, o processo de mercantilização paulistano e a consolidação de sua elite.”¹³ Desta forma, quando iniciaram-se as atividades de extração no território mineiro, São Paulo desenvolveu sua “teia mercantil”,

⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, pp. 71-72.

¹⁰ Idem, p. 72.

¹¹ Idem, pp. 191 e 87.

¹² Idem, pp. 190-191

¹³ BLAJ, Ilana, **A trama das tensões...**, p. 343.

justamente para atender aquele incipiente mercado.¹⁴ Isso gerou uma ampliação comercial muito grande, pois a região paulista comercializava sua produção local e a proveniente de outras regiões; articulava, ainda, bairros rurais e diversas vilas interioranas, a fim de suprir não só as minas como também outras capitanias.¹⁵

Em artigo mais recente, dialogando com outros trabalhos importantes¹⁶, Blaj mantém esta interpretação ao apontar uma sociedade paulista já hierarquizada e estratificada nos fins do século XVII. No topo desta sociedade havia uma elite que, baseada na atividade produtora e mercantil, conseguia acumular verdadeiras fortunas, em torno das relações de São Paulo com a região das Minas. Estes comerciantes, ao se instalarem nas rotas entre as duas regiões, integravam tanto a produção de gêneros agrícolas, como a de gado e de muares.¹⁷

Essa articulação mercantil, ao contrário de qualquer tipo de “decadência”, promoveu considerável investimento no próprio comércio e, neste sentido, propiciou aos paulistas condições de se tornarem agricultores e criadores de gado voltados para o mercado interno. Com isso, na segunda metade do século XVIII, os fazendeiros já eram de considerável cabedal, não só voltados para o abastecimento interno como também de gêneros agrícolas voltados para a exportação.¹⁸

A autora, então, demonstra que as imagens de carestia e de falta de alimentos não eram baseadas na falta de produção paulista, mas no importante comércio com as Minas muito mais compensador naquele momento.¹⁹ Portanto, ao longo do século XVIII, há a continuidade do chamado processo de mercantilização de São Paulo, que já havia sido iniciado no século XVII, mas que

¹⁴ Idem, p. 341.

¹⁵ Idem, p. 343.

¹⁶ Vale citarmos o trabalho de MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. O autor aponta, para a sociedade paulista do século XVII, um sistema escravista bem articulado e em unidades produtivas orientadas para o comércio. Outra análise importante é o estudo de NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. A autora detecta uma sociedade estratificada, com diferenciações baseadas nas variações de acumulação de riquezas para o mesmo período.

¹⁷ BLAJ, Ilana, **Agricultores e comerciantes...**, p. 2.

¹⁸ Idem, pp. 2-3.

¹⁹ Idem, p. 5.

recebe um salto fundamental com o mercado das Minas. Há de se ressaltar que a região paulista incorporava ainda a convergência de diversas rotas que envolviam Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, além do comércio de exportação/importação dado por Santos, onde havia integração com o mercado do Rio de Janeiro e da Bahia, tornando-se, cada vez mais, um importante polo comercial.²⁰

Ana Paula Medicci, ao estudar as fontes deste conceito de “decadência”, que persistem neste discurso ao longo de quatro décadas – os registros de funcionários e de burocratas acerca da Capitania de São Paulo que foram a base da historiografia tradicional paulista – analisa que estes documentos parecem “indicar para a construção de um elemento de discurso usado por diferentes protagonistas, em meio aos conflitos que envolveram o desenvolvimento econômico paulista no período.”²¹

Segundo a autora, apresentar São Paulo com “pobreza” e “decadência” era não só uma forma retórica ou a expressão de uma dita “realidade” paulista, mas também um instrumento com uma finalidade bastante específica: dar justificativa para a implantação de práticas que favorecessem interesses de certos grupos de poderes locais que utilizavam estes funcionários como verdadeiros porta-vozes.²²

Medicci aponta que a produção paulista durante o século XVIII “não estava totalmente voltada para o comércio externo via Reino. Isso fez com que boa parte da historiografia tomasse a capitania como região diferenciada, ligada à produção e ao comércio de abastecimento de gêneros de subsistência, mas não como região voltada ao mercado propriamente dito.” A autora, ainda tendo como base o “Dicionário de economia”, aponta que o termo subsistência não significa uma agricultura de auto-subsistência, mas sim uma produção de “bens de consumo imediato e para o mercado local.”²³

Portanto, ao contrário de pobreza e escassez, resultantes de uma “decadência”, podemos reafirmar as análises de Marcílio e Blaj, que São Paulo,

²⁰ Idem, p. 7.

²¹ MEDICCI, Ana Paula. **Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p.6.

²² Idem, p. 9.

²³ Idem, pp. 21-22.

desde o final do século XVII, passou por um processo de crescimento populacional e de “mercantilização” ampliado através da descoberta das Minas. É neste momento em que a “teia mercantil paulista” se dilata para o abastecimento das Minas e de outras regiões da América portuguesa. É ainda neste contexto que sua elite se consolida atuando justamente neste comércio. Desta forma, São Paulo tornava-se “uma área de abastecimento interno nos quadros da colônia” mesmo que enfrentasse o fim de sua autonomia política no início do século XVIII.²⁴

A Ilustração em Portugal e suas repercussões em São Paulo: o retorno da autonomia, o fomento econômico e a produção açucareira

A chamada “dupla mutação” da colônia resultava em demandas, sempre relacionadas com as diversas ordens e instruções da Metrópole, que confrontava, nas palavras de Francisco Falcon, a “contradição tradicional, inerente à administração colonial – escassez de meios em comparação com a ambição dos fins”.²⁵ Vale frisar que esta contradição irá pautar as perspectivas de reforma geradas pela metrópole neste período. O que será agravado com a profunda crise, gerada pelo esgotamento das minas, dada no setor minerador nos anos de 1760-1770.²⁶

É nesta conjuntura, na segunda metade do século XVIII, que podemos situar a crise do Antigo Sistema Colonial²⁷, no qual a passagem para o capitalismo industrial envolvia o surgimento de um novo sistema, como aponta Pablo Mont Serrath, tendo como base a análise de Fernando Antônio Novais. Daí o

²⁴ BLAJ, Ilana, **A trama das tensões...**, p. 343.

²⁵ FALCON, Francisco Calazans. *op. cit.*, p. 230.

²⁶ Idem, pp. 229-231.

²⁷ Conceito desenvolvido por Fernando Novais, ao retomar o “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior – em que o nosso era a produção de produtos tropicais para o comércio europeu – formulava que a nossa colonização tinha como objetivo “promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia européia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade colonial”, através do exclusivo metropolitano, e “isso obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial”. Para a análise de Caio Prado Júnior veja-se: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 9ª reimpressão da 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006, pp. 19-32. A análise completa do sistema colonial desenvolvida por Novais é encontrada em: NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 57-116. Citações literais: p. 97.

surgimento de uma contradição baseada na constatação assinalada por Novais: “Impossível explorar a colônia sem desenvolvê-la, ainda que de modo extensivo”, pois “para defender era necessário povoar, e, ao povoar, inevitável o desenvolvimento.”²⁸ Mesmo que a colonização fosse baseada na exploração, ela também significava ocupação, povoamento e valorização, a fim de que o próprio sistema fosse viável. Quando este sistema chegou ao seu ápice, “deu maiores forças à sua própria negação.”²⁹ A Crise do Antigo Sistema Colonial era sistêmica, porque era necessária uma mudança estrutural na dinâmica do Antigo Regime³⁰.

Este quadro de crise trará reflexões teóricas e ações de estadistas no último quartel do século XVIII em todo o império luso. E, assim, Portugal entraria no que se convencionou chamar de “Século das Luzes”. Como aponta Novais, o “núcleo central de toda essa mentalidade é [...] o primado da Razão, e como que a crença na aptidão do método científico para conhecer o mundo das coisas e dos homens, e resolver-lhes os problemas.”³¹ Era, assim, “o triunfo do racionalismo moderno.”³² Este triunfo fazia parte de um amplo processo que variava no ritmo e nas suas variações nos países ocidentais. Portugal estava longe do centro e enfrentava as amarras da Inquisição. Contudo, as ideias circulavam, já que Portugal, quer por motivos diplomáticos, quer por motivos comerciais, precisava de homens fora da Península. É com eles que virá o primeiro movimento da Ilustração portuguesa: os estrangeirados. E com estes, iniciaram-se reformas em diversas áreas.

Quanto à economia, nas palavras de Novais, “a ação econômica do Estado se fazia sentir em todas as direções: mobilização e concentração de capitais, recuperação dos mercados ultramarinos, promoção do surto manufatureiro

²⁸ SERRATH, Pablo Oller Mont. **Dilemas e conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007, p.28. Citação literal de Fernando Antonio Novais apud: Idem, ibidem.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ Deve-se lembrar aqui de alguns elementos que confirmam isto: o Reformismo Ilustrado, a Revolução Industrial, a independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa. Cf. SERRATH, Pablo Oller Mont. *op. cit.*, pp. 27-28.

³¹ NOVAIS, Fernando Antônio. *op. cit.*, p. 214.

³² Idem, p. 216.

patrocinado pelo estado. Na esfera econômica, a linha de ação pautou-se pelo mercantilismo: monopólio, companhias, exclusivo, estatismo.”³³

Vale notar a observação do autor de que era a situação de atraso de Portugal que mantinha ainda o mercantilismo português, neste momento de movimento reformador, baseado na Ilustração. Como resultado, teríamos “um mercantilismo bafejado pelas Luzes, o mercantilismo ilustrado.”³⁴ Este baseava suas ações na preocupação em aumentar a produção e em melhorar a qualidade dos produtos coloniais, já que as ideias fisiocráticas pautavam as suas decisões. A preferência da Metrópole era a grande lavoura de exportação, embora não de modo exclusivo. Procurava-se “dinamizar e diversificar a produção colonial.”³⁵

Esta perspectiva incluía também a região paulista que em 1765 recuperava sua autonomia administrativa. Como assinala Heloísa Liberalli Bellotto:

“A restauração da autonomia da Capitania não obedecia apenas a uma necessidade geral, geopolítica e administrativa (a defesa do Sul e do Oeste assim como a impossibilidade do Rio de Janeiro em “responder a tudo”), mas também atendia à uma necessidade local e econômica (o estado da economia e da população de São Paulo e a diminuição da mineração). Ademais de por fim aos atritos sulinos, a Metrópole buscava novas fontes econômicas em vista da decadência das minas. Passava-se à revalorização das áreas coloniais, independente do ouro.”³⁶

Nesta mesma linha, Serrath argumenta que havia um plano de reorganização da administração ultramarina. Nele existiam projetos semelhantes para os diversos domínios portugueses com três objetivos principais: propiciar povoamentos, promover a defesa dos territórios e desenvolver o comércio e a produção agrícola em todas as regiões.³⁷ É nesse contexto que a restauração administrativa de São Paulo deve ser observada e o incentivo ao desenvolvimento da agricultura, voltado para o comércio e, sobretudo, para a exportação.³⁸ Aqui, inclusive, a

³³ Idem, p. 223. Veja-se também: FALCON, Francisco Calazans. *op. cit.*, pp. 227-239.

³⁴ NOVAIS, Fernando Antônio. *op. cit.*, p. 230.

³⁵ Idem, p. 257.

³⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p.45.

³⁷ SERRATH, Pablo Oller Mont. *op. cit.*, p. 33.

³⁸ Idem, p. 39.

economia paulista deixa de se basear no abastecimento do mercado interno, passando a dirigir-se ao mercado externo, à Metrópole.³⁹

Para tal empreitada, D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, é nomeado governador da Capitania de São Paulo. Suas ordens iniciais eram, segundo Heloísa Bellotto, fundamentalmente militares, apesar das instruções econômicas já estarem presentes no discurso de posse do governador. Se problematizarmos seu governo, segundo os projetos já comentados, observamos que o desenvolvimento da economia na Capitania era sua principal preocupação. Nesta esfera, ele devia ater suas atenções à agricultura e, por conseguinte, a seu comércio.⁴⁰

Suas medidas visavam permitir a fixação da população, combatendo a dispersão pelo sertão e a “indolência”, aumentando assim o controle da Coroa sobre os habitantes. Com tais medidas, esperava alcançar o desenvolvimento da produção e a obtenção de excedentes, incrementando as exportações.⁴¹ Desta maneira, podemos considerar que o Governo do Morgado de Mateus foi de grande importância para a Capitania de São Paulo, pois deu início ao “preparo da infraestrutura política e econômica que só começaria a se fazer sentir no fim do século, com o Capitão General Bernardo José de Lorena (1787-1798)”.⁴²

Um dos mais importantes aspectos do governo do Morgado de Mateus foi a política de incentivo à produção açucareira na capitania. Na realidade, São Paulo já produzia açúcar. Embora fosse uma produção restrita, ela permitia a preservação das técnicas para a cultura da cana-de-açúcar. No entanto, como assinala Maria Thereza Schorer Petrone, foi somente “a partir do governo do Morgado de Mateus [que a lavoura da cana] se tornou um empreendimento visando ao comércio mundial”.⁴³

³⁹ Idem, p. 93.

⁴⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, pp. 51, 81-82.

⁴¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, pp. 217-218. Seus planos incentivaram a produção de diversos gêneros como “a criação de bois, muare, ovelhas, carneiro, porcos, cabras, perus, galinhas, pombos, plantação de mamona, trigo e centeio”, além de buscar dividir a terra; ver, p.218.

⁴² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, p.355.

⁴³ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op cit.*, p.12.

Para que este resultado fosse alcançado, diversas medidas foram tomadas no sentido de favorecer o desenvolvimento econômico da exportação com relação ao transporte da produção. Em 1765, foi abolido o sistema de frotas e em 1766, passou-se a permitir a navegação desde os portos coloniais, sem a necessidade de seguir os tradicionais trajetos Bahia-Lisboa, Rio de Janeiro-Lisboa. Todavia, o Porto de Santos, principal saída para o comércio exterior da capitania, enfrentava problemas.

De fundamental importância era resolver a crônica dificuldade de comunicação entre São Paulo e Santos. O Morgado de Mateus buscou solucionar esta questão através de medidas que transformassem o caminho da Serra do Mar de uma trilha precária em uma “estrada para passarem por ella carros e todo o trem que for necessário em todas as ocasiões do Real Serviço”.⁴⁴ O açúcar é facilmente sujeito à deterioração quando exposto ao mau tempo, sendo, portanto, alto os prejuízos de seu comércio devido às péssimas condições de comunicação. Foi com o Morgado de Mateus que o desenvolvimento desta importante questão se tornou substancial. Após seu governo, o caminho da Serra do Mar começou a ser incrementado para permitir o tráfego de tropas de animais e é no governo de Lorena que o caminho foi transformado completamente.

Em 1790 os trabalhos foram iniciados. Segundo Denise Mendes, o projeto era baseado no desenvolvimento de uma estrada que, de forma duradoura, pudesse escoar a produção agrícola paulista – sobretudo, o açúcar – para o porto de Santos a fim de que a rota de comércio pudesse ser completa: quadrilátero do açúcar – porto de Santos – mercado europeu. As intervenções foram tão profundas que a estrada foi de suma importância na América portuguesa.⁴⁵

A primeira novidade foi o calçamento de um caminho cruzando a Serra do Mar. O empedramento que garantia a sua durabilidade e acabou por batizá-la de Calçada.⁴⁶ O término do seu nome é dado pelo monumento exaltando a atitude de

⁴⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, pp.223-227, citação literal, ver, p.227.

⁴⁵ MENDES, Denise. **A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p. 46.

⁴⁶ Quanto à técnica de pavimentação, “foi adotada de modo que garantisse a durabilidade do caminho. Consistiu em montar panos de pavimentos com pedras maiores, travadas por pequenas

Bernardo José de Lorena, mandado pela Câmara da cidade de São Paulo. Surgia, assim, a Calçada de Lorena.⁴⁷

Segundo Denise Mendes, não havia um projeto escrito para a construção da Calçada. O que havia era um “fazer projetado”. Até mesmo o conhecimento de um “dito velho índio” foi utilizado para demarcar o traçado e abrir o terreno para que engenheiros e trabalhadores realizassem o melhoramento e as indicações dos melhores lugares. Na verdade, “a “nova estrada” praticamente seguiu a via existente [o antigo Caminho do Mar] e a alterou onde foi necessário para diminuir as dificuldades do terreno acidentado, do antigo traçado e da declividade.”⁴⁸

A Calçada ficou pronta entre 1791-1792. Segundo Petrone, “é a partir da calçada de Lorena que o caminho do mar se torna o caminho do açúcar”.⁴⁹ O caminho perdurou por um bom tempo, já que somente 50 anos mais tarde foi abandonado para a construção de uma estrada mais eficiente nos transportes: a Estrada da Maioridade. Na verdade, como analisa Denise Mendes, a duração da Calçada era limitada porque comportava apenas pedestres e animais – apesar da falta de estradas carroçáveis já ser sentida. É fato que havia um dilema entre a necessidade e a realidade, uma vez que era indispensável um caminho mais fácil

cunhas colocadas nos seus interstícios. Nas laterais, o leito foi delimitado por uma fileira de pedras-guias; o centro, definido também por uma fileira dupla de pedras.” Idem, p. 75.

⁴⁷ Idem, p. 46.

⁴⁸ A necessidade de todo um projeto de engenharia é lembrado por Denise Mendes ao analisar a infra-estrutura necessária para a pavimentação: “Cabe lembrar que calçar uma via demanda uma série de trabalhos anteriores, como preparar a plataforma (ou terreno), fazendo aterros e construindo muros de arrimo. Assim, a pavimentação com pedras implica outras obras, que ficam implícitas na sua realização. A construção da Calçada, segundo conhecimentos de engenharia que nunca haviam sido aplicados anteriormente, conduz novamente à idéia de um “projeto” para as alterações do caminho: os muros a serem feitos, as pedras a assentar, as curvas a alterar, o leito a alargar, os buracos a tapar – algo foi pensado, estudado, idealizado, elaborado, isto é, “projetado”. MENDES, Denise. *op. cit.*, p. 60. Neste sentido, a idéia principal foi a localização da Calçada baseada em condicionantes físicos: era uma área de baixa altitude – sendo o trecho de menor distância para a travessia da serra. Além disso, não cruzava nenhum rio ou córrego, evitando, assim, o uso de pontes. Uma das preocupações centrais em seu desenvolvimento era garantir a resolução dos problemas das chuvas e de desabamento de material sobre o pavimento, o que foi feito através do uso de grandes canaletas coletoras. A fórmula foi a seguinte: “O leito tinha caimento central, assumindo a forma de uma calha. Além de ser adequado para vias estreitas, o leito côncavo foi adotado principalmente para servir de “coletor” das águas pluviais que caem abundantemente na região. A grande canaleta coletava e encaminhava as águas, jogando-as para fora do leito nas curvas, sem caírem sobre a própria Calçada em níveis inferiores.” Vide: MENDES, Denise. *op. cit.*, p. 64 e 75.

⁴⁹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op. cit.*, pp.187-193.

para o comércio cada vez mais importante do açúcar, porém, faltava equipe técnica e recursos capazes de propiciar um caminho.⁵⁰ Contudo, a obra não deixava de saltar aos olhos, como atesta o viajante Gustavo Beyer:

“Como o dia era claro pudemos melhor apreciar esta obra gigantesca. Quatro a cinco caminhos em zigue-zague pareciam em muitos lugares correr acima de nossas cabeças e davam novos ensejos de admiração por uma obra para cuja conclusão foi necessário vencer tantos obstáculos naturais e aplicar milhões de cruzados (sic) que foram gastos para derrubar a mata, construir tão longo caminho através da própria rocha e finalmente calçá-lo com lajes. [...] Poucos trabalhos desta natureza podem ser considerar superiores a este.”⁵¹

Outro problema da construção era a raiz da serra, pois a Calçada manteve a necessidade da travessia Cubatão-Santos, já que chegava somente a Cubatão. Assim, todo o comércio do porto santista obrigatoriamente deveria fazer uma viagem por canoas. Por possuírem terras em ambas as margens, os jesuítas conseguiram o monopólio da navegação no rio Cubatão – processo que é consumado por volta de 1713 quando os jesuítas já haviam conseguido arrendar a Passagem do Cubatão e procuravam impedir a concorrência de particulares. Após a expulsão dos jesuítas, a Coroa, já em 1761, passou a explorar a passagem. Contudo, a partir de 1778, a Fazenda Real começou a arrendar a particulares.⁵² Neste processo, os contratos ajudam a ilustrar o desenvolvimento econômico da capitania, pois em 1778 o contrato é arrendado por três anos ao valor de 800\$000. Já em 1786, a passagem é arrendada por 5:560\$000 também para um triênio.⁵³ O contrato chegou ainda a 12:900\$000 e, na segunda década do século XIX, foi arrematado para uma companhia britânica: May Coppandal & Comp.⁵⁴

⁵⁰ MENDES, Denise. *op. cit.*, p. 85.

⁵¹ BEYER, Gustavo. **Viagem a São Paulo no verão de 1813**. Tradução de Alberto Loeffgren. Segunda edição com prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos. Campinas: Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica, 1992, pp. 22-23.

⁵² PERALTA, Inez Garbui. **O caminho do mar: subsídios para a história de Cubatão**. Cubatão: Prefeitura Municipal, 1973, pp. 9-11 e 54-55.

⁵³ Apesar de que o contrato envolvia as passagens de Cubatão e Mogi do Pilar, contudo, segundo Peralta, “a que mais rendia era a do Cubatão.” Idem, p. 55.

⁵⁴ Idem, p. 55.

Pela travessia Cubatão-Santos ser, desta forma, tão importante, também desde o governo do Morgado de Mateus, medidas foram sendo implantadas a fim de melhorar e conservar o caminho. Contudo, apesar ainda de iniciativas de outros governadores⁵⁵, o “caminho continuava péssimo na maior parte de sua extensão.”⁵⁶ A construção de uma estrada entre Cubatão-Santos, mesmo que idealizado por Antonio Manuel de Melo e Castro e Mendonça, no final do século XVIII, só foi projetada em 1797, a despeito das constantes reclamações dos comerciantes, pois a passagem fluvial exigia o pagamento de mais um imposto, como mencionado. A obra só foi iniciada em 1825 e concluída em 1827, contando com 13 km de extensão e quatro pontes. O projeto precisou enfrentar vários problemas, como a dificuldade do terreno – que era um manguezal – e a falta de trabalhadores que quando estavam lá, muitas vezes, fugiam devido às péssimas condições de trabalho.⁵⁷

Outras ações específicas de Bernardo José de Lorena também possibilitaram o sucesso da produção açucareira na capitania paulista. Suas medidas geraram um grande desenvolvimento da agricultura, embora causassem fortes polêmicas. Sua decisão mais conhecida foi a proibição, a partir de 1789, do comércio de cabotagem de qualquer gênero com outra capitania. O objetivo era estimular o comércio com a Metrópole, permitindo somente o trato direto a partir de Santos para, sem dúvida, fortalecer a fiscalização. Assim, as mercadorias necessárias à capitania chegariam tão somente por este único ponto, e somente dele poder-se-ia carregar navios com a produção paulista, centrada no açúcar.

Esta medida beneficiou, de forma decisiva, o porto de Santos e a produção açucareira do Oeste Paulista. Todavia, gerou diversas reclamações das vilas do

⁵⁵ Como a de Martins Lopes Lobo de Saldanha, que mandou fazer um aterrado no alto da serra do Rio Grande. Idem, p. 37.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Por exemplo, “à grande quantidade de mosquitos que infestava o mangue. Eram tantos e tão fortes as picadas que os operários não aguentavam.” Vide: Idem, p. 63 e também pp. 61-71. Vale acrescentar que é neste período que Cubatão “atingiu seu ponto mais alto de desenvolvimento, antes da industrialização iniciada em fins do século XIX. Em consequência deste desenvolvimento, na sessão de 17 de abril de 1833, o Senado aprovou a proposta para a elevação de Cubatão a Município.” Idem, p. 71. Contudo, em 1841, Cubatão volta a ser incorporado a Santos. Peralta cogita que este retorno esteja relacionado com as relações dos comerciantes de Santos com os de São Paulo. Veja-se pp. 72-73.

litoral Norte da capitania, que também produziam açúcar e atuavam como portos conectados ao Rio de Janeiro, via cabotagem.

Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, sucessor de Lorena no governo paulista, suspende a proibição de 1789 no fim de 1798. Todavia, como assinala Petrone, o comércio açucareiro “já agora enraizado em Santos, desenvolveu-se ainda mais com a liberdade concedida por Mello Castro e Mendonça. Não havia mais necessidade de levar os produtos paulistas para Portugal, pois no próprio Brasil encontravam mercados realmente vantajosos”.⁵⁸

Analisando a fundo o desenvolvimento das vilas do litoral Norte, sobretudo Ubatuba e São Sebastião, Ramón Vicente Garcia Fernández não detectou um impacto duro destas restrições, apesar das reclamações dos contemporâneos. O autor argumenta que a produção de açúcar em São Sebastião, em 1797, foi mais da metade da registrada nos anos de 1798 e 1799. E em Ubatuba houve manutenção de uma modesta taxa de crescimento da população escrava. Ter-se-ia, desta forma, uma possível redução de um potencial de crescimento nestas vilas, mas não a inviabilização completa.⁵⁹

Contudo, o próximo governador paulista, Antônio José da Franca e Horta, retomou as ideias de Lorena. Em 1803, ordena “a proibição da exportação de aguardente, café, arroz, cacau, baunilha, farinha de mandioca, algodão, anil, e couros que não fosse diretamente para Portugal, ou para esse fim, a Santos.”⁶⁰ Todavia, o açúcar ficava livre por ser “superabundante” na capitania. Situação de curta duração, pois em 1804 o governador ordenou nova proibição do comércio açucareiro para o Rio de Janeiro ou outra capitania. Segundo Petrone, a produção açucareira “determinava a política de exportação do Governador”, justificando, assim, suas políticas cambiantes para o comércio açucareiro.⁶¹ As intervenções dos governadores para dirigir o comércio exportador cessam com a abertura dos portos, em 1808.⁶²

⁵⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op. cit.*, p.147.

⁵⁹ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações econômicas no Litoral Norte Paulista (1778-1836)**. Tese de doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1992, pp. 298-299.

⁶⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op. cit.*, p.148.

⁶¹ Idem, p.150.

⁶² Idem, p.151.

Neste segundo momento de Leis de porto único, Fernández argumenta que tal fato, somado à uma queda de preços do açúcar no mercado internacional, reduz a importância do produto em São Sebastião, gerando um quadro de estagnação ao longo da década inicial do século XIX. A situação não melhora com a abertura dos portos. Contudo, para Ubatuba, iniciava-se um período de preparação para o desenvolvimento da produção de café – onde um terço dos agricultores já começava a se envolver na atividade em 1808.⁶³

Já para o Oeste Paulista, havia uma franca expansão do comércio açucareiro. O fomento da Ilustração, a Calçada de Lorena e as chamadas leis de porto único terão ainda como aliada, no final do século XVIII e início do século XIX, uma conjuntura muito favorável tanto no contexto internacional, como no da Metrópole e ainda no da América portuguesa – que acompanham as características mundiais do período.⁶⁴

No âmbito internacional, o nosso açúcar é favorecido, na década de 1790, por um grande aumento da lucratividade gerado pelas revoltas no Haiti, que desestabilizaram a produção de um dos grandes concorrentes; e, logo a seguir, pelo bloqueio continental decretado por Napoleão, que torna o mercado inglês um grande comprador do nosso açúcar.⁶⁵

Quanto à situação do comércio da Metrópole e da América portuguesa, vale destacar que, neste momento, as exportações da colônia para a Metrópole crescem em 6% ao ano e as importações a 1,6% ao ano. Enquanto isso, o comércio internacional da Metrópole tem as suas exportações com crescimento de 6,2% ao ano e as importações na ordem de 2,2%. Portugal mantinha um superávit com as nações estrangeiras devido à reexportação da produção colonial. Quanto às áreas coloniais, o comércio com a América Portuguesa era deficitário, mas superavitário

⁶³ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, pp. 299-300.

⁶⁴ Veja-se: ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980, especialmente o Cap. II: Delimitação das Conjunturas, pp. 89-120.

⁶⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana, 13), p. 27.

com a soma das demais áreas coloniais (África, Ásia, e Ilhas).⁶⁶ Segundo Jobson Arruda, é neste contexto que “os grandes movimentos comerciais dinamizaram a economia portuguesa, a ponto de formar um mercado nacional único, que não existia antes de 1790.”⁶⁷ Na área da América portuguesa, por fim, uma integração crescente pode ser notada.

Neste momento, o açúcar se consolida em São Paulo. O “açúcar branco” se torna o principal produto de exportação de Santos e do Rio de Janeiro – onde boa parte da produção paulista era levada para ser exportada.⁶⁸ Para se ter ideia, a produção açucareira da região chamada de serra-acima⁶⁹ passou de 41.708 arrobas de açúcar em 1793 para 80.870 arrobas em 1796 e ainda, em 1799, para 153.449 arrobas. Apresentou-se, assim, um crescimento total da produção na ordem de 368%.⁷⁰ Conforme Petrone, “durante o governo de Bernardo José de Lorena, [...] o açúcar transformou a vida econômica paulista”.⁷¹ De acordo com Carlos Bacellar, o sucesso da produção açucareira paulista propicia “um rápido enriquecimento de uma elite local” no Oeste Paulista.⁷²

A diversificação da produção: o mercado de abastecimento

Jobson de Arruda, analisando a produção açucareira da América Portuguesa, entende que, em termos gerais, ela passava por uma “leve ascensão” que não respondia a expansão global das exportações que se observam entre 1796 e 1807: um salto de 3 milhões e 200 mil esterlinos para 3 milhões e 800 mil. A resposta

⁶⁶ Os dados originais são dados por Fernando Novais. Apud: ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 125.

⁶⁷ ARRUDA, José Jobson de. *op. cit.*, p. 123.

⁶⁸ Veja-se a análise de ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 178-184 e 270-271 e 355-358. Veja-se também os dados sobre o volume de exportação em: PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op. cit.*, pp. 152-167.

⁶⁹ Que englobava dois quadriláteros: Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cunha e São Luís do Paraitinga – formando um primeiro, de produção açucareira baixa; além de Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Mojmirim, Jundiá e Campinas – formando o “quadrilátero do açúcar” (Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá), principal produtora de açúcar da capitania. Por fim, alguma produção foi ainda vista em Atibaia, Bragança, arredores de São Paulo e Parnaíba. Veja-se SERRATH, Pablo Oller Mont. *op. cit.*, pp. 111-112.

⁷⁰ SERRATH, Pablo Oller Mont. *op. cit.*, p. 117.

⁷¹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *op. cit.*, p. 14.

⁷² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *op. cit.*, p. 187.

para este salto foi, segundo o autor, “a diversificação”, visto que a principal característica da economia da região naquele período foi o desenvolvimento de produções variadas relacionadas à agricultura.⁷³ Ao estudar as regiões brasileiras, portanto, ele demonstrou que “a categoria courama, vários gêneros, drogas, madeira e algodão ganham importância cada vez maior sobre a categoria alimentos, cujo elemento fundamental de exportação era o açúcar.”⁷⁴ Percorrendo fontes qualitativas que envolvem esta questão, como memórias e roteiros, argumenta ainda que havia “uma verdadeira apologia pela agricultura”⁷⁵, que era, certamente, fruto das ideias ilustradas da metade do século XVIII. Isso certamente abrangia São Paulo, com a produção de abastecimento interno, em torno das atividades tropeiras e da cabotagem de Santos e demais portos (processo este que São Paulo passava desde o século XVII), ou mesmo de outros produtos diferentes do açúcar que complementavam a atividade exportadora.

Por fim, conclui Jobson de Arruda:

“Verificamos, portanto, que há duas preponderâncias fundamentais na economia brasileira. Uma, representada pelo açúcar, no período colonial da nossa economia. Outra, representada pelo café, na etapa nacional da economia brasileira. Entre os dois momentos, uma breve diversificação, que tem início com a crise do ouro por volta de 1760 e termina com a ascensão do café, em 1831-1840.”⁷⁶

Percebendo a relação da agricultura de exportação e de subsistência, o que pode ser visto mesmo neste contexto de expansão do açúcar – base da exportação no período – com o desenvolvimento, em paralelo, de diversos outros gêneros, Stuart Schwartz entende que:

“historicamente, no Brasil, a produção de roceiros e escravos, ou, com maior exatidão, a agricultura de subsistência e a de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação

⁷³ ARRUDA, José Jobson de. *op. cit.*, p. 612.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Idem, p. 617.

⁷⁶ Idem, p. 631.

complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda.”⁷⁷

Contudo, “a relação entre a economia interna e a de exploração, e entre a escravidão e outras formas de organização do trabalho, continua inexplorada.”⁷⁸ Segundo o autor, os processos que já ocorriam antes da década de 1780 na área populacional (como o tamanho, a composição e a distribuição), na infraestrutura da colônia e nas relações sociais, facilitam, juntamente com o desenvolvimento de um mercado interno de gêneros alimentícios em franca ampliação, a nova expansão da exportação.⁷⁹

Neste sentido, o sistema, em termos gerais, funcionava com base no fornecimento do setor rural para o abastecimento da agricultura escravocrata de exportação e dos centros urbanos, já que estes cresciam cada vez mais. Com a dilatação da exportação, o sistema não se alterava e permitia que ganhos da produção de abastecimento interno nos mais variados mercados pudessem, talvez, ser usados para financiar o aumento da compra de cativos. Esses, por sua vez, poderiam ser utilizados na produção de alimentos ou transferidos para atividades de exportação.⁸⁰

Portanto, não devemos nos surpreender com a importância destes pequenos agricultores, pois:

“Assim, em vez da dicotomia entre os roceiros arcaicos e a produção dinâmica para exportação, esses dois setores tornaram-se intimamente ligados. O que é digno de nota em fins do período colonial, é a capitalização progressiva da agricultura de subsistência, comprovada pelo uso cada vez maior de escravos na produção de alimentos, mesmo pelos pequenos produtores rurais.”⁸¹

Conforme analisou Marcílio, ao tratar da população caiçara da vila de Ubatuba, nenhuma propriedade é inteiramente autosuficiente: “o sal, por exemplo

⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUCS, 2001, pp.124-125.

⁷⁸ Idem, p.123.

⁷⁹ Idem, p.129.

⁸⁰ Idem, p.139.

⁸¹ Idem, ibidem.

ou o ferro, os instrumentos agrícolas, as armas e a pólvora, o vestuário... Uma parcela da produção camponesa era, então, destinada às trocas na vila, ou em outros portos.”⁸²

O processo de “mercantilização” de São Paulo, iniciado desde o final do século XVII e que a configurou como uma região de abastecimento interno da colônia, é acelerado, no final do século XVIII, com as intervenções do Morgado de Mateus e dos demais governadores dentro das reformas ilustradas portuguesas.

Francisco Vidal Luna e Herbert Klein afirmam que até a primeira metade do século XIX, uma especificidade de São Paulo era a de que “a produção paulista de gêneros alimentícios nas fazendas de açúcar e café excedia em ampla margem as necessidades locais e era vendida no mercado pelos fazendeiros.” A justificativa dos autores é que:

“São Paulo era uma região de fronteira, de difícil acesso e má comunicação com o litoral, dificultando sua relação com os mercados externos. Portanto, todos se dedicavam à produção de alimentos, para consumo próprio e venda de seus excedentes nos mercados locais e regionais. Mesmo com a expansão dos canais de distribuição comercial, o progresso dos transportes e a maior concentração da produção nas mãos dos grandes proprietários de escravos, a monocultura não se consolidou antes de 1850. Todos produziam arroz, feijão e milho, até os senhores de engenho. Todos criavam porcos, e grande número de agricultores vendia a carne e o toucinho desses animais onipresentes.”⁸³

Alguns dados levantados por Luna são bastante claros com relação à importância do setor de abastecimento na agricultura paulista. Segundo o autor, a maioria da população escrava estava envolvida com a produção de cultivos não estavam diretamente à exportação (com exceção da região do Oeste em que o açúcar já ocupava mais de 70% da população escrava e também o Litoral – apesar de seu percentual quase chegar a 50% nestes “outros cultivos”⁸⁴).

⁸² MARCÍLIO, Maria Luiza, **Caçara: Terra e população: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 41.

⁸³ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 19.

⁸⁴ Vale utilizarmos as palavras de Luna para explicarmos estes “outros cultivos”: “verificou-se expressivo peso do segmento que comporta a produção de alimentos como milho, feijão, arroz,

É bastante seguro afirmar, portanto, que o alicerce da agricultura paulista continuou sendo a produção de alimentos, que se expandia paralelamente às culturas de exportação entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Por conseguinte, entendemos que o estudo de São Paulo neste período não deve deixar de contemplar tanto a atividade da exportação como a de abastecimento. Mais do que isso, essas atividades não devem ser tratadas de forma independente, mas sim de maneira interligada, buscando-se suas relações e repercussões nos mais diversos segmentos da sociedade colonial. É o que chamamos aqui de dinâmica do exportar e abastecer.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar o perfil sócio econômico da principal vila portuária paulista, certamente envolvida tanto com o mercado de abastecimento, como com o crescimento da exportação açucareira. O recorte proposto, entre o final do século XVIII e início do século XIX é bastante especial para os santistas tendo em vista o impacto do notável desenvolvimento populacional e econômico da capitania paulista, o incremento da infraestrutura do transporte (com a Calçada de Lorena) e as medidas de favorecimento do porto de Santos (com as leis de porto único) na capitania de São Paulo. Deste modo, é possível procurar perceber a singularidade santista na capitania paulista, dentro dos mais diversos setores da sua sociedade e as repercussões causadas por tal contexto.

A evolução da vila de Santos

“He a Villa de Santos, posterior a de São Vicente, e tendo hum bem notável porto, pelo bello e socegado ancoradouro, de que por todas as partes he revestido e a única Praça da Capitania de

mandioca, etc, bem como produtos não claramente identificados nas listas nominativas e ali discriminados pelo nome genérico de mantimentos. O agregado destes produtos [...] devia servir tanto ao consumo dos agricultores como à venda de seus excedentes, e representar uma fonte importante de renda para a maioria dos agricultores com ou sem escravos. No conjunto das localidades, 72,4% dos proprietários estavam relacionados com tal segmento. Quanto ao número total de escravos neste segmento, o valor é de 48,8%.” LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades – (1777-1829)**. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 369.

São Paulo esta na Latitude Austral de 23 graus e 56 minutos e na Longitude de 33 graus e 39 minutos. [...] Tem a vila de Santos huma só Freguezia, a qual compreendendo todo o seo Districto, tem de extensão pela costa da Marinha, 17 léguas mais ou menos, por calculo uzual ou imaginário, visto que por linha Mathematica, haverá bastante diferença e de Latitude tem o Certão Septentrional, que está dezerto e só povoado pela estrada para a Cidade de São Paulo, com seis léguas mais ou menos de largura.”⁸⁵

Santos foi a segunda vila criada em São Paulo. Somente São Vicente já existia quando, em 1545, Braz Cubas foi nomeado capitão mor da vila santista.⁸⁶ A perspectiva do desenvolvimento do açúcar era sempre levantada, mas a condição natural de excelente região portuária, não era só vista por Francisco Xavier da Costa Aguiar, já que o mesmo pode ser notado na descrição do viajante Luiz D’Alincourt em 1818:

“Foi Santos a poderosa rival de São Vicente, que pela concorrência no seu Porto, comércio, e aumento de população, eclipsou todo o esplendor, de que esta se via revestida, O terreno, que a vila ocupa, é plano, e inclinado para o lado do ribeiro de São Jeronimo, onde as ruas são as mais povoadas, e onde labora o maior comércio”.⁸⁷

José Ribeiro de Araújo Filho enumera a importância geográfica do porto de Santos em relação à São Vicente:

“Colocados ambos os aglomerados quinhentistas, nas extremidades sudoeste (São Vicente) e nordeste (Santos) da ilha vicentina, Santos teve do seu lado o seguinte complexo de

⁸⁵ Era assim descrita pelo capitão mor Francisco Xavier da Costa Aguiar a vila de Santos em 1809. AGUIAR, Francisco Xavier da Costa. **Memória que mostra a origem da vila de Santos e seu estado presente**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Vol. XI, pp.386-389, 1906.

⁸⁶ Há uma ampla discussão a respeito da data de início da vila de Santos. Inclusive, devido a esta indefinição a cidade comemora sua criação em 26 de janeiro de cada ano. Data da promulgação da vila santista à condição de cidade no ano de 1839. A respeito da discussão da data de fundação da vila veja-se: jornal santista *A Tribuna*: **Primórdios da cidade hoje centenária**. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0316a.htm>, acesso em 10/10/2010. Veja-se também: SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937, volume 1, capítulos VI e VII.

⁸⁷ D’ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, Biblioteca Histórica Paulista, volume 8, edição on-line, disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/dalincourt.html>, acesso em 11/10/2010, sem indicação de página.

vantagens: passagem livre do interior do estuário para o mar através da Barra Grande (“Barra Grande dos Santos”), com águas mais calmas e mais profundas; local mais abrigado para sítio da própria vila e dotado de maior número de aguadas oriundas das encostas setentrionais do maciço insular santista (ribeirões do Itororó, de São Jerônimo e de São Bento), de onde provieram, até os fins do século XIX, os mananciais de águas potáveis da própria cidade de Santos; maiores facilidades de ligações com as regiões vizinhas, sobretudo com outros setores de baixadas, quer insulares, quer continentais; maior proximidade da rota que demandava o planalto, através de trechos flúvio-marinheiros e vales de Serra e, finalmente, a localização nas proximidades do local dos pequenos, porém, mais prósperos, tratos de terras cultivadas (cana-de-açúcar e cultura de subsistência) da Capitania.”⁸⁸

A posição geográfica do porto é tão privilegiada que só houve uma mudança de localização, ainda nos primórdios da colonização, quando Braz Cubas transferiu o porto da ponta da Praia para o Enguaguaçu onde até hoje está.⁸⁹ O seu lagamar é descrito por Wilma Teresinha de Andrade com “excelente profundidade, águas tranquilas, menos perigo em relação aos ventos fortes regionais, um morro defensável. Mais adiante, um outro morro, de 150 m, favorecia a vigilância.”⁹⁰

Neste momento, no entanto, para a Metrópole, a região santista não era fundamental pela vocação portuária. As ações da Coroa, através do capitão mor Martim Afonso de Souza, incentivava, por um lado, as ações econômicas com o desenvolvimento de engenhos de açúcar, e, por outro lado, visava garantir a posse da região sul da colônia frente às constantes incursões dos espanhóis e às incertezas da linha de Tordesilhas.⁹¹

Contudo, a produção açucareira paulista não conseguia competir com a do Nordeste. Colaboraria para isso não só as condições naturais – afinal não se encontrava aqui as ricas várzeas de massapé, o clima tropical úmido com chuvas de inverno e certo período de estiagem propício para o amadurecimento e corte da

⁸⁸ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o pôrto do café**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/Instituto brasileiro de Geografia, 1969, p. 45.

⁸⁹ ANDRADE, Wilma Teresinha Fernandes de. *op. cit.*, p. 12.

⁹⁰ Idem, p. 10.

⁹¹ Idem, pp. 14-17.

cana – como também a maior distância geográfica em relação a Portugal – 1500 km a mais.⁹²

Seria, assim, a atividade portuária a grande responsável pela economia santista desde os primórdios da colonização. Neste sentido, certo impulso significativo é dado com o comércio partindo do planalto paulista, após a conquista definitiva dos índios, no final do século XVI. O rápido desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste, principalmente em Pernambuco e na Bahia, e em proporção bem menor no Rio de Janeiro, cria oportunidades de comércio para as demais regiões, sobretudo, porque as regiões açucareiras encontravam sérios problemas de abastecimento. Dessa forma, os agricultores paulistas, os do sul da Bahia, os do Espírito Santo e, mais a frente, os do Maranhão, começam a enxergar um horizonte próspero de um incipiente circuito comercial entre as capitânias.⁹³

A Coroa portuguesa incentivava o desenvolvimento econômico de São Paulo onde as fazendas de trigo se transformariam no “celeiro do Brasil”.⁹⁴ A produção paulista de trigo atingiu seu ápice entre os anos de 1630-1680, tendo como conexão fundamental o uso da mão-de-obra indígena e a agricultura comercial para formar “a pedra fundamental de uma economia periférica articulada ao mercado do litoral brasileiro, situado, por sua vez, nas fímbrias do mundo atlântico”.⁹⁵

Esse comércio foi de suma importância para a vila de Santos. Não é à toa que na década de 1650 o jesuítico Antonio Pinto descreveu a vila como “um grande porto para naus, muito frequentado da navegação, pelos abundantes alimentos que dali sai para todo o Brasil”.⁹⁶

Ainda que haja traços de relações comerciais entre negociantes de São Paulo com residentes na Bahia, em Pernambuco ou mesmo em Angola, o maior mercado do trigo paulista deve ter sido o Rio de Janeiro. A Metrópole, desde o fim da

⁹² ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *op. cit.*, pp. 47-48.

⁹³ MONTEIRO, John Manuel. *op. cit.*, p. 100.

⁹⁴ Idem, p. 102.

⁹⁵ Idem, p. 113.

⁹⁶ Apud: Idem, p. 115.

Idade Média, importava trigo e, assim, não conseguia abastecer a população do litoral brasileiro. Inclusive, entre os anos de 1630 e 1654, a Fazenda Real foi outra compradora do trigo paulista a fim de abastecer as tropas envolvidas com os conflitos contra os holandeses no Nordeste e em Angola.⁹⁷

A Serra do Mar era o caminho para a rota mercantil. O trajeto era feito em duas partes. A primeira, percorrendo São Paulo até Cubatão, realizava-se a pé por carregadores indígenas com certa frequência e determinada velocidade, podendo ser completada em cerca de dois a quatro dias. A segunda, de Cubatão a Santos, era mais simples e efetuado por canoas, como comentamos anteriormente. O curso deste comércio era constante e abastecia o porto de Santos não só com trigo como também com carnes e gado. O fluxo só foi interrompido por duas vezes: uma devido a um violento surto de sarampo em Santos e a outra pelo medo de uma onça feroz que rondava o caminho.⁹⁸

Portanto, a vocação portuária santista conhecia, desde o final do século XVI, o desenvolvimento de suas funções, ainda que pela falta de documentação, não seja possível mensurar a atividade agrícola também na vila santista. Em virtude deste comércio, Santos foi alvo de ataques piratas como o do corsário inglês Thomas Cavendish em 1591, e o do corsário holandês Joris van Spilbergen em 1615, além de outras ameaças.⁹⁹

Tanto o perigo eminente da pirataria como a sempre presente questão dos conflitos sulinos com os espanhóis, trarão importância militar crescente à vila de Santos.

A preocupação militar, na prática, era constante na região. As fortalezas indicam bem tal situação. Martim Afonso de Souza, ainda na preocupação com os indígenas, cria a primeira fortaleza em 1535 na região de Bertioga. Mas a preocupação central, logo a seguir, será a vigilância do mar. Várias fortalezas são criadas para proteger os acessos marítimos: ao Norte, os fortes São João (1551) e o São Felipe (1557); ao Sul os fortes de Santo Amaro (1584), Augusto (1734) e o

⁹⁷ Idem, *ibidem*. Veja-se também ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, Apêndice 2, pp. 361-363.

⁹⁸ MONTEIRO, John Manuel. *op. cit.*, pp. 122-123.

⁹⁹ ANDRADE, Wilma Teresinha Fernandes de. *op. cit.*, p. 38.

do Góes (1765); para a defesa mais próxima, o forte de Nossa Senhora de Montserrat (1543) e a fortaleza de Vera Cruz do Itapema (1738).¹⁰⁰ Era clara a necessária relação que a vocação portuária demandava de segurança mínima para as relações comerciais.

Não é difícil perceber que a vila santista, ao longo dos séculos XVI e XVII, possuía importância significativa na capitania paulista e na região sul da América Portuguesa, tanto pelo aspecto econômico quanto pelo militar. Uma conexão entre estas duas áreas foi estabelecida pela Coroa com o monopólio de sal, entre 1631 e 1801, quando Santos foi definido como um porto estaque. Era no porto santista, portanto, que o sal deveria ser desembarcado para abastecer a capitania e também as vilas do sul da América portuguesa.¹⁰¹ O sal era um dos produtos mais visados no comércio, devido a sua necessidade básica para dar sabor aos alimentos – voltaremos mais adiante à questão do comércio de sal em São Paulo.

A descoberta do ouro nas Minas Gerais deve ter corroborado com o desenvolvimento comercial do porto santista. Contudo, foi de baixíssima duração. Em 1706, com a construção do chamado Caminho Novo, efetuado por Garcia Rodrigues Paes, que ligava a cidade de Estácio de Sá a Vila Rica, o fluxo do ouro foi para o Rio de Janeiro.¹⁰²

No entanto, ao contrário da perspectiva da “decadência” paulista, que a historiografia tradicional paulista apontava, como visto, há aqui um processo de mercantilização de São Paulo e crescimento populacional que certamente também afetou a vila de Santos. É neste momento, em 1748, que São Paulo perde a sua autonomia administrativa e as decisões militares passam a ser dadas a partir da praça de Santos, sob a jurisdição do Governo do Rio de Janeiro.¹⁰³

¹⁰⁰Veja-se, SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Defesa do porto de Santos**. Disponível em: http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1268422277178_defesa_porto_de_santos.pdf, acesso em 06/12/2010. E também: PROMESSA, João Luiz. **Reminiscências de Santos, 1543-1870**. Versão digital, disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300w01.htm#fim>, acesso em 06/12/2010.

¹⁰¹ ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial, 1631-1801**. Boletim Nº197, História da Civilização brasileira, Nº14. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1955, pp. 47-49.

¹⁰² ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *op. cit.*, p.49.

¹⁰³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, p.37.

O homem incumbido de tal tarefa era o Governador da Praça de Santos, que, naquele momento, era Luís de Sá e Queiroga. Na realidade, suas tarefas eram ainda mais extensas: cobrava os quintos e outros direitos, além de isenções fiscais, cumprimento de leis, obras públicas, etc. O trabalho era tanto que o governador já em 25 de fevereiro de 1750, queixava-se da quantidade de trabalho e pedia melhor pagamento, comparando-o com o de Santa Catharina: "... he mais merecedor deste Governo de ter o soldo do de Santa Catherina por aquelle, ter, sem comparação, menos trabalho que este ...”¹⁰⁴

Como visto, tal situação não perdura, já que São Paulo, em 1765, retoma sua autonomia política com vistas não só para atender as necessidades dos conflitos sulinos, como também para desenvolver a economia colonial com as medidas ilustradas. O Morgado de Mateus, ao iniciar suas atividades, monta estadia em Santos entre 23 de julho de 1765 a 2 de abril de 1766. As razões para principais para passar esse tempo ali eram a reorganização da Provedoria, já que o administrador lá estava antes da restauração, além de chuvas abundantes terem prejudicado o já bastante precário caminho da Serra do Mar. Também o capitão general reconhecia ali o “escellente Porto de Santos” e na expectativa de florescer o comércio, faz alguns contatos com a Companhia Agrícola dos Vinhos do Alto Douro, sugerindo o envio de navio, direto a Santos, carregado de vinhos. Além disso, estabelecia-se, logo a seguir, uma fábrica de louças na vila santista.¹⁰⁵

Em resumo, há de se ter em vista que Santos esteve sempre envolvida no desenvolvimento econômico paulista desde o início da colonização. Apesar do insucesso da produção açucareira em seu litoral, a vocação portuária fez com que a vila adquirisse importância ao longo dos séculos em um comércio cada vez mais ligado à São Paulo e as longínquas regiões da América portuguesa – importante no contexto da rota do comércio paulista nos séculos XVI-XVII, fundamental no final do século XVIII com o surgimento da Calçada de Lorena, das leis de porto único, e da expansão da lavoura açucareira no Oeste Paulista.

¹⁰⁴ Apud: Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ Idem, pp. 87-96.

A constatação da importância do comércio em Santos é vista pelo viajante John Mawe, em 1812:

“Santos é um considerável empório comercial, serve de armazém à grande Capitania de São Paulo, é porto obrigatório de escala para os navios que comerciam com o Rio da Prata. [...] Santos, sendo o porto de embarque de São Paulo, seu intercâmbio com aquela cidade é considerável. Todos os dias chegam do interior muitas mulas carregadas de mercadorias.”¹⁰⁶

Luiz D’Alincourt, outro viajante, descreve os produtos do comércio em Santos em 1818:

“É esta Vila o interposto de todos os objetos de exportação, e importação da Província; de Goyaz, e Mato-Grosso; ou conduzidos por terra, ou pelos rios. As produções, que descem dos estabelecimentos centrais, para saírem à barra, são açúcar, algodão, tecidos do mesmo, toucinhos, aguardentes, café, courama, fumo, e carnes chamadas ensacadas; estes gêneros são transportados, em Sumacas, a outras Províncias, com especialidade às do Rio de Janeiro, e Bahia. Os Estrangeiros levam daqui açúcar, algodão, café, e courama. Os principais efeitos de importação vem a ser o ferro, o aço, o sal, as fazendas secas, e vinhos, e, além destes, em mais ou menos quantidade, toelos (?) os que a Europa produz, e costumam ser exportados para o Brasil: daqui sobem a abastecer São Paulo, e as mais povoações da Província.”¹⁰⁷

Porém, o comércio local é visto como caro, principalmente porque os produtos chegavam já destinados a outras regiões:

“não obstante sua fertilidade, e relativamente abundância de gêneros, que entram em Santos, não são baratos nesta Vila, e a razão é porque a maior parte deles sendo de antemão destinados à outros lugares, não se vende, e nem se demora na terra.”¹⁰⁸

Em que medida Santos teria tal “fertilidade” para os gêneros básicos? Uma certa “aptidão” de Santos também é lembrada pelo capitão mor Francisco Xavier da Costa Aguiar ao defender o setor agrícola da vila:

¹⁰⁶ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, p. 59.

¹⁰⁷ D’ALINCOURT, Luiz, *op. cit.*

¹⁰⁸ D’ALINCOURT, Luiz, *op. cit.*

“Os Continentes das Ilhas de Santos, e Santo Amaro, e adjacentes da Serra a Sima produzem café, aguardente de cana, farinha de mandioca e o melhor arroz, mas de tudo pouco, por falta de braços, tendo a mesma aptidão para produzirem, havendo industria e cultura todos os mais efeitos, como assucar, e etc. Por tanto, seria bom haver maior cultura nesta Marinha, por que as manufacturas perto da agua, poupão com maior vantagem, o nimio trabalho das conduções do interior de qualquer Paiz.”¹⁰⁹

Obviamente, a constatação de que a ampliação da produção agrícola em Santos diminuiria os fretes terrestres dos produtos era atrativa para os mais diversos gêneros. Contudo, teria Santos esta tal aptidão? Procurar caracterizar a economia santista, a dimensão do segmento agrícola, a importância do setor mercantil, trará subsídios para perscrutar uma história de Santos ainda obscurecida, muito em virtude do grande desenvolvimento que se verá com o escoamento da produção de café gerando riqueza, milhares de imigrantes adentro, além de um enorme aparato como, por exemplo, a estrada de ferro Santos-Jundiaí – criada em 1867.

O espaço que a vila santista irá ocupar ao longo do século XVI até o início do século XIX contará com os territórios atuais de Cubatão, Guarujá e Bertioga, além da área que hoje é Santos continental.

Nossa intenção, portanto, nos capítulos que se seguem, é de buscar compreender como o contexto do desenvolvimento da produção açucareira afetou a vila de Santos.

No capítulo I, caracterizamos a economia santista. Procuramos entender quais eram as principais atividades econômicas de Santos através dos domicílios que atuavam nelas e também pela presença de cativos. Cada uma das principais ocupações é detalhadamente vista. A principal preocupação é entender uma eventual conexão entre uma mudança de perfil econômico na vila de Santos e o contexto do desenvolvimento do mercado açucareiro.

No capítulo II, analisamos a população da vila de Santos. Inicialmente a caracterizando em seus aspectos fundamentais, na divisão dos livres entre

¹⁰⁹ AGUIAR, Francisco Xavier da Costa. *op. cit.*, p. 388.

brancos, pardos e negros, além da divisão por sexo. Também estudamos a população cativa. Através de diversos instrumentos da história demográfica, procuramos, em todo tempo, entender as características peculiares dos santistas na capitania/província de São Paulo, sobretudo, em um eventual crescimento populacional, ou mesmo em alguma diferenciação básica frente a ampliação do comércio em torno do açúcar e do abastecimento.

No capítulo III, privilegiamos o estudo dos chefes de domicílios. Através da divisão da presença de cativos, procuramos entender como as características específicas da população santista se refletiram nas residências de Santos, através da comparação contínua com o restante de São Paulo.

Por fim, no capítulo IV discutimos a posse de escravos em Santos. Uma das principais formas de exame do estudo da concentração da riqueza da sociedade que aqui se formara pretende completar o quadro de como o comércio açucareiro afetou o principal porto paulista. No entendimento da posse de escravos em Santos, o grupo dos grandes escravistas santistas foi detidamente analisado. Procuramos entender a forma de atuação destes grandes proprietários, suas eventuais ascensões econômicas e suas relações com os demais.

As fontes documentais que formam a base desta análise são os maços de População da Vila de Santos existentes no Arquivo do Estado de São Paulo – considerações importantes a respeito deste fantástico conjunto de recenseamentos paulistas estão presentes em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico. Selecionamos os anos de 1775, 1798, 1817 e 1836. O principal motivo destes anos específicos foi a qualidade e a integridade destes maços, além de mais ou menos compondo um intervalo de vinte anos entre cada um. Contudo, com o avançar da pesquisa, entendemos que deveríamos comparar as naturalidades dos chefes de domicílios. Com isso, decidimos por acrescentar o maço de 1802 (único com tal informação além do de 1836). Com mais este ano, também foi possível acrescentar às críticas da fonte, já que teríamos um intervalo curto entre 1798 e 1802. Outros documentos foram subsidiários e também de grande valia. Cada um deles será comentado no texto à medida que forem utilizados.

Cumpre, por fim, destacar que decidimos deixar um Apêndice Metodológico e Estatístico no final deste trabalho com a principal finalidade de contribuir para futuras pesquisas, quer demográficas, quer econômicas, quer sociais, com os dados coletados e tabulados.

Capítulo I: A economia da vila portuária paulista

A pouca historiografia produzida a respeito da vila de Santos, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, ainda é depositária da visão tradicional paulista que analisou os santistas como pobres. Seria reflexo de um período de estagnação e de um consequente pequeno comércio, concentrado nas mãos de poucos mercadores, que só refloresceu com a economia do açúcar.¹¹⁰

Sem dúvida, o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX apresentaram uma conjuntura bastante favorável às atividades portuárias, como visto. A desestabilização da atividade açucareira no Caribe foi fundamental neste processo. Contudo, mais do que isso, o processo de diversificação na produção, alicerçado na crescente atividade de abastecimento e de fôlego cada vez mais intenso, era nítido sobretudo no Centro-Sul da América portuguesa. Desde a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e após a chegada da Corte em 1808, uma ampla gama de transações mercantis fazia com que as costas marítimas brasileiras fossem cada vez mais frequentadas. Qual era o papel de Santos neste processo? Teria esta conjuntura propiciado para a população santista certo enriquecimento a ponto de ocorrer algum tipo de mudança de perfil socioeconômico? Ou mesmo o discurso do capitão mor da vila, Francisco Xavier da Costa Aguiar, da fragilidade do setor agrícola de Santos, teria bases convincentes, ou seriam, de alguma forma, para atender objetivos específicos, talvez certos interesses particulares?

Vale-nos ressaltar a ausência de qualquer estudo que viesse a traçar o perfil socioeconômico de uma vila fundamentalmente portuária. Mais do que isso, ressaltar uma eventual correlação com o setor agrário e sua evolução, sobretudo no recorte temporal proposto – 1775 a 1836 – quando entendemos que o favorecimento com a Calçada de Lorena, com as leis de porto único e com o escoamento do cada vez mais importante comércio açucareiro gerou um desenvolvimento substancial. Era este o momento da inserção paulista no

¹¹⁰ Veja-se, por exemplo, as obras de ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *op. cit.*, SANTOS, Francisco Martins dos. *op. cit.*

mercado de exportação, o que ampliou, e muito, os negócios de abastecimento. A dinâmica da perspectiva comercial ganhava um fôlego enorme. É o que chamamos de exportar e abastecer.

Para esboçar o perfil econômico de Santos, temos como fonte base os maços de população da vila de Santos existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo.¹¹¹ Fantásticos censos de população, estas listas propiciam o estudo tanto quantitativo como qualitativo das principais variáveis que pretendemos desenvolver. Sua análise completa pode ser vista em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico no fim deste trabalho. No entanto, sempre que necessário, como ofício básico que é do historiador, apontaremos suas falhas e limitações, pois é sempre necessário compreender que as fontes são formadas para necessidades específicas e atendem a certa finalidade no momento de sua confecção.

Decidimos aqui facilitar a apresentação da vila pela divisão dos domicílios de acordo com a presença ou não da mão-de-obra escrava. Há de se ter em vista que o uso da força de trabalho de um escravo(a), na sociedade escravista da América Portuguesa/Brasil, era um elemento duplo. Por ser uma das principais formas para evidenciar acúmulo de riquezas, demonstrava um status privilegiado disponível para poucos. Assim, a divisão que propomos contempla um extremo da sociedade santista – nomeadamente os mais pobres, sem cativos – e, no outro lado, desde homens ou mulheres em processo de enriquecimento que podem ter adquirido recentemente um cativo, ainda que de não tão boa condição, como também a elite.¹¹² Portanto, apesar de, em uma primeira vista, parecer uma divisão de contrastes, nem sempre era assim. Em um processo de acumulação, homens e mulheres sem cativos podiam alcançar um tão sonhado apoio na lide diária. Outros, já se tornando escravistas, podiam ter acabado de ascender a tal situação e, assim, não eram muito diferentes dos que estavam em vias de chegar ao mesmo

¹¹¹ Doravante chamado de AESP.

¹¹² Veja-se a respeito da possibilidade de compra de cativos de não tão boa condição por homens e mulheres desejosos de se tornarem escravistas: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A escravidão miúda em São Paulo colonial**. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000;

patamar. Apesar de termos aqui também a elite com condição econômica incomparável àqueles sem nenhum cativo.

Resta, por fim, fazer menção que, apesar de não utilizarmos todos os dados coletados no decorrer do texto, os números completos ficarão disponíveis no Apêndice Metodológico e Estatístico com o objetivo de permitir a futuras pesquisas, demográficas ou não, a comparação com as informações por nós levantadas.

Domicílios escravistas

A análise do panorama geral da economia santista tem como base aqui a quantificação do número de domicílios envolvidos juntamente com a presença de cativos em cada um dos ramos de ocupações.¹¹³

Gráfico 1: Percentual de domicílios escravistas de Santos divididos pelas ocupações mais comuns entre os anos de 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

¹¹³ Quanto aos critérios utilizados para agrupar as ocupações na vila de Santos, veja-se o Apêndice Metodológico e Estatístico.

Pelo gráfico 1 podemos perceber as cinco ocupações em Santos que possuíam maior número de domicílios escravistas entre 1775 e 1836.¹¹⁴ As cinco atividades arroladas, ao longo do recorte proposto, envolvem sempre em torno de três quartos dos domicílios santistas e sempre com variação considerável em cada uma delas. Uma primeira explicação plausível é que as sociedades deste momento, nos trópicos, tinham baixa especialização de produção e não era difícil, eventualmente, de acordo com as necessidades, mudar de ofício ou simplesmente ter mais de uma ocupação. Quando o caso era este último, os maços de população apresentaram uma limitação nítida: não havia qualquer critério para a seleção da descrição de uma única ocupação, ou mesmo de sempre mencionar todas as atividades relacionadas ao domicílio. Neste aspecto, dependia, e muito, da boa vontade do recenseador.¹¹⁵ Os lares relacionados com a agricultura são os que sofrem maior queda: deixam de ser mais de um terço dos domicílios escravistas para, na terceira década do século XIX, serem pouco mais de um décimo – apesar de que no início do século XIX ainda representavam perto de um quarto dos domicílios. São as atividades de agência e comércio as que passam a deter maiores quantidades de domicílios escravistas ao longo do recorte proposto. A primeira mais que triplica sua quantidade entre 1775 e 1836 – apesar de seu maior salto ser visto em 1802. A segunda duplica sua participação sendo que seu principal salto é visto na terceira década do século XIX, onde representa cerca de um terço dos domicílios escravistas de Santos. Por fim, o artesanato tem tendência declinante, embora haja um salto discrepante em 1817. O jornal dos escravos ocupou importância significativa em 1798, em que quase chega a ser descrito em um quinto dos domicílios escravistas – nos outros anos, foi pouquíssimo mencionado.

No geral, há uma clara tendência de que o setor agrícola perde importância na vila para atividades relacionadas ao setor mercantil e portuário.

¹¹⁴ Várias outras atividades estão arroladas em nossas tabelas do Apêndice Metodológico e Estatístico. O critério adotado para a confecção do gráfico foram as atividades que envolviam, ao menos, um décimo dos domicílios de Santos ainda que em qualquer um dos 5 maços de população utilizados.

¹¹⁵ A discussão completa deste aspecto pode ser vista em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

Ter-se-ia, assim, um importante reflexo da conjuntura cada vez mais dinâmica do exportar e abastecer. Contudo, tal observação necessita de maiores subsídios a partir do número de escravos utilizados em cada uma das atividades e de sua média. Com isso, estes dados completam a perspectiva da eventual perda de importância do setor agrícola ou simplesmente certo aumento da concentração do uso da mão-de-obra cativa em tal atividade.

Gráfico 2: Principais atividades de Santos por percentual de quantidade de escravos possuídos, 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

As cinco atividades acima são os principais ramos econômicos de Santos, somados com os rentistas, como atesta o gráfico 2. Nota-se considerável correlação entre o movimento da quantidade de domicílios e o contingente de cativos empregado nestas ocupações. A última comprovação de tal correlação é a análise da média de escravos possuídos que será realizada no capítulo IV ao discutirmos a posse de cativos e sua evolução em Santos. Por ora, a partir de tais dados, voltamos a destacar que a vila se torna, cada vez mais, mercantil/portuária. Vejamos cada uma das atividades detalhadamente.

O setor agrário

A agricultura era a principal atividade econômica de Santos em 1775. Representava ali mais de um terço dos domicílios escravistas e absorvia mais da metade de todos os cativos da vila. No final do século XVIII, houve uma queda bastante considerável nos dois elementos da análise e, contrapondo com as demais ocupações, verifica-se que ela ocorre justamente no ano em que a ocupação jornal dos seus escravos é bastante significativa – retomaremos esta questão ao discutirmos a seguir este tipo de serviço. Contudo, nas duas primeiras décadas do século XIX, houve uma retomada da importância da lida agrícola com um quinto dos domicílios escravistas nela envolvidos e com a participação de dois quintos do total de cativos. Por fim, na década de 30, notou-se mais uma queda considerável, indicando a perspectiva de um novo perfil, pois o comércio era o grande contraponto deste momento.

Gráfico 3: Domicílios escravistas envolvidos com a agricultura em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida em seis regiões, entre 1775-1836*

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabelas 10, p. 360. Para Santos, AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* O intervalo para Santos é válido respectivamente, para 1775, 1802 e 1836; já para as 6 regiões de São Paulo, os dois intervalos são 1804 e 1829.

Gráfico 4: Escravos envolvidos com a agricultura em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida em seis regiões, entre 1775-1836*

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 11, p.361. Para Santos, AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* O intervalo para Santos é válido respectivamente, para 1775, 1802 e 1836; já para as 6 regiões de São Paulo, os dois intervalos são 1804 e 1829.

Luna, analisando 25 localidades paulistas, detectou a importância da agricultura ao longo das três primeiras décadas do século XIX, já que o setor representava dois terços do total de proprietários nos anos de 1804 e 1829 e o contingente de escravos deste grupo somavam três quartos do total de cativos. Apesar de notar diferenças importantes entre as regiões, ressaltava que “em nenhuma delas os proprietários desse segmento representavam peso inferior a 50%.”¹¹⁶

Comparando o setor agrário de Santos com o restante de São Paulo (gráficos 3 e 4), observa-se que o perfil da vila santista é bastante distinto.

No avanço da agricultura para exportação, se destacavam o Oeste e o Vale do Paraíba com índices superiores a três quintos do total de domicílios nesta lide e

¹¹⁶ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 359.

quatro quintos do total de escravos. Isso no caso do Oeste com o “boom” da lavoura açucareira¹¹⁷ e no caso do Vale do Paraíba, com a expansão da lide cafeeira¹¹⁸. Destacava-se ainda na agricultura o caminho do Sul, aqui atuante no comércio de gado muar e nas tropas de abastecimento¹¹⁹, ainda que em um visível processo de declínio. As regiões mais voltadas para o comércio, Capital e Caminho do Sul, estão longe de apresentarem a alta tendência de decréscimo da importância do setor agrário vista para Santos.

A vila santista era bem diferente também em relação a sua vizinhança: o percentual de domicílios escravistas envolvidos na agricultura no Litoral é três vezes maior que o de Santos e que o do contingente de escravos, especialmente na terceira década do século XIX. Podemos justificar isso pela produção açucareira do final do século XVIII e do início do século XIX, em São Sebastião e pela produção cafeeira de Ubatuba na terceira década do século XIX.¹²⁰

A mesma perspectiva é vista com os dados do Litoral Norte detectados por Ramón Fernández. O autor encontra, em Ubatuba, entre os domicílios escravistas atuantes na agricultura, uma oscilação entre 81,6% e 91%, enquanto que, em São Sebastião, nota-se variação entre 68,9% e 80% para os anos de 1798-1836. Nesse mesmo período, a participação de cativos no setor, em ambas as regiões, oscila entre 78,8% e 94,6%.¹²¹

Desta forma, nota-se que Santos talvez tivesse um descompasso menor do setor agrário em relação ao restante de São Paulo, principalmente no percentual de escravos, antes do último quartel do século XVIII. A partir dali, com a expansão da atividade comercial gerada pelo açúcar, a feição portuária abre muito espaço para o comércio, embora alguns escravistas tivessem investido em certa produção

¹¹⁷ Sobre o crescimento da produção açucareira no Oeste Paulista, veja-se a discussão bibliográfica apresentada na Introdução deste trabalho.

¹¹⁸ Sobre o desenvolvimento do café no Vale do Paraíba, sobretudo em Bananal, veja-se: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999, pp. 109-176.

¹¹⁹ Veja-se a discussão fundamental acerca da atividade tropeira em: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001, pp. 13-18.

¹²⁰ A respeito da história da produção do açúcar e do café, respectivamente, em São Sebastião e Ubatuba, veja-se: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente García. *op. cit.*, pp. 59-68.

¹²¹ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente García. *op. cit.*, pp. 133-134.

agrícola no início do século XIX, acompanhando a ideia do capitão mor da vila, Francisco Xavier da Costa Aguiar, o que precisa ser investigado com os dados da produção. Esta situação não se firmou, pois o que se observa é que o “boom” da economia paulista gerou a especialização da vila santista em uma área com atividades urbanas relacionadas com o crescente comércio portuário, ligado à dinâmica do exportar e abastecer.

Era cada vez mais difícil, portanto, encontrar em Santos casos como o de Anna Francisca da Graça – branca, solteira, de 42 anos – que morava com um agregado de 10 anos e seus 8 cativos, vivendo de sua roça em que “além do que gastou em sua Caza vendeo 40 alqueires de arroz pilado e 1 arroba de café”.¹²² Como também o de Jozé de Freitas – branco, natural de Santos, viúvo, 50 anos de idade – morando com sua irmã, 2 agregados e 4 escravos, ocupando-se “em lavoura da qual só tira para seo sustento e Vistiário”.¹²³ Além do de Dona Jozefa Maria Ferreira – natural de Santos, casada, cujos marido ou estava ausente temporariamente ou havia abandonado o lar, já que não é descrito no domicílio, com 44 anos de idade – que vivia com seus 4 filhos e 19 cativos onde “ocupace os escravos em lavoura para sustento da família”.¹²⁴

A caracterização geral do setor agrícola da vila de Santos só fica completa a partir da análise de sua produção e, eventualmente, de seu mercado. Nesse sentido, para o período que propomos para esta pesquisa, duas fontes são possíveis. Por um lado, a contagem, fogo a fogo, dos maços de população selecionados. Por outro, os mapas de produção existentes em anos específicos. Há certa discrepância de dados em ambas as formas. Os maços de população antes de 1798 não tinham como padrão a apresentação de dados econômicos. Desta forma, o maço de Santos de 1775 constitui-se em uma exceção, inclusive, típica da Capitania naquela década.¹²⁵ O principal objetivo dos maços de população

¹²² AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 204.

¹²³ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 229.

¹²⁴ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 21.

¹²⁵ Infelizmente, não sabemos o motivo de tal diferenciação. Teria sido algum tipo de ordem específica?

paulistas era arrolar o contingente populacional capaz de ser recrutado para os combates com os espanhóis na região Sul da América portuguesa. Em sua segunda fase, a partir de 1798, ampliaram sua finalidade ao exigir informações econômicas da região, a fim de que, dentro da política ilustrada, perspectivas de desenvolvimento fossem dadas, mas sem perder de vista a possibilidade de que estes recursos também poderiam ser necessários para a provisão das tropas ao Sul.¹²⁶ Os mapas de produção, por sua vez, nada mais eram do que resumos estatísticos dos dados da produção e do comércio, além do valor corrente do artigo, para o ano em questão. Um problema comum a estas fontes era o medo do fisco, que poderia ocorrer a qualquer momento, frente às dificuldades das tropas no combate aos castelhanos. Com isso, certamente seus dados são subestimados.¹²⁷ No entanto, pela ausência de melhores informações, teremos estes números como indicativos de uma tendência geral.

Um problema específico dos maços de população era a variação da forma de informar feita pelo recenseador. Em alguns anos, o capitão mor anotava toda a produção do domicílio. Já em outros, poucos dados são levantados – há somente a menção de que “Vive de sua roça que apenas colhe para comer”, ou “ocupace em lavora da qual se sustenta e a sua família”, ou mesmo “colhe para consumo”. Esta percepção é dada, respectivamente, para os maços de 1798, 1802 e 1836, que são anos de dados mais baixos, talvez em função do recenseador ter fornecido informações somente do que foi comercializado (excluindo o que foi consumido no próprio domicílio).

Decidimos aqui por utilizar ambas as fontes para podermos estender ao máximo os anos de análise. Contudo, vale assinalar que, independente de nos voltarmos para os dados diretos dos maços de população ou dos mapas de produção, é fácil verificar que os principais produtos da vila de Santos, entre o

¹²⁶ Histórico completo pode ser visto em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

¹²⁷ Veja-se nossa discussão no Apêndice Metodológico e Estatístico e especialmente o trabalho de: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico**. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: volume 14 – nº1 – jan-jun de 2008.

último quartel do século XVIII e a terceira década do século XIX, foram a aguardente, o café, o arroz e a farinha de mandioca.

Gráfico 5: Evolução das produções de aguardente, café, arroz e farinha de mandioca em Santos, entre 1775-1836

Fontes: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802, 1817 e 1836 e mapas de produção em Santos para os anos de 1798, 1816, 1817, 1818, 1828, 1830¹²⁸

¹²⁸ A apresentação dos dados conta com algumas decisões. No caso da aguardente, os dados do maço de população do ano de 1775 não entraram, pois não conseguimos encontrar uma forma de transformar a unidade barris em medidas. Para o ano de 1798 os dados utilizados são as 60 pipas do mapa de produção. O problema que se impõe é a conversão de pipas para medidas. Como analisa Iraci da Costa, as medidas de líquidos apresentavam grandes variações e o autor não encontra qualquer conversão entre medidas e barris. Para solucionar tal questão, tentei observar uma possível relação na própria vila de Santos. Assim, utilizei a comparação dos dados das duas fontes do ano de 1817 acerca da aguardente (ano especialmente interessante devido ao fato de que os números de ambas os documentos serem muito próximos para os outros produtos). Um era só em medidas (o mapa de produção) e o outro contemplava medidas e pipas (a coleta fogo por fogo do maço de população). O número que cheguei foi: uma pipa poderia equivaler a, aproximadamente, 240 medidas. Interessante notar que este mesmo número é dado no Mapa de produção de 1798 acerca do Azeite de Baleya avaliado “em pipas de 240 medidas”. Ramón Vicente García Fernández. *op. cit.*, p. 310, adota para o litoral Norte, baseado em certa bibliografia e em alguns casos de Ubatuba, a conversão de 1 pipa = 180 medidas. Sobre a dificuldade deste tipo de conversão veja-se: COSTA, Iraci del Nero da. **Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações**. *Boletim de História Demográfica*, Ano I, Número 1 – Abril de 1994. No caso do café, duas conversões foram necessárias. Para 1798 foi necessário transformar quintaes em arrobas. Segundo Friederich Von Weech, o quintal equivalia a 4 arrobas.

Conforme o gráfico 5, há grandes variações na produção dos quatro gêneros. A única impressão que parece significativa é de que houve uma tendência de crescimento dos produtos para abastecimento nas duas primeiras décadas do século XIX, com exceção da produção cafeeira. É sugestivo relacionar que este momento foi o último de uma participação significativa da agricultura em número de domicílios escravistas e quantidade de cativos. Voltaremos a esta questão quando estudarmos a posse de escravos na vila.

Como visto, a tendência geral da conjuntura desse momento é justamente de uma fundamental ampliação do mercado de abastecimento na capitania paulista e da América portuguesa como um todo. Arruda, sintetiza esse momento:

“Foi exatamente nos fins do século XVIII e inícios do século XIX que os grandes movimentos comerciais dinamizaram a economia portuguesa, a ponto de formar um mercado nacional único, que não existia antes de 1790. Guardadas as devidas proporções, poderíamos dizer a mesma coisa para o Brasil, na medida em que, exatamente neste período, o Brasil apresenta já uma certa integração interior, o que não pode ser referido como um mercado interno brasileiro, mas que é o primeiro passo para sê-lo. É, entretanto, um momento prévio e fundamental de interligação das partes que permitiam a integração do todo.”¹²⁹

Resta-nos ainda acrescentar a importância que a vinda da Corte, justamente neste momento, gerou para o mercado de abastecimento, integrando a chamada região centro-sul em torno do Rio de Janeiro, já que houve uma explosão de mercado consumidor na cidade.¹³⁰

Contudo, destacamos, por ora, que a produção santista de gêneros agrícolas era sempre muito baixa. Se compararmos sua produção de café com a de Ubatuba, importante produtora do gênero na terceira década do século XIX,

Veja-se: WEECH, Friederich Von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 58. Para 1836 foi preciso transformar alqueires em arrobas. A única menção que encontramos, e por isso decidimos adotá-la, é a de Ramón Vicente Garcia Fernández, *op. cit.*, p. 307, em que cada alqueire equivaleria a 0,7 arrobas – baseado também em dados de Ubatuba. No caso do arroz, a mesma conversão de quintaes foi efetuada para o ano de 1798.

¹²⁹ ARRUDA, José Jobson. *op. cit.*, p. 123.

¹³⁰ Um recente e bom trabalho acerca das repercussões da vinda da Corte é: PIMENTA, João Paulo G. e SLEMIAN, Andréa. **A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

Santos, no seu ápice, com, no máximo, 325 arrobas em 1828, não atingiu 1% da produção dos ubatubenses, já que produziram 34249 arrobas em 1836. Mesmo no ano de 1828, a produção de Ubatuba já era bem mais elevada, pois ali a vila já contabilizava 1445,5 arrobas, um número, superior em mais de 400% à produção santista.¹³¹ Convém considerar aqui que o café desceu ao longo da costa paulista. Ou seja, chegou antes em Ubatuba do que em Santos, e nesta não teve chance de desenvolver a produção da mesma maneira, pois já enfrentava o forte crescimento de serra acima. É bastante plausível que Ubatuba não era melhor para o café, mas sim foi atingida primeiro. É o mesmo que ocorreu mais acima, onde Bananal foi a primeira a florescer com o café. Em 1799 a produção de Bananal era de 9 arrobas; em 1802, de 40 arrobas; em 1817, de 4049 arrobas; em 1829, de 45572 arrobas.¹³²

Em proporção menor, mas também com considerável desvantagem, a mesma comparação pode ser feita com a farinha de mandioca, já que este era o principal produto de Ubatuba antes do arranque do café. Santos, em seu pico, alcançou 6311 alqueires em 1817, contra 11506,5 alqueires em 1801, 38672 alqueires em 1820 e 21201 alqueires em 1830 produzidos pelos ubatubenses.¹³³

Quanto à aguardente, a produção santista se aproxima muito mais da ubatubense, mas ainda em número significativamente mais baixo, já que o pico de Santos foi em 1818 com 15928 medidas e o de Ubatuba foi em 1814 com 19062 medidas. Se compararmos ainda com São Sebastião, vila onde uma importante produção açucareira foi desenvolvida entre o final do século XVIII e as primeiras

¹³¹ Os dados de Ubatuba acerca do café foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, p. 348. Decidimos aqui utilizar esta obra por ser mais recente que o trabalho da mesma localidade desenvolvido por Maria Marcílio. Há, contudo, uma pequena diferença entre os dados dos dois autores. A autora aponta para 40750 arrobas em 1830. Veja-se: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara e população...**, p. 131.

¹³² Os dados da produção de café de Bananal foram coletados de: MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, p. 141.

¹³³ Os dados de Ubatuba acerca da farinha de mandioca foram obtidos de: Idem, *ibidem*. Ressalta-se que o trabalho de Ramón Fernández não apresenta os dados deste período, por isso, a obra de Maria Marcílio foi utilizada.

décadas do século XIX, o pico de produção da aguardente foi mais do que duas vezes maior, atingindo, em 1821, 44856 medidas.¹³⁴

Por fim, quanto ao arroz, mais uma vez Santos esteve bem longe, por exemplo, da produção de Iguape – principal vila paulista a desenvolver tal produto. O auge de Santos foi dado em 1818 com 7257 alqueires. Todavia, Iguape, já produzia mais que o dobro em 1809 com 16425 alqueires e atingiu pico de 118296 alqueires em 1836.¹³⁵

A vocação agrícola, portanto, de acordo com os dados que colhemos, nunca existiu em Santos – possivelmente pelas condições naturais da região onde a vila se instalara.¹³⁶

¹³⁴ Os dados de Ubatuba e São Sebastião acerca da aguardente foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, p. 346 e 348.

¹³⁵ Os dados de Iguape acerca do arroz foram obtidos de: VALENTIM, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 27 para 1809 e MULLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciaes de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837**. Reedição literal. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1923, p. 128.

¹³⁶ O clima quente, os terrenos alagados e a qualidade do solo não propiciam boas condições agrícolas para Santos.

Tabela 1: Preços e montantes das 4 principais produções agrícolas de Santos, 1798-1836

	1798		1816		1817		1818	
	Preço	Importância	Preço	Importância	Preço	Importância	Preço	Importância
Aguardente			\$240	1:936\$080	\$200	2:262\$400	\$200	3:185\$600
Café	2\$880	691\$200	1\$600	377\$600	1\$600	228\$800	1\$920	203\$520
Arroz			\$640	2:682\$240	\$800	3:808\$800	\$960	6:966\$720
Farinha de mandioca			\$800	2:832\$800	\$800	5:048\$800	\$960	5:672\$640
outros				181\$200		234\$880		36\$000
total		5:059\$200		8:009\$920		11:583\$680		16:215\$680
	1828		1830		1836			
	Preço	Importância	Preço	Importância	Preço	Importância		
Aguardente	\$200	1:069\$000	\$200	809\$000				
Café	1\$600	520\$000	2\$000	494\$000	3\$200			
Arroz	2\$560	8:529\$990	3\$000	9:849\$000	3\$000			
Farinha de mandioca	1\$280	2:782\$720	1\$600	3:344\$000				
outros		293\$760		198\$960				
total		13:195\$400		14:694\$960		12:059\$000		

Fontes: AESP, mapas de produção de Santos, 1798, 1816, 1817, 1818, 1828, 1830 e 1836. Os dados dos preços do café e do arroz em 1836 refere-se à obra de Daniel Pedro Muller. *op. cit.*, p. 122.

Com relação aos valores que estas produções geravam na vila de Santos (tabela 1), ainda que no momento não entremos na análise do comércio propriamente dito, era o arroz que adquiria maior importância ao longo dos anos. Em 1830, representava quase dez contos de réis – 67% do montante deste ano. Era muito considerável a valorização do preço do arroz, sendo ele o produto mais cobiçado da produção santista. Seu preço que era de \$640 réis em 1816, passa a 3\$000 réis em 1830-36, crescendo mais que 468%. Daniel Pedro Muller, ao analisar o valor do arroz pilado na Província de São Paulo, verificava que o preço máximo era obtido em Santos por 3\$000 o alqueire, quando o preço médio era de 2\$000 o alqueire, como constava em Paranaguá e Antonina. Já o preço mínimo estava em Iguape, o maior produtor de arroz da Província, que registrava entre 1\$660 e 1\$440 o alqueire.¹³⁷ Santos, inclusive, era descrita como a região que possuía as melhores manufaturas de pilar arroz: “os melhores de preparar o arroz

¹³⁷ A respeito da produção de arroz em Iguape, veja-se: VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, especialmente capítulo 1, pp. 25-75.

são alguns do districto de Santos, nos quaes por machinas, se peneira e alimpa o grão.”¹³⁸ Na verdade, a qualidade do arroz em Santos já era descrita por John Mawe, apesar do exagero quanto ao montante produzido: “Considera-se o arroz deste distrito, produzido em grandes quantidades, o melhor do Brasil.”¹³⁹

Neste sentido, é possível argumentar que, devido à procura do arroz no principal porto de São Paulo, alguns dos habitantes da vila de Santos tentaram participar da produção da rizicultura, contudo, sempre em níveis bastante baixos. Para ter noção do montante do arroz em Santos, no ano de 1836, o valor anotado por Muller para Iguape era de 118296 alqueires de arroz, gerando 94:638\$800 réis – mais de sete vezes o valor de todos os produtos de Santos no mesmo ano, ou mais de nove vezes o valor da rizicultura em Santos no ano de 1830.¹⁴⁰

O único produto que chega a ser mais caro que o arroz é o café (3\$200 réis em 1836), que inclusive dobra seu preço entre 1816 e 1836. No entanto, sua produção nunca atinge um alto montante, sendo baixíssima em Santos. Também de acordo com Muller, o valor de 3\$200 réis era o máximo obtido em Santos, São Paulo, Paranaguá e Iguape.¹⁴¹ A mesma perspectiva da valorização do comércio da rizicultura pode ser entendida para a cafeicultura, só que em uma escala ainda menor.

Quanto aos outros dois produtos, verificamos que o valor da aguardente se manteve quase o mesmo em todo o período, demonstrando que não houve nenhuma valorização significativa. Enquanto isso, a farinha de mandioca também incrementou a sua valia duplicando seu valor, e com seus montantes mais consideráveis em 1817-1818, sendo, neste primeiro ano, o produto mais proeminente da vila. Entretanto, essa situação não se mantém, demonstrando queda na importância deste produto.

¹³⁸ MULLER, Daniel Pedro. *op. cit.*, p. 239.

¹³⁹ MAWE, John. *op. cit.*, p. 59. Interessante citar ainda que o autor continua a sentença com “as bananas também são conhecidas.” Em nenhum outro momento nos deparamos com qualquer menção desta produção de bananas em Santos.

¹⁴⁰ Idem, p. 128.

¹⁴¹ Idem, p. 122.

Antes de finalizarmos a caracterização geral do setor agrícola de Santos, algumas produções curiosas que chegaram a ser desenvolvidas merecem destaque. Três domicílios, em 1775, se aventuraram em produzir açúcar. São, todavia, os únicos casos sobre os quais tivemos notícias. O primeiro deles era de Fernando Guimaraens, Capitão Comandante, com 64 anos, que vivia com sua esposa, Dona Joana da Motta, de 61 anos, e seus 27 cativos, produzindo 2 canas de açúcar.¹⁴² Possivelmente pelo avançado da idade, não conseguimos localizá-lo nos demais anos. O segundo caso era o do Reverendo Joaquim Martins de Aguiar, com 22 anos, que vivia na companhia de sua mãe e mais 9 irmãos e irmãs, além de 10 escravos. Produzia 20 alqueires de farinha, 15 arrobas de açúcar e 16 alqueires de arroz.¹⁴³ Sua ocupação variou bastante nos maços de população, pois em 1798, aqui com 47 anos e com sua cor revelada (branco), morando somente com 6 cativos, vivia “das suas ordens e dos jornaes dos seus escravos”.¹⁴⁴ Em 1802, com 51 anos, quando era descrita sua naturalidade (santista), adquire um escravo crioulo e “ocupa os seus escravos em lavoura da qual vende 30 arrobas de café, o mais distribuído com a família.”¹⁴⁵ Foi a última menção que conseguimos obter. É-nos interessante notar que mesmo o padrão de ser voltado à agricultura varia ao longo dos recenseamentos e, quando retorna, a única produção comentada é a de café. Como já mencionamos, apesar de esta ser uma sociedade com baixa especialização de mão-de-obra, há de se ter em vista que não se tem notícia se os maços de população possuíam algum tipo de padrão para a classificação das atividades. Com isso, não há como ter certeza da classificação do olhar do recenseador: se era baseado em ordens ou segundo a própria compreensão do que via e, com a mudança de capitão mor ao longo dos anos, a variação era simplesmente dada pela subjetividade da percepção. A mudança de ocupação, desta forma, seria fruto de uma simples mudança de olhar para a confecção dos maços.

¹⁴² AESP, maço de população de Santos para o ano de 1775, fogo 1.

¹⁴³ AESP, maço de população de Santos para o ano de 1775, fogo 51.

¹⁴⁴ AESP, maço de população de Santos para o ano de 1798, fogo 27.

¹⁴⁵ AESP, maço de população de Santos para o ano de 1802, fogo 4.

Por fim, o terceiro caso de produtor açucareiro era o de Antonio Pereira, com 48 anos, que morava com sua esposa e quatro filhos, cultivando “em citio alheio que rende 6 arrobas de açúcar e vive de sua pescaria”.¹⁴⁶ Infelizmente, não conseguimos localizá-lo nos demais recenseamentos e nem precisar a localização de sua família. De qualquer forma, nota-se que nos três casos mencionados houve uma baixíssima produção açucareira, sem continuidade no ofício.

Se alguns se interessaram em produzir o “ouro branco”, logo desistiram – ou então não temos mais notícia. A única produção citada, inclusive, pode ter sido apenas para subsistência. A última menção que temos de certa fabricação de açúcar na vila é o mapa de produção de 1798 em que 200 arrobas são mencionadas. Contudo, o maço de população não nos traz qualquer informação a respeito. Assim, infelizmente, se tal produção foi mantida por algum dos três casos de 1775, ou novos domicílios desenvolveram a cultura, ficamos sem resposta.

Outras informações interessantes são fornecidas pelo mapa de produção de 1798 – ainda que não somente do espaço agrícola. Essa fonte foi a única a mencionar que a vila produzia, além dos quatro produtos principais e do açúcar, 500 centos de couros secos, 50 arrobas de goma, 50 dúzias de madeira em tabuado, 216 pipas de 240 medidas de azeite de baleia e 80 milheiros de peixe seco. Não deixa de ser pertinente notarmos que estes produtos não pararam de ser produzidos nos demais anos. Por exemplo, o azeite de baleia era o produto típico da Armação de Bertioga e não desapareceu no período. Assim também a produção de madeira, fundamental para as caixas de embarque do açúcar e demais produtos, que era sempre solicitada para os reparos em navios. Da mesma forma, a produção pesqueira era uma das bases da alimentação de qualquer vila litorânea e o hábito de secar peixes, tradição típica portuguesa, certamente não desaparecera. Enfim, tal constatação demonstra que as fontes são limitadas e que as informações aqui levantadas apreendem apenas parte da economia da vila.

¹⁴⁶ AESP, maço de população de Santos para o ano de 1775, fogo 161.

É-nos importante ainda entender a dinâmica da terra na vila santista. Alice Piffer Canabrava analisou a repartição de terras na capitania de São Paulo e concluiu que a concentração era o “fenômeno característico da estrutura fundiária paulista, com a oposição entre a grande maioria dos proprietários, limitada a uma fração pequena de terra, e o reduzido número que domina mais da metade da superfície da Capitania.”¹⁴⁷

Um primeiro olhar sobre os dados brutos de Santos pode ser muito traiçoeiro. Ao observarmos as informações do maço de população de Santos de 1817 acerca daqueles que atuavam no setor agrário da vila, o número total é de 166 domicílios. O número fica, a princípio, próximo do total de propriedades de Santos, de acordo com os Avisos Régios: 154.¹⁴⁸ No entanto, a realidade era muito distinta. Dos 732 domicílios daquele ano, somente 154 registros, geram uma exorbitante diferença de 578 residências. Claro que é preciso considerar o universo urbano da vila. Contudo, este fatalmente devia ser muito menos que 578 (79,0% do total). Desse número, uma parte deveria morar na área urbana, mas muitos destes “urbanos” eram, na realidade, moradores nas áreas periféricas da pequena mancha urbana central. Mesmo não sabendo as reais dimensões dessas duas partes, é bastante possível afirmar que a maioria da população não possuía terras próprias, vivendo, assim, em terras alheias ou devolutas. Vale-nos acrescentar que, como os critérios do recenseador não eram claros, é bastante possível que um domicílio chefiado por um ferreiro, ou qualquer outra atividade urbana, tivesse também uma pequena roça para consumo vivendo na área rural. Soma-se a isso, ainda a questão dos agregados que certamente lá estavam habitando e obtendo o fruto de seu trabalho em terras de outros.¹⁴⁹

¹⁴⁷ CANABRAVA, Alice Piffer. **A repartição da Terra na Capitania de São Paulo, 1818.** São Paulo: *Estudos Econômicos*, IPE/USP, volume 2, número 6, dez. 1972, pp. 77-129. Citação literal encontrada na página 110.

¹⁴⁸ Os Avisos Régios estão presentes no AESP, classificados como *Avisos Régios de 1817*, sem número de ordem, organizado por ordem alfabética de municípios. Em Santos havia somente uma companhia com o mencionado total de 154 propriedades.

¹⁴⁹ Carlos de Almeida Prado Bacellar encontrou realidade de domicílios e proprietários de terras do cruzamento do maço de população com os Avisos Régios de 1817 para São Luís do Paraitinga em proporções muito próximas as de Santos: 80,5% dos domicílios não possuíam terras. Veja-se: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Agricultura, escravidão e economia de abastecimento em São Luiz do Paraitinga, Brasil, 1776-1828.** Comunicação apresentada no Seminário

Tabela 2: Propriedades e proprietários em Santos, 1817.

Tipos de propriedade	Nº de proprietários	Nº de propriedades
Proprietários individuais	86	86
Proprietários com mais de uma propriedade	16	43
Propriedades da Real Fazenda	1	5
Propriedades sem dono		6
Propriedades em que o dono não morava em Santos	13	14
Total de proprietários	116	
Total de propriedades		154

Fonte: AESP, Avisos Régios de Santos.

Os números da tabela 2 confirmam a concentração de terras, já que pouco menos da metade destas propriedades não eram de moradores de Santos, ou eram parte do patrimônio de um pequeno grupo que detinha mais de uma propriedade na vila. Mesmo assim, no restante, havia diversos casos de propriedades que eram compartilhadas por herdeiros, ou ainda, situações em que um mesmo domicílio do maço de população possuía dois proprietários de terra – são situações em que o recenseador no maço de população denominava “no mesmo fogo” em alguns momentos.

Alguns casos curiosos podem ser observados nos Avisos Régios. Um deles é a existência de três propriedades que estavam sem dono porque “o dono desta terra se passou a muitos annos para Minas e nunca mais se soube d'elle”¹⁵⁰, ou então “os proprietários deste terreno se auzentaram a muitos annos para Minnas de Goiazes, deixando nesta villa procuradores que já falecerão”¹⁵¹. Estas propriedades parecem comprovar que o processo de aquisição de terras em Santos já devia ter sido consumado no início do século XIX, pois antigos povoadores ainda eram considerados, mesmo que já há muito tempo ausentes. Outra delas é a grande diversidade de proprietários de terras em Santos que não viviam na vila.

Internacional sobre Población y Sociedad en América Latina (SEPOSAL 2010), Salta, Argentina, 2010, pp. 4-5.

¹⁵⁰ AESP, Avisos Régios de Santos, números 107 e 133.

¹⁵¹ AESP, Avisos Régios de Santos, número 143.

Havia ali donos que moravam em Iguape, Ubatuba, São Sebastião, São Vicente, Paranaguá, Sorocaba e Ilha Grande.¹⁵² Mais uma situação são os casos das propriedades da Real Fazenda em que três eram da Armação de pesca das baleias, uma “por confisco dos extintos Jesuítas”¹⁵³ e a última era de um falecido Bento Nunes, mas que “está a muitos annos seqüestrado pela Fazenda Real, não há quem declarar seus títulos”¹⁵⁴.

Por fim, é interessante notar a grande diversidade dos proprietários com mais de uma propriedade, desde pequenos produtores, como Antonio Damazo com duas diminutas terras¹⁵⁵, como ainda os “herdeiros do falecido Capitam Francisco Cardozo de Menezes Souza, por herança dos seus pais, são moradores nesta villa”¹⁵⁶ que não dividiram as terras, ou até mesmo o Convento do Carmo com suas 8 propriedades¹⁵⁷.

Deve-se, contudo, ressaltar a existência de uma possível limitação na descrição dos proprietários nos Avisos Régios de Santos que talvez nos permita adentrar um pouco mais na realidade das terras na vila. Isso porque a propriedade “Boa vista”, pertencente a João Antonio de Souza, foi dividida da seguinte forma: “partem de hum lado com terras do Capitam Manuel de Alvarenga, e de outro com terras de João Octavio Nebias”.¹⁵⁸ Realmente a propriedade anterior era de Manuel de Alvarenga Braga, porém, a propriedade posterior, Tapera, tinha como proprietário o “falecido Bento Nunes, por título de herança”. No entanto, ela é apresentada como produtiva, pois ali “estão cultivadas com 4 escravos”. A Tapera é assim dividida: “partem de hum lado com terras de João Antonio de Souza, e de outro com terras de Saco [nome da propriedade posterior]”.¹⁵⁹

A propriedade que vem na sequência, O Saco, também era do “falecido Bento Nunes”, porém, com uma distinção da anterior: “está a muitos annos seqüestrado pela Fazenda Real, não há que declarar seus títulos”. Novamente,

¹⁵² AESP, Avisos Régios de Santos, números 2, 10, 37, 48, 50, 83, 87, 91, 93, 97, 98, 106 e 146.

¹⁵³ AESP, Avisos Régios de Santos, números 85.

¹⁵⁴ AESP, Avisos Régios de Santos, números 112.

¹⁵⁵ AESP, Avisos Régios de Santos, números 21 e 28.

¹⁵⁶ AESP, Avisos Régios de Santos, números 142 e 144.

¹⁵⁷ AESP, Avisos Régios de Santos, números 5, 47, 54, 64, 67, 68, 139 e 149.

¹⁵⁸ AESP, Avisos Régios de Santos, números 110.

¹⁵⁹ AESP, Avisos Régios de Santos, números 111

João Octavio Nebias aparece na divisão: “partem de hum lado *com terras de João Octavio* [grifo nosso], e de outro com terras de Jozé da Silva Santos [este é o dono da próxima propriedade denominada de Boa Vista do Saco]”.¹⁶⁰ Desta forma, parece que João Octavio Nebias deveria controlar a propriedade Tapera – possivelmente deixada vazia por Bento Nunes, que não deveria ter herdeiros na vila de Santos – apesar dos Avisos Régios não o descreverem enquanto tal, e ainda produzia ali.

A problemática fica ainda mais interessante ao se constatar que João Octavio Nebias não possuía, de acordo com os Avisos Régios, nenhuma propriedade agrícola em Santos. Já no maço de população de 1817, João Octavio Nebias aparece como “Negociante”, vive com sua esposa, 3 filhos, 3 agregados e um plantel de 13 cativos.¹⁶¹ Seria então o caso de um comerciante que atuava na agricultura e que usufruía da terra sem sua posse legal? Talvez, como negociante, recebesse as terras por conta de alguma dívida do proprietário com ele. A família Nébias será uma das mais importantes de Santos, sendo que em 1836, apresentava dois ramos: por um lado João Otávio Nébias, filho homônimo, de 26 anos, branco e casado, que morava com uma filha, três caixeiros e seus 14 cativos, recenseado como Negociante e proprietário “exporta gêneros do país”.¹⁶² Por outro, a viúva, Dona Emerenciana, de 53 anos, que vivia com seus outros dois filhos, sendo que um deles era o doutor municipal Joaquim Otávio Nébias, futuro conselheiro Nébias. Ela possuía 11 cativos e viviam por lá 6 agregados. Era recenseada como Negociante e Proprietária que “produz para consumir e tem uma canoa”.¹⁶³ Assim, a propriedade Tapera provavelmente estava em posse da viúva em 1836.

Outra realidade interessante é a de um agregado que possuía terra. Era o caso de Jozé da Silva Santos dono da propriedade Boa Vista do Saco, “por título de dote”.¹⁶⁴ De acordo com o maço de população de 1817, Jozé da Silva Santos, branco, casado, 28 anos, vivia de agregado no fogo de D. Maria Roza. Nesta

¹⁶⁰ AESP, Avisos Régios de Santos, números 112 e 113.

¹⁶¹ AESP, lista nominativa de Santos de 1817, rua nº 6, fogo 13.

¹⁶² AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 19.

¹⁶³ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 18.

¹⁶⁴ AESP, Avisos Régios de Santos, número 113 – Boa Vista do Saco – “cem braças de testada, e cem de fundos”, onde “cultiva com 3 escravos”.

mesma condição havia mais 2 pessoas, dentre elas uma mulher parda também casada de 18 anos. Seria ela sua esposa? Se sim, ela deveria vir de uma família com razoável riqueza, pois foi capaz de dar dote. Por fim, havia ainda mais 4 cativos, possivelmente, pertencentes à Jozé da Silva.¹⁶⁵

Havia ainda outro tipo de situação em que o filho de um chefe de fogo também possuía terras. Era o caso do Tenente Antonio Jozé de Souza, dono do “Poço grande”¹⁶⁶, que vivia no fogo de sua mãe, D. Gertrudes Ferreira, uma das grandes escravistas de Santos em 1817 com 51 cativos.¹⁶⁷

Último tipo de ocorrência sobre o qual gostaríamos de comentar é a da designação “no mesmo fogo”. Theodoro de Menezes era o dono da propriedade “Matto Groço”.¹⁶⁸ Todavia, vivia na condição de “no mesmo fogo” em que a chefe era D. Getrudes Maria, que vivia com seu filho, 3 agregados (sendo uma escrava, que deveria ser do casal agregado) e 10 escravos. “No mesmo fogo”, além de Theodoro, havia ainda sua esposa, seus 6 filhos e 10 escravos¹⁶⁹. Ambos eram lavradores, porém com produções diferenciadas.¹⁷⁰ Qual seria a razão da necessidade desta união? Seria Theodoro parente (filho) de D Gertrudes Maria? Não há condições para aventar qualquer resposta certa. Essa situação de “no mesmo fogo” foi encontrada em outro caso semelhante a este¹⁷¹. No entanto, vale assinalar que também existiam casos em que havia indivíduos “no mesmo fogo”, porém não ligados à agricultura, trazendo a perspectiva de que aqui há apenas

¹⁶⁵ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua nº 6, fogo 44. D. Maria Roza possuía 18 cativos e era solteira. A hipótese dos 4 cativos serem mesmo de Jozé de Souza pode ser reforçada porque os 18 escravos possivelmente pertencentes à D. Maria Roza são listados acima dos agregados e ainda, conforme os Avisos Régios, a propriedade de Jozé era cultivada por 3 escravos.

¹⁶⁶ AESP, Avisos Régios de Santos, número 81 – Poço Grande – “quinhentas braças de testada, e seiscentas de fundo”, pertence ao “Tenente Antonio Jozé de Souza, por título de compra” e era “sem cultura”.

¹⁶⁷ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 11, fogo 3.

¹⁶⁸ AESP, Avisos Régios de Santos, número 122 – Matto Groço – “Guatro centas braças, e mil braças de fundo, the a costa do Mar Groço”, pertence a “Theodoro de Menezes Forjaz(?)”, por título de compra”, que “cultiva com 14 escravos”.

¹⁶⁹ AESP, maço de população de 1817, rua nº6, fogo 38.

¹⁷⁰ D. Gertrudes produzira 100 alqueires de arroz e 14 alqueires de farinha; Theodoro produzira 16 arrobas de café e 8 pipas de aguardente. Cf dados do maço de população de 1817 (vide nota anterior).

¹⁷¹ É o caso de Joaquim Joze Lopes donos da propriedade 120 dos Avisos Régios, mas ali “sem cultura” (vide AESP, Avisos Régios de Santos, número 120) e que vivia “no mesmo fogo” em que D. Roza Maria Leite devia ser a chefe (vide maço de população de Santos, rua 6, fogo 1). Infelizmente não há descrição da ocupação de Joaquim Jozé.

uma alteração do termo que é muito mais utilizado nos maços de população – agregados¹⁷². Enfim, parece ser uma realidade que não necessariamente obedecia algum padrão.

Em geral, a designação “no mesmo fogo” representa exceções, pois aparece somente nos Maços de população de 1817 e de 1836, sendo que no primeiro é mencionada em 45 domicílios, ou seja, 6,15% do total, enquanto que no segundo, só aparece em 22 casos, não mais que 2,6% do total de moradas. É possível argumentar que boa parte desses casos poderia ser simplesmente uma forma de agregação, prática bastante comum na América Portuguesa.

Tratando agora das formas de acesso à terra, é importante assinalar que existiam, em geral, dois modos: a legal e a livre. A legal eram as Sesmarias – doações de terras feitas pela Coroa – que foram extintas com a lei de 1822. Nos Avisos Régios de Santos, não há menção a elas. Não conseguimos identificar, com base em outros documentos, qualquer uma para Santos neste período. Quanto à provável inexistência dessa forma no recorte proposto, talvez seja possível conjecturar que a ausência de terras devolutas seja fruto do processo bastante antigo de povoamento da vila santista.¹⁷³ Para explicar a forma de acesso livre, vejamos as palavras de Maria Luiza Marcílio:

“Basicamente, conseguia-se acesso à terra, antes de 1850, pela entrada simples de sua posse para a exploração, por um grupo doméstico. A partir daí, algumas famílias mais esclarecidas procuravam obter um título legal, público e registrado, que legitimasse sua posse. Mas poucos foram os que procuraram essa via. O comum era o usufruto da terra, sem preocupação com sua legalização. A posse, assim iniciada, acabava pertencendo de fato à família que a explorava, podendo mesmo transmiti-la aos seus descendentes ou vendê-la normalmente. Bastava, nestes casos, provar perante a autoridade local (o tabelião), e com testemunhas juramentadas, que a família era

¹⁷² Como no caso de João Teixeira descrito com “loge de fazenda secca”, vivia no “mesmo fogo” de Luis Pereira Machado um dos grandes escravistas de Santos em 1817. Vide maço de população de Santos de 1817, rua 10, fogo 1.

¹⁷³ Para um histórico completo das Sesmarias e da apropriação de terras no Brasil, veja-se: NOZOE, Nelson Hideiki. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia**. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2005, Natal. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte: ANPEC, 2005, disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>, acesso em 04/12/2010. Há também a tese de livre docência do mesmo autor a respeito do tema: NOZOE, Nelson H. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese de livre-docência. São Paulo: FEA/USP, 2008.

efetivamente posseira, que a posse era “mansa”, ou seja, não havia sido feita em terras já de outros e por eles contestadas. Na ocasião da venda de uma posse e, por vezes também, por ocasião da morte do primeiro ocupante e da subsequente partilha pelos descendentes, poderia então aparecer o primeiro documento escrito, perante o oficial público, atestando e legitimando essa posse.”¹⁷⁴

Tabela 3: Formas de apropriação do solo – Santos, 1817.

Tipos de apropriação	Nº de propriedades
Compra	63
Herança	49
Doação	19
Compra e posse	1
Compra e herança	2
“Nem compra nem herança”	1
Dote	1
Confisco pela Fazenda Real	1
Arrematação	1
Sequestrada pela Fazenda Real	1
Sem indicação	9
Sem dono	6
Total	154

Fonte: AESP, Avisos Régios de Santos.

A tabela 3 discrimina as formas de aquisição de terras em Santos. A compra e herança representavam mais de dois terços do total. É interessante notar, por ora, que os 8 grandes escravistas de Santos em 1817 – com mais de 41 cativos – detinham 21 propriedades, sendo que mais da metade delas (12) foram compradas (voltaremos neste assunto no capítulo IV ao tratar especificamente sobre este grupo). Marcílio também encontrou para Ubatuba a primazia da compra e herança. A autora explica que:

“quando encontramos nos Cadastros de Terras forte proporção de terras adquiridas por herança e por compra, há que as entender, no mais dos casos, como posses efetivas. Sua exploração e continuidade de uso acabavam por legalizar, na prática e mesmo em direito, a propriedade particular da mesma. Nesse processo está a formação de algumas das fortunas locais,

¹⁷⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara...**, p. 75.

fundadas em “posses antiquíssimas e herdadas de seus antepassados” ou, no espaço de uma geração apenas.”¹⁷⁵

Aspecto importante a ser tratado é a problemática da herança. Pelas leis portuguesas, havia dois sistemas distintos: um para a nobreza, o *morgadio*, através do qual toda a propriedade deveria ser transmitida do pai para o filho mais velho (sistema raro no Brasil); outro para os comuns, em que cada filho deveria receber uma parte igual de todos os bens de seu pai, incluindo a terra.¹⁷⁶ Havia ainda, entre estes dois sistemas, uma legislação que “procurava privilegiar a manutenção do patrimônio dentro de uma família legitimamente constituída, através de herdeiros necessários e em linha patrilínea direta, descendente e depois ascendente.”¹⁷⁷

Bacellar, ao analisar o sistema sucessório do Oeste Paulista, aponta que:

“a herança da terra podia tomar formas variadas, de acordo com a realidade própria a cada domicílio. Indivíduos mais capitalizados, possuidores de diversas fazendas, podiam se preocupar em distribuí-las entre os herdeiros, seguindo mais de perto os preceitos de igualitariedade. Proprietários de apenas um engenho já não podiam se dar ao luxo de fracionar suas posses em nome da igualdade de condições de filhos.”¹⁷⁸

Talvez em Santos um processo semelhante ao dos proprietários de apenas um engenho no Oeste Paulista possa ter ocorrido. Isso porque, há diversos casos de propriedades santistas que não foram divididas pelos herdeiros, que continuam a ser recenseados como moradores do mesmo domicílio com a designação de “no mesmo fogo”. Este parece ser o caso da propriedade “Outeiro Grande” de “guinhentas braças de testada, e de quatro centas de fundo” de que são proprietários os “herdeiros do falecido Antonio Martins de Aguiar, que todos nella

¹⁷⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara...*, p. 77.

¹⁷⁶ Idem, p. 91.

¹⁷⁷ Idem, p. 93. Este sistema é descrito por Marcílio nas páginas 91-95. Segundo a autora, “a prática do testamento parece ter sido universalmente adotada por todos os que possuíam patrimônio. Neles eram definidas as terças da legítima e a dos herdeiros necessários. Mas, em muitos casos, a viúva recebeu a metade dos bens, ficando a outra metade para os filhos e filhas.” Idem, p. 95.

¹⁷⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra...*, p. 173.

rezidem por título de heranças de seus Pais” e onde “cultivão com 17 escravos”.¹⁷⁹ Ao rastrear os sobrenomes Martins e de Aguiar no maço de população de 1817, verificamos um único caso com sobrenome Martins e lá também ocorre a menção de Aguiar. O caso é o domicílio 39 da rua 6. Nele estavam presentes Clara Gomes de Aguiar, branca, solteira, de 65 anos, vivia com seus 4 cativos e 2 agregados. É descrita como “lavradora”, com uma diminuta produção.¹⁸⁰ Na condição de “no mesmo fogo” surge Anna Gomez, outra “lavradora” de pequeno cultivo¹⁸¹, branca, solteira, de 68 anos, 3 escravos e 8 agregados (sendo que um destes detinha 2 cativos e é listado também como “lavradora”¹⁸²).

Ainda na situação de “o mesmo fogo” havia outra “lavradora”, mais uma vez de pequenina produção¹⁸³, denominada Francisca Xavier, branca solteira, de 50 anos, com 4 cativos. Conferiu-se também outra “lavradora”, de acanhada lavoura¹⁸⁴, Ignacia Ritta Martins (única Martins existente na lista nominativa), branca, viúva, de 60 anos, que vivia com 3 filhos, 2 agregados e 3 escravos. Por fim, ainda “o mesmo fogo” contemplava mais uma “lavradora”, também de diminuta produção¹⁸⁵, Gertrudes Buena, branca, solteira, de 49 anos, 1 agregado e 3 cativos. Enfim, este fogo parece ser das filhas de Antonio Martins de Aguiar e deveria possuir plantação de arroz, mandioca e cana-de-açúcar que era dívida entre as partes. Também devia ser dívida a estrutura necessária para o preparo da aguardente. A necessidade destas divisões pode explicar a importância de não se dividir as terras herdadas. Contudo, como já visto, esta pode ser uma explicação de parte desta designação “o mesmo fogo”, porém não se aplica para outros casos que, a nosso ver, era uma prática em torno da agregação. Quem não tinha onde se instalar, se abrigava nas terras, ou na casa alheia. Eram arranjos, frutos da

¹⁷⁹ AESP, Avisos Régios de Santos, número 118.

¹⁸⁰ “colheu de arroz – 20 alqueires [L] fez de farinha – 10 alqueires [e] dito de agoa ardente – 80 medidas”.

¹⁸¹ “colheu de arroz – 20 alqueires [e] fez de farinha – 20 alqueires”.

¹⁸² Também com uma baixa produção: “colheu de arroz – 40 alqueires [L] fez de farinha – 15 alqueires [e] dito de agoa ardente – 80 medidas”.

¹⁸³ “colheu de arroz – 40 alqueires [L] fez de farinha – 20 alqueires [e] dito de agoa ardente – 300 medidas”.

¹⁸⁴ “colheu de arroz – 40 alqueires [L] fez de farinha – 20 alqueires [e] dito de agoa ardente – 200 medidas”.

¹⁸⁵ “colheu de arroz – 20 alqueires [L] fez de farinha – 10 alqueires [e] dito de agoa ardente – 50 medidas”.

pobreza, da falta de recursos, da falta de moradias, da doença ou da velhice que impedia a sobrevivência autônoma.¹⁸⁶

Em resumo, verifica-se que a terra em Santos era privilégio de poucos. Os que a detinham não eram por sesmarias, mesmo quando se tratavam de grandes propriedades. A tônica era receber por herança ou então conseguir adquirir por compra – o que demonstra que a terra em Santos já sofrera um processo de povoamento e posse em períodos anteriores.

Retomando a análise é notável que o setor agrícola de Santos perdeu importância ao longo das três décadas iniciais do século XIX e sua produção esteve longe dos dados de outras vilas litorâneas – mesmo em um momento de expansão dos produtos que Santos produzia. No recorte proposto, a vila santista sempre esteve longe de alcançar importantes valores em qualquer tipo de cultivo que se aventurou em desenvolver.

O viver de sua agência

Descortinar o amplo setor mercantil de Santos, que se ampliava substancialmente entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, não é tarefa fácil. Como já vimos, o comércio era o contraponto ao declínio agrário da vila. Contudo, há de se ressaltar que este ramo de atividade estava bastante conectado tanto com as agências como com o jornal dos escravos ou mesmo com o artesanato. Elas deveriam, de alguma forma, muitas vezes, ser ocupações subsidiárias ao desenvolvimento comercial da vila. Desta forma, vejamos cada uma e, a seguir, avançamos na análise do setor mercantil.

A descrição “vive de sua agência” é alvo, até hoje, de discussões entre os historiadores. No caso de São Paulo, Maria Odila Dias preconiza que:

“A maioria das mulheres que viviam de suas agências, em São Paulo, era intermediária de pequenas operações de comércio de excedentes caseiros: sabão, farinhas, velas, toucinho. Eram pobres, as operações eram múltiplas, parceladas, pouco

¹⁸⁶ Sobre o tema da agregação há o excelente estudo: SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

lucrativas: alguns excedentes de farinha, em troca de selamins de sal, aguardente ou fumo; às vezes atravessavam dos sitiantes remessas de milho, feijão, toucinho, para encaminhar para um comerciante de mais recursos. As que tinham escravos chegavam eventualmente a ter lucros e rendas de mais de 1\$ por mês; viver de suas agências, pobres, sem auxiliares, envolvia enorme ascendência sobre a vizinhança, toda uma rede de contatos pessoais e o auxílio dos componentes do grupo familiar: as rendas declaradas oscilavam entre 60\$ e 100\$ anuais (cerca de 280 a 450 réis), contando quatro dias de trabalhos bem pagos por semana, embora suas atividades não seguissem um ritmo regular.”¹⁸⁷

No caso santista, fica patente que não eram só pobres os que viviam de agências, já que chegam a ser mais de um quinto dos domicílios escravistas de Santos detendo 10% do contingente escravo da vila.

Fernández entra na discussão apontando a dificuldade em considerar o “viver de agencias” como categoria específica por também constatar que esta descrição varia ao longo dos recenseamentos do Litoral Norte.¹⁸⁸ Comparando estas modificações, observa que elas ocorrem com os artesãos e jornaleiros. Desta forma, talvez os agenciados pudessem ser considerados “um setor de trabalhadores não especializados que sobreviveria basicamente graças à prestação de serviços pessoais.”¹⁸⁹

Por sua vez, Valentim, ao estudar Iguape, associa a descrição “vive de suas agencias” a domicílios que se dedicavam a costura de sacos de arroz, pois:

“Desde a lista de 1801 identificamos pelo menos 10 fogos na vila de Iguape cuja ocupação provavelmente envolvia a costura dos sacos de arroz e acreditamos que parcela dos casos indicados nas listas posteriores sob a rubrica “vive de suas agências” também se dedicavam a esta atividade, atendendo as

¹⁸⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 236.

¹⁸⁸ O autor, inclusive, discute posições historiográficas que variam a ocupação em negócios em geral, como também artesanato ou pequeno comércio. Elenca ainda a imparcialidade que Nelson Nozoe e Iraci da Costa preferiram adotar ao colocar tal descrição em “atividades não classificadas” – como comentamos no Apêndice Metodológico e Estatístico. Veja-se FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, p. 158, nota 26.

¹⁸⁹ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, pp. 159 e 165.

necessidades dos remetentes de arroz a valores provavelmente menores do que o citado anteriormente.”¹⁹⁰

Para Sorocaba, Bacellar encontra casos de pequenos agricultores que, devido à dificuldade em sobreviver com os frutos de sua lavoura, quer seja por falta de mão-de-obra, quer por falta de produtividade de suas terras, viviam de suas agências – entendida como os que “vendiam sua força de trabalho”. Alguns, inclusive, faziam isto em circunstâncias excepcionais, como quando “nada colhe por causa dos animais vizinhos”, ou “não colheu nada porque o gado lhe comeu tudo”.¹⁹¹

Provavelmente o que explicava a variação da presença “vive de suas agências” na vila de Santos era a grande diversidade de atividades que indivíduos assim recenseados realizavam atuando em áreas que necessitassem de mão-de-obra relacionadas ao cotidiano de uma vila portuária. Era o caso de Salvador de Jesus, natural da cidade de São Paulo, branco, casado, de 54 anos, que morava com sua esposa natural de Santos, seus 2 filhos, duas crianças agregadas e 2 escravos, ocupando-se “em agencias com que se alimentam”.¹⁹² Também de Izabel Maria, natural de Santos, branca, viúva, com 65 anos, possuía 9 escravos e “occupa ce em agencias com que se alimentam”.¹⁹³ Já Maria da Assunção Pereira Barros, mulata, solteira, de 37 anos, natural de Santos, morava com seus 7 escravos, vivendo de agência em casa própria.¹⁹⁴ Interessante notar que, por vezes, “a agencia” aparecia relacionada com quitandas e jornal dos escravos, como era o caso de Dona Maria Barroza, branca, viúva de 54 anos, natural de São Paulo, morava com uma agregada e dois escravas e descrita com a ocupação de “agencia de quitandas e dos escravos”.¹⁹⁵

Estes homens e mulheres que viviam de agências deveriam, por exemplo, quando as condições eram favoráveis, atuar no pequeno comércio, até mesmo

¹⁹⁰ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, pp. 298-299.

¹⁹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver...**, p. 135.

¹⁹² AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 66.

¹⁹³ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 101.

¹⁹⁴ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 2, fogo 2.

¹⁹⁵ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 16.

como atravessadores, em um ambiente que era próximo do descrito por Maria Odila Dias para São Paulo do século XIX:

“No comércio ambulante coexistiam escravos de ganho, alugados, ou que se alternavam no serviço doméstico de suas proprietárias, com forros e brancos pobres, roceiros, caipiras, que gravitavam em torno das casinhas e vias de acesso às pontes da cidade. Nas ruas sobrepunham-se, na disputa dos cantos mais estratégicos, o comércio de quitandas dos sobrados de cozinha e o mais pobre, de subsistência e coleta (pinhões assados, capim, peixes, jabuticabas, cará, milho, ervas santas, sabão de ervas, de cinza...). Nas vendas ambulantes, nem tudo era da alçada de receitas de cozinha de sinhás necessitadas.”¹⁹⁶

E ainda:

“Acrescentava-se às demais formas de comércio de rua, principalmente à noite, depois das oito horas, um comércio de vinténs mais específico de escravos: aguardente, fumo, arruda, frangos, punhais, velas, cachimbos, e estatuetas de barro.”¹⁹⁷

Eventualmente, também de acordo com a conveniência e a necessidade, podiam atuar em atividades artesanais – como costurar sacos ou fazer caixas para armazenar determinados produtos ou mesmo para embarcá-los, visto para os casos analisados por Fernández e Valentim. Em um limite extremo, os agenciados podiam assim viver, quer por necessidades extraordinárias (como visto para Sorocaba por Bacellar), quer simplesmente para iniciar a vida econômica em Santos. Portanto, de uma forma ou de outra, ainda que longe de esgotar as possibilidades desta descrição “vive de sua agência” parece razoável relacionar estes domicílios com o setor mercantil em efervescência no contexto da explosão açucareira paulista da vila santista.

O jornal dos escravos

A ocupação relacionada ao jornal dos escravos também era pouco descrita nos maços de população de Santos. Exceção feita, sobretudo, ao ano de 1798

¹⁹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *op. cit.*, p. 156.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

(aqui representando perto de um quinto dos domicílios escravistas e a mesma quantidade no contingente de cativos) e, em menor intensidade, ao ano de 1836. Ali ela aparecia com vigor. Dias assim a definia:

“Viver dos jornais de seus escravos era costume enraizado nas vilas do Brasil colonial, que veio se intensificando através do século XVIII; era um meio de sobrevivência preferido por viúvas remediadas e pequenos funcionários da administração pública, que alugavam caro os seus escravos de ofício, acirrando os interesses das autoridades do fisco.”¹⁹⁸

Isso levou à insatisfação do Morgado de Mateus, em 1768, frente ao costume paulista do escravo de ganho: “algum oficial que vem do Reino, passado pouco tempo logo se mete a Senhor: compra escravos, ensina-os e passa-lhes um ofício, fica recolhendo os jornais...”¹⁹⁹ Esta situação encarecia muito a mão-de-obra na cidade de São Paulo. Ele criticava ainda a relativa facilidade em se obter o cativo, já que alguns comerciantes facilitavam a sua venda, fiando o escravo por um longo período e multiplicando os que viviam dos jornais dos seus escravos.

O cotidiano destes escravos também é analisado por Dias:

“Os escravos de ganho, conforme contrato verbal com os senhores, trabalhavam fora, sem controle ou supervisão direta. Era o caso de mulheres escravas, em geral mais velhas, que moravam sós em quartos de aluguel, com a permissão das donas, e se sustentavam e a seus filhos e netos. Deviam às proprietárias, cada semana, uma certa quantia estipulada ou, mais comumente, quatro dias de jornal, guardando os outros para si. É curioso lembrar que a semana de quatro dias era costume arraigado entre as africanas comerciantes da costa ocidental da África (do Marfim, do Ouro, Congo, Senegal, Daomé).”²⁰⁰

Em uma vila portuária como Santos, era um tanto quanto esperado que o jornal dos escravos fosse uma atividade bastante importante. Havia um leque de possibilidades de serviços. Nesse sentido, até diferente de São Paulo, muitos deveriam atuar como estivadores, ou seja, cuidando das mais diversas atividades

¹⁹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *op. cit.*, p. 124.

¹⁹⁹ Documentos Interessantes, volume 23, p. 278. Apud: Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ Idem, p. 125-126.

relacionadas ao porto, desde descarregar distintas mercadorias e, em seguida, já carregá-las em navios; ou, eventualmente, armazená-las em variados depósitos, aguardando as últimas transações comerciais, ou apenas a chegada do navio de transporte. Outros ainda eram esses escravos de ganho, ou mesmo alugados de acordo com o momento do ano e a necessidade que seu senhor detinha.

Estudando a realidade do Rio de Janeiro, cidade portuária com uma efervescência econômica muito maior que a de Santos na primeira metade do século XIX – afinal tratava-se da capital da América portuguesa, ainda mais após a chegada da Corte, sendo o centro comercial da América portuguesa – Luiz Carlos Soares descreve a ampla gama de atividades de um escravo jornalista:

“desenvolviam as mais diversas modalidades de comércio ambulante, carregando suas mercadorias com cestos e tabuleiros à cabeça, ou transportavam, sozinhos ou em grupos, os mais variados tipos de carga, ou ainda ofereciam seus serviços em quaisquer eventualidades, até mesmo no transporte de pessoas em seus ombros pelas ruas da cidade, nos dias chuvosos, ou carregando em suas cabeças barris com os dejetos das residências, que à noite, eram jogados no mar.”²⁰¹

Mary C. Karasch observa ainda que o trabalho dos escravos era uma das suas mais importantes formas de funcionamento da economia. Assim, “um dos trabalhos de carregador mais prestigiosos e lucrativos estava no porto e na alfândega, como estivador.”²⁰² A autora apresenta a descrição de um viajante Tschudi que calculou que “em um dia bom, um escravo podia ganhar seis ou sete vezes mais do que seu dono exigia e que alguns conseguiam comprar a própria liberdade depois de dois ou três anos.”²⁰³

Desta forma, a efervescência econômica da atividade comercial marítima abria o leque de atividades subsidiárias. A Alfândega, assim, recebia posição de destaque, como atesta Luís Carlos Soares para o Rio de Janeiro:

“No carregamento e descarregamento dos navios no porto, na Alfândega e nos diversos trapiches da zona portuária da cidade,

²⁰¹ SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj – 7 letras, 2007, p. 123.

²⁰² KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 264.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

onde eram armazenadas as mercadorias, todo o trabalho era também realizado pelas mãos dos cativos e raramente se empregava qualquer espécie de máquina ou veículo. Entre os escravos estivadores, existiam muitos deles que viviam sob o regime de ganho, como relatava Jacques Arago, viajante francês que esteve no Rio de Janeiro no início dos anos de 1820. Na Alfândega, dizia Arago, nenhuma pessoa podia transportar a sua carga ou se utilizar de seus próprios escravos neste transporte. Todos eram obrigados a recorrer aos escravos pertencentes aos próprios empregados daquela repartição pública, que eram autorizados a disputar as bagagens dos viajantes ou as mercadorias dos exportadores e importadores, e os seus senhores os encorajavam publicamente para tal disputa. Evidentemente, estes funcionários da Alfândega estipulavam aos seus cativos um pagamento diário sobre o que arrecadavam com a sua atividade.”²⁰⁴

Mesmo fora da Alfândega o uso dos escravos no transporte para o comércio era amplamente utilizado no Rio de Janeiro:

“Dentro da cidade, os escravos de ganho também eram muito utilizados no transporte de mercadorias. Os comerciantes que não tinham os seus próprios escravos para realizar este transporte eram obrigados a recorrer aos escravos de ganho que se amontoavam pelas esquinas, praças e até mesmo nas praias à espera de trabalho.”²⁰⁵

Segundo um dos viajantes da época, quando as mercadorias chegavam à praia, os escravos “quase que inteiramente nus”, se atiravam “nas ondas pretas e sujas de lama ao encontro do barco, disputando entre si a fim de passarem à frente dos demais e apanhar uma parte de carga a ser desembarcada.”²⁰⁶

Havia ainda aqueles escravos de ganho que atuavam com as cargas mais pesadas, chamados de cangueiros, que, eventualmente, podiam até ser puxadores de carro. Por fim, para as cargas mais leves, ou até mesmo pequenos móveis, eram utilizados os “negros de cesto” que “abarrotavam as ruas da cidade e, segundo alguns viajantes, constituíam a maior parte dos escravos carregadores.”²⁰⁷

²⁰⁴ SOARES, Luiz Carlos. *op. cit.*, p. 129.

²⁰⁵ Idem, p. 130.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

Ainda que, obviamente, não na mesma proporção do Rio de Janeiro, a atividade do jornal dos escravos era amplamente utilizada no principal porto paulista. Cabe aqui, desta forma, questionar os baixíssimos índices encontrados à exceção de 1798 e, ainda que em menor intensidade, em 1836. Observando os maços de população detalhadamente, nota-se que são justamente os de 1798 e de 1836 os que mais descrevem os domicílios santistas em mais de uma ocupação.

Na prática, o jornal do escravo não deve ter sumido em momento algum. Afinal, como um emprego tão importante em uma vila portuária simplesmente desaparecera? Há de se ter em vista que ele era um dos mecanismos que permitia o funcionamento da economia santista já que possibilitava os meandros do comércio de grosso trato através do transporte e carga/descarga das mercadorias e ainda era parte do comércio ambulante.

Reforçamos esta argumentação com o dado de 7 casos do maço de população de Santos do ano de 1798 em que o recenseador apresenta o domicílio com agricultura e jornal dos escravos. Certamente aqui, quando a força de trabalho cativa não era necessária na lide da terra, os escravos eram liberados para os mais variados serviços em jornadas diárias. Era o caso do sargento mor do Forte da vila, Antonio Pereira Bastos, branco, viúvo, de 73 anos, que morava com 3 filhos, uma agregada e 13 cativos, vivendo “de suas lavouras e de jornaes dos seus escravos”.²⁰⁸ Assim também Ignácio Menedo, branco, solteiro, de 72 anos de idade, que morava com uma agregada e 11 escravos, vivendo “de suas lavouras e dos jornaes de seus escravos”.²⁰⁹ Da mesma forma era Luzia Francisca, branca, viúva, de 64 anos de idade, que residia com seu irmão, seu cunhado, uma filha e 15 escravos, vivendo “da sua Roça e dos jornaes de seus escravos”.²¹⁰ E Dona Izabel Maria Pinheira, branca, viúva, de 43 anos, morando com 2 filhos e 11 escravos, vivendo “do jornal de seus escravos e planta para seu gasto.”²¹¹

Assim, é pertinente argumentarmos que a atividade relacionada ao jornal dos escravos poderia ser apenas uma das ocupações dos domicílios em Santos,

²⁰⁸ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 39.

²⁰⁹ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 91.

²¹⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 141.

²¹¹ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 03.

sendo, muitas vezes, secundária, a fim de complementar a renda ou, simplesmente, de ser desenvolvida em períodos específicos favoráveis ao comércio. Desta forma, essa prática foi omitida em alguns censos pela simples variação da percepção do olhar do recenseador. Todavia, deve-se ter em mente que era uma prática comum no meio urbano colonial e portuário. Como visto para o Rio de Janeiro, certamente um amplo setor de carregamento, aparato básico para as atividades mercantis era bastante utilizado, além das diversas outras atividades de ganho.

Os artesãos

Também os artesãos obtinham trabalho com o crescimento da atividade comercial em Santos, já que atendiam os mais diversos serviços necessários a uma população de vila urbana e portuária – por vezes, inclusive, relacionados diretamente com o aparato de transporte para o comércio marítimo.

Tabela 4: Atividades dos chefes de domicílios artesãos escravistas de Santos entre 1775-1836.

Atividade do artesão escravista chefe de domicílio	1775	%	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
costura	12	30,7	15	44,1	13	38,3	42	51,9	10	20,8
ferreiro	4	10,3	3	8,9	2	5,9	1	1,2	3	6,2
pedreiro	4	10,3	2	5,9	1	2,9	1	1,2	3	6,2
alfaiate	2	5,1	3	8,9	3	8,9	3	3,7	6	12,5
latoeiro	1	2,6			1	2,9				
carpinteiro	4	10,3	6	17,6	4	11,8	5	6,2	9	18,8
do seu ofício	1	2,6							1	2,1
pintor	2	5,1					1	1,2		
sapateiro	5	12,7	2	5,9	5	14,7	5	6,2	4	8,4
costuras, ensinar meninas e esmolas	1	2,6								
costuras e esmolas	2	5,1								
faz cal	1	2,6								
padeiro			1	2,9	1	2,9	2	2,5	3	6,2
tanoeiro			1	2,9	1	2,9	2	2,5	2	4,2
fazer comes aos forasteiros			1	2,9						
ourives					2	5,9	1	1,2	3	6,2
marceneiro					1	2,9	1	1,2		
rendas							11	13,6		
calafate							2	2,5	2	4,2
palieiro							1	1,2		
carniceiro							2	2,5		
tirador de pedras							1	1,2		
falquejador									1	2,1
costuras e engomados									1	2,1
TOTAIS	39	100	34	100	34	100	81	100	48	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

A tabela 4 descreve a diversidade de ocupações do setor artesanal em Santos entre os que possuíam cativos. Nota-se, pela heterogeneidade das ocupações, que a vila santista possuía importante parcela urbana capaz de atender às mais variadas necessidades. Até o fim da segunda década do século XIX, as costureiras eram as mais importantes do grupo. A partir dali houve uma

participação mais distribuída em torno dos demais ofícios, com alguns diretamente relacionados às atividades mercantis portuárias.

Quanto às costureiras, por ora, cumpre destacar que Dias, ao estudar as costureiras da cidade de São Paulo, também encontra um quadro de diminuição deste grupo e aventa que:

“Em São Paulo, fiandeiras, tecelãs e costureiras continuavam a viver da fabricação doméstica de panos grossos e roupas, cerâmicas, telhas, objetos de barro. Os maços de população entre 1804 e 1836 documentaram um processo de evidente empobrecimento do setor, pois o número de pequenas proprietárias de escravos diminuiu 16,2% nesse espaço de tempo. Esses sintomas talvez tivessem também a ver com o medo crescente do fisco municipal, pois bordadeiras, rendeiras e tecedeiras de redes não declaravam suas ocupações. [...] Apesar da omissão do recenseamento, em 1838, Álvares de Azevedo, numa carta para parentes no Rio de Janeiro, referia-se aos “famosos crivos” das bordadeiras paulistas, que estavam em moda na Corte.”²¹²

Definitivamente este grupo de costureiras não deixava de existir. Ian William Olivo Read afirma que ainda há em Santos pequenos grupos de mulheres que trabalham lado-a-lado como costureiras a fim de compartilhar recursos e obter seu sustento.²¹³ É significativo que estas costureiras conseguiam adquirir cativos. Assim, fica claro que era uma atividade com algum potencial de acumulação de recursos em Santos. É possível conjecturar, por ora, o eventual uso desta mão-de-obra para a elaboração de sacos e aparatos, capazes de permitir o transporte dos mais variados produtos e, eventualmente, para a estocagem, aguardando o melhor momento das transações mercantis. Vale lembrar, contudo, que esses escravos não necessariamente atuavam também no artesanato, pois, como mencionamos, podiam ser fontes de renda com seu jornal ou mesmo vivendo de agências.

Gustavo Beyer descreveu as rendas e costuras que as mulheres faziam:

“Há em São Paulo diversas indústrias, entre as quais mercê menção em primeiro lugar a das rendas, de largura e fineza excepcionais, em geral ocupação das mulheres. Fazem também

²¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *op. cit.*, pp. 214-215.

²¹³ READ, Ian William Olivo. **Unequally bound: the conditions of slave life and treatment in Santos county, Brazil, 1822-1888**. Stanford University, 2006 (PhD Diss), pp.66-67, nota 60.

tecidos de algodão de várias cores e qualidades, destacando-se os mosquiteiros com que se cercam as camas e que são tão finos que nenhum mosquito pode atravessá-los. Há também as redes com grandes barras feitas à mão e nas quais se dorme a sesta no canto de algum quarto. Servem igualmente de cama em viagens armadas entre duas árvores ou dois postes.”²¹⁴

Houve também, em Santos, um claro aumento de outras atividades ligadas ao setor de serviços. Dentre elas, os carpinteiros e alfaiates merecem destaque. Os primeiros podiam operar tanto em atividades básicas de qualquer vila como também na construção e manutenção de embarcações marítimas, juntamente com os calafates. Infelizmente, a documentação não faz qualquer menção clara a essa divisão entre eles. Em dois casos específicos podemos observar o registro de marceneiros. De qualquer forma, essa divisão entre os carpinteiros é bem pertinente. Valentim encontrou tal divisão para Iguape: o “carpinteiro de obra branca” e o “carpinteiro da ribeira”.²¹⁵

Independente de quantos destes carpinteiros ou, eventualmente, marceneiros atuavam no aparato das atividades marítimas, uma constatação interessante para o nosso estudo são os domicílios recenseados em ofícios ligados ao artesanato para ramos certamente direcionados ao comércio oceânico. Para tal, estendemos o leque com os que ainda não adquiriram escravos, mas eram trabalhadores especializados, tais como os calafates²¹⁶ e tanoeiros²¹⁷.

Utilizando os dois maços de população mais completos, os dos anos 1802 e 1836, verificou-se que em 1802, dos dois ofícios, só havia um tanoeiro. João Antonio de Amorim, que já estava na vila em 1798, era branco, natural da cidade do Porto, casado, com 46 anos, e habitava com sua esposa, natural de Santos, e seus 2 escravos.²¹⁸ Já em 1836 constatou-se 12 menções a tanoeiros: dois na

²¹⁴ BEYER, Gustavo. *op. cit.*, p. 26.

²¹⁵ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 215.

²¹⁶ Calafate era o artesão que “vedava com estopa, introduzida à força, as juntas, buracos ou fendas de uma embarcação, para impedir penetração de água.” Veja-se: Dicionário Aurélio. Edição on-line, disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/calafetar>, acesso em 17/10/2010.

²¹⁷ O tanoeiro era “o que conserta ou faz tonéis, tinhas, dornas, barris, pipas e outros vasilhames semelhantes”. Veja-se: Dicionário Aurélio. Edição on-line, disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/tanoeiro>, acesso em 17/10/2010.

²¹⁸ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 156.

condição de agregados, quatro sem cativos, um “no mesmo fogo” e seis escravistas. Dentre estes últimos estava João Antonio de Sá, branco, português, de 41 anos, vivendo com sua esposa e suas oito filhas, além dos seus 18 escravos, recenseado como “Negociante e tanoeiro”.²¹⁹ Ou ainda Barbara Carolina Fernandes, branca, viúva, de 24 anos, que residia com seus 5 filhos, um agregado caixeiro, e 9 cativos, “vive de suas Agencias e negócios e seus escravos ocupam-se do serviço de tanoeiro.”²²⁰ Em 1836 havia doze calafates: dois escravos, um agregado, dois filhos de chefes de domicílios, dois chefes sem cativos e o caso de Francisco Pedro d’Araújo, natural de Lisboa, com 43 anos, casado, que residia com sua mulher e seus 6 cativos (sendo que quatro eram calafates e duas eram “serventuárias da casa”), vivendo do seu ofício de calafate.²²¹

Para a análise ficar ainda mais interessante, mais uma vez, recorremos às informações de Pedro Daniel Muller. O autor apresenta os artesãos de todos os distritos paulistas. Segundo os dados fornecidos, Santos possuía 9 tanoeiros e 11 calafates.²²² Contudo, no total da Província, havia 17 tanoeiros e 34 calafates. Ou seja, pelos dados de Muller, a vila portuária santista concentrava 53% dos tanoeiros e 32% dos calafates de São Paulo, em 1836.²²³

Portanto, o estudo das atividades artesanais de Santos denota, por um lado, a existência de um amplo setor de serviços relacionados ou não às atividades marítimas; por outro, na terceira década do século XIX, uma região que se destacava no comércio marítimo com a melhor estrutura para o embarque de líquidos, cuja produção paulista de destaque era a aguardente. Além disso, possuía, em menor proporção, um terço dos responsáveis pela manutenção das embarcações relacionadas ao comércio marítimo paulista. Ou seja, estava evidente a grande primazia do trato comercial em Santos como principal porto da Província.

²¹⁹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 5, fogo 14.

²²⁰ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 1, fogo 40.

²²¹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 6, fogo 74.

²²² Desconhecemos o motivo dos números menores em relação aos do maço de população de 1836.

²²³ MULLER, Daniel Pedro. *op. cit.*, p. 244.

O setor mercantil

Em uma vila portuária, sobretudo no contexto bastante favorável ao comércio açucareiro da rota Oeste Paulista/porto de Santos, era um tanto quanto esperado a importância da atividade comercial. Percebe-se, contudo, que é justamente no fim do recorte proposto que o comércio se consolida.

A atividade marítima era consideravelmente ampliada. Mais do que isso. Nas primeiras décadas do século XIX, o porto de Santos se internacionalizava e crescia a quantidade de navios que ali ancoravam. Veja-se, por exemplo, a descrição do comércio no mapa de exportação da vila em 1798:

“Além dos quatro generos asima ditos [arroz, café, couros e azeite de baleia – que comentamos anteriormente no setor agrícola], proprios da produção da terra, Exportarãoce para Lisboa e Rio de Janeiro, oitenta mil arobas de asucar, pouco mais, ou menos, que vierão em cavalgaduras da Villa de Itú, e outras de serra acima, parta esta, aonde se encaixou, como também outros efeitos, e mantimentos, produçõens das ditas Villas, que nesta se exportão para a Bahia, Rio de Janeiro, e Rio grande, o que tudo aqui faz o maior trafico, como Villa, e Porto de Mar mais notavel, e interessante a esta Capitania.”²²⁴

O documento denota a existência, ainda no final do século XVIII, de um certo comércio de Santos com Lisboa, além de certas regiões da América portuguesa. Interessante notar que o encaixotamento, fundamental no comércio açucareiro, era realizado em Santos e, assim, confirma-se o leque de atividades em torno do comércio açucareiro propiciadas na vila do principal porto paulista.

²²⁴ Transcrito no Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (coleção), São Paulo, volume 4, 1943, p. 83.

Tabela 5: Entradas e saídas de embarcações, divididas por regiões, em Santos, para os anos de 1799, 1808, 1821 e 1836.

	1799		1808				1821				1836			
	Entradas e Saídas		Entradas		Saídas		Entradas		Saídas		Sem discriminar			
	Totais	%	Totais	%	Totais	%	Totais	%	Totais	%	Embarcações de alto mar	%	Totais	%
Regiões do Brasil	106	95,5	94	91,3	101	97,1	126	92	117	93,6	19	32,8	64	62,1
Estrangeira											39	67,2	39	37,9
Portugal	5	4,5			2	1,9	3	2,2	3	2,4				
Londres			1	1										
Montevideú			4	3,9			5	3,6	3	2,4				
Buenos Aires			2	1,9			1	0,7	1	0,8				
África			2	1,9	1	1	2	1,5	1	0,8				
Totais	111	100	103	100	104	100	137	100	125	100	58	100	103	100

Fontes: AESP, mapas de embarcações, 1799, 1808 e 1821. Para 1836, Muller, Daniel Pedro. *op. cit.*, p. 246.

Tabela 6: Embarcações em Santos nas regiões da América Portuguesa em 1799.

1799	Rio de Janeiro	Bahia	Ubatuba	São Sebastião	Iguape	Cananéia	Paranaguá	São Francisco do sul	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Totais
Canoas			23	14	5	9					51
Lancha	7		3	4	4	1	3				22
Sumaca	13	3		1	1		5			1	24
Corveta	2	1						1			4
Bergatim	1				1		2		1		5
Totais	23	4	26	19	11	10	10	1	1	1	106

Fonte: AESP, mapas de embarcações, 1799.

Tabela 7: Embarcações em Santos nas regiões da América Portuguesa em 1808.

1808		Rio de Janeiro	Bahia	Ubatuba	São Sebastião	Iguape	Cananéia	Paranaguá	São Francisco do Sul	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Pernam-buco	Carave-llas	Laguna	Totais
Entradas	Sem discrimi-nar	29	15	4	25	6		6	4	3		1		1	94
Saídas	Sem discrimi-nar	13	2		27	10	5	15		2	24	1	2		101

Fonte: AESP, mapas de embarcações, 1808.

Tabela 8: Embarcações em Santos nas regiões do Brasil em 1821.

1821		Rio de Janeiro	Bahia	Parati	São Sebastião	Iguape	Cananéia	Paranaguá	São Francisco do Sul	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Pernambuco	Assú	Laguna	Guaratuba	Porto Alegre	Totais
Entradas	Lancha	47	2	1	3	6		2		9		1		1	1		73
	Sumaca	25	8			1		1				3	1	1		1	41
	Bergatim	8	3									1					12
	Totais	80	13	1	3	7		3		9		5	1	2	1	1	126
Saídas	Lancha	37	2		3	9	2	4		11		3		1			72
	Sumaca	12	5			2	1		1		10	3		1			35
	Bergatim	4	1					1			1	1				1	9
	Totais	53	8		3	11	3	5	1	11	11	7		2		1	116

Fonte: AESP, mapas de embarcações, 1821.

Examinando os mapas de embarcações de Santos (tabela 5), há uma proeminência do mercado de abastecimento ao longo do recorte proposto. Contudo, com um importante desenvolvimento das atividades internacionais em 1836.

Iniciando nossa análise pelas conexões do mercado interno (tabelas 6, 7 e 8), no geral, notamos que é possível conjecturar um considerável aumento nas embarcações que iam e vinham a Santos ao longo do final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, para abastecer as regiões da América Portuguesa. Isso apesar da limitação das fontes nas descrições das embarcações, por exemplo, com a questão das canoas. Elas, obviamente, não deixaram de existir após 1799 e certamente indicam o comércio de cabotagem mais elementar. Ainda devemos comentar a ausência, no todo, de uma relação direta entre as entradas e saídas das embarcações. Muitas vezes, os dados de uma região específica tendiam mais para um que para outro. Temos a impressão de que as navegações atendiam necessidades específicas e não simplesmente aproveitavam a chegada de uma embarcação para levar produtos no seu retorno.²²⁵

No rastro mais específico deste comércio, nota-se que, em 1799 (tabela 6), a maioria das embarcações disponibilizadas nos dados são para a navegação de cabotagem destinadas às demais vilas litorâneas paulistas destacando-se, inclusive, o uso das canoas. Neste aspecto, Ubatuba era a principal parceira comercial. Na navegação de maior porte, sobressaía o Rio de Janeiro e depois áreas da região Sul. Por fim, um comércio mais esporádico era dado com a Bahia. Já na primeira década do século XIX (tabela 7), sem termos aqui a distinção dos tipos de embarcações, observava-se a manutenção da relevância do Rio de Janeiro na importação de mercadorias, seguido, contudo, de perto por São Sebastião, enquanto que a Bahia ampliando sua atuação nesse mercado. Ainda naquele ano em Santos, além da manutenção do comércio de importações com as vilas costeiras paulistas, houve a primeira menção para o trato mercantil também com Pernambuco, apesar dos números dos mais baixos possíveis. Nas exportações, saídas para a América portuguesa, no mesmo período é perceptível que bem próximo das relações com o litoral paulista estava também a região Sul (com o Rio Grande do Sul e Paranaguá) e depois o Rio de Janeiro. Por fim, na segunda década do século XIX (tabela 8), há uma queda considerável nas relações com as vilas do litoral paulista. Ubatuba nem é mais relacionada, e as demais vilas perdem destaque tanto na entrada como na saída de

²²⁵ Para uma análise da comercialização em torno da dinâmica do exportar e abastecer, veja-se o nosso anexo: Algumas notas sobre a dinâmica do exportar e abastecer.

mercadorias. É bastante perceptível, no entanto, o aumento das relações com o Rio de Janeiro, possivelmente reflexo muito elevado da chegada da Corte, acompanhado também por um incremento das relações com as demais regiões mais importantes do Brasil: Bahia e Pernambuco. A região Sul continua com certa importância, especialmente na saída de embarcações. Portanto, no geral, percebe-se que o trato mercantil paulista se amplia nas áreas de abastecimento, alcançando, progressivamente, cada vez mais, mercados mais longínquos, como os grandes centros de Pernambuco, Bahia e a, cada vez mais importante, região Sul.

Quanto ao mercado internacional, nota-se certa relação santista com a região platina no início do século XIX e, em menor escala, com a África. O comércio com a primeira é reflexo direto do aumento do mercado na região Sul da América Portuguesa, como mencionamos, ainda que fosse permeado de conflitos, que serão objeto de análise no capítulo seguinte. A região Sul da América já era alvo de um “efeito multiplicador” do ouro no centro-sul, pela perspectiva de negócios cambiais em busca de troca desse minério por prata. Acresce a isso o comércio de mulas fundamental para o sistema de transporte na América Portuguesa.²²⁶ Nesse contexto a fundação do presídio de São Pedro (1737), pelo fato de as relações acima descritas serem ainda incipientes, acabava funcionando como um simples entreposto para a chegada à Colônia do Sacramento.²²⁷ Na prática, o pouco comércio era resultado do trato quase que exclusivo com grandes casas comerciais do Rio de Janeiro.²²⁸ A partir da década de 1790, contudo, este quadro começa a se alterar. Entre 1790 e 1797 uma média de 125 embarcações por ano passava pelo Rio Grande. Esse número representa um crescimento de quase 1000% em relação à década anterior. Nesse momento houve um processo de formação de um padrão para as relações comerciais na região: a Colônia do Sacramento concentrava o contrabando e a extração do couro e o Rio Grande desenvolvia um comércio de grãos e charque.²²⁹ Na realidade, estas relações de contrabando já estavam bastante enraizadas na região e envolvia diretamente a região platina, inclusive em áreas como Buenos Aires e Montevideu, apesar do esforço contrário da Coroa espanhola, como atesta Maximiliano

²²⁶ MENZ, Maximiliano M. **Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 88.

²²⁷ Idem, p. 97.

²²⁸ Maximiliano Menz assim descreve a atuação destas casas de negócio: “mantinham correspondentes no local que forneciam crédito na forma de mercadorias para os produtores rio-grandenses ou se adiantavam na compra da produção antes da colheita, evitando a concorrência dos mestres de navios que também frequentavam o litoral.” Idem, p. 99.

²²⁹ Idem, p. 106.

Menz: “Todo o esforço da coroa castelhana em acabar com o *ninho de contrabandistas* da Colônia de Sacramento mostrava-se em vão.”²³⁰ O autor enumera as vantagens deste comércio contrabandista:

“Nas épocas pacíficas os descaminhos eram endêmicos e facilitados pela geografia: diversos arroios e riachos situados em território castelhano desembocam na lagoa Mirim – neutral pelo Tratado de Santo Ildefonso – que se comunica com a Lagoa dos Patos. [...] A proximidade com a praça de Rio grande atraía à órbita portuguesa os produtores de gado da fronteira espanhola; nesta rota navegavam os contrabandistas com pequenas canoas carregadas de couro. Pela fronteira seca, entre os rios Jaguarão, São Gonçalo e Negro eram descaminhados os animais em pé. Como lembra Tiago Gil, as diferentes cargas fiscais sobre o couro incentivavam o comércio ilegal, o quinto português incidia sobre 20% dos couros negociados enquanto que a *alcabala* espanhola era cobrada sobre 25% do valor. Também o preço do frete das peles de animais no trajeto Rio-Lisboa era inferior à rota legal Montevidéu-Cadiz. Por causa do contrabando era perfeitamente normal as exportações de couro superarem o rendimento ordinário dos rebanhos da Capitania.”²³¹

Santos também fazia parte desse comércio. Um processo significativo, neste sentido, é o auto cível entre Jacinto Alvarinho, “de nação espanhola”, e João Wikner e outros, “de nação inglesa”. Em 1806, Jacinto, morador de Buenos Aires, dizia ser o dono da Balandra espanhola “El Carmen” que teria sido roubada no porto de sua cidade no dia 29 de setembro daquele ano por cinco estrangeiros. Argumentava ainda que fora João Wikner, alemão, capitão da fragata americana “Sultana”, e outros quatro americanos/ingleses os autores do delito e que tal situação era notória em Buenos Aires.²³²

A primeira testemunha, Antonio Gomes de Pinho, capitão e piloto do Bergatim “Coronte”, afirmou:

“sabe por ouvir dizer geralmente em Boenos Aires honde se achou, que o Justificante hé o próprio dono da Balandra El Carmen roubada do porto daquela cidade no dia vinte e nove de Setembro do anno pretérito. Ao segundo disse que sabe que o Capitão João Wikner foi Capitão da Fragata americana denominada a Soltana se axavão debaixo de homenagem nessa Capital athé se acabar de legalizar se herão ingleses propriamente tais ou hum alemão, e os outros Americanos Inglezes, e nada mais disse.”

²³⁰ Idem, p. 52.

²³¹ Idem, pp.169-170.

²³² O processo foi transcrito por Costa e Silva Sobrinho e está presente na Fundação Arquivo e Memória de Santos (doravante FAMS), na coleção que leva o nome do autor (doravante CCSS), volume 38.

A segunda testemunha era Joaquim Soares, espanhol que morava em Santos, que:

“ao primeiro disse que sabe de sciencia certa e ver fazer a balandra que o Justificante hé o próprio dono da dita Balandra denominada El Carmen que foi roubada do porto de Buenos Aires por cinco estrangeiros que ahi se axavão. Ao Segundo disse que sabe por conheser ao dito Wickner que elle veyo por capitão da Fragata Sultana que héra americana e que como americano fora sempre tratado em Boenos Aires e quanto aos outros quatro que ignora suas nação; e nada mais disse deste. Ao terceiro disse que sabe por ver que o dito Wickner e seos quatro companheiros andarão soltos e livres, debaixo de sua palavra e nada mais disse deste.”

Por fim, a terceira testemunha, Francisco Guedes Teixeira, “de Buenos Aires”, jurava:

“Ao primeiro disse que sabe de sciencia certa por conhecer ao Justificante que elle hé o próprio dono da balandra espanhola denominada El Carmen roubada do porto de Buenos Aires por cinco estrangeiros que ahy se axavão residentes e nada mais disse deste. Ao segundo disse que sabe de sciencia certa que o dito Digo de sciencia certa que o dito Wickner foi capitão da Fragata Americana denominada a Sultana e que seos quatro companheiros são americanos ingleses e que sempre por tais forão reputados em Buenos Aires. Ao terceiro disse que sabe por ver que todos eles cinco andavão soltos e livres debaixo de sua palavra da capital de Buenos Aires e nada mais disse.”

Com base em tais testemunhas, o doutor Juiz de Fora decidiu que a Balandra fosse dada a Jacinto. Muito além que a decisão propriamente dita, é interessante notar as testemunhas. Todas andaram por Buenos Aires, possivelmente para desenvolver relações comerciais. Dos três selecionados, um era espanhol e o outro de Buenos Aires, o que mostra que o porto de Santos era frequentado por moradores de outras regiões da América. No caso específico de Joaquim Soares, o navegante, inclusive, decidiu morar em Santos.²³³

A atuação santista envolvia também eventuais transações mais longínquas como o navio de Londres que chegava em 1808, já reflexo da abertura dos portos do Brasil ao comércio de todas as nações estrangeiras, fornecida pela família Real em 28 de janeiro.

²³³ Infelizmente não conseguimos encontrá-lo nos maços de população.

Em 1810, o tratado de 26 de fevereiro com a Inglaterra gerava tarifas preferenciais aos ingleses de 15%, o que estimulava muito as importações.²³⁴

Foi a partir da chegada da família Real que o processo de relações comerciais com portos de outras nações passou, com a medida legal, a se expandir. Isso ocorreu justamente no contexto de desenvolvimento da dinâmica do exportar e abastecer na capitania paulista. Na década de trinta do século XIX, sobretudo, temos a clara indicação de um porto bastante internacionalizado. Dentre as embarcações de alto mar, dois terços eram estrangeiras em Santos.

Muller, ao discriminar o comércio de exportação do porto santista, demonstrou que o açúcar era o grosso do trato, com 996.730 arrobas no valor de 1.180:115\$514 réis (68,8% do total), seguido pelo café com 76.336 arrobas, com 266:588\$169 réis (15,5% do total). O autor faz ainda uma observação bastante interessante:

“A exportação é reciprocamente para os portos do Brasil, e Extrangeiros, que vam mencionados, como actualmente para Boston, Cabo da Boa Esperança, Genova, Trieste e Valparaíso. Deve notar-se que aproximadamente, três quartas partes é feita para fora, e uma quarta para dentro do Império.”²³⁵

Desta forma, o comércio açucareiro santista, na década de trinta do século XIX, já não dependia das relações diretas com o Rio de Janeiro e abrangia um bom grupo de regiões ao redor do mundo – Estados Unidos, África, Itália e Chile.

O reflexo deste contexto é visto nos maços de população com o envolvimento muito significativo dos domicílios escravistas e dos escravos em Santos nas atividades mercantis da terceira década do século XIX. Contudo, não necessariamente o mesmo critério de ampliação econômica, aplicado ao setor agrário com a compra de cativos serve de único parâmetro para o setor comercial. Como bem adverte Maria Beatriz Nizza da Silva, ao analisar o caderno de assentos de Francisco Xavier da Costa Aguiar, capitão mor e distinto morador da vila de Santos em 1798:

“Um dos índices para determinar os níveis de fortuna no Brasil colonial é constituído sem dúvida pelo número de escravos possuídos, mas este sinal deve ser cuidadosamente interpretado, levando em conta o fato de o senhor se dedicar ou não à agricultura, pois neste caso o número de escravos eleva-se para níveis de fortuna equivalente. Digamos que o negociante podia dispende e tesourizar em jóias

²³⁴ Sobre o contexto do comércio veja-se a síntese de ARRUDA, Jobson. *op. cit.*, pp.117-119. E também: ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006, pp. 28-29.

²³⁵ MULLER, Daniel Pedro. *op. cit.*, pp. 226-227.

aquilo que o agricultor se via compelido a aplicar na compra de escravos.”²³⁶

Acrescentamos ainda, às formas possíveis de acumulação de riqueza de um comerciante, a possibilidade de entesourar recursos em dívidas a receber ou também em estoque de mercadorias em suas lojas.²³⁷ Desta forma, talvez seja bastante razoável entender que os domicílios escravistas santistas, com grande salto na terceira década do século XIX, deveriam justamente aplicar seus cativos em atividades subsidiárias ao comércio como estivadores, jornaleiros ou escravos de ganho. Contudo, não se deve perder de vista a possível variedade de ocupações em torno do que aqui agrupamos como comércio. Isso porque os casos são os mais variados possíveis, desde os de mais alto cabedal, que atuavam nos tratos marítimos diretos como o próprio Francisco Xavier da Costa Aguiar, coronel de Milícias, natural da Villa de Perella, bispado de Coimbra, branco, casado, com 50 anos, que morava com sua esposa, seus 8 filhos, além de seu agente natural de Iguape e 11 cativos, ocupando-se “em alguns artigos de Comércio e das comições que tem em Lisboa”.

Havia também João da Costa Jorge, branco, português naturalizado, casado e com 54 anos, que morava com sua esposa e mais 3 crianças agregadas, além de 11 escravos, era “negociante”, com o detalhe que “tem duas canoas, jornal de negros e padaria”.²³⁸ Também no trato da exportação estava Dona Demetilia, branca, brasileira, solteira, de 33 anos, que residia com uma filha e seus 8 cativos, sendo negociante que “vive de jornal de seus escravos e exporta gêneros para fora”.²³⁹ Assim também estava o Major Bernardo Antonio Vieira Barbosa, branco, brasileiro, viúvo, com 60 anos, que residia com seus 3 filhos e 4 sobrinhas, afora os seus 21 cativos, onde “exporta gêneros do país” além de possuir “várias propriedades urbanas”.²⁴⁰

Do outro lado, havia situações de comércio que denotavam um trato mais simples, possivelmente de menor cabedal, como o de Antonio Joaquim de Figueiredo, natural de Lisboa, branco, casado com 34 anos de idade, que morava com sua esposa e

²³⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Estilo de vida de um comerciante**. In: *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 65-66.

²³⁷ Inclusive, no caso específico do Vale do Ribeira, Agnaldo Valentim observa que os comerciantes tinham nas dívidas ativas a maior parte de suas riquezas. Idem, p. 97. VALENTIM, Agnaldo. *op.cit.*, pp. 234-251.

²³⁸ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 16.

²³⁹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 35.

²⁴⁰ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 37.

filha, além de sua irmã e uma escrava, ocupando-se em “negocio de fazenda seca”.²⁴¹ Também assim o era Manoel Pereira, branco, solteiro, de 36 anos, que convivia com seu irmão e um escravo, tendo como meio de vida “sua venda”²⁴²; e era Jozé Eufrázio, pardo, casado e com 35 anos, que residia com sua esposa, 3 filhos, 5 agregados e 3 cativos, também vivendo “de sua venda”.²⁴³

Gráfico 6: Comparação do percentual de domicílios escravistas envolvidos com o comércio em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida em seis regiões, entre 1775-1836*

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabelas 10, p. 360. Para Santos, AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* O intervalo para Santos é válido respectivamente, para 1775, 1802 e 1836; já para as 6 regiões de São Paulo, os dois intervalos são 1804 e 1829.

²⁴¹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 190.

²⁴² AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 6, fogo 31.

²⁴³ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 6, fogo 34.

Gráfico 7: Comparação do percentual de escravos envolvidos com o comércio em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida em seis regiões, entre 1775-1836*

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 11, p.361. Para Santos, AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* O intervalo para Santos é válido respectivamente, para 1775, 1802 e 1836; já para as 6 regiões de São Paulo, os dois intervalos são 1804 e 1829.

Comparando os resultados da quantidade de domicílios escravistas e do contingente de cativos atuantes no comércio, através dos gráficos 6 e 7, entre Santos e a capitania/província de São Paulo, verifica-se que nos domicílios com mão-de-obra cativa em Santos relacionados ao trato mercantil, no início do século XIX, eram acompanhados, muito de perto, pelas regiões mais voltadas para tal setor, a Capital, o caminho do Sul e o Litoral como um todo. Apesar de nas três ter ocorrido ampliação deste índice para a terceira década do século XIX, ressaltando-se o grau bem menor da Capital, apreende-se que Santos desenvolveu condição singular. A vila santista quase que triplica a quantidade de lares escravistas nesta condição e o máximo obtido para outras regiões é o caminho do Sul duplicando tal dado.

A mesma constatação é vista no exame da quantidade de cativos: também a vila de Santos era acompanhada de muito perto pela região da Capital, do caminho do Sul e do Litoral como um todo no início do século XIX. Ao longo das três décadas seguintes, há crescimento do percentual de cativos nas suas atividades mercantis e, igualmente, em menor alcance para a Capital, sendo, portanto, confirmada a condição única de Santos em relação à Província paulista. A vila santista triplica a quantidade de escravos

envolvidos no comércio enquanto que o máximo de crescimento visto para as demais regiões é dado pelo Caminho do Sul com a duplicação do percentual.

Portanto, ao longo do último quartel do século XVIII até a terceira década do século XIX, a vila santista se torna um fundamental entreposto comercial na Província de São Paulo. O crescimento da atividade mercantil era singular e, assim, abria, possivelmente, um amplo horizonte de desenvolvimento para Santos, como veremos nos próximos capítulos. Por ora, vale-nos destacar que o setor mercantil era a esfera econômica que mais acumulava na vila, riqueza que era medida pela quantidade de escravos atuantes. Embora isso, temos em vista que esse índice não era, necessariamente, o único que podia demonstrar acumulação de renda entre os comerciantes.

Ressaltamos, neste aspecto, a dificuldade em relacionar somente os comerciantes envolvidos diretamente no trato açucareiro a partir dos maços de população. Somente nos anos de 1802 e 1836 há alusão a comerciantes que atuam diretamente neste mercado. Em 1802, são registrados 6 casos, sendo que, em um deles, a mãe é o chefe de domicílio e o filho atua no mercado açucareiro – João Baptista da Silva Passos²⁴⁴. Os demais foram Manuel Pereira Braga²⁴⁵, o coronel Luis Antonio de Souza²⁴⁶, Jozé Carvalho da Silva²⁴⁷, Manoel de Alvarenga Braga²⁴⁸ e João Antonio Freitas Guimaraens²⁴⁹.

Sem contar o caso do filho comerciante, o total de cativos relacionados com o açúcar foi 50 (28,4% do total de cativos no setor do comércio). Em 1836, houve 12 ocorrências, sendo uma delas a de um morador que residia com o tio (Francisco Eugenio de Andrada)²⁵⁰ totalizando 208 escravos (24,5% do total de escravos no setor mercantil). Os demais comerciantes eram Frederico Fomm²⁵¹, Jeremias Luiz da Silva²⁵², Gertrudes Largacha²⁵³, Ignácio Ferraz de Barros e Lima²⁵⁴, Joaquim Xavier Pinheiro²⁵⁵,

²⁴⁴ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 198.

²⁴⁵ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 133.

²⁴⁶ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 137.

²⁴⁷ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 172.

²⁴⁸ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 184.

²⁴⁹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 350.

²⁵⁰ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 8, fogo 26.

²⁵¹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 44.

²⁵² AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 55.

²⁵³ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 3, fogo 18.

²⁵⁴ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 11.

²⁵⁵ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 1, fogo 5.

Jozé de Souza Carvalho²⁵⁶, Manoel Luiz Pereira Braga²⁵⁷, Luiz Pereira Campos Vergueiro²⁵⁸, Domingos Jozé Rodrigues²⁵⁹, João Baptista Rodriguez da Silva²⁶⁰ e Manoel Jozé Ribeiro²⁶¹. Veremos alguns casos específicos destes comerciantes mais adiante ao analisar a posse de escravos em Santos.

Tanto no maço de 1802 como no de 1836, o grosso do setor mercantil é dado por nomenclaturas genéricas. Bastante sugestivo, nesta questão, no ano de 1836, é o elevado número de 22 casos em que a designação atribuída é de “exporta gêneros do país”, que corresponde a 251 cativos (29,6% do total de cativos no comércio). Um deles vivia com o tio agricultor. É pertinente, neste grupo de exportadores, cruzarmos tais informações com o estudo de Maria Thereza Schorer Petrone, a partir da documentação privada do futuro barão de Iguape, Antônio da Silva Prado, no que tange às suas atuações no comércio açucareiro. Segundo a autora, entre 1817 e 1818, Antônio da Silva Prado, ao iniciar suas atividades mercantis no açúcar, enviou remessas para 5 correspondentes: José Otávio e Nébias, Eugênio de Andrade, Manuel Pinto da Silva, João J. da Cruz Barros e Cipriano da Silva Proost. No final de 1818, Cipriano foi escolhido como o único correspondente em Santos, por meio de uma espécie de parceria. A própria Petrone explica-nos o que era o correspondente em Santos e sua importância:

“Uma das figuras mais importantes, senão a mais importante no comércio do açúcar, por parte de Antônio da Silva Prado, era o correspondente em Santos. Correspondente, como se dizia na época, era uma espécie de comissário que se encarregava de receber, beneficiar, encaixar ou ensacar e embarcar o produto no pôrto. Era pois uma personagem decisiva no mecanismo da exportação. Pelas cartas conservadas percebe-se que devia existir em Santos um número relativamente grande de beneficiadores de açúcar trabalhando para os comerciantes.”²⁶²

Segundo Petrone, Cipriano também tinha açúcar para o seu próprio negócio e até recebia conselhos de Silva Prado. Caso interessante é dado quando, certa vez, o barão de Iguape deseja enviar certa remessa de açúcar à Bahia e ainda não tinha do seu

²⁵⁶ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 4.

²⁵⁷ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 11.

²⁵⁸ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 12.

²⁵⁹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 15.

²⁶⁰ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 17.

²⁶¹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 7, fogo 18.

²⁶² PETRONE, Maria Thereza Schorer. **Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829)**. *Revista de História*. São Paulo, n° 76, p. 315.

a disposição no porto. Cipriano consegue a quantidade necessária com um empréstimo de um beneficiador do tio de Antônio Prado.²⁶³ Este beneficiador era Manuel Rodrigues Jordão que, no recenseamento de 1817, aparece como coronel de milícias que detém 10 escravos. Outras informações não são dadas, pois Jordão estava “em São Paulo”.²⁶⁴

É interessante notarmos que Cipriano da Silva Proost é um dos que é recenseado como negociante “exporta gêneros do país” em 1836. É muito difícil acreditar que ele simplesmente deixara o comércio do “ouro branco”. Sua própria vida demonstrava ascensão notória. Em 1802, vivia com seu pai, Caetano Jozé da Silva, português, Tenente Coronel de Milícias, que atuava na administração do Contrato de Cubatão. Viviam lá, além de Cipriano, seu irmão Fermino, o caixeiro Manoel e mais dez cativos.²⁶⁵ Já em 1817, vivia Cipriano, recenseado somente como “negociante”, com Manoel, mais um caixeiro Francisco, duas agregadas e oito escravos.²⁶⁶ Por fim, em 1836, revelado como português, com seus 54 anos, ainda solteiro, morava com seu irmão Fermino, seu caixeiro Manuel, e seu vultuoso plantel de 22 cativos. É descrito com uma renda de um conto de réis, possuindo várias propriedades urbanas.²⁶⁷ Cipriano da Silva Proost adquiria riqueza considerável através do comércio do açúcar.

Contudo, observa-se que a possibilidade de cruzamento entre as fontes privadas e os maços de população torna possível ultrapassar os limites de uma única descrição e descortinar os passos dos importantes comerciantes do açúcar paulista. Reforça-se com o caso de Cipriano que os maços de população de Santos são limitados para demonstrar a amplitude do comércio açucareiro, embora evidenciem a importância geral que o setor mercantil atinge no principal porto paulista entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

Os rentistas

Para finalizarmos a apresentação das principais atividades econômicas de Santos, resta-nos comentar o setor rentista, pela sua importância observada na quantidade de escravos no ano de 1798. É ainda mais significativo relacionar que apenas 3 domicílios foram os responsáveis por cerca de um décimo dos escravos de

²⁶³ Idem, p. 320.

²⁶⁴ AESP, Maço de população de Santos de 1817, “Rua de Santo Amaro Nº13”, fogo 36. Infelizmente, não o encontramos em 1836.

²⁶⁵ AESP, Maço de população de Santos de 1802, fogo 135.

²⁶⁶ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 6, fogo 22.

²⁶⁷ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 8, fogo 20.

toda a vila nesse ano. Na verdade, eram praticamente dois, já que o terceiro era o caso do mulato Antonio Ribeiro, viúvo, de 62 anos, que morava com seu filho e apenas um escravo, vivendo “de cobrar o dízimo do peixe”.²⁶⁸ Vamos aos outros dois casos.

Um deles era Luis Pereira Machado, branco, casado e com 53 anos, que morava com sua esposa, 3 filhas, além de, na condição de agregados, seu sobrinho, seu caixeiro e mais quatro pessoas. A sua escravaria era a segunda maior da vila: 60 cativos. Era assim descrito: “He administrador do Contracto de sal de q vive e do seu Negócio”.²⁶⁹ Torna-se necessário, ainda que de maneira geral, tratar da importância do comércio de sal na América portuguesa a fim de compreendermos o quanto a administração do Contrato de sal para Santos era lucrativo ou não.

O sal era um dos mais importantes produtos da economia de Portugal. Suas condições climáticas e sua extensa orla marítima fazem com que o país seja, na Europa, nas palavras de Myriam Ellis, o “salícola por excelência”.²⁷⁰ Sua importância pode ser notada pelo grande interesse da coroa no monopólio real deste gênero que, inclusive, estendeu-se para a América portuguesa. Na verdade, o monopólio de sal já existia em Portugal desde os primórdios do país sendo sempre uma boa fonte de renda.²⁷¹ Na América portuguesa, ele começou a funcionar em meados de 1632 com o objetivo de “angariar fundos para a Fazenda Real custear a defesa desta colônia, contra qualquer invasão inimiga. Para isso era necessário sustentar as guarnições militares.”²⁷² Assim, o comércio do sal para cá era monopolizado pela coroa e era realizado a partir do sistema de arrendamento, sob contratos. Este monopólio limitava-se ao Estado do Brasil e seus portos de estaque foram Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos – a partir de 1732, como já mencionado.²⁷³

Apesar de muitas vezes permanecer apenas como lastro de outros produtos de maior proeminência, o sal, por ser um gênero de primeira necessidade, desenvolveu um valioso comércio, tão substancial que foi monopólio régio durante um período de cento

²⁶⁸ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 368.

²⁶⁹ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 230.

²⁷⁰ ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial, 1631-1801.** Boletim Nº197, História da Civilização brasileira, Nº14. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1955, p.35.

²⁷¹ Como demonstra Myriam Ellis já havia forais acerca desta prática desde o século XIII. Ver: Idem, p.42.

²⁷² Idem, p. 48.

²⁷³ Idem, pp. 54-60.

e setenta anos, além de possuir um corpo de funcionários e uma administração toda específica.²⁷⁴

Um dos grandes problemas deste comércio era o transporte do produto. Faltavam embarcações, além de que o sistema adotado em boa parte do período – as famosas frotas – trazia muitos inconvenientes, devido aos grandes retardamentos. Estes causavam grandes inquietações à população, afinal não deveria ser nada fácil viver certos intervalos de tempo sem este fundamental produto.²⁷⁵ Apesar das crises de carestia,

“era um alto negócio o comércio de sal no Brasil durante a época do monopólio. Muitas pessoas compravam o gênero aos Administradores do contrato, nos portos de estaque, em quantidades superiores ao necessário, pelos preços estipulados nas condições do mesmo. O objetivo era de revender o gênero, porém, por preços excessivos, especulando em torno desse comércio”²⁷⁶

Além disso, “muitas vezes [...] contrariando as cláusulas do contrato, os contratadores tentavam aumentar os preços do sal”, porém, “além dos Contratadores, os Administradores e mais funcionários do contrato, frequentemente antepunham seus próprios interesses aos das populações”²⁷⁷

Com isso, é possível pensar que Luis Pereira Machado devia obter um elevado lucro por ser o administrador do contrato de sal em Santos no ano de 1798. Todavia, esta situação estava prestes a mudar, pois o monopólio régio acabava em 1801. Como razões para o fim do monopólio, nas palavras de Ellis, teríamos:

“Quanto à supressão do monopólio do sal, em 1801, não foi efetuada unicamente com o objetivo de beneficiar a colônia. Seria uma afirmação ilusória. O Brasil, conseqüentemente, teve suas vantagens, porém, o levantamento do estaque decorreu da orientação político-econômica do reinado de D. Maria I, visando promover e ampliar a produção dos gêneros do Brasil para o comércio metropolitano em substituição à mineração em declínio. Para tanto, um dos principais fatores foi o desenvolvimento da indústria das carnes salgadas, do xarque e dos couros no Rio Grande do Sul. Medidas de amparo e incentivo tornavam-se necessárias àquela indústria sul-riograndense, diante da concorrência platina. A suspensão do estaque era uma delas”²⁷⁸.

²⁷⁴ Idem, p. 199.

²⁷⁵ Idem, pp.145-149.

²⁷⁶ Idem, p.139.

²⁷⁷ Idem, p. 151.

²⁷⁸ Idem, p. 201-202.

Em 1802, o maço de população revela que Luis Pereira Machado é português, recenseado, com 57 anos, vivendo com sua esposa, duas filhas, 5 agregados e 59 cativos. Com o fim do contrato do sal, foi descrito na ocupação de negocio de fazenda seca, com a menção de que “seus escravos em lavoura da qual vendeo duas pipas de ágoa ardente de Cana, quarenta arrobas de Café, o mais distribuído com a família.”²⁷⁹

Dessa forma, aquele proprietário representava a importância do contrato de arrematação do sal. Através de seu registro, percebe-se também a limitação das descrições dos maços de população, pois em 1802, surgiu atuando tanto com o comércio como com a agricultura. É provável que isso também ocorresse em 1798, já que ali também havia extensa escravaria.

O segundo caso de rentista em 1798 é o da Administração da Pesca de Baleias. Neste ano, a administradora era D. Gertrudes Maria, recém-viúva, branca, de 26 anos, com 6 filhos e detentora de 14 cativos, Além dos 67 do Contrato. Viviam ainda neste fogo uma agregada e 3 tutores do contrato, que possuíam 3 filhos e uma escrava.²⁸⁰ Para a compreensão das características deste fogo, torna-se necessário algumas considerações acerca da pesca da baleia em Bertioga.

As primeiras feitorias baleeiras na América portuguesa foram construídas na Bahia, especificamente na Ilha de Itaparica, entre 1603 e 1614; e na cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVII. Os animais destinavam-se à produção de azeite de peixe a fim de abastecer as luzes dos engenhos.²⁸¹ O desenvolvimento da indústria baleeira na área fluminense acabou por favorecer uma nova expansão das armações ao longo do litoral meridional. Neste processo, em meados do século XVIII, precisamente após 1748 – ao ser arrendado o contrato de monopólio da pesca da baleia nesta região por Feliciano Gomes Neves e Silvestre Correia – a armação da pesca da baleia em Bertioga (pertencente ao distrito de Santos) foi construída. Progressivamente, ao longo do governo do Morgado de Mateus, com seu excepcional empenho em fomentar a economia da capitania, a armação foi sendo ampliada. Os capitais particulares eram os responsáveis pelo estabelecimento, manutenção e expansão das armações, que eram geridas pelos contratos regionais responsáveis pelo arrendamento à Coroa do real monopólio da pesca das baleias.²⁸² Ao

²⁷⁹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 199.

²⁸⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 456.

²⁸¹ ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos/Editora da universidade de São Paulo, 1969, p. 200.

²⁸² Idem, p. 202.

longo dos contratos, os arrematadores usufruíam das Armações, comprometendo-se a, ao fim do contrato, devolverem-nas em bom estado. Eles detinham o monopólio da pesca da baleia, da manufatura do óleo e do abastecimento da Metrópole.²⁸³

Uma das importantes características das armações de pesca da baleia era o notável papel dos escravos nas mais diversas funções:

“Era o cortador da praia, do açougue, da chacota (chacoteiro), de cima da baleia e gancheiro, ainda, marujo, patrão de lancha, remador ou timoneiro [...] era atacador do fogo na oficina das fornalhas do engenho de frigar e também mestre de azeite e lenhador; [...] era ainda pedreiro, calafate, calafatinho, [...] caldeireiro; e mais: barbeiro, alfaiate [...]. Às vezes acumulava funções [...]. Seu trabalho era, de preferência, realizado em terra.”²⁸⁴

Assim, justifica-se o amplo número de escravos encontrados na armação. Interessante ainda é que o trabalho livre também era empregado, sendo recrutado entre a população mais próxima da pobreza para realizar vários afazeres, sobretudo, para tripular as lanchas marítimas. Infelizmente, a documentação não permite avanços na compreensão e análise do uso de trabalhadores livres na Armação de Bertioga.

Outro aspecto importante é a grande necessidade de lenha para a armação, a fim de alimentar as fornalhas onde se fundiam às postas da baleia para fabricação de óleo. Em Santos havia duas propriedades relacionadas à lenha: uma, de pequeno trato, “com meia legoa de testada, e meia legoa de fundo”. Essa era a área da armação propriamente dita onde “subsiste a Armação da dita pescaria se servem das lenhas para o mesmo trafico em que labutão 30 escravos”; a outra era a “São Pedro”, de grande cabedal, “duas mil duzentas braças de testada, e outro tanto de fundo”, “de onde se estrahe a Lenha para o fabrico da mesma Armação da parte do mar manco; e da parte do mar groço que tem o nome de Iparenga são trabalhadas em cultura por alguns pobres agregados”.²⁸⁵

O já existente sistema de arrendamento do monopólio da pesca da baleia foi incrementado, sobretudo, entre os anos de 1765 e 1801, quando organizou-se a “Companhia de Pesca de Baleias das Costas do Brasil”. Os motivos de tal incremento podem ser apontados em dois aspectos. Um deles é a política nacionalista de Pombal, que busca fomentar a produção ultramarina em seus mais diversos artigos. O outro é o impacto da grande expansão baleeira que realizavam os ingleses e os norte-americanos

²⁸³ Idem, p. 157.

²⁸⁴ Idem, p. 97.

²⁸⁵ AESP, Avisos Régios de Santos, propriedades 94 e 99, respectivamente.

no Atlântico. Este último provocara grande ímpeto e interesse por parte do Marquês de Pombal.²⁸⁶

Porém, em 1801, entendia-se que o privilégio exclusivo do contrato acabava por limitar a expansão das Armações e, neste sentido, o Alvará de 24 de abril, encerrava o arrendamento, com a finalidade de que, nas palavras de Myriam Ellis, “facultada a todos, pudesse a pesca da baleia expandir-se livremente a outras áreas da costa do Brasil e ao alto mar, a exemplo das Nações mais industriosas da Europa”.²⁸⁷ Os bens das armações, ou seriam postos à venda, ou entregues a alguma sociedade de negociantes que, dessa forma, se tornariam sócios da Fazenda Real.

Após 1801, a administração da pesca da baleia no Brasil acabou por se manter sob a Administração da Fazenda Real até 1816, “por não ocorrer quem se interessasse pela aquisição ou pelo arrendamento das feitorias”.²⁸⁸ Neste período, acentua-se a decadência das feitorias, talvez pelo desinteresse da Coroa, ou então pela simples falta de recursos para alguma tentativa de impulso.

Há uma nova expectativa de revitalização das armações com o retorno ao monopólio no ano de 1816. Distribuiu-se o pessoal administrativo, com remunerações anuais. Adquiriram-se material para construções, além de instrumentos e diversos apetrechos para as fábricas. Arregimentaram-se arpoadores, etc. Porém, este empuxo não é suficiente para conseguir grande progresso técnico e de mão-de-obra capazes de competir com a concorrência estrangeira norte-americana e inglesa, que possuíam muitos assíduos frequentadores das águas litorâneas da América portuguesa. Assim, os novos contratos acabavam sendo rescindidos. Em 1836, a armação da Bertioga já estava completamente arruinada e era totalmente inviável qualquer tentativa de nova vida.

Com as características da Armação da Pesca da Baleia, reforça-se um dos aspectos que desenvolvemos aqui: grandes escravarias poderiam ter escravos atuando nas mais diversas atividades, que resultaria, ao menos em parte, na relação do jornal dos escravos, do viver de agências e dos artesãos. E estas ocupações, em boa parte, eram subsidiárias ao sistema mercantil santista.

Em resumo, confirmaram-se repercussões fundamentais no perfil econômico de Santos entre o último quartel do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX

²⁸⁶ ELLIS, Myriam. **A baleia...**, p. 204.

²⁸⁷ Idem, p. 160.

²⁸⁸ Idem, p. 164.

– ao longo do auge do desenvolvimento do comércio açucareiro no Oeste Paulista/Santos. A mais importante delas foi a transformação gerada pelo declínio do setor agrícola e a triplicação do meio mercantil da vila, que se tornou, portanto, a principal atividade econômica de Santos. Configurou-se, assim, a possibilidade de a vila ter repercussões importantes em sua estrutura a partir do impacto produzido por este envolver econômico do principal porto paulista.

Domicílios não escravistas

Analisar os domicílios não escravistas é perscrutar os menos favorecidos da sociedade colonial, é relacionar aqueles que ainda não haviam obtido recursos suficientes para a compra de um escravo, mas que os estavam acumulando, a fim de que, no futuro, assim procedessem, como ainda a maioria da população que, quando muito, lutava para obter o pão de cada dia para si e para seus familiares.

Gráfico 8: Domicílios não escravistas de Santos divididos pelas ocupações mais comuns entre os anos de 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

O gráfico 8 apresenta as ocupações mais comuns desses domicílios. Nota-se aqui que quatro das seis atividades, eram também as de maior participação entre os escravistas: agricultura, agência, comércio e artesanato. Acrescentava-se aqui a

atividade do mar e dos militares. Observamos que, em termos gerais, a grande constatação do alto declínio do setor agrário e a consequente ampliação do comércio eram vistas em menor intensidade. A maior ampliação de ocupação em domicílios não escravistas era para aqueles que “vivem de sua agência”. Neste sentido, a análise desenvolvida para os lares escravistas é reforçada: cresce em Santos, ao longo do final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, homens e mulheres atuando nos mais variados serviços que surgissem em uma vila portuária/mercantil. Muitas vezes, esses trabalhos eram relacionados ao artesanato, como demonstra o peso importante deste grupo. Eventualmente, quando havia condições para isso, poderiam atuar ainda no comércio ambulante repleto de miudezas e pequenas transações.

Nas agências, nota-se o caso de Anna Felipa, natural de Santos, parda, solteira, de 37 anos, residindo com sua irmã e seus 4 filhos, ocupando-se de “agencias com que se alimentam”.²⁸⁹ Também o de Luiz José Pereira, branco, natural de Lisboa, casado, com 28 anos, morando com sua esposa e vivendo de “agencias com que se alimentam”.²⁹⁰ Sob essa mesma forma de obter sustento estava Antonio Rodrigues, mulato, natural de Santos, solteiro, com 47 anos, vivendo de agência em casa alugada, residia com um agregado, uma agregada de Rio Pardo, que vivia com dois filhos naturais de Montevidéu.²⁹¹

²⁸⁹ AESP, maço de população de Santos do ano de 1802, fogo 72.

²⁹⁰ AESP, maço de população de Santos do ano de 1802, fogo 61.

²⁹¹ AESP, maço de população de Santos do ano de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 33.

Tabela 9: Atividades dos chefes de domicílios artesãos não escravistas de Santos entre 1775-1836.

Atividade do artesão	1775	%	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
costura	13	48,2	20	42,6	16	40	51	41,5	12	12,9
ferreiro	3	11,1	1	2,1	2	5	2	1,6	2	2,1
alfaiate	4	14,8	3	6,4	5	12,5	8	6,5	10	10,7
carpinteiro	5	18,5	7	14,9	5	12,5	7	5,7	16	17,2
sapateiro	1	3,7	12	25,5	5	12,5	14	11,5	13	14,0
fiar algodão	1	3,7							1	1,1
fazer chapéus de palha			1	2,1						
ourives			2	4,3	1	2,5	2	1,6	3	3,2
costuras e engomar roupas			1	2,1					2	2,1
falquejar madeiras					6	15			2	2,1
rendeira							31	25,2		
calafate							1	0,8	2	2,1
tanoeiro							1	0,8	4	4,3
polieiro							1	0,8	1	1,1
lavandeira							1	0,8		
pedreiro							2	1,6	8	8,6
torneiro							1	0,8	1	1,1
latoeiro							1	0,8		
padeira									1	1,1
tamanqueiro									1	1,1
servente									1	1,1
oleiro									1	1,1
cortidor de couros									1	1,1
marceneiro									1	1,1
serrador de madeiras									5	5,4
fazer canoas									5	5,4
TOTAIS	27	100	47	100	40	100	123	100	93	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Entre os artesãos, pode-se perceber o mesmo quadro daqueles que conseguiram adquirir escravos (tabela 9). Há uma preponderância nítida das costureiras até a terceira década do século XIX. As demais atividades com maior número de artesãos eram as dos carpinteiros, sapateiros e alfaiates.

Um notável aumento da diversidade de ocupações é visto a partir do fim da segunda década do século XIX. Das atividades diretamente relacionadas ao trato marítimo comercial, apreende-se que, em alguns momentos específicos, aparece a

designação de “falquejar madeiras” – ofício bastante importante em uma vila portuária comercial. Surge aqui aqueles que diretamente construíam canoas. Podemos relacionar ainda a existência aqui do chamado polieiro²⁹², atividade de especialização relacionada diretamente às técnicas náuticas do período em questão. Interessante notar que este ofício não foi sequer mencionado entre os artesãos descritos para a Província de São Paulo por Muller.²⁹³ Encontramos em Santos, ao todo, dois polieiros: um em 1817 e um em 1836. Em 1817 havia Luciano Jozé, pardo, com 51 anos, sua esposa e cinco filhos.²⁹⁴ Em 1836, o português naturalizado, José Rodrigues Mota, viúvo, com 68 anos, vivendo com seu filho.²⁹⁵

Entre os outros artesãos estava Maria das Dores, mulata, solteira, de 21 anos, natural de Santos, que morava em casa alugada com uma agregada do Rio de Janeiro, possuindo agência e vivendo “de suas costuras”.²⁹⁶ Manoel Jozé de Christo, pardo, natural de Santos, casado e com 37 anos de idade, que habitava com sua esposa e filho, ocupando-se no ofício de carpinteiro.²⁹⁷ Por fim, o calafate Manoel Araújo, negro, natural “da Costa”, solteiro, com 26 anos, que morava com uma mulher, com quem a relação não é descrita pelo recenseador, e com um agregado, vivendo “descentemente de seu trabalho”.²⁹⁸

Entre os agricultores dos domicílios não escravistas, estavam aqueles que eram roceiros, muitas vezes, vivendo no limite da sobrevivência. Foram, repetidas vezes, recenseados com a descrição “planta para seu gasto” ou a de que “mal dá para seu gasto”, quando não, mencionados com produções baixíssimas. Era o caso de Joam de Mera, casado e com 30 anos, morava com sua esposa, 7 filhos e 1 agregado, vivendo

²⁹² Segundo SILVA, Antonio de Moraes, e BLUTEAU, Rafael, no **“Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accresentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro”**, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, volume 2, pp. 212-213, Polieiro: “o que faz polés.” Por sua vez, a definição de polés é: “maquina, que confita de hum pao a plumo, com hum braço do qual pende hum moitão, ou roldana, por onde paffa a corda, de cujo extremo pende hum pelo, que fe levanta, puxando pela outra ponta, ufa-fe tambem nos navios (Amaral, pág. 54); e em terra para erguer ao alto della os criminosos atados á corda, e deixá-los cahir a terra, o que fe diz dar tratos de pole.” Versão digital disponível em: http://books.google.com.br/books?id=4FkSAAAIIAAJ&printsec=frontcover&dq=Antonio+de+Moraes+Silva&hl=pt-BR&ei=UIQyTO-DHYL_8Ab_p9mzAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false, acesso em 5 de julho de 2010.

²⁹³ MULLER, Daniel Pedro. *op. cit.*, p. 244.

²⁹⁴ AESP, maço de população de Santos do ano de 1817, rua 9, fogo 15.

²⁹⁵ AESP, maço de população de Santos do ano de 1836, distrito 1, quarteirão 1, fogo 2.

²⁹⁶ AESP, maço de população de Santos do ano de 1836, distrito 2, quarteirão 3, fogo 23.

²⁹⁷ AESP, maço de população de Santos do ano de 1802, fogo 308.

²⁹⁸ AESP, maço de população de Santos do ano de 1836, distrito 2, quarteirão 6, fogo 20.

“na sua Rosa pobre”.²⁹⁹ Também o de Jozé Correa, casado, com 30 anos, que residia com sua esposa, sua mãe, seus dois filhos, vivendo “pobremente na sua orta”.³⁰⁰ Igualmente, Anna, mulata, solteira, de 46 anos, que morava com seus 2 filhos e 1 neto, vivendo “da sua roça de q tira para gasto”.³⁰¹

As duas atividades que não eram as principais dos domicílios escravistas, mas que surgiram nos não escravistas eram as dos militares e dos que viviam da atividade do mar. Nota-se que em ambos havia um processo de declínio – mais acentuado no grupo dos militares. Vejamos cada um deles.

O setor militar da América portuguesa sofria alterações importantes com a chegada do Morgado de Mateus como governador de São Paulo. Era fundamental desenvolver as tropas para os combates do sul contra os espanhóis e reforçar a defesa, especialmente, do litoral, onde Santos era o ponto estratégico fundamental. Voltaremos a analisar detalhadamente esta questão no capítulo a seguir. Por ora, cumpre destacar que, naquele momento, a Capitania paulista contava com um Corpo de Tropas pagas³⁰² e algumas Companhias de ordenanças³⁰³. Ainda no governo do Morgado, é criada em Santos a formação de uma companhia de pardos que irá ser chamada de “Úteis”.³⁰⁴

Apesar desse processo de militarização e da importância de Santos neste contexto, nota-se um alto declínio nos índices dos militares. A explicação é simples: os militares não deixam de existir, mas, nos outros maços de população, passam a ser descritos com outra ocupação, sem, geralmente, a informação do soldo, mencionando apenas a patente militar.

Os temidos recrutamentos e o problema que ela causavam nas produções e serviços eram dignos de nota do Capitão mor Francisco Xavier da Costa Aguiar, ao enviar o “Detalhe da organização de duas companhias de ordenanças da Villa de

²⁹⁹ AESP, maço de população de Santos do ano de 1775, fogo 115.

³⁰⁰ AESP, maço de população de Santos do ano de 1775, fogo 120.

³⁰¹ AESP, maço de população de Santos do ano de 1798, fogo 406.

³⁰² Belloto assim a definia: “Formado de 6 Companhias de Infantaria ou de Artilharia, de constituição irregular, mas que deveria ter cada uma 44 soldados, um capitão, um tenente, um alferes, 2 sargentos e 4 cabos de esquadra.” Veja-se: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, p. 103 nota 233;

³⁰³ Mais uma vez, utilizando as palavras de Belloto: “As Companhias de Ordenanças eram tropas constituídas pelos homens válidos nos núcleos urbanos, organizadas e pagas pelas Câmaras Municipais. Estavam regulamentadas em Portugal desde 1570 pelo Regimento das Ordenanças. Entretanto, o Morgado de mateus notava que as daqui não eram regulares como as do Reino, pois muitos habitantes válidos não as integravam. Em Santos, havia as chamadas Companhias de Forasteiros constituídas de portugueses ou paulistas de fora da vila, mas que, na sua maioria tinha se recusado ao engajamento, alegando privilégios.” Idem, p. 103 nota 234;

³⁰⁴ Para histórico do processo de “militarização” no governo Morgado de Mateus veja-se: Idem, a parte da “Militarização” – pp. 103-116 e a da “Socorros ao Sul versus “diversão” pelo Oeste – pp. 265-293.

Santos” para o ano de 1808, justificando ter errado os limites de idade e não desejando que mais homens fossem retirados de seus ofícios, com exceção das ocasiões especiais:

“O Capitam mor da villa de Santos abaixo asignado, não obteve saber, que o regimento das ordenanças aponta no capítulo 9, devem ser alistados as pessoas de 18 até 60 annos faz menção neste detalhes de todas as pessoas de 15 até 70 annos inclusive, entrando nestas os doidos, alejados, e decrepitos que para nada serverm, asim como todas as pessoas públicas, empregadas aquém certamente senão pode occuparem serviço, ou negocio quer diligencias, a excepção de alardos, ou ataque em ocasião ou tempo de guerra, em que tudo se larga para mostrar com toda a evidencia a pobreza e falta de Ordenanças que tem no seu Districto ficando bem claro, que sendo todas tão poucas, fica para o servisso huma porção de gente tão diminuta, e Mercenaria, q parece milagre fazer diligencia de character, em distancias de seis a dezenove ou vinte legoas.”³⁰⁵

Em 1775, eram militares o soldado de infantaria Jozé Gonsalves de Moraes, casado, de 24 anos, que residia com sua esposa e filho, vivendo “de seo soldo”³⁰⁶; Ignacio de Freitas, casado, com 60 anos, que morava com sua esposa e um exposto, vivendo “de seus soldos”³⁰⁷; Salvador de Jesus, casado, com 27 anos, habitava com sua esposa, sua filha e um agregado, vivendo “de seos soldos”³⁰⁸; Bernardo de Oliveira, casado, com 39 anos, convivia com sua esposa, sua mãe e 3 agregados, vivendo “de seos soldos”.³⁰⁹

Em outros anos, militares aparecem como no caso de Jozé da Cruz, soldado de Infantaria reformado, branco, casado, com 72 anos, que morava com sua esposa e 2 filhos, vivendo de ser pescador e do seu meio soldo.³¹⁰ Também havia o solitário soldado Lourenço Ribeiro, branco, natural de Santos, viúvo, com 54 anos, vivendo de “falquejar madeiras”.³¹¹

Por fim, o grupo da Atividade do Mar envolvia, fundamentalmente, a atividade pesqueira. Eram os casos de: Salvador Pereira, branco, natural de Santos, viúvo, com 44 anos, morando com seus 3 filhos pequenos³¹²; Manoel Jozé Rodriguez, branco, natural do Rio de Janeiro, casado, com 46 anos de idade, que residia com sua esposa, natural de

³⁰⁵ AESP, Detalhe da organização de duas companhias de ordenanças da Villa de Santos Extraído da Relação Popular da mesma villa no Anno de 1808.

³⁰⁶ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 192.

³⁰⁷ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 187.

³⁰⁸ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 277.

³⁰⁹ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 288.

³¹⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 343.

³¹¹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 248.

³¹² AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 255.

Parati, e seus 2 filhos pequenos³¹³; e Jozé de Moura, pardo, casado com esposa branca, com 52 anos, que vivia com sua esposa, seus 2 filhos e 1 agregado.³¹⁴

Em resumo, apesar de, nos domicílios sem mão-de-obra escrava, não observarmos o mesmo ritmo de crescimento visto para os escravistas atuantes diretamente no setor mercantil, o perfil das atividades reforça a importância de ocupações subsidiárias ao comércio. Isso ocorria, de um lado, sempre com participação importante dos artesãos, inclusive com aumento da diversidade e de atividades diretamente relacionadas ao trato marítimo/comercial; de outro, com o crescimento bastante substancial daqueles que abarcavam os mais variados serviços de acordo com as oportunidades – o chamado “viver de agências”. No mesmo sentido, é bastante significativa a queda dos militares e da atividade do mar. Evidencia-se que um número maior de pessoas envolvia-se, cada vez mais, entre o final do século XVIII e nas três primeiras décadas do século XIX, com o comércio. Desmembrar aqueles que faziam parte deste universo é o tema de nossos próximos capítulos.

³¹³ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 327.

³¹⁴ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 15, fogo 19.

Capítulo II: Um porto e sua população

O impacto do desenvolvimento do mercado açucareiro na vila de Santos, como visto, foi crescente e muito significativo entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. O porto se internacionalizava. Os efeitos das medidas ilustradas, o beneficiamento gerado pela Calçada de Lorena e as medidas de porto único, transformam o principal porto paulista em torno da dinâmica que aqui chamamos de exportar e abastecer. A antiga vila santista, cada vez mais, estava voltada às relações mercantis. No sentido mais amplo do setor. Desde comerciantes de alto cabedal no trato direto das grandes embarcações para exportação ou abastecimento em áreas mais longínquas, como também de outros envolvidos em oferecer os mais variados serviços subsidiários a tais práticas.

Desta forma, o estudo da população nos leva a entender o impacto desse contexto, tendo como base a demografia histórica. Esta importante ciência nos propicia fundamentais subsídios para compreendermos uma face da conjuntura santista neste intervalo. Como já apontava Fernand Braudel:

“Segundo Ernst Wagemann, a demografia seria, antes de tudo, o estudo das flutuações demográficas e de suas conseqüências. Seria, assim, uma ciência da conjuntura, curiosamente calcada sobre a economia conjuntural.”³¹⁵

E, assim, é preciso ter em vista que nas ciências sociais:

“Não há uma ciência ou uma carreira que dominaria, nesse vasto campo não estruturado do conhecimento do homem. Não há história, e ainda menos concepção histórica que “conduza”, não há sociologia que conduza, não há economia, não há demografia que conduza. Os métodos, os pontos de vista, os conhecimentos adquiridos são para todo o mundo, quero dizer, para quem quer que se mostre capaz de servir-se deles.”³¹⁶

Apesar de que, para Pierre Chaunu:

“A Demografia Histórica extrapola seu próprio campo. Ela é o coração de tudo: da economia, do espaço, da biologia; mas também da vida, da morte, do amor. Ela coloca o Homem em presença de si mesmo e na sucessão das gerações. Ela conduz naturalmente à sociedade, à cultura, talvez até mesmo bem mais além, à metafísica, à ontologia, ao religioso. O recenseamento e o estado civil são os

³¹⁵ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.182.

³¹⁶ Idem, p. 215.

documentos, por excelência, de toda ciência humana. É pela demografia que se prepara o encontro da História e de todas as ciências humanas.”³¹⁷

Vale acrescentar ainda as limitações da Demografia Histórica, como já advertia Louis Henry:

“Em Demografia, como nas demais ciências humanas, a experimentação é impossível, ou seja, o demógrafo não pode variar, de acordo com seus interesses, as condições nas quais desenvolveu-se uma população. Ele somente pode dispor do que a observação lhe fornece, o que afinal é uma colheita pobre e pouco variada, porque as condições são frequentemente semelhantes ou próximas, e por isso mesmo, elas apenas cobrem uma reduzida parte das condições possíveis.”³¹⁸

Nossa perspectiva é de contribuir para os estudos de História demográfica do Brasil, mesmo sabendo das dificuldades que um historiador enfrenta ao entrar em campo tão importante e bastante preciso das ciências.³¹⁹

As fontes para a análise são os maços de população de Santos dos anos de 1775, 1798, 1817 e 1836 e todos os mapas de população santistas entre os anos de 1775-1836. Os maços, como já comentado, eram verdadeiros recenseamentos de população listando todos os habitantes da vila no dito ano. Por sua vez, os mapas de população nada mais eram do que resumos estatísticos desenvolvidos pelo capitão mor após efetuar os maços.³²⁰ A maior parte dos dados foi coletada diretamente dos mapas de população à exceção dos dados de 1836, já que, para este ano, não havia mapa e, desta forma, foi feita a contagem da população a partir do maço.

Os dados apresentados a seguir, devido às limitações das fontes, devem ser vistos como taxas brutas e com margens de erros a serem consideradas.³²¹ Contudo,

³¹⁷ CHAUNU, Pierre, **Historie, science sociale**. Paris, Sedes, 1974, p. 353. Apud: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 141.

³¹⁸ HENRY, Louis. **Temas de pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica do Brasil**. *Revista de História*. São Paulo, v. 53, n105, jan/mar 1976, p. 63.

³¹⁹ Para uma recente reflexão crítica dos estudos da Demografia Histórica e História da População, veja-se: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BASSANEZI, Maria Silvia C. B. e SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Quarenta anos de Demografia Histórica**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG-Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_289.pdf

³²⁰ A análise completa das fontes aqui utilizadas bem como o histórico completo dos recenseamentos da população, inclusive suas limitações, pode ser visto em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

³²¹ A respeito dos problemas correntes da análise populacional a partir dos mapas e dos maços de população veja-se o nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

certamente indicam a tendência da população santista no período e, ao longo do texto, procuraremos sempre levantar eventuais problemas e dificuldades na análise.

A população da capitania de São Paulo, como visto, ao contrário do que a historiografia tradicional paulista apontava, cresceu, continuamente, ao longo do século XVIII. As atividades mineradoras trouxeram estímulo para o aumento da produção agrícola e pecuária. A extração do ouro gerava um mercado consumidor em expansão. A Capitania paulista responde a este estímulo através da pecuária na região Sul e da agricultura de mantimentos nas vilas mais próximas às Gerais.³²²

Com a recuperação da autonomia administrativa em 1765, São Paulo, através do seu capitão-general e governador D. Luís Antônio de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, passa a ser orientada por importantes diretrizes da Coroa com vistas à desenvolver milícias capazes de combater os castelhanos ao sul. Mais do que isso: a estratégia envolvia a fixação da população, inclusive criando diversas novas vilas, a fim de facilitar o controle dos habitantes para a formação das milícias. Desta forma, a perspectiva econômica também deveria ser implementada para melhorar e ampliar a produção agrícola, aumentando a produção de gêneros alimentícios e desenvolvendo o cultivo do açúcar com o viés claro de exportação. Tudo isso, para elevar a arrecadação da Coroa em seu momento de crise.³²³

A partir da década de 1790, as medidas iniciais do Morgado de Mateus colhem seus frutos. O mercado açucareiro paulista é favorecido, no plano internacional, pela revolta escrava em São Domingos, no Caribe, e, logo após, pela abertura do mercado inglês, devido ao bloqueio continental decretado por Napoleão. Na própria capitania, também é decisiva a continuidade do apoio à produção açucareira, pelos próximos governadores. Bernardo José de Lorena, sobretudo, implementa um caminho calçado na Serra do Mar e as chamadas leis de porto único, gerando condições do estabelecimento do rota do açúcar entre o Oeste paulista/Santos. Ao mesmo tempo, ainda que em uma esfera menor, o mercado de abastecimento continuava em franca expansão e complementava o desenvolvimento econômico da região paulista.

Assim, o crescimento econômico gerava ampliação populacional, como é apresentado na obra organizada por Maria Beatriz Nizza da Silva:

³²² MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, p. 72.

³²³ Veja-se nossa introdução e também: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: editora UNESP, 2009, p. 158.

“Em consonância com o vigor econômico, a população cresceu acima dos índices usuais. Esse aumento populacional não poderia ser explicado apenas pelo crescimento vegetativo, embora este fosse apreciável em uma sociedade não marcada pelas grandes mortalidades epidêmicas. O crescimento se deveu também à atração de imigrantes de capitanias vizinhas e, principalmente, pela acelerada aquisição de escravos para compor a crescente demanda de mão-de-obra açucareira. O açúcar e a população cresceram juntos.”³²⁴

Desta forma, o objetivo aqui é, inicialmente, a caracterização geral da população de Santos. Logo a seguir, temos a comparação com o restante da capitania. Nesta conjuntura de ampliação populacional, a ideia é verificar se o principal porto santista acompanhou ou não tal desenvolvimento. É somente a partir dessa checagem que será possível qualquer estudo da diferenciação ou não em Santos neste período, devido a feição portuária cada vez mais evidente.

Gráfico 9: População de Santos, dividida por condição – 1775-1836.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos de 1775-1836. Para 1775 e 1836, dados dos maços de população.

O gráfico 9 apresenta os dados gerais da população santista, dividida por condição entre os anos de 1775 e 1836. A população passa de 2443 para 5857³²⁵, um aumento da

³²⁴ Idem, p. 159.

³²⁵ Os números completos da população de Santos podem ser vistos em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

ordem de 139,75%. Pelos dados de Marcílio, no geral, a região paulista, entre 1776 e 1836, cresceu em um ritmo ligeiramente maior, já que alcançou o valor de 167,84%.³²⁶

A autora assinala que o período entre o século XVIII e 1836 é baseado em uma população “inteiramente pré-malthusiana (com precárias formas de controle de sua natalidade e mortalidade).”³²⁷ Assim, tal situação costuma levar as populações a uma dinâmica de baixo crescimento. Exatamente o contrário do que se observa em São Paulo como um todo, incluindo Santos. A explicação para isso seria o fator da imigração e o crescimento vegetativo relacionado às altas taxas de natalidade na região paulista. Soma-se ainda a ausência de qualquer crise demográfica típica do Antigo Regime como a de fome ou de epidemias antes de 1850. Não quer dizer que elas não existissem mais. O fato é que geralmente eram de caráter local. Para o nosso foco, Santos, Marcílio aponta que as epidemias “atingiram de preferência núcleos do litoral mais expostos ao contágio trazido pelos navios.”³²⁸ Este ponto, talvez, seja uma das explicações para o fato de que, apesar de termos uma tendência geral de crescimento da população santista, baseado em saltos comprovados em anos específicos, notamos, em sequência, o decréscimo pouco acentuado, acompanhados por períodos de manutenção nos índices.

Outro fator que pode ter gerado oscilação na população santista foi os conflitos na região platina, desenvolvidos desde o século XVIII até a criação do Uruguai em 1828. Como analisa Nelson Werneck Sodré, há uma relação direta entre eles e o desenvolvimento econômico da região:

“A necessidade de lutar pelo gado, e mais adiante, a necessidade de lutar pelas pastagens, faz dessa zona uma área de conflitos constantes. Os motivos ligados a estes conflitos e os motivos [...] ligados à penetração mercantil da zona bloqueada platina confluem de forma a constituir o quadro de intervenção lusa na área de dominação espanhola”³²⁹

Para que fosse possível esta intervenção, a Coroa portuguesa precisou organizar uma “estrutura militar muito mais ampla e muito mais rígida do que a colônia conhecera até então.”³³⁰

³²⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, p.71 – tabela 1.

³²⁷ Idem, p. 73.

³²⁸ Idem, pp.73-75.

³²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 52.

³³⁰ Idem, ibidem.

A Capitania de São Paulo estava plenamente envolvida neste projeto. Segundo Cristiane de Mello, “a nova estrutura militar previa, e constantemente reiterava a todos os governadores da América portuguesa, a necessidade de cooperação entre as Capitanias do Estado do Brasil.”³³¹ Em especial, estava a atuação de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A Coroa tinha uma estratégia bem definida para as três: “que com a união de todos os três Governos, se possa consolidar huma força Superior” sendo necessário “que sem a menor perda de tempo, se procure em todos os três Governos instruir as Milícias, nos Pontos essenciais de marcharem unidos.”³³² O objetivo de São Paulo, na prática era duplo: ser uma área defensiva entre a região em conflito e a zona da mineração, além de defender a capital recém transferida.³³³

As Milícias geravam a necessidade de uma organização e de uma intensa militarização da população da América portuguesa. Muitas vezes, a população colonial se recusava a aceitar o recrutamento. Motivos, pois, não faltavam:

“A violência e vexação com que se recrutavam os combatentes, a falta de assistência pontual do soldo e pão prometidos, o mau tratamento recebido de seus governantes, o apego ao espaço original de socialização, isto é, a saudade da terra e dos parentes, bem como, e não menos relevante, o medo da guerra.”³³⁴

Acrescentamos ainda o apoio de braços muitas vezes necessário nas mais variadas atividades exercidas por ele em seu domicílio. Afinal, sua ausência, se por muito tempo, poderia resultar em um empobrecimento, talvez, irreparável. Neste sentido, são recorrentes as reclamações dos capitães mores das vilas paulistas – inclusive de Santos, como visto no capítulo anterior. Na prática, os paulistas eram muito requisitados nas tropas que iriam fazer incursões na região platina por certa reputação adquirida, desde o século XVI, de possuírem um estilo militar excelente para os matos fechados, além de serem destros na navegação.³³⁵ Desde o governo do Morgado de Mateus, mais precisamente em 1774, após uma incursão do então governador de Buenos Aires, D.

³³¹ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar: a Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** *Revista de História*, 154 (1º - 2006), p. 269.

³³² Citação pertencente a Fernando Novais. Encontrada em apud: Idem, *ibidem*.

³³³ Idem, *ibidem*.

³³⁴ Idem, p. 271.

³³⁵ Pedro Puntoni assim destaca a reputação dos paulistas: “particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. [...] Tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas.” Apud: Idem, p. 290.

Juan José de Vertiz, as ordens da Coroa para os paulistas eram de que o governador “deveria completar com recrutas as sete companhias de infantaria aquarteladas em Santos e constituir um novo corpo de tropas composto por mil homens de armas, fortes e robustos, metade de infantaria e metade de cavalaria.”³³⁶

O conflito envolvia, contudo, muito mais do que as milícias. Um conjunto de forças acabava por atuar na região platina:

“A luta pela instalação, pela defesa e pela preservação da Colônia do Sacramento, desenvolvida principalmente pelas tropas regulares metropolitanas, reforçadas pelas milícias e apoiada por forças navais vindas da Europa, é acompanhada, assim, pelas operações desenvolvidas pelas forças irregulares, na defesa de seus interesses particulares. [...] A par do sério problema regional que se configura nas constantes tentativas de penetrar o mercado platino, objetivo fundamental da metrópole, pela sua aliança com a Inglaterra, existe a luta generalizada pela posse de gado e das pastagens, recrudescida quando aquele passa a representar, como bem de troca, não o couro mas também a carne, depois do estabelecimento das charqueadas.”³³⁷

Em trabalho recente, Maximiliano Menz analisa detalhadamente os conflitos na banda sul. Um dos fatores fundamentais que levou a região a ser uma “área de conflito constante”, além do motivo econômico, foram as indefinições diplomáticas entre as duas potências ibéricas.³³⁸

Uma das questões que merece destaque é que em 1778, a Coroa espanhola desenvolvia a abertura comercial ao vice-reinado do Prata e aos reinos do Chile e Peru, incluindo o comércio intercolonial. Os produtos coloniais podiam ser transportados especialmente para Portugal e Estados Unidos a partir de 18 de novembro de 1797.³³⁹ O desenvolvimento gerado por esta medida era evidente no enriquecimento de Buenos Aires. O que provocava um constante temor da Coroa portuguesa do surgimento de uma “fidelidade alternativa” para os vizinhos que presenciavam um crescimento econômico além do sempre importante contrabando.³⁴⁰ No início do século XIX, o contrabando na

³³⁶ LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus**. In: Nanci Leonzo. (Org.). Publicação Integral da Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu Paulista/USP, Coleção do Museu Paulista, Série de História, volume 6, 1977, p. 221.

³³⁷ MENZ, Maximiliano M. *op. cit*, pp. 55-56.

³³⁸ A análise detalhada é encontrada especialmente em: MENZ, Maximiliano M. *op. cit*, pp. 38-48.

³³⁹ A permissão foi retirada em 1799, mas retornou a partir de 1805.

³⁴⁰ Idem, pp. 47-49.

região era tão evidente que em 1801 o comandante Donald Campbell comparava o Rio de Janeiro com um porto livre.³⁴¹

No final da revolução Francesa, em 1798, o governo francês havia ocupado a Espanha e um conflito eminente, provocado entre os vizinhos ibéricos, teve proporções importantes na América, gerando a campanha de 1801. Milicianos se reuniram e adentraram nas missões espanholas. O fim da guerra, ainda no mesmo ano, permitiu aos portugueses o alargamento da fronteira do Rio Grande até o rio Uruguai no noroeste, atingindo Jaguarão no sul.³⁴²

A chegada da Corte inaugurou a chamada “perspectiva americana” em sua política com o Rio Grande, na qual expedições terrestres exclusivamente do continente americano partiriam contra os castelhanos no Prata.³⁴³

Do lado castelhano as constantes crises espanholas, como a abdicação de Carlos IV, as revoltas contra a dominação francesa, além dos diversos projetos de reformas e o exemplo dos Estados Unidos traziam uma forte inquietação aos *criollos*. A expulsão dos ingleses em 1806 criara um forte sentimento de um “patriotismo *criollo*”. Este sentimento era bem estampado em 1810, quando um *cabildo* foi formado em Buenos Aires para discutir a questão da soberania na ausência do rei. A proposta que venceu foi a dada pelos *criollos* que defendiam a criação de uma Junta de Governo em Buenos Aires com autoridade sobre toda a região do Vice-Reinado do Prata. Montevideu não aceitou tal situação, pois se mantinha fiel à Coroa hispânica. Daqui surgiu a campanha de 1811. Uma revolta liderada por José Artigas a favor das ideias de Buenos Aires brotou em Montevideu, que pediu ajuda aos portugueses. Era o que a Coroa portuguesa esperava para poder invadir a Banda Oriental e anexá-la. As tropas portuguesas venceram com facilidade, dominando importantes posições. Por lá ficaram até 1812 quando, devido à pressão inglesa, o exército se retirou.³⁴⁴

No entanto, o conflito entre Buenos Aires e Montevideu continuou até 1814, quando os portenhos, após uma importante vitória marítima, conseguiram fazer Montevideu se render. Contudo, as dissensões entre os portenhos, agora em processo de independência, criou uma guerra civil na região que acabou deixando Artigas no controle da Banda Oriental em 1815.³⁴⁵

³⁴¹ Idem, p. 57.

³⁴² Idem, pp. 57-60.

³⁴³ O termo é de Valentim Alexandre. Apud: Idem, p. 63.

³⁴⁴ Idem, pp. 71-77.

³⁴⁵ Idem, p. 77.

Na Europa, por sua vez, as tropas napoleônicas, eram progressivamente vencidas. O quadro político que se formava favorecia aos portugueses uma nova expedição para a região platina. Homens que haviam combatido na Europa chegaram. 4830 veteranos, e mais 2 mil soldados, que já aguardavam no Rio Grande, partiram para a segunda grande campanha na região Oriental. As tropas portuguesas foram vencendo, mas a região só viu a paz novamente em 1820, quando Artigas foi derrotado na batalha de Taquarembó. Um ano depois, a região era unificada ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves sob o nome de Província Cisplatina.³⁴⁶

Contudo, a dominação não durou muito tempo. Em 1825 houve um movimento de libertação na região que, apoiado por Buenos Aires, conseguiu tornar a Província da Cisplatina independente.

O último fator que devemos considerar para a grande oscilação da população é o típico problema das fontes utilizadas. Apesar de ocorrer certa mobilidade de população, ainda mais em uma vila portuária, os recenseadores se preocupavam em descrever os moradores efetivos de cada uma das vilas da capitania paulista, ainda que naquele momento estivessem ausentes. O contingente de pessoas temporárias nas idas e vindas do comércio não deveriam ser computadas nos maços de população a menos que elas decidissem morar em Santos. A mesma afirmativa é válida para os santistas que estavam em outras regiões temporariamente. Contudo, a historiografia já encontrou diversos sub-registros dos dados a partir dos maços e dos mapas de população, base para o nosso estudo.³⁴⁷ Ao estudar a consistência dos maços de população, comparando dois anos seguidos desta fonte para Ubatuba, Ramón Fernández argumenta que:

“Aparentemente, o problema maior estaria na omissão de moradores, supondo que o oposto, i.e., a inclusão de alguém inexistente deva ser muito menos frequente. Mas, infelizmente, por ser a população um conjunto aberto, não podemos ter garantias totais de que as ausências sejam (ou não) inconsistências.”³⁴⁸

Quanto aos mapas de população, Bacellar analisa que “é preciso levar em conta que tais mapas contêm, sistematicamente, erros de tabulação e de critérios.” Se o processo de repetição da contagem for feito entre os maços de população e os mapas,

³⁴⁶ Idem, pp. 77-78.

³⁴⁷ A respeito dos problemas de contagem da população nos maços e mapas de população, veja-se BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando...**; Veja-se também nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

³⁴⁸ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **A Consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso.** Estudos Econômicos. São Paulo, 19(3), 1989, p. 493.

“costumeiramente leva a resultados divergentes, alguns de certa monta.”³⁴⁹ Neste sentido, os saltos negativos também podem indicar sub-registros de anos anteriores e serem menos acentuados do que o gráfico apresenta.

Dessa forma, ao longo da análise que faremos aqui, temos, necessariamente, que nos debruçar sobre cada um dos fatores levantados, tanto para a compreensão dos saltos de população (imigrações/migrações e crescimento vegetativo), como para as quedas (possibilidade de epidemias, os recrutamentos para os combates no Sul e os sub-registros dos documentos utilizados).

Por outro lado, parece-nos que o desenvolvimento populacional santista foi baseado, principalmente, por certa atração de pessoas em momentos específicos, que ali chegaram por migrações/imigrações. Contudo, a hipótese do crescimento vegetativo precisa ser explorada.

O ritmo de crescimento da população santista é bastante semelhante tanto para os livres como para os escravos. A diferença entre eles pouco se altera ao longo do intervalo, se acentuando um pouco nas primeiras décadas do século XIX. Desta forma, o crescimento santista populacional não foi provocado somente pela chegada de novo contingente de pessoas livres, mas também pelo acirramento do tráfico – manifestação clara que o impacto da produção açucareira em Santos gerou crescimento econômico capaz de manter uma constante chegada de cativos.

Por fim, é pertinente notar que as elevações mais consideráveis e mantidas, ao longo do tempo, são vistas, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX e precisam ser devidamente analisadas. Talvez aqui tenha sido um momento especial da chegada de novos contingentes populacionais, ocorrido justamente quando o comércio açucareiro já usufruía da calçada de Lorena e de todo o beneficiamento gerado pelos governadores gerais da capitania.

³⁴⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando...**, p. 130.

Gráfico 10: Percentuais de crescimento anual da população de Santos entre os anos de 1776-1836.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1776-1830. Para 1836, maços de população.

O gráfico 10 evidencia a evolução da população santista, dividida entre livres e escravos, através das taxas de crescimento anual.³⁵⁰ Aqui os picos e decréscimos ficam em maior evidência pela comparação ano a ano. O crescimento geral da população santista entre 1775-1836 foi de 1,44% ao ano. Só para os livres, o índice é de 1,41%. Já para os escravos é de 1,48%. Desta forma, confirma-se que o perfil, tanto de um grupo como do outro, é muito próximo ao longo do recorte proposto. Fica claro, desde já, que Santos possa ter atraído, por um lado, homens e mulheres interessados em atuar nas atividades que a vila de feição cada vez mais portuária propiciava. Por outro lado, o envolver destas atividades gerou um enriquecimento capaz de manter um atuante tráfico de cativos no principal porto santista.

As variações muito elevadas devem, provavelmente, evidenciar problemas nos maços e nos mapas daqueles anos. Possivelmente algum destes está incompleto. Um exemplo de fácil visualização é a queda dada entre 1796/1797. Não temos nenhuma notícia de que neste momento específico houvesse qualquer recrutamento especial ou mesmo uma epidemia catastrófica na região. Por qualquer um dos amplos motivos que

³⁵⁰ Para calcular a taxa de crescimento anual a fórmula é a seguinte: $I = (P(t + n) / P(t))^{1/n} - 1$, onde $P(t)$ é a população no início do período (ano t); $P(t + n)$ é a população no ano, $t+n$ e n é o intervalo de tempo entre os dois períodos, I a taxa de crescimento considerada. Para maiores informações vide: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb1998/fqa03.htm>. Para a tabela completa com os números do gráfico, veja-se nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

poderiam ocorrer, houve falha significativa na elaboração do mapa de população deste intervalo.³⁵¹

De qualquer forma, mais uma vez, há uma visualização clara de que, houve saltos significativos na primeira e na segunda década do século XIX. Sobretudo neste último período. Demonstrando, assim, uma tendência bastante interessante de ampliação populacional muito em virtude do mercado açucareiro, e a vila se tornando cada vez mais relacionada ao setor mercantil no momento em que o porto de Santos se internacionalizava. Passaremos a investigar esses traços a partir da análise separada entre a população livre e a cativa.

Gráfico 11: População livre de Santos, dividida por sexo – 1775-1836.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1836. Para 1775 e 1836, dados dos maços de população.

O gráfico 11 analisa a população livre de Santos, dividida por sexo. Seu número, entre 1775 e 1836, passa de 1426 para 3357. Um crescimento da ordem de 135,41%. Em geral, houve um equilíbrio de crescimento entre os sexos, principalmente a partir do início do século XIX. A grande exceção é a diferença das mulheres entre os anos de 1775 e 1776, quando os homens passaram de 871 para 1628, registrando um aumento na faixa de 86,91%, enquanto que as mulheres passam de 555 para 1729, um acréscimo de 211,5%. Registrou-se, portanto, em apenas um ano, uma diferença de crescimento de 39,28% a favor das mulheres. O dado é claramente subestimado no ano de 1775, já que

³⁵¹ A melhor solução para tais questões seria a análise a partir da contagem de todos os maços de população de Santos. Contudo, os limites desta pesquisa, impossibilita tal tarefa hoje.

um crescimento das mulheres, com números extremamente discrepantes com o restante, seria muito difícil em apenas um ano.

Somente no ano de 1775, os homens estiveram em maior número do que as mulheres e delas se aproximaram muito das mulheres nos anos de 1793 e 1836. Em geral, no último quartel do século XVIII, as mulheres mantiveram uma margem superior razoável de diferença entre os homens (com exceção de um pico dos homens em 1783). Houve uma alta aproximação entre os dois até 1806, quando a margem de discrepância foi elevada até os mais altos índices para, por fim, em 1836 alcançar novamente números próximos. Uma hipótese considerável é que estes mais altos índices de homens reflita com mais fidelidade a divisão de sexo da população santista. Os recrutamentos, como já mencionados anteriormente, eram extremamente mal vistos pela população, pelos motivos elencados. Nesse sentido, os maços de população refletiam tal situação: fugas e ocultamentos eram constantes. Marcílio descreve tal realidade:

“O medo do recrutamento levava os homens a se ocultarem nos matos, na época do censo, os pais a esconderem seus filhos varões, muitos a fugirem temporariamente para outras capitanias próximas. A fuga e o recrutamento vem inúmeras vezes assinalada na correspondência dos capitães-gerais de São Paulo desde 1765. Os castigos e prisões aos desertores e aos que fugiam dos arrolamentos apareciam aos olhos dos governadores como meios de obrigá-los a prestarem seus serviços militares.”³⁵²

Não é à toa que a técnica de recrutamento utilizada era a surpresa e o sigilo. A autora expõe tal acontecimento:

“geralmente se apresentava num dia de festa religiosa, quando a população rústica dispersa nos sítios e roças vinhas ao povoado, para então “puxar”, na expressão da época, os melhores elementos presentes. Daí o medo de que falamos, a “fuga para os matos” na primeira suspeita de recrutamento e toda a vez que se levantavam listas de habitantes, fugas que “desemparavam suas roças.”³⁵³

Embora as fugas, há de se ter em vista que, de qualquer forma, os recrutamentos efetivamente existiram até 1828 e, assim, alguns índices de declínio devem ser resultados da ida de homens para os combates no sul. Até porque, após esta data, os homens passam a ter uma tendência crescente e se aproximam dos números das mulheres. São questões que precisam ser discutidas ao longo de nossa análise.

³⁵² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p. 78.

³⁵³ Idem, p. 79-80.

Gráfico 12: População cativa de Santos, dividida por sexo – 1775-1836.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1836. Para 1775 e 1836, dados dos maços de população.

Quanto à população cativa, gráfico 12, ela passou de 1017 para 2500. Portanto, houve um acréscimo de 145,82%. O crescimento mais significativo foi dado nas três décadas do século XIX. Ali houve uma clara tendência crescente do aumento de escravos. Desta forma, nota-se um sintoma claro do desenvolvimento econômico da vila, justamente nas décadas de maior ampliação do mercado açucareiro. A divisão entre o sexo dos cativos confirma-nos tal afirmação: há um alto viés de aumento do número de homens cativos em comparação com as mulheres – análise que se confirmará, a seguir, com a razão de gênero. O tráfico de cativos privilegiava, e muito, a chegada de homens adultos.³⁵⁴ Com isso, transparece que o mercado açucareiro paulista permitiu certo desenvolvimento econômico no principal porto paulista a ponto de gerar um crescimento econômico, demonstrado com o sugestivo aumento do tráfico.

Esta análise do tráfico é confirmada pela bibliografia especializada. Manolo Florentino, ao estudar o tráfico negreiro entre a África e o Rio de Janeiro, atrela o aumento das entradas de cativos ao desenvolvimento econômico: “a tendência ao

³⁵⁴ Veja-se, por exemplo, o trabalho de LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. **Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX.** In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 291-305.

crescimento do volume de entradas indica o crescimento do volume de negócios e da própria economia escravista alimentada de braços africanos através do porto do Rio.”³⁵⁵

Não é à toa, nesse sentido, sobretudo após a vinda da Corte, que o Rio de Janeiro “controlava grande parte dos mecanismos de acumulação do Sudeste, com redes que se estendiam desde os confins de Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Santos e Minas Gerais.”³⁵⁶ Controlado por grandes comerciantes, o trato comercial era feito pela venda de grandes blocos ainda nos portos. Tal situação do Rio de Janeiro era causada pela lucratividade gerada a partir da “oportunidade aberta pela conjuntura ascendente dos negócios negreiros e a disponibilidade estrutural de capitais o tenham convertido em um dos mais importantes espaços de acumulação do Sudeste brasileiro.”³⁵⁷

A mesma constatação pode ser confirmada para a vila portuária de Santos. Com o desenvolvimento da dinâmica do exportar e abastecer, alavancada pelo comércio açucareiro, houve uma contínua chegada de cativos para abastecer a região, em um processo de feição comercial cada vez mais evidente. Através dele, os cativos atuavam nas mais diversas atividades subsidiárias ao trato mercantil e a uma população urbana em constante progresso como se confirmará ao longo da análise.

A partir deste primeiro panorama geral da população santista, é possível admitir certas possibilidades com que avançaremos com maiores elementos, comparando-os com o restante da capitania/província de São Paulo. No geral, há um crescimento bastante próximo de Santos com o restante da capitania/província de São Paulo, entre o período em foco, tanto para a população livre como para a cativa. Na população livre, a ampliação ocorre, sobretudo em momentos específicos, como as primeiras décadas do século XIX. Nesse período é possível conferir que o crescente mercado açucareiro propiciou certa atração populacional para Santos justamente no momento em que mais se expandia. Mais do que isso, o aumento do setor mercantil, e das atividades subsidiárias a ele, no principal porto paulista, gerou certo desenvolvimento econômico claramente demonstrado com a chegada crescente de escravos.

³⁵⁵ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras; uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 45.

³⁵⁶ Idem, p. 188.

³⁵⁷ Idem, p. 190.

Tabela 10: Nascimentos e números totais de população, divididos por livres e escravos, em Santos entre 1775-1830.

Ano	Nascidos livres	População de livres	Taxa bruta de natalidade pop livre	Nascidos Escravos	População de escravos	Taxa bruta de natalidade pop escrava	Total de nascidos	População total	Taxa bruta de natalidade pop total
1775		1426			1017		288	2443	117,9
1777	81	1899	42,65	66	1481	44,6	147	3380	43,5
1778	93	1885	49,3	51	1471	34,7	144	3356	42,9
1779	61	1843	33,1	49	1407	34,8	110	3250	33,8
1781	85	1724	49,3	56	1277	43,8	141	3001	47,0
1782	81	1684	48,1	51	1241	41,1	132	2925	45,1
1783	68	1758	38,7	52	1245	41,8	120	3003	40,0
1788	85	1637	51,9	49	1318	37,2	134	2955	45,3
1789	75	1665	45,1	57	1322	43,1	132	2987	44,2
1790	56	1792	31,3	91	1353	67,3	147	3145	46,7
1791	82	1762	46,5	47	1386	33,9	129	3148	41,0
1792	74	1792	41,3	73	1362	53,6	147	3154	46,6
1793	75	1807	41,5	50	1342	37,3	125	3149	39,7
1794	90	1881	47,8	53	1556	34,1	143	3437	41,6
1795	74	1942	38,1	43	1541	27,9	117	3483	33,6
1796	85	1774	47,9	55	1395	39,4	140	3169	44,2
1797	78	1678	46,5	45	1389	32,4	123	3067	40,1
1798	73	1907	38,3	56	1463	38,3	129	3370	38,3
1803	104	1925	54,0	72	1415	50,9	176	3340	52,7
1804	82	1987	41,3	53	1450	36,5	135	3437	39,3
1805	108	1977	54,6	66	1432	46,1	174	3409	51,0
1808	126	2473	50,9	65	1653	39,3	191	4126	46,3
1809	129	2428	53,1	64	1682	38,0	193	4110	47,0
1810	76	2431	31,3	58	1747	33,2	134	4178	32,1
1811	129	2461	52,4	61	1726	35,3	190	4187	45,4
1812	97	2896	33,5	81	1978	40,9	178	4874	36,5
1813	87	2861	30,4	94	2001	47,0	181	4862	37,2
1814	107	2978	35,9	47	2171	21,6	154	5149	29,9
1816	126	2801	45,0	96	2068	46,4	222	4869	45,6
1817	170	2963	57,4	119	2165	57,1	289	5128	56,4
1818	130	2975	43,7	79	2190	36,1	209	5165	40,5
1822	118	2694	43,8	119	2085	57,1	237	4779	49,6
1825	124	2729	45,4	51	2224	22,9	175	4953	35,3
1828	115	2875	40,0	103	2343	44,0	218	5218	41,8
1830	146	2923	49,9	148	2299	64,4	294	5222	56,3

Fonte: AESP, mapas de população de Santos para os respectivos anos.

Para iniciar a nossa investigação acerca das hipóteses aventadas, começamos com o crescimento vegetativo de Santos. Para isso, utilizamos as taxas brutas de nascimentos (tabela 10).³⁵⁸

Um problema grave para os dados de Santos é a ausência completa da menção de quantos dos que nasceram estavam vivos ou mortos. A taxa bruta de nascimento deve ser calculada utilizando somente os nascidos vivos. Para esclarecer tal realidade, seria necessário o uso dos registros paroquiais.³⁵⁹ Contudo, eles escapariam aos limites desta pesquisa. Portanto, a análise deve ser vista como uma tendência geral do período e com imprecisões. Marcílio, ao desenvolver o estudo da população paulista, comparou as taxas de natalidade encontradas a partir dos mapas de população com base em alguns modelos demográficos e concluiu que os dados neles expressos são significativamente mais baixos. A explicação da autora era que:

“Nossa opinião é de que os totais de nascimentos registrados nos mapas foram sistematicamente subnumerados e a soma dos totais das vilas mal calculadas. Esse sub-registro, mais pronunciado no século XVIII, foi gradativamente sendo minorado, por melhor controle exercido pelas autoridades eclesiásticas e civis da região. Apesar desse controle, permaneceram sempre os erros nas somas gerais dos nascimentos e casamentos, sem falar no caso de óbitos, efetuados na época.”³⁶⁰

³⁵⁸ A taxa bruta de natalidade é uma relação simples entre o número de nascimentos de um ano e a população média desse ano multiplicado por mil. Veja-se: HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, p. 145.

³⁵⁹ Veja-se: idem, p. 146.

³⁶⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, p. 90.

Gráfico 13: Taxa bruta de natalidade da população de Santos, dividida por condição, entre 1777-1828.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos para os respectivos anos.

Nesse sentido, desde já, é necessário termos em vista a limitação das informações com que estamos lidando. O gráfico 13 facilita a visualização dos dados propostos. Uma primeira observação é a ausência de 1775, cuja informação é extremamente discrepante com o restante, podendo atrapalhar a escala do gráfico. Se a tomássemos (cerca de 118 nascimentos para mil habitantes), teríamos aqui um ano extremamente excepcional, pois em 1777 a taxa foi de 43 nascimentos, resultado exatamente igual ao da média geral. Entre os livres, a taxa fica em cerca de 44 nascimentos e, por fim, nos cativos, em 41. Os dados da população cativa devem ser bastante criteriosos já que, como podemos observar no gráfico, há uma considerável variação entre os anos, o que reforça a hipótese, bastante plausível, de que haja registros fortemente desconfiáveis.

Para os dados da capitania/província de São Paulo, Marcílio encontrou uma taxa entre 50 e 55 nascimentos por ano, entre o final do século XVIII até 1836, considerada “extremamente elevada”.³⁶¹ Segundo Luis Henry, na Europa Ocidental, a taxa era entre 35 e 40 nascimentos para 1000 pessoas entre os séculos XVII e XVIII.³⁶² Dessa forma, os índices santistas, ainda que mais baixos que os restantes paulistas, apresentavam-se como valores elevados.

³⁶¹ Idem, p. 91.

³⁶² HENRY, Louis. *Técnicas...*, p. 147.

Gráfico 14: Taxa bruta de natalidade da população geral de Santos e da capitania/província de São Paulo entre 1777-1836*.

Para Santos os dados são até 1830. Para a capitania/província de São Paulo os dados são até 1836.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos para os respectivos anos. Os dados de São Paulo foram extraídos de :

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p. 90.

Gráfico 15: Taxa bruta de natalidade da população livre de Santos e da capitania/província de São Paulo entre 1777-1830.

Fonte: AESP, mapas de população de Santos para os respectivos anos. Os dados de São Paulo foram extraídos de :

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p. 91.

Comparando os dados de Santos com o restante de São Paulo (gráficos 14 e 15), entendemos, no geral, que a superioridade no índice da taxa bruta de natalidade em Santos foi dado, sobretudo, nas últimas décadas do século XVIII, momento em que

Marcílio detecta maiores problemas nos dados. Inclusive aqui, há algumas variações, entre 1790 e 1794 que não são vistas para o restante de São Paulo.

A seguir, Santos pareceu acompanhar a tendência da capitania/província de São Paulo, atingindo os mais altos índices na primeira década do século XIX. Contudo, analisando os dados somente da população livre, nota-se que a capitania/província de São Paulo, ao longo de todo o recorte proposto, possuiu uma taxa bruta de natalidade maior que do que Santos. Afinal, a tendência de crescimento santista, entre o final do século XVIII e início do século XIX, não teve continuidade. A partir dali manteve uma certa diferença, apesar de acompanhar o movimento do restante de São Paulo, em torno das três décadas do século XIX. Esse fato nos leva a questionar os dados santistas, mais uma vez, com relação à população total, em que se demonstra uma taxa bruta de natalidade superior para o contingente escravo, precisando ser melhor investigado, através da razão de masculinidade e das pirâmides etárias deste segmento.

Desta forma, a perspectiva do crescimento populacional precisa ser melhor cotejada com outros elementos de análise a fim detectar quais são as características especificamente encontradas em Santos, no momento do desenvolvimento do comércio açucareiro e da consequente alteração do perfil econômico do principal porto paulista.

Quanto aos óbitos, decidimos não utilizar os dados existentes, devido ao alto índice de sub-registro encontrado pela historiografia. Como demonstrava Marcílio, “as estatísticas dos óbitos mostraram-se inconsistentes em decorrência de forte sub-registro (foram encontradas taxas de mortalidade inferiores a dezessete por mil, inconcebíveis para a época e para a situação geral da população e da sociedade).”³⁶³ Os dados podem ser vistos em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico. No geral, servem para, acompanhando a sequencia, pronunciarmos a ausência da perspectiva de alguma epidemia grave em Santos no período selecionado.

³⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p. 89.

Tabela 11: Dados de crescimento anual de São Paulo e de Santos, 1798-1828.

São Paulo	1798-1808	1808-1818	1818-1828
pop. Total homens	1,82%	1,76%	2,95%
pop. Total mulheres	1,98%	1,26%	2,35%
homens livres	1,85%	1,04%	2,20%
mulheres livres	2,16%	1,20%	1,91%
<i>Santos</i>			
pop. Total homens	2,12%	2,18%	0,37%
pop. Total mulheres	1,96%	2,37%	-0,18%
homens livres	3,07%	1,15%	-0,40%
mulheres livres	2,27%	2,45%	-0,30%

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1798-1828. Os dados de São Paulo foram extraídos de: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p. 87.

Para perscrutar o crescimento populacional santista detalhadamente, necessitamos da comparação com o restante da região paulista. Tendo como base os índices de São Paulo compilados na tabela 11, observamos que a população santista feminina entre os anos de 1798-1808 cresceu, acompanhando o ritmo da capitania. No entanto, notamos uma considerável superioridade para os homens, sobretudo livres.

Entre 1808-1818, torna-se acentuado a ampliação das mulheres, também principalmente livres, enquanto que os homens, embora com um aumento ligeiramente superior para os livres, apresentavam-se de maneira mais alta para o grupo como um todo. Isso acentua um crescimento mais significativo da população de escravos em Santos neste último momento.

Por fim, entre o intervalo do final da segunda década e ao longo da terceira do século XIX, Santos já não segue os dados da capitania. Há decréscimo populacional, salvo somente pelo aumento de escravos homens (que tornam o dado geral dos homens ligeiramente positivos, apesar do índice negativo dos livres).

É pertinente notar que o grande “boom” populacional de Santos se dá, portanto, entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX. Este é justamente o período imediatamente posterior ao governo de José de Lorena, em que a Calçada de Lorena foi desenvolvida, junto à implementação das leis de porto único e à produção de efeitos das medidas ilustradas. Afinal, o açúcar paulista se tornara o principal produto de exportação da capitania. É o governo da transformação da “vida econômica paulista”, como já apontava Petrone. Portanto, o sucesso do comércio

açucareiro faz com que Santos atravessasse duas décadas de um crescimento populacional bastante considerável, atraindo, talvez, pessoas para os incipientes setores mercantil e subsidiário que surgiam.

A importância do mercado açucareiro pode ser comprovada pelo volume da exportação do açúcar. Como comentamos em nossa introdução, Santos era o porto de onde se escoava a produção da região chamada de quadrilátero do açúcar do Oeste Paulista. Lá, a produção encontrada por Serrath era de 41.708 arrobas em 1793, 80.870 arrobas em 1796 e de 153.449 arrobas em 1799.³⁶⁴ Os dados de Petrone, abrangem toda a capitania e são elencados a seguir:

Tabela 12: Exportação de açúcar por Santos, entre 1799-1836.

Ano	Arrobas	Index 1799=100
1799	140.952	100
1802	200.000	141,9
1807	183.660	130,3
1816	167.662	118,9
1818	294.267	208,8
1821	256.585	182,0
1824	343.524	243,7
1826	154.155	109,4
1828	489.650	347,4
1829	470.898	334,1
1830	443.619	314,7
1831	511.581	362,9
1836	433.268	307,4

Fonte: PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura...*, pp. 152-158.

Como observamos, a exportação do açúcar paulista, apesar de certa oscilação, dobrou seu volume entre 1799 e 1818. Com relação aos preços do açúcar, a virada do século XVIII para o XIX foi bastante importante. Serrath, analisou-os no porto de Santos, durante a última década do século XVIII e verificou alta entre 1790 e 1794. A seguir, houve uma queda até 1796 e, por fim, novo aumento até 1800. A relação dos preços teria contato direto com o contexto europeu. O império napoleônico, com sua expansão militar, gerou uma alta geral dos preços que aqui tiveram seus efeitos até 1800. A seguir, com a declaração da Paz de Amiens em 1802 feita pela Inglaterra e

³⁶⁴ SERRATH, Pablo Oller Mont. *op. cit.*, p. 117.

França, a perspectiva de voltar a desenvolver suas economias fez com que houvesse retração na demanda por produtos.³⁶⁵ De qualquer forma, Serrath afirma que este primeiro momento de aumento dos preços “empolgou de tal maneira os produtores paulistas que muitos deles resolveram investir ou no aumento de suas fábricas ou, ainda, na construção de novas. Não contando com a baixa repentina do preço do açúcar, fizeram-se em dívidas a fim de animar seus possíveis ganhos.”³⁶⁶

No início do século XIX, especificamente entre 1803-1805, havia uma tendência no aumento dos preços pela retomada da guerra entre Inglaterra e França. Após a revolução no Haiti, o mercado francês passa a comprar produtos coloniais em Portugal.

Em 1806 e 1807 temos nova queda nos preços, justamente pela retração na França e em Portugal. Essa queda se manteria no mercado brasileiro, com valores baixos, até 1813, muito em virtude da desorganização do comércio açucareiro depois da fuga da família Real. Entretanto, na prática, só a partir de 1817 os preços passam a atingir ritmo próximo ao europeu.³⁶⁷ Menz chegou a comparar os preços de Santos com Londres e Rio de Janeiro na segunda década do século XIX:

Tabela 13: Preços do açúcar em Londres, em Santos e no Rio de Janeiro, entre 1810 e 1818.

Ano	Londres (shillings/ cwt)	Santos (réis/ arroba)	Rio de Janeiro (réis/ arroba)
1810	47,3	2100	1500
1811	39,1	1600	1300
1812	44,1	1200	1600
1814	60,6	2400	2600
1815	77,3	2560	3000
1816	48,2	2400	2500
1817	47,8	2200	2600
1818	48,3	2300	2573

Fonte: Os dados de Londres e de Santos só estão compilados na tese de doutorado, de mesmo título que o livro, que segue: MENZ, Maximiliano M. *Entre dois impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 2006, p. 270. Por sua vez, os dados do Rio de Janeiro estão contidos também nos livros e o indicamos na publicação: MENZ, Maximiliano M. *op. cit.*, p. 141.

³⁶⁵ Idem, p. 132.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*.

³⁶⁷ ARRUDA, José Jobson. *op. cit.*, p. 356.

No geral, o autor entende que os preços do Rio de Janeiro, com certas oscilações, costumam acompanhar o preço de Londres. Contudo, depois de 1815, os cariocas resistiram mais à queda internacional pela inflação monetária do período.³⁶⁸

O que nos interessa aqui é pensar em uma possibilidade, gerada pela euforia do mercado açucareiro durante o final do século XVIII e demonstrada pelo grande desejo de investimentos no setor, ainda que uma queda nos preços aconteça logo em seguida, possa ter gerado a perspectiva de certo grupo de pessoas interessadas em ir para Santos atuar nas atividades relacionadas ao trato mercantil. Isso explicaria o aumento de habitantes na vila santista justamente neste contexto. Apesar das oscilações nos preços e nos volumes exportados, a importância constante deste mercado é bastante pronunciada.

³⁶⁸ Veja-se: a tese de doutorado do referido autor - MENZ, Maximiliano M. **Entre dois impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 2006, p. 271. Na verdade, a questão da variação do preço do açúcar na América portuguesa ainda está em aberto. João Fragoso analisou o período entre 1789 e 1840 que contaria com um ciclo positivo (1792 a 1815) e outro negativo (1815-1850) na economia mundial. Segundo o autor, a economia colonial acompanharia o primeiro ciclo, mas não o segundo. Haveria aqui uma tendência de alta – propiciada pela acumulação endógena da economia colonial. Especificamente quanto ao açúcar, Fragoso apresentou que, entre 1799 e 1811, “os preços do açúcar branco, exportado pelo porto do Rio de Janeiro, caem a uma taxa anual de 5,7%, e as suas receitas, a uma taxa anual de 19,9%.” Contudo, o preço dos produtos coloniais destinados ao abastecimento, neste mesmo intervalo, apesar de terem um crescimento anual negativo, seriam superiores ao do açúcar branco exportado e teriam receitas positivas. E o tráfico de cativos também cresceria – “curiosamente isso ocorre em uma época em que a agroexportação se retrai e a produção de alimentos se alastra.” Mais do que isso, o mercado interno colonial, na prática, manteria uma taxa de crescimento positiva do comércio açucareiro, pois a taxa de queda do mercado interno era de menos 4,4%, além de responderem pela diferença encontrada entre as entradas de açúcar e as exportações, mesmo em um contexto internacional de crise. A explicação dada é de que: “Na verdade, seria o aumento da demanda interna que possibilitaria a defasagem observada entre a produção mercantilizada e a exportação do açúcar.” Veja-se: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, pp. 16-21 e pp. 276-278. Eduardo Mariutti, Luiz Noguez e Mario Neto, ao analisar este trabalho de João Fragoso criticam a média geral ao longo do intervalo (na verdade, avançando a observação até 1831, dentro do recorte proposto por Fragoso) argumentando que houve períodos de reversão da tendência de queda do preço do açúcar, como em 1804 e 1805. Além do volume de exportação ter crescido entre 1803 e 1808 em relação a 1799. Entendem que a melhor forma de entender a média do açúcar no período seria a média dos preços, 1799-1811 de 2\$048 réis e 1821-1831 de 2\$297 réis. Mesmo no mercado internacional, não teria ocorrido quedas significativas das médias dos preços. Sendo assim, não haveria a autonomia dos ritmos da economia colonial frente aos índices internacionais. Veja-se: MARIUTTI, Eduardo Barros, NOGUEZ, Luiz Paulo Ferreira e MARIO, Danieli Neto. **Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 31, n. 2, Abril-Junho de 2001, pp. 369-393.

Tabela 14: Dados de crescimento intercensitário de regiões de São Paulo e de Santos, 1798-1836.

Taxas de crescimento intercensitário	Vale do Paraíba	Capital e Arredores	Litoral	Rota Sul	Oeste paulista	Santos
1798-1808	18,00%	19,00%	-2,00%	33,00%	43,00%	22,43%
1808-1818	26,00%	-5,00%	24,00%	9,00%	41,00%	25,18%
1818-1828	26,00%	25,00%	17,00%	21,00%	51,00%	1,03%
1828-1836	20,00%	5,00%	15,00%	16,00%	7,00%	12,25%

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1798-1828. Dados das regiões de São Paulo coletados de: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento...*, p.191.

Para aprofundar o estudo comparativo de Santos, vejamos seus dados relacionados aos de São Paulo dividido por regiões (tabela 14). Os dados do crescimento de Santos, entre 1798-1808, eram muito superiores aos do restante do Litoral, talvez, devido a um primeiro reflexo das leis de porto único. Eles, no entanto, só não aparecem superiores à principal região produtora de açúcar (Oeste Paulista) e à Rota do Sul (ligado ao bastante atrativo mercado de gado muar e de atividades tropeiras). Para a década seguinte, 1808-1818, a vila santista praticamente sustenta seu índice de crescimento. O Litoral e o Vale do Paraíba aumentam sua população em um ritmo quase semelhante ao de Santos. A Rota Sul sofre um acentuado declínio e o Oeste praticamente mantém seu percentual de crescimento. Entre 1818-1828, a vila santista, em termos gerais, não sofre modificações, vivendo longe dos índices alcançados por qualquer uma das regiões paulistas. No entanto, entre 1828-1836, retoma um crescimento considerável: metade do que conseguira nas primeiras décadas do século, sendo superior a algumas regiões e inferior a outras. Uma interpretação possível é que nas duas primeiras décadas do século XIX, Santos se tornou um polo de atração populacional, ao articular, cada vez mais, suas atividades econômicas ao trato mercantil em expansão, devido ao mercado do exportar e abastecer. Tal situação parece ter diminuído em boa parte do final da segunda década e durante a terceira década do século XIX, possivelmente em função da articulação do movimento da Independência e da fase turbulenta nos combates ao sul.

Tabela 15: Dados de crescimento anual da população de São Paulo, dividida por regiões e de Santos, 1777-1829

25 localidades	1777-1804	1804-1829	1777-1829
total da pop.	1,8	1,28	1,55
livres	1,65	1,04	1,36
escravos	2,34	2,02	2,19
Oeste Paulista			
total da pop.	3,53	2,07	2,82
livres	3,28	1,53	2,43
escravos	4,38	3,31	3,86
Vale do Paraíba			
total da pop.	1,82	2,36	2,08
livres	1,68	1,89	1,78
escravos	2,28	3,53	2,88
Caminho do Sul			
total da pop.	1,79	0,92	1,37
livres	1,86	0,87	1,38
escravos	1,44	1,18	1,32
Região da Capital			
total da pop.	0,88	0,21	0,56
livres	0,76	0,28	0,53
escravos	1,44	-0,12	0,69
Litoral			
total da pop.	1,87	0,53	1,22
livres	1,69	0,69	1,21
escravos	2,28	0,18	1,27
Santos		1804-1828	1777-1828
total da pop.	0,06	1,75	0,85
livres	0,17	1,55	0,82
escravos	-0,08	2,02	0,9

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1777-1828. Dados de São Paulo extraídos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População....**, pp. 339-340, tabela 1.

A mesma análise desta comparação pode ser vista pela tabela 15, com os dados fornecidos por Luna para 25 localidades paulistas. Um problema típico nos estudos demográficos brasileiros são os recortes variados, muitas vezes em função das dificuldades documentais ou dos objetivos de análise diferentes, que prejudicam uma sistematização maior das comparações que podem gerar maiores avanços no entendimento de nosso passado. De qualquer forma, com base nesses dados, confirma-se que o grande salto de população santista foi dado nas primeiras décadas do século XIX, tendo como base a população livre. O índice de Santos foi muito próximo ao de todo o Oeste Paulista, com todo o atrativo de atividades voltadas para o açúcar e para o comércio de abastecimento, além das outras subsidiárias necessárias para os engenhos e a movimentação da economia. Ele é só superado pelo Vale do Paraíba, em franca expansão da cultura cafeeira. Assim, não há como não entender que a dinâmica

econômica deste momento não deixou de atrair certo contingente populacional à vila. Interessante notar ainda que o crescimento dos escravos em Santos só acompanha os dados gerais das 25 localidades, nessas mesmas duas décadas. Esta constatação certamente indica um acúmulo de riqueza na vila durante o período.

Desta forma, parece que o viajante Gustavo Beyer, que andava por São Paulo justamente na segunda década do século XIX (precisamente em 1813), foi bastante perspicaz em sua avaliação sobre o crescimento contínuo de Santos justamente pelo desenvolvimento comercial:

“Santos é uma cidade pequena, com 4000 habitantes, tem forte comércio com a América espanhola e exporta para a Europa, pelo Rio de Janeiro, grande quantidade de açúcar e arroz que é considerado o melhor do Brasil. A sua população aumenta anualmente, como em todos os empórios comerciais”³⁶⁹

³⁶⁹ BEYER, Gustavo. *op. cit.*, p. 21.

Tabela 16: Taxas de crescimento populacional de Santos e Ubatuba, divididas por condição, 1775-1836

Ano	Livres % cresc. Anual Santos	Livres % cresc. Anual Ubatuba	Escravos % cresc. Anual Santos	Escravos % cresc. Anual Ubatuba	Total % cresc. Anual Santos	Total % cresc. Anual Ubatuba
1775	-		-		-	
1776	15,71		31,46		22,27	
1777	15,09		10,77		13,16	
1778	-0,74	8,2	-0,67	7,37	-0,71	8,02
1779	-2,23		-4,35		-3,16	
1781	-3,28		-4,73		-3,91	
1782	-2,32		-2,82		-2,53	
1783	4,39	-1,54	0,32	0,76	2,67	-1,04
1788	-1,42	2,26	1,15	3,57	-0,32	2,57
1789	1,71		0,3		1,08	
1790	7,63	1,81	2,34	-0,22	5,29	1,32
1791	-1,67	0,69	2,44	2,24	0,09	1,06
1792	1,7		-1,73		0,19	
1793	0,84	7,59	-1,47	2,28	-0,16	6,35
1794	4,09		15,95		9,15	
1795	3,24	2,54	-0,96	4,31	1,34	2,93
1796	-8,65		-9,47		-9,01	
1797	-5,41	-4,64	-0,43	0,58	-3,22	-3,44
1798	13,65	-3,53	5,33	-2,29	9,88	-3,22
1801		6,8		1,98		5,65
1803	0,94	0,97	-3,28	-2,42	-0,89	0,22
1804	3,22		2,47		2,9	
1805	-0,5	1,77	-1,24	1,91	-0,81	1,8
1806	8,14		5,59		7,07	
1808	7,55	-0,79	4,56	-1,25	6,32	-0,89
1809	1,82		1,75		-0,39	
1810	0,12	3,07	3,86	1,15	1,65	2,67
1811	1,23		-1,2		0,21	
1812	17,68	1,31	14,6	3,07	16,41	1,67
1813	-1,21		1,16		-0,25	
1814	4,09	3,48	8,5	-0,18	5,9	2,73
1815		1,31		7,66		2,57
1816	-3,02	4,06	-4,74	10,6	-2,76	5,41
1817	5,78		4,69		5,32	
1818	0,4	0	1,15	3,89	0,72	0,86
1820		1,32		10,92		3,61
1822	-2,25	3,15	-1,22	13,81	-1,92	6,07
1825	0,43	3,45	2,17	5,83	1,2	4,19
1828	1,75	2,64	1,75	8,67	5,35	4,64
1830	0,83	6,32	-0,94	7,71	0,04	6,82
1836	2,33	0,83	1,41	4,63	1,93	2,29

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1836. Para 1775 e 1836, dados dos maços de população. Os dados de Ubatuba foram extraídos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente García. **Transformações...**, p. 78.

Por fim, a tabela 16 compara as taxas anuais de Santos com as de Ubatuba, entre o último quartel do século XVIII e 1836. Por ela, podemos identificar possíveis repercussões das leis de porto único. Os dados de Santos são mais completos, pois abrangem 37 anos, enquanto que os de Ubatuba contemplam 25. Ao longo do recorte, Santos cresce 139,75% e Ubatuba 336,17%. Nota-se que, em termos gerais, não há este último momentos de altos picos de crescimento ou de decréscimo populacional ao longo do período analisado (extremo oposto de Santos). Tratava-se de era uma vila quase que isolada no contexto da colônia. Marcílio assim a descreve:

“Comprimida entre a serra e o mar, limitada ao norte pela capitania do Rio de Janeiro e ao sul pelo município de São Sebastião, só atingível pelo mar e com uma única e precária ligação terrestre com o vale do Paraíba, pelo íngreme e frequentemente intransitável caminho que ia até São Luís do Paraitinga, assim isolada, apresentava maior estabilidade geográfica de suas famílias.”³⁷⁰

Neste sentido, é natural que o máximo de taxa de crescimento que Ubatuba atingia seja de 8% em 1778 e -3,44% em 1797. Já para Santos, há picos positivos de 22,27% em 1775, 13,16% em 1777 e 16,41% em 1812 e negativo da ordem de 9,01% em 1796. Quanto aos livres, 80% das taxas dos ubatubenses são positivas, com pico máximo de 8,2% em 1778. Para Santos, isso ocorre somente em 67,6% delas, mas alcança um pico de até 17,68% em 1812. Para os cativos, também 80% das taxas de Ubatuba são positivas e ocorrem alguns pronunciados picos, sobretudo em 1820 (10,92%) e 1822 (13,81%). As taxas positivas santistas para a população cativa aparecem com uma incidência ainda menor que a dos livres (59,5%). Seus picos positivos são mais elevados considerando: 1776 (31,46%), 1794 (15,95%) e 1814(14,6%). Contudo, também apresenta pronunciado pico negativo para a população escrava em 1796 (-9,47%).

Portanto, o crescimento destas duas vilas ocorre de maneira distinta. Santos aparece com incidência maior em momentos de baixa, registrando, inclusive, até picos negativos. Entretanto, apresenta também anos singulares de índices altíssimos de crescimento. Como já comentado, estes saltos muito singulares devem ser problemas dos dados com que estamos trabalhando, mas, em certo sentido, podemos entender também que houve uma perspectiva de migrações/imigrações.

³⁷⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara...*, p. 21.

Ubatuba, por sua vez, se mostra com um crescimento muito mais constante e sem grandes picos, quer negativos, quer positivos – exceção feita ao início da década de 20 em que a lavoura cafeeira passa a ser a atividade agrícola mais importante, baseada na chegada de braços cativos, fazendo com que o percentual de escravos em Ubatuba atinja a casa dos 41,56%. Em 1820 este percentual era de somente 26,4%.³⁷¹

Retomando aqui a discussão acerca dos efeitos das leis do porto único, um primeiro elemento que pode ser explorado é o eventual crescimento da população escrava no período. Como comentávamos anteriormente, Fernández observou que as restrições não arruinaram a economia do litoral Norte. Sua argumentação, para as restrições de Lorena, envolvem, no caso de São Sebastião, o alto índice de produção açucareira encontrado em 1797 e o aumento dos escravos em 41,7% entre 1790 e 1796, gerando uma taxa de crescimento média de 5,98%. Para Ubatuba, o assunto se volta para o aumento do contingente de cativos, apesar de ser em menor expressão, com 17,7% entre 1790 e 1797. Com isso, o autor entende que há redução, mas não ruína, no crescimento econômico das vilas no litoral Norte. Ela é sentida muito mais no segundo momento em que há restrições à exportação aberta em São Paulo, a partir de 1803, quando São Sebastião já não possui uma alta produção açucareira, demonstrando estagnação. Ubatuba aparece em fase de preparação para o desenvolvimento da produção cafeeira, com um terço dos seus agricultores voltados para esta atividade em 1808, atingindo seu auge na segunda década do século XIX.³⁷²

Quanto à Santos, pelo viés do progresso da população escrava, não surge um aumento grande e duradouro de cativos na última década do século XVIII. Exceção feita aos anos de 1794-5 onde há considerável ampliação de escravos na vila. Em 1794, por exemplo, nota-se uma taxa de crescimento de 15,95%, que, contudo, não se mantém. Confere-se ainda que, até 1808, não há qualquer alteração considerável nem positiva nem negativa na população cativa – até porque, como se verá mais a frente, esta população já era proporcionalmente altíssima em Santos e se mantém assim em todo o período. De qualquer forma, vê-se um elevado crescimento da população livre em Santos. Se compararmos 1790 com 1808, observamos um aumento de 38% da população livre. Talvez seja até possível argumentar que o maior favorecimento que as

³⁷¹ Os dados de Ubatuba foram todos extraídos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações ...**, p. 78.

³⁷² Idem, pp. 57-63 e 298 e 299.

leis de porto único trouxeram para Santos, somado ao desenvolvimento do açúcar no Oeste Paulista e a Calçada de Lorena, a perspectiva de novos contingentes populacionais lá decidissem se instalar ali alavancados pelo comércio se ampliava em torno da atividade açucareira, além de manter um elevado percentual de escravos em sua população.

Para aprofundar o estudo demográfico, efetuamos a divisão da população entre livres e cativos procurando as especificidades do crescimento de cada um destes grupos.

A população livre de Santos

Para avaliar a população livre de Santos, recorreremos a uma nova divisão no grupo: indivíduos brancos e pardos/negros. Esta distinção só é possível a partir de 1798, já que os mapas estatísticos anteriores não possuem a divisão por cor da população.

Gráfico 16: Pirâmides etárias da população livre de Santos para 1775, 1777, 1781, 1788 e 1794*.

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1775, 1777, 1781, 1788 e 1794.

* As faixas etárias destas pirâmides são de 0 a 14, 14 a 50 e de 50 a 90 ou + para as mulheres e de 0 a 15, 15 a 60 e de 60 a 90 ou + para os homens com exceção da pirâmide de 1777 (aqui a segunda faixa masculina vai somente até 40 anos). Desta forma, claramente, um problema na fonte: é impossível determinarmos por ela onde os indivíduos limites foram inseridos: por exemplo, um rapaz de 14 anos está na primeira ou na segunda faixa? E assim sucessivamente...

Para os anos de 1775 a 1797, temos as pirâmides etárias do gráfico 16 que são divididas por três grandes grupos – limite das classes de idade deste período. O pouco que se apreende delas é que a população livre de Santos possuía um elevado índice de crianças em 1775 e que em 1777 a população de meninas caiu quase que pela metade, aumentando bruscamente o número de mulheres em idade produtiva. Por fim, com um acréscimo ainda maior, aparece a população de idosas. As duas pirâmides são passíveis

de fortes críticas, já que é muito difícil acreditar que uma população, em 1775, com um índice tão baixo de mulheres entre 14 e 60 anos, depois de apenas 2 anos, tenha um incremento muito alto de mulheres nesta faixa e outro ainda maior na de idosas. Já a partir de 1781, verifica-se um padrão nas pirâmides em que as diferenciações são muito ligeiras, o que as torna bem mais coerentes, considerando o intervalo curto e as grandes faixas etárias que abrangem, ou seja, parece que as fontes nesses casos são muito mais fidedignas.³⁷³

Tabela 17: Taxas brutas de natalidade da população livre de Santos e Ubatuba, 1798-1828.

Ano	Taxa bruta de natalidade pop livre Santos	Taxa bruta de natalidade pop livre Ubatuba
1798	38,3	43
1808	50,9	48
1828	40,0	47,6

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1798, 1808 e 1828. Para Ubatuba: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara...**, p. 180.³⁷⁴

Antes da divisão propriamente dita, outro dado que podemos analisar é a comparação da taxa bruta de natalidade da população livre de Santos com a de Ubatuba (tabela 17). Já notamos anteriormente que a taxa bruta de natalidade da população livre de Santos era sempre inferior ao restante de São Paulo. Agora, especificamente com uma vila de população caiçara, com baixa mobilidade antes do desenvolvimento da lavoura cafeeira na década de 30 do século XIX, nota-se uma tendência de valores consideravelmente menores em Santos para 1798 e 1828. Em 1808, apesar de Ubatuba possuir um índice menor, a diferença é muito inferior do que nos outros anos analisados. Reforça-se a perspectiva do crescimento populacional santista ter sido mais relacionado com a chegada de novos contingentes populacionais do que com o crescimento natural.

³⁷³ É necessário grandes cuidados ao analisar os dados de idade a partir dos maços de população e também os mapas. Nelson H. Nozoe e Iraci del Nero da Costa fizeram uma análise metodológica de maços de população selecionados e encontraram resultados que demonstram as limitações das fontes discutidas. Veja-se: NOZOE, Nelson H. e COSTA, Iraci del Nero da. **Achegas para a qualificação das listas nominativas. Estudos Econômicos**. São Paulo, maio/agosto 1991, vol. 21, nº2, pp. 271-284.

³⁷⁴ No livro, a terceira linha de dados é dada para o ano de 1818. Contudo, ao observar os dados do anexo I da própria obra, comparando-se os números de população fornecidos, percebe-se que os valores são do ano de 1828. Provavelmente um problema de digitação ocorreu.

Tabela 18: População branca de Santos, dividida por sexo, 1798-1830.

Ano	Branco	Brancas	Total de Brancos	% de Brancos na pop.	Razão de sexo Brancos	Branco % cresc. Anual	Brancas % de cresc Anual
1798	491	550	1041	30,89	89,3		
1803	526	519	1045	31,29	101,3	1,4	-1,1
1804	438	443	881	25,63	98,9	-16,7	-14,6
1805	438	443	881	25,84	98,9	0	0
1806	578	547	1125	30,82	105,7	32	23,5
1808	632	643	1275	30,9	98,3	4,6	8,4
1809	571	681	1152	28,03	83,8	-4,9	2,9
1810	529	557	1086	26	95	-3,7	-9,6
1811	569	610	1179	28,16	93,3	3,7	9,5
1812	654	667	1321	27,1	98	14,9	9,3
1813	623	679	1302	26,78	91,7	-4,7	1,8
1814	676	722	1398	27,15	93,6	8,5	6,3
1816	648	700	1348	27,68	92,6	-2,1	-1,5
1817	730	756	1486	28,98	96,6	12,6	8
1818	686	722	1408	27,26	95	-6	-4,5
1822	646	698	1344	28,12	92,55	-1,5	-0,8
1825	706	627	1333	26,91	112,6	3	-3,5
1828	744	710	1454	27,86	104,8	1,8	4,2
1830	778	686	1464	28,03	113,4	2,3	-1,7

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1798-1830

A tabela 18 demonstra os dados gerais da população branca de Santos. Seu número passou de 1041 em 1798 para 1464 em 1830. Um crescimento de 40,63%. Ao longo de todo o período, os brancos praticamente sempre responderam por cerca de 30% da população da vila. Este percentual é muito baixo se comparado aos dados encontrados por Luna e Klein para a província de São Paulo, no ano de 1829, em que 54% da população paulista era branca. Os autores incorporam um material analisado pela professora Clotilde Paiva para a província de Minas Gerais em 1831, na localidade de Sabará, onde a proporção de brancos era de apenas 17%, enquanto que em Campanha era de 47%.³⁷⁵ Sabará era uma tradicional região no centro de Minas com uma população predominantemente negra. Já Campanha localizava-se na fronteira sudeste com São Paulo e seus habitantes eram majoritariamente brancos. Segundo os autores, “cada uma representa os pontos extremos da situação das pessoas livres de cor

³⁷⁵ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução ...**, p. 205.

e da sua posição na sociedade mineira, que possuía inquestionavelmente a maior população escrava e livre de todo o Brasil.”³⁷⁶

Ainda quanto à tabela 18, verifica-se que os homens superaram as mulheres em dois anos no início do século XIX, 1803 e 1806. Depois, a razão de sexo só voltará a ser superior a 100 em 1825, mantendo-se até 1830. Os anos de 1804 e 1805 parecem ser cópia de dados, mas, quanto às faixas etárias, ocorrem variações, o que atenua esta possibilidade, mas não a elimina. O reflexo desta imprecisão é claro para o ano de 1806, quando há um salto muito alto de um contingente de brancos jamais visto em Santos, pois 244 brancos podem ter vindo para a vila, o que parece muito mais uma correção do problema anterior. Outros anos de acentuado aumento da população branca de Santos, sobretudo masculina, são os anos de 1812 e 1817. Neste último, a população branca alcança valores que não serão vistos nem em 1830. Possivelmente estes foram momentos em que organizaram-se tropas paulistas para as expedições de 1811 e 1816 na região da Cisplatina, justificando aumentos tão acentuados. Também nesta linha, algum recrutamento específico pode ter ocorrido no ano de 1804, pois há um alto declínio da população branca na vila, mais acentuado para os homens, já que a razão de sexo cai.

³⁷⁶ Idem, p. 200 e 205.

Gráfico 17: Pirâmides etárias da população branca de Santos para 1798, 1804, 1806, 1808, 1817, 1822, 1828 e 1830.

Fonte: AESP, Mapas estatísticos de Santos, 1798, 1804, 1806, 1808, 1817, 1822, 1828 e 1830.

Outros elementos a serem considerados na análise da população branca são as pirâmides etárias do gráfico 17. Essa população santista, em termos gerais, apresentou

um perfil típico de pré-malthusiana. Pela falta de controle de natalidade e mortalidade, a pirâmide possui sua maior participação na base e um pico muito pequeno. O ano de 1798 se encaixa bem nesta realidade. A única exceção é o baixo índice de homens entre 10 e 20 anos. Marcílio, ao analisar a população paulista, identificou uma forte desproporção na população livre entre as idades de 10 a 49 anos. A razão seria a “sistemática omissão de elementos do sexo masculino em todos os recenseamentos, o que [...] era ocasionado fundamentalmente por medo do recrutamento forçado.”³⁷⁷ Essa é uma situação básica à qual precisamos estar atentos ao longo da análise e que já pode explicar a diferenciação do ano de 1798.

A pirâmide de 1804, ano que apresenta o mais alto declínio da população branca de Santos, revela-nos que um decréscimo ocorre entre os homens, no baixo número da base e na faixa de 70 a 80 anos. Ainda quanto ao sexo masculino, há uma recuperação considerável da faixa de 10 a 20 anos, que se torna a mais importante. Para as mulheres, os maiores decréscimos são vistos também na base e ainda na faixa de 30 a 40 anos. Desta forma, com alguma segurança, é possível afirmar que o decréscimo acentuado da população branca santista em 1804 é resultado, em boa medida, de um baixo número de crianças de até 10 anos, afastando a hipótese da saída de contingente em virtude do recrutamento.

Em 1806, a base se recupera de uma maneira considerável, mas o mais alto grupo a crescer é o de 80 a 90 anos – teríamos aqui, mais uma vez a perspectiva da chegada de homens, vindos da formação de tropas, por já terem perdido o vigor. Será que homens, já no seu fim da vida, decidiram se instalar na vila de Santos? Algo mais provável é lembrar a crítica de Bacellar à ausência de costume da contagem dos anos e entender que estes homens não deviam estar ainda no final do seu ciclo de vida.³⁷⁸ E sim, relacionados, talvez, aos conflitos no sul, ainda que alguns possam ter decidido se instalar na vila santista. Quanto às mulheres, em várias faixas há crescimento, mas nenhum de maior destaque.

As pirâmides dos anos seguintes indicam uma população masculina bastante próxima à tipicamente pré-malthusiana, com pequenas exceções em anos onde há certos cortes nos índices da população de 20 a 50 anos. Um problema da fonte deve ser levantado ao comparar as pirâmides de 1806 e 1808 com relação aos meninos de 0 a 10 anos, há uma diferença muito significativa, sem que nada explique este descompasso.

³⁷⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, p. 83.

³⁷⁸ Veja as considerações efetuadas no Apêndice Metodológico e Estatístico.

Possivelmente tenha havido algum erro nos dados do recenseador, assim também ocorreu, provavelmente, com o salto da base no ano de 1828. Em 1830 ocorre um aumento da faixa entre 10 e 20 anos, apesar do baixo índice de crescimento. Talvez aqui, pela idade mais avançada, possa ter ocorrido algum processo migratório. Contudo, não se deve perder de vista algum erro do recenseador.

Já entre as mulheres, a estrutura etária se altera muito pouco. A população é equilibrada, embora destaque-se, quase sempre, a faixa dos 20 a 30 anos e, no caso de 1822, a da faixa de 10 a 20 anos. Estes mais altos índices de mulheres em faixas de 10 a 30 anos podem sugerir a vinda de mulheres brancas para Santos, quer para acompanharem seus maridos, pois já se encontravam em plena idade capaz de se casarem, quer mesmo que solteiras irem em busca de melhores condições de vida. São duas hipóteses plausíveis.

Tabela 19: População de pardos/negros livres de Santos, dividida por sexo, 1798-1830

Ano	Pardos/ negros livres	Pardas/ negras livres	Total de pardos / negros livres	% de pardos/ negros livres na pop.	Razão de sexo pardos/ negros livres	Pardos/ negros livres % cresc. anual	Pardas/ negras livres % de cresc. anual
1798	356	510	866	25,7	69,8		
1803	381	499	880	26,35	76,3	1,37	-0,43
1804	478	628	1106	32,18	76,1	25,4	25,85
1805	488	608	1096	32,15	80,3	2,09	-3,18
1806	432	581	1013	27,75	74,3	-11,47	-4,44
1808	514	684	1198	29,03	75,1	9,08	8,5
1809	526	750	1276	31,05	70,1	2,33	9,65
1810	552	793	1345	32,19	69,6	4,94	5,73
1811	492	790	1282	30,62	62,3	-10,87	-0,38
1812	626	949	1575	32,31	66	27,24	20,13
1813	635	924	1559	32,06	68,7	1,44	-2,63
1814	613	967	1580	30,69	63,4	-3,46	4,65
1816	566	887	1453	29,84	63,8	-3,91	-4,23
1817	573	904	1477	28,8	63,4	1,24	1,92
1818	599	968	1567	30,34	61,9	4,54	7,08
1822	527	823	1350	28,25	64	-3,15	-3,98
1825	542	854	1396	28,18	63,5	0,94	1,24
1828	491	930	1421	27,23	52,8	-3,24	2,88
1830	574	967	1451	27,79	59,4	8,12	1,97

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1798-1830

A tabela 19 apresenta os dados da população de pardos/negros livres de Santos entre 1798 e 1830. Há um salto bastante considerável em seus números: de 866 para 1451. Foi um crescimento da ordem de 67,5% ao longo do período analisado que

representa mais de um terço acima do valor apresentado para a população branca. Sua participação na população santista girou em torno dos 30% do contingente branco, alguns anos para mais, ou para menos. Os percentuais da população de pardos/negros livres santistas são muito elevados ao se comparar com os de toda a província paulista para o ano de 1829, marcando 19% de todo o contingente paulista. Em Sabará (tradicional região mineira), os números são inferiores, pois chegavam a ser 55% da população. Entretanto, são ligeiramente superiores à Campanha, típica fronteira agrícola, em que há 24%. Lembremos que estes são dois pontos extremos dos pardos e negros livres da sociedade mineira que possuía os maiores índices de população escrava, tal como de pardos e negros livres da América portuguesa.³⁷⁹

A razão de sexo demonstra que a grande maioria da população de pardos/negros livres era de mulheres. No seu ápice, ela chega a cerca de 80 homens para 100 mulheres em 1805. Há dois momentos de crescimento muito acentuado, tanto para homens como para mulheres: 1804 e 1812. No primeiro, há um aumento de 97 homens e 129 mulheres, ou seja, surgem mais de 200 indivíduos pardos/negros livres. Em um ritmo ainda maior, no segundo, evidencia-se um acréscimo de 134 homens e 159 mulheres, quase 300 pessoas novas. Estes dados permitem aventar a perspectiva da chegada de migrantes, possivelmente em busca de melhores condições de vida na principal vila portuária de São Paulo, agitada pelo comércio açucareiro, sobretudo para as mulheres.

De qualquer forma, não podemos deixar de ter em vista que, entre os homens, parte deste contingente pode ter chegado a Santos em vista dos recrutamentos, como no caso de 1812, como continuidade do afluxo proveniente de 1811, pelo alto decréscimo visto aqui. Ressaltamos ainda, como atenuante a um afluxo muito alto de população, quer para os homens ou para as mulheres, mais uma vez, a perspectiva dos sub-registros que acabavam gerando saltos que não necessariamente eram reais, apesar da tendência de aumento. Com isso, queremos inferir que a migração é uma hipótese bastante interessante para justificar o ocorrido com os pardos e negros livres, mas que não necessariamente foi baseada em enormes chegadas.

³⁷⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução...**, p. 205.

Gráfico 17: Pirâmides etárias da população de pardos e negros livres de Santos para 1798, 1804, 1808, 1812, 1817, 1822, 1825, 1828 e 1830.

Fonte: AESP, Mapas estatísticos de Santos, 1798, 1804, 1808, 1812, 1817, 1822, 1825, 1828 e 1830.

É preciso, ainda, analisarmos as pirâmides etárias da população de pardos/negros livres (gráfico 17). O perfil do ano de 1798 assemelha-se muito ao da população branca, podendo também ser caracterizado como típico de uma população pré-malthusiana. Nos anos até 1817, algumas diferenças bastante nítidas podem ser notadas. A base masculina é mantida em altos índices, mas os homens, no seu ápice da força de trabalho, entre os anos de 20 a 60 anos, aparecem sumariamente “cortados” até o ano de 1817, quando um novo padrão pré-malthusiano é visto para a população de pardos/negros livres masculina, que vai e volta até o ano de 1830. Algumas destas variações devem levar em conta, mais uma vez, a qualidade contestável dos dados e também, no caso específico dos homens, o contingente menor, no qual pequenas variações podiam mudar muito as pirâmides.

Quanto às mulheres, também verifica-se uma base alta, mas, no oposto dos homens, com níveis elevados de crescimento na idade produtiva bastante evidentes, sobretudo, em 1830. O perfil das mulheres pardas/negras livres, em sua maioria, jovens, representa muito mais um perfil de população migrada ou de libertas. A liberdade que era muito mais difícil para os homens, neste período de vida. Esta constatação, tanto para os homens como para as mulheres foi também observado por Luna e Klein para a capitania de São Paulo. Segundo eles, o domínio feminino na população de pardas/negras livres em São Paulo “deve-se provavelmente à predominância das mulheres jovens entre os cativos alforriados, constatada em todos os estudos sobre alforrias, um comportamento que ocorria independentemente do sexo do proprietário que alforriava”.³⁸⁰ Luna e Klein ainda assinalam que o desequilíbrio entre os sexos para

³⁸⁰ Idem, p.203. Os autores citam uma extensa lista de referências bibliográficas que confirmam tal constatação.

a população de pardos/negros livres em São Paulo manteve-se no censo de 1872 e indicam que:

“a constante alforria de cativos, a maioria mulheres, fez com que essa população fosse única no aspecto do equilíbrio entre os sexos, se comparada às populações de escravos e de brancos livres. Considerando esse viés de idade e sexo entre os cativos alforriados, poderíamos supor que para a população livre de cor as taxas de reprodução eram mais elevadas que para os escravos.”³⁸¹

Retomaremos esta instigante questão nos capítulos seguintes procurando entender como este alto contingente populacional de pardos e negros livres, sobretudo de mulheres, está relacionado aos domicílios e às atividades econômicas de Santos.

A população cativa de Santos

Para atender a demanda crescente da produção açucareira paulista, o tráfico de escravos foi expandido. Parte do desenvolvimento populacional demonstrado na obra de Marcílio é representado por esta expansão. O número de cativos na capitania passa de 23 mil em 1777 para quase 38 mil em 1808. A razão de sexo aumenta bastante, pois passa de 117 para 153 entre 1777 e 1829.³⁸² Contudo, a proporção de cativos pouco se alterou, pois os escravos eram 23% da população em 1798 e 22% em 1808.³⁸³ Assim, conclui-se que o aumento do tráfico de escravos para acompanhar o crescimento da produção açucareira não foi maior que o desenvolvimento populacional paulista do período, seguindo-o, somente, no mesmo ritmo. Vejamos a análise geral da população escrava em Santos para procurarmos entender qual era o papel do tráfico no principal porto paulista.

³⁸¹ Idem, p. 203.

³⁸² Idem, p. 167.

³⁸³ MARCÍLIO, Maria Luiza, **Crescimento...**, p. 105.

Tabela 20: População cativa de Santos, dividida por sexo, 1775-1836.

Ano	Escravos	Escravas	Total escravos	% de Escravos na pop.	Razão de sexo pop. Escrava	Homens cativos % cresc. Anual	Mulheres cativas % cresc. Anual
1775			1017	41,63			
1776			1337	44,76			
1777	853	628	1481	43,82	135,8		
1778	839	632	1471	43,83	132,7	-1,64	0,64
1779	812	595	1407	43,29	136,5	-3,22	-5,85
1781	750	527	1277	42,55	142,3	-3,89	-5,89
1782	756	485	1241	42,43	155,9	0,8	-7,97
1783	727	518	1245	41,46	140,3	-3,84	6,8
1788	762	556	1318	44,6	137	0,94	1,43
1789	766	556	1322	44,26	137,8	0,52	0
1790	765	588	1353	43,02	130,1	-0,13	5,75
1791	818	568	1386	44,03	144	6,93	-3,4
1792	806	556	1362	43,18	145	-1,47	-2,11
1793	770	572	1342	42,62	134,6	-4,47	2,88
1794	903	653	1556	45,27	138,3	17,27	14,2
1795	907	634	1541	44,24	143,1	0,44	-2,91
1796	828	567	1395	44,02	146	-8,7	-10,57
1797	724	665	1389	45,29	108,9	-0,12	17,28
1798	862	601	1463	43,41	143,4	19,06	-9,6
1803	804	611	1415	42,36	131,6	-1,38	0,33
1804	826	624	1450	42,19	132,4	2,74	2,13
1805	823	609	1432	42,01	135,1	-0,36	-2,4
1806	864	648	1512	41,42	133,3	4,98	6,4
1808	963	690	1653	40,06	139,6	5,57	3,19
1809	991	691	1682	40,92	143,4	2,91	0,14
1810	1055	692	1747	41,81	152,5	6,46	0,14
1811	1022	704	1726	41,22	145,2	-3,13	1,73
1812	1195	783	1978	40,58	152,6	16,93	11,22
1813	1215	786	2001	41,16	154,6	1,67	0,38
1814	1335	836	2171	42,16	159,7	9,88	6,36
1816	1249	819	2068	42,47	152,5	-3,27	-1,02
1817	1312	853	2165	42,22	153,8	5,04	4,15
1818	1331	859	2190	42,4	154,9	1,45	0,7
1822	1316	769	2085	43,63	171,1	-0,28	-2,73
1825	1435	789	2224	44,9	181,9	2,93	0,86
1828	1480	863	2343	44,9	171,5	1,03	3,03
1830	1416	883	2299	44,02	160,4	-2,19	1,15
1836	1546	953	2500	42,68	162,2	1,47	1,28

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1836. Para 1775 e 1836, maços de população.

O número de cativos de Santos entre 1775 e 1836 (conforme a tabela 20) passa de 1017 a 2500. É um crescimento de 145,8%. Se nos restringirmos aos anos entre 1798 e 1830, para comparar com os grupos de livres, verificamos um crescimento de 57,14%. Aumento menor que o dos pardos/negros livres e maior que o dos brancos. O grupo dos

escravos era o principal grupo quanto à sua participação no total dos habitantes de Santos, nunca estando inferior a 40% e atingindo picos de mais de 45% de toda a população. Este é um índice extremamente elevado para uma vila não voltada para atividades exportadoras. O dado levantado por Marcílio, como já visto anteriormente, é da ordem de 22-23% para São Paulo entre 1798-1808. O de Fernández para Ubatuba é de 1776 em 21,39%, atingindo, em 1820, 26,4% e finalmente, com a expansão da lavoura cafeeira, 41,56% em 1836.³⁸⁴ A manutenção deste índice ao longo de todo o período confirma que a população escrava de Santos cresceu em ritmos bastante semelhantes aos da população livre.

Tabela 21: Dados do percentual de escravos na população de São Paulo, dividida por regiões e de Santos, 1777-1829

25 localidades	1777	1804	1829
% de escravos	19,45%	22,47%	26,94%
Oeste Paulista			
% de escravos	20,71%	25,83%	34,95%
Vale do Paraíba			
% de escravos	22,06%	24,92%	33,06%
Caminho do Sul			
% de escravos	15,47%	15,01%	16,00%
Região da Capital			
% de escravos	16,15%	18,78%	17,29%
Litoral			
% de escravos	29,41%	32,79%	30,09%
Santos			1828
% de escravos	43,82%	42,19%	44,90%

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1777, 1804 e 1828. Dados de São Paulo extraídos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, pp. 339-340, tabela 1.

A tabela 21 ratifica a singularidade santista para todo o período estudado. Comparando-se, por exemplo, Santos com o Oeste Paulista, em 1777, aquela possuía mais que o dobro da participação escrava desta. Situação que pouco se modificara para o Oeste no começo do século XIX. Mesmo com o enorme desenvolvimento da grande lavoura de exportação ao longo das primeiras décadas do século XIX no Oeste, Santos apresentava um percentual ainda superior ao da principal região produtora de açúcar. Nota-se que o Litoral conserva um percentual de 30% ao longo do período. Além da introdução da lavoura de exportação na região, em algumas vilas específicas, certamente a proximidade com o mar levava a uma maior facilidade de aquisição de

³⁸⁴ Dados extraídos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, p. 78.

cativos. Através do barateamento do frete, por exemplo, já que não era necessário levar o cativo para o interior com o risco da temida fuga. E seguramente para Santos este possível barateamento não era diferente.

Nota-se um acirramento do tráfico negreiro na vila de Santos a partir do início da primeira década do século XIX, quando se alcançou a razão de sexo na ordem de quase 182 homens para cada 100 mulheres em 1825. Comparando-se mais este dado com os de Luna e Klein já comentados, nota-se que Santos destacava-se no tráfico desde o final do século XVIII, já que sua razão de sexo era de quase 136 em 1777, enquanto que, para a capitania a média era de 117. Ainda no fim do período analisado, sua razão de sexo permanece razoavelmente maior que o da província de São Paulo: 171 em 1828 na vila santista contra 153 na província em 1829. Nesse sentido, como já preconizava Florentino para o Rio de Janeiro, visto anteriormente, há de se notar que Santos precisava ter atividades econômicas bastante consideráveis que criassem condições para a razão de ser deste grande contingente escravista de sua população. Essa era uma característica iniciada antes do impacto do “boom” da produção açucareira paulista para exportação. É mais fácil explicar este contexto de atividades a partir do desenvolvimento do trato mercantil que certamente abria o leque de ocupações para cativos, como demonstramos no capítulo anterior. No entanto, a população cativa já estava na mesma alta proporção quando a feição portuária ainda não era tão evidente. Talvez possamos conjecturar que, da população santista, parte atuasse no comércio de abastecimento ainda não afetado pelo açúcar, enquanto que outro grupo deveria ser atuante em atividades da agricultura relacionadas ao mercado de abastecimento que propiciavam a elevada demanda da mão-de-obra escrava.

O tráfico negreiro em Santos estava relacionado, em boa medida, com o Rio de Janeiro através da extensa rede comercial desenvolvida ao longo dos séculos XVIII e XIX como vimos no começo do capítulo em questão. Os dados dos mapas de importação e exportação nos ajudam a ilustrar o movimento do tráfico em Santos.

Tabela 21: Importações de escravos, com portos de origem e preços para o porto de Santos – 1816, 1818 e 1821.

Porto de origem	Importação					
	1816		1818		1821	
	Nº de cativos	Preços	Nº de cativos	Preços	Nº de cativos	Preços
Bahia					100	200\$000
Moçambique					239	200\$000
Pernambuco	5	128\$000				
Rio de Janeiro	1081	150\$000	626	200\$000	1195	200\$000
Total	1086		626		1534	
Total (em Rs)	162:790\$ 000		125:200\$000		306:8000\$000	

Fonte: AESP, mapas de Importação e Exportação do Porto de Santos, 1816, 1818 e 1821.

A tabela 21 analisa o movimento de entrada de cativos no porto de Santos entre os anos de 1816, 1818 e 1821. Infelizmente, a fonte que conseguimos encontrar para 1801 não possui tais dados.³⁸⁵ Quanto ao tráfico de cativos, não há dados acerca da venda destes para outros portos. Isso, obviamente, não impedia que houvesse vendas no comércio terrestre. Entre os anos de 1816 e 1821, verifica-se uma volumosa entrada de escravos, sobretudo no ano de 1821, em que seu número total é quase a soma do que se registrava em 1816 e 1818. Vale ressaltar que, quando se entende este tráfico como considerável, deve-se sempre pensar no âmbito da economia da capitania de São Paulo. Isso porque, se comparado aos dados do tráfico do Rio de Janeiro, fornecidos por Florentino, verifica-se que o trato de Santos não chegava a 10% do volume da capital.³⁸⁶ Porém, a entrada de 1816 era quase metade da população de cativos de Santos em 1817.³⁸⁷

Outra ressalva importante é que, apesar de não haver saída via marítima deste tráfico, certamente Santos revendia boa parte deste fluxo de cativos. Como já assinalado, a entrada de 1816 era quase a metade da população escrava santista de 1817. Assim, se fosse todo absorvido por Santos, resultaria em um perfil quase sem crianças, idosos e mulheres. Frente ao exposto, confirma-se que a vila portuária alimentava, ao menos em parte, a entrada de cativos da capitania de São Paulo, por terra, e, talvez por mar, através de contrabando. Santos era, portanto, o porto escravista de São Paulo.

³⁸⁵ Veja-se o nosso Anexo: Algumas notas sobre a dinâmica do exportar e abastecer.

³⁸⁶ A estimativa do Rio de Janeiro é de que tenha entrado ali: em 1816 – 18140; em 1818 – 24500; em 1821 – 20630. Vide: FLORENTINO, Manolo. *op. cit.*, p. 51.

³⁸⁷ O total da população de cativos de Santos em 1817 era de 2140.

Outro aspecto interessante são os preços dos cativos. Se comparados com os do Rio de Janeiro³⁸⁸, verifica-se que os escravos eram razoavelmente mais caros em Santos, sobretudo, em 1821. Certamente a transação de reexportação no porto da capital beneficiava, e muito, os comerciantes cariocas.

Apesar de não termos subsídios para verificar o quanto do tráfico era absorvido na própria vila de Santos, devemos nos esforçar em entender qual a sua importância na manutenção da elevada proporção de cativos na população santista.

Tabela 22: Taxas brutas de natalidade da população escrava em Santos e em Ubatuba.

Ano	Taxa bruta de natalidade pop escrava Santos	Taxa bruta de natalidade pop escrava Ubatuba
1798	38,3	23,6
1808	39,3	36,7
1828	44,0	34,1

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1798, 1808 e 1828. Para Ubatuba: MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara...*, p. 180.³⁸⁹

Um primeiro elemento é a comparação das taxas brutas de natalidade da população escrava entre Santos e Ubatuba (tabela 22), em que verificam-se taxas bem maiores em Santos, sobretudo em 1798 e 1828. Existia a possibilidade de uma importante reprodução natural que mantinha o elevado peso da escravidão em Santos? Mais uma vez, entendemos aqui que estes dados precisam de uma importante crítica das fontes, pois parecem muito superestimados. De qualquer forma, para confirmar tal perspectiva, vejamos as pirâmides etárias da sua população escrava.

³⁸⁸ Entre 1815-7, cativos africanos homens custavam 141\$000 e as mulheres eram 85\$000; quanto aos crioulos, neste mesmo intervalo, os homens saíam por 122\$000 e as mulheres por 95\$000. Já entre 1820-1821, cativos africanos homens custavam 153\$000 e as mulheres eram 139\$000; quanto aos crioulos, neste mesmo intervalo, os homens saíam por 156\$000 e as mulheres eram 139\$000. Vide: FLORENTINO, Manolo. *op. cit.*, p. 220.

³⁸⁹ No livro, a terceira linha de dados é dada para o ano de 1818. Contudo, ao observar os dados do anexo I da própria obra, comparando-se os números de população fornecidos, percebe-se que os valores são do ano de 1828. Provavelmente um problema de digitação ocorreu.

Gráfico 18: Pirâmides etárias da população escrava de Santos em 1798, 1804, 1808, 1812, 1817, 1822, 1826, 1828 e 1830.

Fonte: AESP, mapas estatísticos de Santos, 1798, 1804, 1808, 1812, 1817, 1822, 1826, 1828 e 1830.

As pirâmides etárias da população escrava santista (gráfico 18) confirmam o perfil típico de população migrada, com especial agravamento do tráfico de homens a partir de 1812, demonstrando que os dados da taxa bruta de nascimento são bastante superestimados, ou, talvez, grande parte das crianças que nasciam estavam mortas ou morriam em pouco tempo. Através destas pirâmides, é possível ainda argumentar que o alto índice de pardas/negras livres em Santos não reflete em alterações significativas nas pirâmides etárias da população escrava. Isso não exclui totalmente a perspectiva de que alforrias fossem dadas e novas escravas fossem adquiridas pelo tráfico a fim de atender, por exemplo, a pequenos plantéis, como já comentamos. Contudo, se as alterações ocorressem, favoreceriam o argumento de que o elevado número de pardas/negras livres poderia fazer parte de uma estratégia senhorial que consistiam em dar alforrias para conter um contingente populacional de mais de 40% de toda a vila.

Portanto, ao longo do capítulo, detectamos que Santos desenvolveu um crescimento populacional bastante significativo no decorrer do final do século XVIII e das duas décadas iniciais do século XIX. Crescimento, sobretudo, de população livre, apesar do elevado percentual de contingente escravo, que sempre girou em torno de 40%, ter-se mantido presente em todo o recorte proposto. Os brancos eram sempre próximos de 30% da população santista e com razão de sexo equilibrada. Também os pardos e negros livres representavam cerca de 30%. Contudo, a razão de sexo é consideravelmente desequilibrada: são as mulheres a maioria deste contingente. O índice teve pico máximo e mínimo, respectivamente, de 80/52 homens para cada 100 mulheres. A perspectiva da chegada de novos contingentes populacionais em Santos foi levantada, especialmente no período do “boom” da produção açucareira no Oeste Paulista. Analisa-se, assim, que o comércio açucareiro favorecido pelo incentivo das

medidas Ilustradas, somado à maior facilidade de acesso ao porto de Santos pela Calçada de Lorena, além das chamadas leis de porto único e do comércio de abastecimento ampliado, tornando Santos uma vila voltada as atividades mercantis contribuíram para o desenvolvimento de uma efervescência comercial paulista, refletindo na chegada de homens e, sobretudo de mulheres.

Entender quais eram as características que compunham estes grupos nos variados domicílios e a distribuição de riqueza através da posse de cativos, são os assuntos dos próximos capítulos, em que visamos compreender o quanto as primeiras décadas do século XIX foram importantes para o passado santista.

Capítulo III: Os chefes dos lares na região portuária

O estudo da demografia santista entre 1775-1836 trouxe alguns resultados bastante interessantes, dentre os quais ressaltamos a elevada participação de cativos – sempre em torno de dois quintos. Entre os livres, os brancos estavam muito próximos da participação dos pardos e negros livres somados: ambos próximos de 30%. A diferença fundamental entre estes dois grupos é de que a razão de sexo dos primeiros era equilibrada enquanto que a dos outros tendia, e muito, para uma maioria considerável de mulheres. Tanto livres como escravos cresceram, mantendo, deste modo, seu peso no total do contingente de habitantes santistas. Apesar de Santos ter mantido uma taxa bruta de natalidade relativamente alta, detectamos que, entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, foi o momento do seu grande salto populacional, sendo, inclusive, superior ao restante de São Paulo. Justamente no contexto de certa euforia do comércio do açúcar paulista, proveniente do Oeste, favorecido pelo incentivo da Ilustração, pela Calçada de Lorena e pelas leis de porto único. Esta população atuava, cada vez mais, em atividades mercantis ou subsidiárias, fazendo com que se configure em Santos uma vila voltada às atividades portuárias em torno da dinâmica do exportar e abastecer.

No entanto, a perspectiva completa da população santista só poderá ser concluída ao traçarmos o perfil socioeconômico e sua evolução ao longo do recorte proposto, procurando entender suas possíveis alterações, especialmente no período de sua maior ampliação, e, mais uma vez, recorrendo à comparação com o restante da capitania.

Iniciamos aqui o estudo dos lares em Santos, procurando identificar seu perfil e, a seguir, entender um possível desenvolvimento entre os anos de 1775-1836, além de eventuais mudanças geradas pelo contexto de configuração da vila portuária. Desta forma, o percurso que traçamos é o de começar observando o crescimento dos domicílios, além da média de pessoas residentes neles. Depois, separá-los pela presença de mão de obra escrava e aprofundar a pesquisa com importantes características, nomeadamente, quanto ao sexo dos proprietários, a divisão por cor, a situação matrimonial e as ocupações.

Tabela 23: Domicílios em Santos e seu % de crescimento entre 1775-1836

Ano	Número de domicílios	% de crescimento
1775	400	
1798	457	14,3
1802	435	-4,8
1817	732	68,3
1836	854	14,3

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Pela tabela 23, nota-se que, ao longo do recorte proposto, houve em Santos pouco mais do que a duplicação dos domicílios. Observa-se que este crescimento não é contínuo na vila santista. A variação encontrada entre 1798 e 1802, de uma possível retração, deve ser mais um típico problema das fontes documentais. É difícil acreditar que, em uma diferença de anos tão pequena, tenha ocorrido decréscimo nos domicílios. Como adverte Bacellar:

“Mesmo os toscos totais de domicílios podem apresentar problemas. A montagem das listas podia levar, principalmente, a confusões no processo de numeração dos fogos. Ausência de numeração, numeração repetida ou pulada, principalmente ao passar de uma página para outra, são bastante comuns. Alguns desses erros se acumulavam, levando a diferenças significativas.”³⁹¹

Há um salto muito considerável nas duas primeiras décadas do século XIX com o acréscimo de mais da metade (68,3%) dos fogos. Esta perspectiva corrobora com a

³⁹⁰ Como os maços de população são a base de nossa pesquisa, domicílio, fogo e casa são as mesmas unidades básicas de referência, ou seja, pessoas que vivem conjuntamente sobre um mesmo teto.

³⁹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Arrolando...*, p. 130.

análise populacional de Santos em que o grande crescimento se dá justamente nas duas primeiras décadas do século XIX.

Vale lembrar que Santos, ao longo do período selecionado, terá um único desmembramento do seu território: em 1833, Cubatão se torna uma vila independente. Entretanto, ainda no maço de população de 1836, as regiões permanecem unidas e, assim, os seus dados foram mantidos juntamente com os de Santos neste estudo. Afinal, o município sequer chegou a ser instalado e em 1841, Cubatão volta a ser incorporado a Santos.³⁹² Por fim, ressaltando o evidente crescimento da vila santista, o maço de população de 1836 é o único que traz, entre todos os que utilizamos, a divisão de Santos em duas companhias – reflexo da necessidade de melhorar o controle frente ao desenvolvimento que ocorrera.

³⁹² PERALTA, Inez Garbuió. *op. cit.*, pp.71-73. A autora entende que a elevação de Cubatão tinha relação direta com o progresso comercial da capitania/província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Contudo, argumenta que na década de 30, o grau de desenvolvimento “não atingiu o grau que se previa”. Daí a não instalação do município. A autora ainda especula que a relação comercial de São Paulo com Santos foi muito importante para tal desfecho neste momento, haja visto que “não podemos deixar de levar em consideração que, durante muito tempo, Santos foi tido como a praça onde um grupo de negociantes, mancomunados com os de São Paulo, decidiam as atitudes a serem tomadas, não só com relação à baixada mas também ao planalto. A elevação de Cubatão a Município certamente iria prejudicar seus objetivos.”

Gráfico 19: Comparação do percentual de crescimento dos domicílios de seis regiões da capitania/província de São Paulo, além de Iguape*, São Sebastião, Ubatuba e Santos entre 1777-1829*****

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo, os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução...*, p. 148; para Iguape os dados foram obtidos de VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 36 e p. 40 ; para Ubatuba e a Velha São Sebastião os dados foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações...*, p.258;

* Para Iguape, somamos a freguesia de Xiririca;

**São Sebastião soma os dados de São Sebastião com os de Vila Bela a fim de que os dados pudessem ser iniciados a partir de 1778;

***O intervalo para Iguape é válido de 1801-1836; para a Velha São Sebastião e para Ubatuba de 1778-1836; por fim, para Santos, como já apresentado, 1775-1836.

De acordo com o gráfico 19, o Oeste Paulista é a região de maior crescimento dos domicílios, triplicando seus fogos, graças, sobretudo, ao desenvolvimento da lavoura açucareira.³⁹³ A seguir, aparece Ubatuba, com sua ampliação sendo acentuada, fundamentalmente, nas três décadas do século XIX, dado pela lavoura cafeeira na vila.³⁹⁴ Muito próximo a essa, percebemos o crescimento do Caminho do Sul, bastante relacionado ao comércio, sobretudo, de animais, com a famosa feira de Sorocaba.³⁹⁵ O Vale do Paraíba, também com considerável ampliação, era fruto do desenvolvimento da lavoura cafeeira.³⁹⁶ São Sebastião acompanhou o índice geral da capitania/província,

³⁹³ Sobre o crescimento da produção açucareira no Oeste Paulista, veja-se a discussão bibliografia apresentada na Introdução deste trabalho.

³⁹⁴ Conforme atesta FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações...*, p.300.

³⁹⁵ Veja-se a discussão da fundamental acerca da atividade tropeira em: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver...*, pp.13-18.

³⁹⁶ Sobre o desenvolvimento do café no Vale do Paraíba, sobretudo em Bananal, veja-se: MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, pp.109-176.

mesmo tendo, neste período, o auge e o declínio de sua produção açucareira.³⁹⁷ A vila de Santos não chegou a alcançar o índice geral da capitania/província em sua ampliação de domicílios. O seu crescimento só foi ligeiramente superior à região do Litoral, e razoavelmente maior que o desenvolvimento de Iguape, que contava com sua importante produção de arroz³⁹⁸, e da região da Capital.

Desta forma, a análise permite acentuar que o crescimento das atividades mercantis ou subsidiárias a elas, não necessitava de um aumento de domicílios tão elevado como nas áreas de expansão da lide agrícola – perfil um tanto quanto esperado. Devemos ter em vista que não era necessário um grande espaço para realizar grande parte das atividades florescentes com o trato portuário em expansão.

Tabela 24: Número médio de pessoas por domicílio em Santos entre 1775-1836*.

Ano	Nº de domicílios	Total de população	Nº médio de pessoas por domicílio
1775	400	2443	6,1
1798	457	3370	7,4
1817	732	5128	7,0
1836	854	5857	6,9

Fonte: AESP, maços e mapas de população de Santos 1775, 1798, 1817 e 1836.

* excluímos 1802 pelo problema documental levantado anteriormente no texto.

Resta-nos confirmar essa perspectiva a partir do número médio de pessoas por domicílio (tabela 24). Como visto no capítulo anterior, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, houve o maior crescimento populacional da vila santista que, como analisado nos domicílios, só refletiu em um aumento significativo na segunda década do século XIX. Os dados do número médio de pessoas por domicílio permitem confirmar a existência de um crescimento bastante considerável, ocorrido no final do século XVIII. Vale-nos ressaltar, contudo, que este aumento não é causado por um incremento muito significativo de cativos, pois, neste grupo, em termos gerais, a razão de sexo pouco se alterou – não refletindo, assim, um aumento maior do tráfico. Em seguida, não houve um novo aumento, mas ocorreu quase que uma manutenção do

³⁹⁷ Conforme FÉRNANDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, pp. 59-61.

³⁹⁸ Veja-se aqui VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 12-16.

índice implementado, ou seja, a partir dali, as informações permitem confirmar um crescimento dos domicílios em paralelo com o populacional.

Tabela 25: Número médio de pessoas por domicílio em Santos e em São Paulo, dividida por regiões, entre 1775-1836*.

Ano	Nº médio de pessoas por domicílio em Santos	Nº médio de pessoas por domicílio Oeste Paulista	Nº médio de pessoas por domicílio no Vale da Paraíba	Nº médio de pessoas por domicílio no Caminho do Sul	Nº médio de pessoas por domicílio na Região da Capital	Nº médio de pessoas por domicílio no Litoral	Nº médio de pessoas por domicílio em São Paulo
1775-77	6,1	6,53	6,34	6,57	6,51	6,46	6,49
1798-1804	7,4	7,47	5,97	6,04	5,95	7,01	6,37
1829-36	6,9	8,21	6,52	5,02	5,71	6,35	6,35

Fonte: AESP, maços e mapas de população de Santos 1775, 1798, 1817 e 1836. Para São Paulo e suas regiões: LUNA, Francisco Vidal. *São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades – (1777-1829)*. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, tabela 1, pp. 339-340.

* Os anos seleccionados são para Santos 1775, 1798 e 1836. Já para São Paulo e as respectivas regiões, o intervalo é de 1777, 1804 e 1829.

Comparando os dados obtidos com o restante de São Paulo (tabela 25), confirma-se que o final do século XVIII foi muito significativo na população santista. Ali, o número de pessoas por domicílio era muito semelhante ao Oeste Paulista que estava em franca expansão da lavoura açucareira e, com isso, adquirindo muitos escravos. Contudo, a situação santista não era muito discrepante da presente no restante do Litoral paulista, favorecido, em parte, pela lavoura açucareira na região Norte. Nas demais regiões e no agregado, os índices pouco variaram, o que permitiu Luna entender que embora o tráfico de cativos tenha sido uma constante no período, “os percentuais de crescimento da população e dos fogos são praticamente idênticos.”³⁹⁹ De qualquer forma, o crescimento dos fogos em Santos proporcionou a diminuição da média de pessoas por domicílio nas primeiras décadas do século XIX, pois o Oeste Paulista, ainda com o desenvolvimento da lide açucareira, aumenta ainda mais o seu número e a vila santista não mais a acompanha.

Com isso, conclui-se que houve uma mudança no perfil de desenvolvimento da vila santista no período seleccionado. No primeiro momento, até o final do século XVIII, atraídos pelo florescente comércio alavancado pelo açúcar, houve um considerável

³⁹⁹ LUNA, Francisco Vidal. *São Paulo: População...*, pp. 340-341.

aumento das pessoas nos domicílios. Este crescimento, contudo, só refletiu no crescimento dos fogos mais adiante, a partir do final da segunda década do século XIX. Parte deste aumento pode ter sido causado por um aumento da média de escravos nos domicílios, o que veremos no capítulo a seguir. Contudo, também outra parte pode ser relacionada com o afluxo populacional que chegou a Santos, talvez, iniciando a vida ali como agregados aos domicílios existentes e só com o tempo, após processo de acumulação, conseguiu se estabelecer em fogo próprio – perfil coerente com o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas ao incremento do trato mercantil/portuário.

A partir daqui, para melhor estudar os domicílios santistas, vamos separá-los pela presença de cativos, a fim de aprofundarmos todas as características de ambos os grupos.

Domicílios escravistas

Gráfico 20: Domicílios de Santos divididos pela presença de cativos entre 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

O gráfico 20 apresenta a divisão dos domicílios santistas de acordo com a presença de cativos entre 1775 e 1836. Nota-se que, em termos gerais, há certa tendência ao equilíbrio entre os grupos. Em nenhum momento qualquer um deles atinge menos de dois quintos dos domicílios. Há certa variação ao longo do recorte proposto: os escravistas eram maioria em 1775, mas, em seguida, os não escravistas se tornam

ligeiramente superiores. Essa tendência mantida ao longo do período, com exceção ao ano de 1802, quando há quase um equilíbrio completo.

Gráfico 21: Percentual de domicílios escravistas em São Paulo dividida por 6 regiões, além de Iguape*, São Sebastião, Ubatuba** e Santos, entre os anos de 1777-1836*****

Fonte: para as 6 regiões da capitania/província de São Paulo, os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert *S. Evolução da Sociedade ...*, p. 148; para Iguape os dados foram obtidos de VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 36 e p. 40; para Ubatuba e a Velha São Sebastião os dados foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações...*, p.258;

* Para Iguape, somamos a freguesia de Xiririca;

**Para São Sebastião soma os dados de São Sebastião com os de Vila Bela a fim de que os dados pudessem ser iniciados a partir de 1778;

***O intervalo para Iguape é válido de 1801-1836; para a Velha São Sebastião e para Ubatuba de 1778-1836; por fim, para Santos, como já apresentado, 1775-1836.

Comparando estas informações com o restante da capitania/província (Gráfico 21), observamos que Santos, entre 1775 e 1836, possuía os maiores percentuais de domicílios escravistas em São Paulo. O litoral detinha os maiores índices de fogos com cativos na capitania e mesmo depois na província, sendo a região que sempre mantém valores acima da casa de 30%. O Oeste Paulista, tendo como base o desenvolvimento da atividade açucareira, somente atingirá este patamar no fim da segunda década do século XIX. Dentro do Litoral, é somente São Sebastião que consegue se aproximar dos dados de Santos, ultrapassando, no desenvolvimento de sua produção açucareira, realizada ao longo do final do século XVIII, o patamar de 40%.

A partir destes dados, tornamos a enfatizar que no último quartel do século XVIII, Santos já possuía muitos domicílios escravistas que atendiam, em parte, a lide agrícola e, em outra, às atividades relacionadas ao trato mercantil, ainda que este não tivesse sido afetado pelas medidas ilustradas, aumentando o comércio do açúcar e de abastecimento. Mesmo ao longo do período seguinte, diretamente relacionado às atividades portuárias, que envolviam uma enorme gama de atuações, como descrevemos no capítulo I, fazia-se com que um processo de acumulação ocorresse, sendo capaz de manter um elevadíssimo percentual de domicílios escravistas – o maior de São Paulo – sempre com 40% de escravos na população.

Não podemos deixar de realçar que a primazia santista de domicílios escravistas continua, mesmo nos momentos em que outras vilas litorâneas assumem importância por produtos agrícolas. Foi o caso de São Sebastião se destacando pela produção açucareira; Ubatuba, com a produção cafeeira; Iguape, com a rizicultura. Dessa forma, é possível entendermos que a feição comercial/portuária também gerava acumulação de riqueza, capaz, inclusive, de atingir cerca de metade dos domicílios santistas. Confirmaremos isso através do estudo da estrutura da posse de cativos no capítulo seguinte.

Tabela 26: Chefes de domicílios escravistas em Santos, divididos por sexo, entre 1775-1836

Chefes de domicílios escravistas	1775		1798		1802		1817		1836	
	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%
Homem	164	74,9	133	61,9	139	62,9	219	64,2	280	69,3
Mulher	55	25,1	82	38,1	82	37,1	122	35,8	124	30,7
Total	219	100	215	100	221	100	341	100	404	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

A tabela 26 demonstra que a maioria dos escravistas em Santos é de homens. Observa-se que, em termos gerais, nos domicílios escravistas os homens estão sempre com índice, no mínimo, superior a 60%, com pico de quase 75% em 1775. Enquanto as mulheres nunca atingem 40% e se sustentam na casa dos 30%, mantendo-se presentes em pouco mais de um terço dos domicílios.

Luna, ao estudar 25 localidades paulistas, detectou que:

“Os proprietários representavam um grupo essencialmente masculino, situação verificada sem alterações importantes no tempo e no espaço:

de modo geral os homens representavam cerca de 80% dos senhores, porcentual este ultrapassado no Oeste Paulista e Vale do Paraíba. Tal participação reproduzia-se entre os chefes de fogos e refletia um padrão daquela sociedade, fundamentalmente controlada por elementos de sexo masculino.”⁴⁰⁰

Ainda segundo o autor, o elemento masculino variava dependendo “do momento em que o processo de ocupação se situava, ou do eventual estágio da atividade econômica, os valores podiam apresentar divergências significativas.”⁴⁰¹

Para Bananal, área do Vale do Paraíba, no início da expansão da lavoura cafeeira, José Flávio Motta encontrou um aumento gradativo dos homens proprietários, uma vez que em 1801 eles correspondiam a 84,1%, em 1817 a 87,6% e em 1829 a 88,7%. O autor avalia que há um número crescente de mulheres proprietárias, em termos absolutos, mas declinou na participação relativa das escravistas, como notamos a partir dos índices acima.⁴⁰²

Para o litoral Norte, Fernández não encontrou um padrão diferente e nem tendências de mudanças. O percentual encontrado oscila entre 76% e 85%, e “não se notam nesses dados tendências definitivas quanto a mudanças na participação, nem padrões diferenciados em nenhuma das vilas estudadas”.⁴⁰³

Por fim, Valentim, para Iguape e Xiririca, encontra uma participação masculina, em geral, sempre maior que 80, sobretudo, na freguesia de Xiririca. A única exceção é a década de 30 do século XIX onde as proprietárias superam 20%. A explicação dada é a de que “a maior presença de escravistas do sexo feminino em Iguape provavelmente guarda associação com o maior desenvolvimento urbano da vila: praticamente metade delas, em 1836, residia na vila de Iguape.”⁴⁰⁴

Nesta perspectiva, o perfil de Santos indica que as atividades em torno do comércio portuário manteve, em larga medida, uma grande disseminação do uso da mão-de-obra cativa, embora permitisse que as mulheres atuassem com expressiva participação neste grupo. Portanto, as atividades que elas desempenhavam em torno do porto e do trato mercantil faziam também com que elas conseguissem obter a tão almejada compra de um ou mais cativos capazes de ajudar nas atividades em que se

⁴⁰⁰ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 348.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰² MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, p.115.

⁴⁰³ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, p. 275.

⁴⁰⁴ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 139.

envolviam. Desde costureiras, que compunham importante parcela das atividades santistas, a várias outras atividades artesanais, ou até vendedoras no comércio de rua, estas mulheres acabavam por conseguir adquirir escravos – evidenciando um processo de acumulação de riqueza.

Santos era uma das mais urbanas vilas de São Paulo – com o mais importante porto da capitania/província. No aspecto do uso da mão-de-obra cativa, no geral, estava próximo do Rio de Janeiro, mesmo que o volume de negócios e a quantidade geral de população fosse muito discrepante, possuindo por volta de 46% de cativos em sua população em 1821. Em Salvador, na Bahia, até meados do século XIX, 75% da população urbana era de cativos.⁴⁰⁵

Contudo, vale destacar a importante discussão das implicações sociais do desenvolvimento urbano, sobretudo do papel das mulheres, justamente para reforçar a insuficiência de pensar esta sociedade somente a partir do modelo patriarcal elaborado por Gilberto Freyre.⁴⁰⁶

No crescimento de urbanização de São Paulo ao longo do século XIX, as mulheres estavam inseridas em um contexto em que, segundo Dias:

“a cidade mais inchava que crescia, multiplicando a pobreza, uma disponibilidade estrutural de mão-de-obra; mulheres pobres, sós, chefes de família, viviam precariamente de trabalho temporário, antes como autônomas do que como assalariadas. A sua integração na sociedade paulista envolve mais o estudo de formas sociais provisórias, intermediárias, do que propriamente de participação no processo produtivo.”⁴⁰⁷

Processo que envolvia:

“a multiplicação de mulheres pobres, escravas e forras, sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante, faz parte da consolidação da economia escravista de exportação e do processo, concomitante, de concentração das propriedades e da renda.”⁴⁰⁸

Eni de Samara Mesquita pesquisa a dimensão das mulheres chefes de domicílios no Brasil entendendo que “saber do que se ocupavam essas mulheres, do seu *status* na sociedade, é reconhecer um pouco mais o seu papel histórico e a sua condição de vida no passado.” Sobretudo, porque:

⁴⁰⁵ Apud: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *op. cit.*, p. 121.

⁴⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 47 ed. 2v. São Paulo: Global, 2003.

⁴⁰⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *op. cit.*, p. 15.

⁴⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

“Rever imagens e revelar outras significa sem dúvida romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo. Sob esse ponto de vista, a inserção das mulheres no mundo do trabalho e no espaço público incide diretamente no papel que era reservando aos sexos na sociedade brasileira. No âmbito doméstico altera a rigidez dos modelos impostos e tidos como válidos para toda a sociedade, esquecidas as variações regionais e temporais, fundamentais para se entender um país como o Brasil. As hierarquias são outras e podem ser entendidas como uma reversão da ordem ou apenas mais um dos mitos que necessariamente devem ser rompidos, num confronto entre imagem e realidade.”⁴⁰⁹

Seguiremos, então, procurando contribuir com esta importante necessidade de compreender o papel das mulheres na sociedade colonial brasileira, verificando a situação matrimonial, a idade e a cor dos e das que chefiavam domicílios – e no capítulo seguinte fechar o tema das características da posse.

Tabela 27: Chefes de domicílios escravistas em Santos, divididos por sexo e situação matrimonial, entre os anos de 1775-1836

		1775		1798		1802		1817		1836	
Chefes de domicílios escravistas	Condição	nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%
Homens	Solteiros	29	17,7	34	25,6	40	28,8	62	28,3	82	29,3
	Casados	112	68,3	69	51,9	79	56,8	134	61,2	174	62,1
	Viúvos	10	6,1	19	14,3	20	14,4	21	9,6	24	8,6
	Sem descrição	13	7,9	11	8,2			2	0,9		
	Total	164	100	133	100	139	100	219	100	280	100
Mulheres	Solteiras	13	23,6	31	37,8	34	41,5	59	48,4	51	41,2
	Casadas	2	3,6	4	4,9	5	6,1	7	5,7	7	5,6
	Viúvas	22	40	41	50	43	52,4	56	45,9	66	53,2
	Sem descrição	18	32,8	6	7,3						
	total	55	100	82	100	82	100	122	100	124	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

⁴⁰⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX**. In: *História São Paulo*, Editora UNESP, v12, 1993, p. 50 e p. 59. Para uma completa análise da historiografia acerca do tema veja-se: SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003, especialmente a Parte I.

Gráfico 22: Percentual de chefes de domicílios escravistas em Santos, divididos por sexo e situação matrimonial, entre os anos de 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

A tabela 27 analisa os domicílios escravistas santistas divididos por sexo e pela situação matrimonial.⁴¹⁰ Para facilitar a observação ao longo do tempo, o gráfico 22 apresenta a linha de evolução dos percentuais para o recorte proposto. Tanto para os homens como para as mulheres há uma tendência de crescimento dos domicílios escravistas. Especificamente quanto aos homens, observa-se que os casados sempre foram o principal grupo em Santos, apesar de certa oscilação na virada do século XVIII para o XIX. Eram os casos de André de Souza, branco, com 50 anos, casado com Anna Maria de 44 anos e vivendo com seis filhos, quatro sobrinhos agregados, um escravo seu e cinco escravos dos seus sobrinhos. Trabalhava como mestre da capela e em sua agencia de pintor.⁴¹¹ Também era a condição de Adão João da Cunha, branco, natural da Alemanha, negociante, que possuía carro de 4 rodas para condução de madeira, com 33 anos de idade, casado com Catherina Cunha, também alemã, tendo outro casal alemão de agregados e 5 escravos.⁴¹² Por fim, de João Correia de Oliveira, branco, capitão de

⁴¹⁰ Há de se ter em vista uma importante limitação no maço de população do ano de 1775, principalmente para as mulheres. A fonte não apresenta a situação matrimonial de 7,9% dos casos de proprietários masculinos e 32,8% dos femininos. Com isso, verifica-se que um terço dos casos femininos deste ano estão indeterminados.

⁴¹¹ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 139.

⁴¹² AESP, maço de população de Santos de 1836, quarteirão 6, fogo 61. Interessante notar que os nomes alemães devem ter sido portugueses.

ordenanças, ocupando-se em lavouras, natural do Porto, 66 anos, casado com Dona Margarida da Motta de 70 anos, e vivendo com sua filha Maria Roza e 42 escravos.⁴¹³

Os solteiros, por sua vez, apresentam comportamento diferente: há entre eles um crescimento substancial no último quartel do século XVIII, já que deixam de representar 17,7% para alcançar a marca de mais de um quarto dos fogos (25,6%). Ao longo das três décadas do século XIX, os solteiros possuem tendência à estabilização, aumentando em índice limitado e quase alcançando um terço dos domicílios. Eram os casos de: Manoel de Lima, natural da cidade do Porto, branco e solteiro, que vivia como Latoeiro, tendo uma escrava e uma agregada em seu convívio⁴¹⁴; Antônio de Moura, mulato, solteiro, carpinteiro, que vivia com sua mãe, sua irmã, 3 agregados e seus 5 cativos⁴¹⁵; e Caetano Francisco, mulato e solteiro, que vivia de suas agências, com suas 3 irmãs, seus 6 agregados e uma escrava.⁴¹⁶

Por fim, os lares chefiados por viúvos dobraram de importância no último quartel do século XVIII: de 6,1% para 14,3%. Esse indicador se mantém nos primeiros anos do século XIX, mas perde vigor e encontra uma tendência decrescente, sempre em torno de um décimo. Citam-se os casos de: Bernardo Antonio Vieira Barbosa, branco e viúvo, com 60 anos, major e negociante, residente com seus 3 filhos, 4 sobrinhos e 21 cativos⁴¹⁷; também o de Salvador Pires, mulato e viúvo, com 72 anos, vivendo de sua roça com 5 escravos.⁴¹⁸

Em resumo, quanto aos homens escravistas, verificamos que a partir do século XVIII os solteiros e os viúvos são os que adquirem maior crescimento, mas sempre com a maior parte do grupo sendo dos casados. De qualquer forma, a historiografia mostra que adquirir um escravo era um ciclo de acumulação.⁴¹⁹ Ainda que parte destes solteiros possam ter se achegado a vila de Santos e lá adquirido cativos, a tônica era a aquisição ao longo da vida – análise que se confirmará com o perfil das idades dos escravistas mais adiante.

⁴¹³ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 157.

⁴¹⁴ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 367.

⁴¹⁵ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 35.

⁴¹⁶ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 51.

⁴¹⁷ AESP, maço de população de Santos de 1836, quarteirão 1, fogo 37.

⁴¹⁸ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 408.

⁴¹⁹ Veja-se o artigo: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A escravidão miúda...**

Quanto às mulheres proprietárias, somente entre os poucos casos de casadas há certa tendência de manutenção do seu índice em torno de 5%.⁴²⁰ Da observação dos

⁴²⁰ Os casos listados são os seguintes: Em 1775, eram os casos de Dona Monica Maria, casada com seu marido ausente por ser militar, vivendo dos soldos de seu marido, além de um sítio produtor de farinha, feijão, arroz, amendoim e milho, com seus 16 escravos e mais um de sua irmã, além de seus cinco filhos, duas irmãs, uma exposta e três agregados. E de Ana Francisca de Moraes, casada com marido ausente, com seus 54 anos, vivendo com seu sítio produtor de farinha tendo o apoio de 1 escravo e a companhia de seu filho Valério de 10 anos. AESP, maço de população de Santos de 1775, respectivamente fogos 11 e 212. Em 1798, eram os casos Dona Anna Maria Cardoza, branca, mulher do Sargento Mor comandante da Praça, fatalmente ausente em missão militar, branca e casada, vivendo do soldo de seu marido, com seus 10 escravos e 2 agregados. Ou de Dona Josefa Maria Ferreira, branca, casada com marido ausente em São Paulo (levando dois de seus filhos), sem menção de sua idade, vivendo com seus 4 outros filhos e seus 25 escravos. Ou mesmo de Gertrudes de Almeida, branca, casada com marido ausente, com seus 45 anos, vivendo de suas costuras e do jornal de seus 3 escravos, além de ainda conviver com duas agregadas. Já Francisca Maria dos Anjos também era branca, casada com marido (Tenente do Regimento) ausente em São Paulo, com seus 34 anos, vivendo da assistência do seu marido tenente e do jornal de seus 4 escravos, além de conviver com seus 3 filhos, seu irmão, e um agregado. AESP, maço de população de Santos de 1798, respectivamente fogos 11, 12, 190 e 193. Em 1802, mantinha-se o caso de Dona Jozefa Maria Ferreira, revelando-se que era natural de Santos e aqui com 44 anos, sem menção alguma a seu marido, com os mesmos 4 filhos, contudo, com 6 escravos a menos, pois totalizam agora 19 – e estavam empregados em sítio para o sustento da família. Mantinha-se ainda nesta situação Dona Francisca Maria (aqui sem o sobrenome dos Anjos), agora com o nome de seu marido anunciado (Antonio Bueno) apesar de novamente ou ainda estar em São Paulo, recenseada agora com 42 anos, natural da vila de Santos, vivendo com uma filha a mais (portanto, com 5 filhos agora), o mesmo agregado, com um escravo a menos (portanto, com 3 agora) e ainda descrita como “alimentace com a asistencia que lhe dá seu marido”, mas sem a presença do jornal dos escravos, apesar de ainda possuir 3. Havia ainda Margarida, também natural de Santos, branca, casada com seu marido “auzente a tempos”, com 49 anos, vivendo com sua mãe, 3 filhos e uma sobrinha, um agregado e uma escrava ocupando-se em agências. Lá também estava Dona Joana Maria Buena, natural de Santos, branca, com seu marido ausente em São Paulo, com seus 40 anos, vivendo com seus 5 filhos e 7 escravos e a ocupação do fogo descrita como “alimentasse com a assistência que lhe faz seu marido”, mesmo com os 7 escravos lá... Por fim, Roza Maria do Bom Sucesso, também natural de Santos, branca, com marido ausente e 47 anos de idade. Vivía com seus 10 escravos ocupando-se em lavoura com produção de arroz e café. AESP, maço de população de Santos de 1802, respectivamente fogos 21, 171, 62, 70, 188. Em 1817, eram os casos de Roza Maria (apesar da semelhança do nome com o de Roza Maria do Bom Sucesso, não deve ser a mesma pessoa, pois as idades são muito distintas – passaria de 47 para 29 anos), branca de 29 anos, vivendo de lavoura com sua mãe, 2 filhos, 6 escravos, uma pessoa no mesmo fogo e com um agregado. Ou mesmo de Anna Maria, branca de 43 anos, era rendeira e vivia com seus 4 filhos, 2 escravos e uma agregada, além de um homem no mesmo fogo. Ou ainda Gertrudes Afra, a primeira parda que temos notícia, com 38 anos de idade, vivia de ser costureira, com seus 3 filhos, uma escrava e 3 agregados. Como também Leonor Caetana, branca com 50 anos de idade, vivendo de costuras e com 1 escravo. Da mesma forma estava Dona Anna, branca, com seus 32 anos, vivendo de costuras com seus 2 filhos e 2 escravos. Por fim, Maria Thereza, branca de 57 anos, vivendo de costuras com sua filha e uma escrava. AESP, maço de população de Santos de 1817, respectivamente, rua 6, fogo 11, 46 e 48, rua 17, fogo 7, rua 19, fogo 8 e rua 21 fogo 23. Quanto ao ano de 1836, eram os casos de Margarida Joaquina, brasileira, parda, com seus 31 anos de idade, vivendo de agência com seu filho e uma escrava, expressamente descrita como “não vive com seu marido”. Da mesma forma o de Anna Alixandrina, nacional, parda, também com 31 anos de idade, vivendo, da mesma forma de agência, com sua filha, uma agregada e uma escrava. Ou ainda também o de Maria Angelica Fogaça, nacional, também parda, com 50 anos de idade, e três cativos também vivendo de agência. Ainda entre as que viviam de agência, estava Anna Tereza Pissarro, também branca e natural de Santos, com 44 anos de idade, atuando em agencia, vivendo com seus 2 filhos e 7 escravos. Por outro lado, estava as que viviam da terra como a lavradora Magdalena Ricarda, branca, brasileira, com 41 anos de idade, vivendo com dois agregados e 14 escravos. Como também lavradora, havia Emerenciana Juzuina, natural de Santos, branca, com 40 anos de idade, vivendo com suas duas filhas e 6 escravos, além de 3 agregados em que arrendava parte do sítio. Assim, por fim, também estava outra envolvida em atividade agrícola, quase homônima da anterior, Emerenciana Jesuina Barbosa, natural de Santos, branca, com seus 45 anos de idade, vivendo com 2 filhos e 6 escravos. AESP, maço de população de Santos de 1836, respectivamente,

casos, nota-se que eles não se mantêm ao longo do tempo. Mesmo no curto intervalo de 1798 e 1802, identificamos somente duas mulheres ainda casadas e de maridos ausentes. Os casos do final do século XVIII e início do século XIX parecem denotar uma ausência temporária de maridos. Algumas, inclusive, por motivos militares provavelmente, por estarem envolvidos com os conflitos do Sul. Ressalta-se, contudo, que em 1836, há informação de mulheres que simplesmente não vivem com seus maridos e da variação de duas áreas de atuação: agências ou lavoura, ou seja, mulheres casadas sem a presença de maridos podiam estar tanto no meio urbano, com as agências, como no meio rural, como lavradoras. Por fim, o número de pardas casadas com maridos ausentes surge em 1817 e ganha ímpeto em 1836 – provavelmente como parte do reflexo do aumento deste grupo como um todo.

As viúvas, no último quartel do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX se tornam a maioria das escravistas de Santos, passando de 40% para 52,4%. Contudo, deixam esta condição nas primeiras décadas do século XIX, retomando-a na década seguinte. Era o caso de Maria Ignácia, branca, de 50 anos, que vivia de sua agência com dois filhos e uma escrava.⁴²¹ Também o de Dona Gertrudes Maria de Jezus, natural de Santos, branca, com 30 anos, que morava com 4 filhos e 17 escravos, ocupando-se em vendas e costuras, além de seus escravos em ganharem jornal.⁴²² Por fim, de Generosa Maria, parda, natural de São Sebastião, com 23 anos, que residia com uma agregada e uma escrava, tendo como ocupação ser negociante.⁴²³

Por fim, em movimento contrário, as solteiras demonstram um crescimento contínuo, dobrando sua participação, desde o final do século XVIII até as duas primeiras décadas do século XIX. Nesse período superam a participação das viúvas, passando de 23,6% em 1775 para 48,4% em 1817. A partir disso, apesar de enfrentarem um ligeiro decréscimo, mantêm a importância de dois quintos das escravistas, já que em 1836 representavam cerca de 40,8%. Eram os casos de: Joaquina Dionisia, parda, natural de São Paulo, com 46 anos, vivendo de seu negócio e dos aluguéis de suas casas, com três agregadas de São Paulo e uma escrava⁴²⁴; Anna Francisca da Graça, de 42

distrito 1, quarteirão 3, fogo 23, quarteirão 7, fogos 10 e 14, distrito 2, quarteirão 6, fogo 13, distrito 1, quarteirão 8, fogo 24, distrito 1, quarteirão 1, fogo 11, distrito 2, quarteirão 1, fogo 28.

⁴²¹ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 21, fogo 26.

⁴²² AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 22.

⁴²³ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 6, fogo 24.

⁴²⁴ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 9, fogo 5.

anos, vivendo da produção de arroz e café com 8 escravos⁴²⁵; Brigida Maria de Francisca, natural da vila de São Vicente, branca, com 45 anos, que morava com duas irmãs, 5 crianças agregadas e 12 escravos, tendo como ocupação agências.⁴²⁶

Em resumo, as mulheres escravistas apresentam tendência de crescimento para as solteiras, quase que dobrando seu percentual no final do século XVIII e alcançando dois quintos das escravistas e, em 1817, atingindo a maior parte do grupo. Já as viúvas são as grandes responsáveis pelo outro lado das escravistas que, em geral, estão propensas à metade do total. As casadas são sempre um diminuto grupo sem padrão específico.

Comparando estes resultados com o restante da capitania/província de São Paulo, retomamos Luna:

“No caso das proprietárias, as viúvas perfaziam a metade, as solteiras cerca de 35% e as casadas participavam com porcentual entre 10% e 15%. No segmento masculino, os casados respondiam por mais de 80%, os viúvos por menos de 7% e os solteiros por aproximadamente a décima parte.”⁴²⁷

Já para o Litoral Norte, Fernández apresenta os dados sem divisão entre sexo. Encontra “o predomínio constante dos casados”, entre 58-73%. Apesar de algumas oscilações entre solteiros e viúvos, os solteiros teriam um intervalo entre 8 e 17% e os viúvos entre 15-25%. A única menção às mulheres aqui é dada pela constatação de que “as mulheres via-de-regra apenas poderiam sê-lo [chefes de domicílios] se fossem solteiras ou viúvas”.⁴²⁸

Quanto a Bananal, Motta também verifica um predomínio contínuo entre os casados na quase totalidade dos domicílios masculinos em 1801 (94,6%); em pouco mais de um quarto em 1817 (76,4%); e retornando a valores ainda mais elevados em 1829 (82,7%). Já os solteiros aumentam entre 1801 e 1817, saindo de 5,4% para 16%, mas diminuem em 1829 para 12,1%. Por fim, os viúvos que inexistiam em 1801, compunham 8% e 5% nos dois anos seguintes. Já para as escravistas, as viúvas sempre são mais de três quartos: 85,7% em 1801, 93,3% em 1817 e 77,3% em 1829.

As solteiras possuem um aumento progressivo: inexistiam em 1801, passam a 6,7% em 1817 e alcançam 13,6% em 1829. Em termos absolutos, passam de 1 caso para

⁴²⁵ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 204.

⁴²⁶ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 175.

⁴²⁷ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 348.

⁴²⁸ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, pp. 275-278.

3. Nada muito distante das casadas que eram 14,3% em 1801, não aparecem em 1817, e surgem novamente em 1829 com 9,1%, mais uma vez, em termos absolutos, era 1 caso e depois passam a 2, apesar da queda de importância.⁴²⁹

Por fim, para Iguape, Valentim avalia que casados e viúvos superavam o patamar de 85%. Em geral, eram seguidos pelos solteiros, exceção feita à 1801, quando os viúvos os superam. Já para as proprietárias, as viúvas eram as que representavam 80% das escravistas, especialmente em Xiririca, onde eram praticamente a totalidade, pois em Iguape eram cerca de três quartos, complementados com “uma pequena parcela de escravistas solteiras.” Assim, o autor aponta a conclusão de que:

“Em Iguape notamos algumas diferenças em relação às demais localidades, como a maior participação dos solteiros e a menor parcela de casados. Entre as mulheres, as viúvas representavam sempre mais de dois terços dos casos, além da quase ausência absoluta de escravistas casadas. Na freguesia, se entre os homens a participação dos casados superava o valor médio observado por Luna, as viúvas respondiam praticamente pela totalidade da pequena quantidade de escravistas registradas lá.”⁴³⁰

Há de se ter em vista, desta forma, a importância do peso relativo dos solteiros e solteiras, proprietários em Santos, com índices ligeiramente superiores ao do restante da capitania/província de São Paulo, especialmente do Litoral Norte, Iguape ou mesmo de Bananal, regiões que, de alguma forma, ao longo deste recorte, participam de atividades agrícolas importantes. Com isso, tanto para parte dos homens como para parte das mulheres, é possível verificar a perspectiva de um processo não tão recente de chegada à vila portuária – entre os solteiros e as solteiras – apesar de já conseguirem adquirir cativos, processo especialmente frequente entre as mulheres escravistas. Quanto a estas, ou estavam neste processo recente na vila, ou em idade avançada, ficando responsáveis por cuidar do lar, onde adquiriram cativos junto com seus maridos. Estas hipóteses serão confirmadas a seguir com a análise da idade destes proprietários.

⁴²⁹ MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, p.116, dados da tabela III.2.

⁴³⁰ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 140.

Gráfico 23: Evolução de faixas de idade dos chefes de domicílios proprietários de escravos em Santos, entre 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tal perspectiva é aprofundada a partir do gráfico 23, analisando a evolução das faixas de idades dos proprietários de escravos em Santos entre 1775-1836. No geral, nota-se um crescimento substancial das faixas de idades de até 59 anos e um crescimento dos mais jovens, de até 29 anos, justamente nas duas primeiras décadas do século XIX, momento do maior crescimento populacional em Santos. As três faixas intermediárias (de 30 até 39 anos) são as que mais crescem. Está em consonância com a dinâmica básica, já mencionada, de que a aquisição de cativos era uma dinâmica conseguida ao longo da vida. Por sua vez, a queda dos mais velhos, acima de 60 anos, confirma as análises anteriores para um novo perfil de proprietários de escravos desde, ao menos, as primeiras décadas do século XIX, quando a vila de Santos configura-se em uma vila voltada ao trato mercantil/portuário. Portanto, o seu envolvimento na dinâmica do exportar e abastecer permite um processo de acumulação de riquezas mais rápido, demonstrando a importância fundamental deste contexto para uma nova configuração do principal porto paulista.

Gráfico 24: Proprietários de escravos em Santos e na Capitania/Província de São Paulo, divididos por faixa etária, entre 1775-1836*

Fonte: Para Santos, AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

Para São Paulo: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 349-350, tabela 3.

* Os anos selecionados são diferentes entre São Paulo e Santos. Para São Paulo são 1777, 1804 e 1829. Já para Santos, são 1775, 1802 e 1836.

O gráfico 24 compara os resultados obtidos pelos escravistas santistas com o restante de São Paulo. Luna, ao avaliar estes dados paulistas, argumenta que os proprietários de ambos os sexos apresentavam uma idade média elevada, sendo que as mulheres, por serem a maioria viúvas, mostravam-se ainda mais envelhecidas. Contudo, ainda para os dois sexos, verifica-se uma queda relativa nas faixas etárias ao longo do período estudado. A explicação do autor é de que:

“Como provavelmente parte do crescimento populacional em São Paulo no período fez-se pela imigração, os resultados parecem indicar

que a idade média dos imigrantes, com escravos ou recursos para adquiri-los, situava-se provavelmente abaixo da média dos já residentes. Aliás, o processo pode ter influenciado o próprio percentual de casados entre os homens proprietários, que apresentou gradativa queda ao longo do período de estudo.”⁴³¹

Ao contrapor os dados de Santos com a análise de São Paulo, observamos que a estrutura etária dos escravistas santistas no último quartel do século XVIII era consideravelmente superior ao restante de São Paulo, já que mais da metade do grupo estava concentrado a partir dos 50 anos. A situação pouco se altera no início do século XIX, apesar da capitania apresentar tendência de crescimento dos proprietários mais jovens, de até 29 anos. Contudo, a perspectiva de Santos será completamente revertida para as primeiras décadas do século XIX: como visto, aqui há uma considerável propensão ao crescimento dos escravistas mais novos, sobretudo, até 29 anos. Neste grupo específico, inclusive, é bastante diferenciado do restante de São Paulo.

Todavia, apesar de ainda existir uma diferenciação considerável entre os escravistas de Santos e o restante de São Paulo na década de 30 do século XIX, não deixa de ser bastante interessante retomar a observação da chegada de imigrantes para São Paulo, apontada por Luna, a fim de reforçar a importância do contexto do desenvolvimento comercial de Santos, gerado pela atividade açucareira. Portanto, através desta comparação, é possível entender que, mesmo este contexto, contudo, ainda não foi capaz de fazer com que um bom grupo já bastante arraigado na vila santista pudesse ser sobrepujado por mais jovens.

Se considerarmos ainda os dados de Bananal, justamente no contexto de desenvolvimento da produção cafeeira, no qual Motta encontrou para os proprietários homens com idade inferior a 30 anos o percentual de 13,5% em 1801, 22,6% em 1817 e 15,6% em 1829, verificaremos índices muito superiores que os de Santos, até mesmo, quatro vezes maior em 1817. O autor, em linha semelhante à de Luna, compara assim estes índices:

“É possível que a maior importância relativa dos escravistas mais jovens em 1817 *vis-à-vis* 1801, e novamente a diminuição naquela importância em 1829, reflitam a evolução populacional e o desenvolvimento econômico de Bananal nas décadas iniciais do século passado. Quanto à evolução populacional, a localidade estudada, muito embora constitua, nos três anos selecionados, uma população aberta, apresenta-se claramente como pólo de atração

⁴³¹ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 349.

demográfica entre 1801 e 1817, caráter esse que, ao que parece, atenua-se entre 1817 e 1829. Talvez o afluxo populacional direcionado para Bananal entre os dois primeiros anos referidos privilegiasse em certa medida os elementos mais jovens, iniciando sua vida adulta – ou há pouco tendo nela adentrado – em uma região de povoamento relativamente recente.”⁴³²

Assim, a atração da feição mercantil/portuária de Santos, gerando enriquecimento, demonstrado através da posse de cativos, deve ser vista como um processo que não deixou de ter a participação daqueles que já estavam arraigados na vila. Assim, este processo de homens e mulheres acumulando riquezas em Santos foi compartilhado por aqueles que já residiam lá, mesmo que uma mudança em curso passe a ser revelado nas primeiras décadas do século XIX.

Tabela 28: Naturalidades dos chefes de domicílios escravistas em Santos, nos anos de 1802 e 1836

Domicílios escravistas	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total
1802 Nº de dom.	21	148	50		2	221
%	9,5	67	22,6		0,9	100
1836 Nº de dom.	155	131	91	16	11	404
%	38,4	32,4	22,5	4	2,7	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

Nesse sentido, a análise das naturalidades dos chefes de domicílios escravistas de Santos (tabela 28)⁴³³, existentes para os anos de 1802 e 1836, comprova a perspectiva da atração de migrações do porto santista nas primeiras décadas do século XIX, que foi gerada pelo desenvolvimento portuário a partir do comércio açucareiro. Os naturais de Santos deixam de ser dois terços dos escravistas para se tornarem um terço. Os portugueses mantêm sua importância relativa em torno de pouco mais de um quinto dos chefes escravistas de Santos. São os brasileiros os que mais crescem na vila, deixando de serem menos de um décimo para se tornarem mais de um terço. Por fim, em 1836, surgem alguns casos de estrangeiros na vila. Portanto, estes brasileiros devem ser os responsáveis pelo processo em curso dos proprietários de cativos com perfil cada vez mais jovem. Isso indica uma significativa perspectiva de migração dos que se viam

⁴³² MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, pp.118-119.

⁴³³ As naturalidades do ano de 1836 surgem, em grande medida, com a designação “Brasileiro” ou “Brasileira” ou “Nacional”. Neste sentido, entendemos não serem naturais de Santos, já que há também a inscrição “Santos” em outros fogos.

atraídos pelo desenvolvimento do mercado açucareiro que ampliava a perspectiva da dinâmica do exportar e abastecer.

Gráfico 25: Percentual de chefes de domicílios escravistas de Santos, divididos por cor, entre os anos de 1798-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para finalizar a análise dos chefes de domicílios escravistas em Santos, resta-nos observá-los a partir de sua cor e ocupação. Vale lembrar que o maço de 1775 não levanta a primeira, o que justifica o fato de o estudo ser feito somente a partir de 1798.

O gráfico 25 apresenta os fogos escravistas. Verifica-se que praticamente não há alteração do peso de cada um dos grupos desde o final do século XVIII até a terceira década do século XIX. Os brancos são sempre a grande maioria: quatro quintos dos domicílios. O último quinto que sobrava praticamente se restringia aos pardos.

Luna encontrou para a capitania/província de São Paulo os brancos com uma predominância de 95% em 1777, 1804 e 1829. Os poucos pardos atingem 5% dos domicílios em 1804 e 1829. Como se vê, restava pouquíssimo aos negros (cerca de 0,5% dos senhores).⁴³⁴

O autor ainda apura dados para Santos nesta perspectiva. Aqui encontra entre os brancos uma redução contínua de seu percentual: 97,4% em 1777, 83,8% em 1804 e 73,9% em 1829. E os pardos eram a grande maioria dos não brancos.⁴³⁵ Como visto, não encontramos este mesmo movimento, o que pode simplesmente demonstrar certa

⁴³⁴ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 350.

⁴³⁵ Idem, p. 351.

oscilação ao longo dos anos e, como hipótese, mudança na observação do recenseador em torno da cor do proprietário.

Vejamos ainda as regiões de Iguape, Litoral Norte, e Bananal no mesmo período. Valentim encontrou índice sempre em torno de 95% de chefes escravistas brancos para Iguape.⁴³⁶ Fernández observa, no Litoral Norte, um “evidente predomínio dos brancos”, já que eram entre 88-99% dos escravistas. Situação especialmente estampada em Ubatuba, onde os brancos eram sempre 95% ou mais.⁴³⁷ Por fim, para Bananal, Motta também encontra o dado de 90% ou mais de brancos escravistas.⁴³⁸

Desta forma, verifica-se que Santos, entre 1775-1836, apesar de também possuir um grande predomínio dos escravistas brancos, apresenta índices consideravelmente menores do que o restante da capitania, comparado, inclusive, a regiões com importante desenvolvimento de atividades agrícolas. Portanto, retomando dados apresentados no capítulo anterior, a elevada participação de pardos na população santista, que atinge cerca de um terço da população total, refletia-se em um perfil diferenciado até mesmo na composição da chefia dos fogos que conseguiram possuir escravos em Santos. Isso, fundamentalmente, devido à elevada quantidade de atividades que poderiam ser desenvolvidas em torno do trato mercantil/portuário cada vez mais importante.

Tabela 29: Domicílios chefiados por pardos em Santos, divididos pela presença de mão-de-obra cativa, entre 1798-1836

	1798		1802		1817		1836	
	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%
Com escravos	33	22	44	28	60	24	70	28
Sem escravos	117	78	116	73	186	76	183	72
Total	150	100	160	100	246	100	253	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

A tabela 29 aprofunda a análise dos chefes de domicílios pardos ao dividi-los pela presença de cativos. Observa-se que, ao longo do final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, a proporção, que praticamente se mantém, de fogos chefiados por pardos que conseguem adquirir cativos é de 1 em cada 4 lares. Esse dado não deixa de saltar aos olhos, pois Luna e Klein encontraram um padrão de que 94%

⁴³⁶ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 144.

⁴³⁷ FÉRNANDEZ, Ramón Vicente García. *Transformações...*, pp. 278.

⁴³⁸ MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, p. 121.

dos domicílios chefiados por pardos ou negros não possuíam escravos. Inclusive, associam como “um dos legados da escravidão”, já que “claramente, quando obtiveram a liberdade, a maioria das pessoas livres de cor possuía níveis iniciais de poupança muito mais baixos do que a maioria dos brancos ao começar a vida.”⁴³⁹

Gráfico 26: Percentual de chefes de domicílios escravistas de Santos, divididos por sexo e cor, entre os anos de 1798-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

A fim de dialogarmos com as interpretações dos autores, ou seja, confirmarmos a importância da alforria, típica para elementos femininos, vejamos a divisão dos domicílios escravistas por sexo e por cor (gráfico 26). Contudo, deve-se ter em vista que o estudo só estará completo com a mesma visão também nos lares sem escravos – assunto para a segunda parte deste capítulo.

Entre os homens escravistas, os brancos são sempre mais de quatro quintos e os pardos nunca chegam a alcançar um quinto. Contudo, entre as mulheres, as pardas representam um peso relativo ligeiramente maior que os pardos, já que se mantém na chefia de um quarto dos domicílios. A diferenciação vista entre 1798 e 1802 parece ser muito mais um problema da descrição do recenseador do que uma mudança no perfil de Santos, pois as pardas escravistas deveriam quase que duplicar sua participação em um intervalo curtíssimo de tempo. De qualquer forma, percebe-se que, na condição de pardo, eram as mulheres que mais obtinham acesso à mão-de-obra cativa entre os fogos de seu gênero. O que não deixa de ser bastante significativo: estas mulheres, ao se

⁴³⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução...*, p.209.

envolverem nas mais diversas atividades em torno do porto e do trato mercantil, conseguiam acumular mais riquezas – alcançando, assim, a compra do tão almejado cativo.

Gráfico 27: Percentual de chefes de domicílios escravistas de Santos chefiados por pardos, divididos por sexo e situação matrimonial, entre os anos de 1798-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Resta-nos aqui ainda observar a condição dos pardos e pardas chefes de domicílios escravistas em Santos pelo matrimônio, a fim de identificarmos qual seria o momento de vida em que estes chefes se constituíam em Santos e a possível relação deles com o padrão de alforrias. Verifica-se (gráfico 27) que, entre os homens, os pardos casados são sempre mais que a metade dos domicílios, os solteiros eram em torno de um quarto ou um quinto e os viúvos a rodear um décimo.

Um dos curiosos casos de pardos chefes de domicílios era o de Joaquim Gomes do Amparo que em 1802 era recenseado como natural da vila de Santos, com 49 anos, casado, vivendo do seu ofício de alfaiate com a ajuda de um escravo.⁴⁴⁰ O interesse no caso reside em um processo que sua esposa desenvolveu no ano de 1814.⁴⁴¹ Já viúva, Maria Ignacia do Espírito Santo revela espaços de sociabilidade da sociedade santista.⁴⁴² Conta a autora do processo crime que estava na casa de José Gomes de Godoy no dia 31

⁴⁴⁰ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 326.

⁴⁴¹ O processo foi transcrito por Costa e Silva Sobrinho e está presente na Fundação Arquivo e Memória de Santos (doravante FAMS), na coleção que leva o nome do autor (doravante CCSS), volume 45.

⁴⁴² Uma limitação para esta análise foi a impossibilidade de encontrar Maria Ignácia do Espírito Santo em qualquer outro maço de população de Santos.

de março de 1813 pelas 8 horas da noite, juntamente com o dono da residência e outras pessoas, “em conversa mansa e passífica” e começaram a “matraquear [...] sobre humas diferenças [...] que teve na sua casa com outra pessoa” quando o meirinho da Alfandega, Luiz Pereira de Almeida, se levantou e a chamou de “Putá-Reles”. Maria Ignacia respondeu que:

“por serem palavras tais que ainda que ella fosse, certamente não se lhe devia botar em rosto; lhe respondeu que ele dito Luis lhe não devia chamar de Putá-Reles por que ele com ella nunca teve confiança, tratos, nem contratos; e que se queria chamar, chama-se a sua mulher que he com quem ele dormia.”

A resposta de Luiz Pereira de Almeida foi “huma bofetada com a mão aberta na face”. Revoltada com a situação, Maria Ignácia replicou que não chama a mulher dele de “Putá, sim dizia que esta era Putá dele e que a ella he que elle devia chamar de Putá-Reles por que com ella dormia e tinha confianças”. Com esta resposta, Luiz Pereira de Almeida deu “outra bofetada na cara” e a autora ficou “atrozmente injuriada e infamada diante daquellas pessoas a maior parte estranhas.” Após ouvir as testemunhas, decidia Agostinho Marques de Perdigão Malheiros, Juiz de Fora da Vila, a obrigação da prisão e lançar o réu no rol dos culpados. Prisão que, contudo, não deve ter durado muito, já que o encontramos na relação dos habitantes de Santos em 1817.⁴⁴³

Não sabemos se Maria Ignácia do Espírito Santo se tornava ou não prostituta em busca da sobrevivência. A própria não confirma nem desmente tal situação. Contudo, não deixa de ser pertinente descortinar o amplo universo de sociabilidade em que essa população parda se envolvia, inclusive nas entrelinhas dos documentos de análise.

Neste sentido, entre as pardas chefes de domicílios que conseguiram obter escravos, as solteiras são ininterruptamente a maioria, apesar de certa tendência de queda a partir do início do século XIX. Em parte, isso é explicado pelo surgimento de pardas casadas em 1836, representando um décimo dos domicílios. Por outro lado, pode ser compreendido pelo aumento das viúvas, que deixam de oscilar entre um terço e um quarto para aqui ultrapassar um terço dos lares femininos.

Como já assinalamos no capítulo anterior, a maioria da população parda em Santos era composta por mulheres. Apreende-se agora que sua importância também se refletia na chefia de domicílios escravistas. Mais da metade delas eram ainda mulheres em um ciclo de vida até mesmo inicial, ou, ao menos, sem ter criado laço fixo na vila de

⁴⁴³ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 2, fogo 21.

Santos. A nosso ver, esta situação deve estar muito relacionada a dois fatores. Primeiro, pelo fato de o padrão corrente na América Portuguesa/Brasil das alforrias privilegiar as mulheres como apontado por Luna e Klein. Segundo pela ampla gama de atividades em torno do principal porto paulista que demandava, fundamentalmente, do uso da mão-de-obra e nada mais. Para viver, por exemplo, de agências, o necessário era a procura por mão-de-obra que as atividades em Santos exigiam e, por parte do trabalhador, a disposição para o serviço recebendo certo valor ao fim da atividade. Contudo, não se deve também perder de vista aqueles(as) que já eram da vila de Santos, ou seja, também existiam entre os santistas pardos e negros livres que eram descendentes de uma ou mais gerações de forros, como o caso mais significativo desta população, Manoel de Alvarenga Braga, grande escravista que será analisado no capítulo a seguir.

O comum entre a população de negros e pardos livres era uma participação muito baixa entre os chefes de domicílios escravistas, já que, segundo Luna e Klein, nas localidades paulistas, eles compunham 6% e, mesmo nas mineiras, Campanha e Sabará, eram 14%. Os autores, então, verificaram certa variação em “localidades mais urbanas evidenciando uma maior proporção de famílias proprietárias de cativos entre a população de cor livre.”⁴⁴⁴ Em Santos, encontram um percentual de 22% em todos os domicílios escravistas. Conforme o gráfico 17, observamos índices muito próximo a este, aqui em torno de um quinto.⁴⁴⁵

Portanto, retomando a proporção apresentada de que 1 em cada 4 domicílios de fogos chefiados por pardos em Santos possuía escravos, totalizavam um quinto na participação deste grupo, parece que a vila portuária de Santos atraía uma condição bastante especial para esta população parda.

Luna e Klein avaliavam que “o sexo do chefe de domicílio foi mais influente na determinação de seu estado conjugal do que a raça ou a posse de cativos.” Assim, o elemento comum aos homens seria o casamento e às mulheres, serem solteiras ou viúvas, o que levava à suposição de lares mais pobres e socialmente menos estáveis pela ausência de um cônjuge. Contudo, apontam diferenciação na cidade de São Paulo e na vila de Santos, localidades “mais acentuadamente urbanas”, onde as mulheres sem cônjuges são vistas em índices superiores aos dos homens na mesma situação.

⁴⁴⁴ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução...**, p.208.

⁴⁴⁵ Em nossa análise, se somarmos os dados de pardos e negros, como os autores fizeram, encontramos 17,2% para 1798, 21,7% em 1802, 20,2% em 1817 e 17,6% em 1836.

Baseados, então, no estudo de Alida Metcalf para Santana de Parnaíba⁴⁴⁶ os autores argumentam que:

“Sugeri-se que as mulheres sem cônjuges que chefiavam estes domicílios urbanos migraram de regiões agrícolas porque perderam suas terras e seu sustento nas freguezias rurais, e não porque houvesse maiores oportunidades econômicas disponíveis para elas nos centros urbanos.”⁴⁴⁷

A nosso ver, parece difícil entender que estas pardas solteiras escravistas pudessem ter acesso a terras e a escravos em freguezias rurais decidindo levar suas riquezas (os escravos) ao principal porto de São Paulo por simples sobrevivência. Se envolvermos esta situação no contexto santista desenvolvido até aqui, talvez seja possível argumentar que a condição diferenciada da vila quanto à enorme quantidade de escravos, que sempre foi superior a 40% da população, e dos pardos, quase um terço do total, deve ter ampliado a quantidade de alforrias e, eventualmente, facilitando o acesso à mão-de-obra escrava, especialmente as pardas, mas também aos pardos que atuavam em uma região cada vez mais envolvida com a atividade mercantil/portuária. A hipótese é possível em virtude do crescimento das ocupações em torno do florescente comércio desenvolvido a partir do “boom” do mercado açucareiro.

⁴⁴⁶ Segundo os autores, Alida Metcalf constatou que as mulheres tinham profissões menos rendosas que as masculinas no meio urbano. Somando ainda a maior perspectiva de possuírem filhos ilegítimos do que no meio rural. Apud: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S **Evolução...**, p.211.

⁴⁴⁷ Idem, ibidem.

Tabela 30: Ocupações dos homens brancos escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	16	14,4	30	26,3	53	29,4	36	15,3
Igreja	14	12,6	10	8,8	9	5,0	12	5,2
Agência	6	5,4	6	5,3	8	4,4	16	6,9
Militar	8	7,2	6	5,3	12	6,7	11	4,8
Comércio	26	23,5	25	21,8	51	28,3	103	43,8
Artesanato	9	8,1	10	8,8	15	8,4	15	6,4
Agricultura e jornal dos escravos	2	1,8					2	0,8
Comércio e agricultura	2	1,8	1	0,9			1	0,4
Profissional Liberal	3	2,7	2	1,7	5	2,8	8	3,4
Magistratura e Emprego Civil	5	4,5	6	5,3	10	5,6	13	5,5
Rentista	1	0,9	5	4,4	4	2,2	1	0,4
Pobre e mendigo								
Jornal dos escravos	12	10,8	1	0,9			4	1,7
Não classificadas	1	0,9	2	1,7			6	2,5
Atividades do Mar	5	4,5	9	7,9	8	4,4	5	2,1
Serviços								
Jornaleiro								
Não Dita	1	0,9	1	0,9	5	2,8	2	0,8
Total	111	100	114	100	180	100	235	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tabela 31: Ocupações dos homens pardos e negros livres escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	2	9,1	2	8	6	16,2	5	11,9
Igreja					1	2,7		
Agência	1	4,5	3	12	3	8,1	2	4,8
Comércio	4	18,2	1	4	7	18,9	9	21,4
Artesanato	8	36,4	13	52	13	35,2	20	47,5
Comércio e agricultura			1	4	1	2,7	1	2,4
Profissional Liberal	2	9,1			1	2,7	1	2,4
Magistratura e Emprego Civil					2	5,4	2	4,8
Rentista	1	4,5	1	4				
Jornal dos escravos	2	9,1						
Não classificadas			1	4				
Atividades do Mar	2	9,1	2	8			2	4,8
Serviços			1	4				
Jornaleiro					1	2,7		
Não Dita					2	5,4		
Total	22	100	25	100	37	100	42	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tabela 32: Ocupações das mulheres brancas escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	11	16,4	18	30,5	22	24,4	20	21,7
Igreja	1	1,5						
Agência	3	4,5	25	42,4	13	14,4	32	34,8
Comércio	3	4,5	1	1,7	6	6,8	6	6,5
Artesanato	12	17,9	6	10,2	36	40,0	9	9,8
Agricultura e jornal dos escravos	5	7,5						
Comércio e agricultura	2	3,0					3	3,3
Profissional Liberal					1	1,1		
Rentista	1	1,5						
Pobre e mendigo	1	1,5						
Jornal dos escravos	23	34,2	4	6,7			19	20,6
Não classificadas	4	6,0	5	8,5	1	1,1	1	1,1
Não Dita	1	1,5			11	12,2	2	2,2
Total	67	100	59	100	90	100	92	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tabela 33: Ocupações das pardas e negras livres escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária					1	3,1	2	6,9
Agência	3	20	13	56,6	8	25	20	69,0
Comércio	6	40			2	6,3	2	6,9
Artesanato	5	33,3	5	21,7	17	53,1	4	13,8
Comércio e agricultura								
Pobre e mendigo	1	6,7						
Não classificadas			5	21,7				
Serviços					1	3,1	1	3,4
Não Dita					3	9,4		
Total	15	100	23	100	32	100	29	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para confirmar tal perspectiva, vejamos as ocupações por cor na vila santista (tabelas 30, 31, 32 e 33). Entre os homens, apreende-se que os brancos predominavam, em boa medida, nas atividades diretamente relacionadas ao comércio, sobretudo na terceira década do século XIX, quando há duplicação dos seus números absolutos em tal atividade. A segunda ocupação mais importante era o trato agrícola que adquiria certa

importância nas primeiras décadas do primeiro período, mas que não se sustenta nos anos 30. Entre os pardos e negros livres, o artesanato era a grande atividade, estando presente nos mais diversos serviços, como visto no capítulo I. Com a metade da importância deste setor, em termos gerais, está o comércio e, por fim, próximo de um décimo dos casos, a agricultura.

Quanto às mulheres, as brancas teriam suas principais ocupações nas agências, depois na agricultura, no jornal dos escravos e no artesanato. Interessante notar que as agências, o jornal dos escravos e o artesanato, este em menor intensidade equilibravam solteiras e viúvas, enquanto que a agricultura era típica de viúvas.⁴⁴⁸ Para as pardas e negras livres, eram as agências a típica atividade deste grupo em que predominava as solteiras.

A partir de tal análise, verifica-se um perfil um tanto quanto diferenciado para homens e mulheres escravistas, chefes de domicílios. Os homens brancos são os grandes responsáveis pelo trato direto do setor mercantil e os pardos e negros livres, em boa medida, são os que atuam nos serviços artesanais da vila. As mulheres brancas, com uma diversidade maior trabalham também em setores relacionados a atividades subsidiárias ao comércio, mas quando eram viúvas, tinham importante parcela na lide agrícola, dando continuidade ao patrimônio desenvolvido anteriormente com o marido. Entre as mulheres e pardas livres, confirma-se o trato fundamentalmente relacionado às mais diversas atividades em torno do setor mercantil portuário – as chamadas agências. Nesse sentido, reafirmamos que a configuração da vila santista em área portuária mercantil, alavancada pelo comércio açucareiro e a dinâmica do exportar e abastecer, envolveu mulheres pardas e negras livres em ocupações das mais variadas que as tornaram capazes de adquirir escravos, independente se chegaram à vila por migrações, ou se ali conseguiram alforrias, ou mesmo eram descendentes de famílias já alforriadas anteriormente. A interpretação é ainda incompleta, já que resta-nos aprofundá-la, a partir de agora, com o exame do perfil dos chefes de domicílios que não possuíam mão-de-obra cativa.

⁴⁴⁸ Para a observação das ocupações por cor e situação matrimonial, veja-se os dados em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

Aqui veremos os chefes dos domicílios que, nos recortes propostos, não atingiam recursos suficientes para adquirir escravos. No entanto, ao longo do processo de suas vidas, certamente alguns conseguiram chegar a tal patamar e se instalaram no “grupo de cima”. Não deixam de ser importantes, apesar de economicamente menos favorecidos, já que representavam a outra metade do universo santista que, como vimos, era equilibrado entre lares escravistas e não escravistas. O objetivo aqui será comparar o estudo com os escravistas a fim de reforçar ou não as explicações acima levantadas.

Tabela 34: Chefes de domicílios não escravistas em Santos, divididos por sexo, entre 1775-1836

Chefes de domicílios não escravistas	1775		1798		1802		1817		1836	
	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%
Homem	124	68,5	137	56,6	132	61,7	213	54,5	309	68,7
Mulher	57	31,5	105	43,4	82	38,3	178	45,5	141	31,3
Total	181	100	242	100	214	100	391	100	450	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Os fogos não escravistas apresentam uma oscilação maior que os escravistas quanto à divisão por sexo (tabela 34): os homens iniciam e terminam sua participação em mais de dois terços dos lares, mas ao longo do recorte, aparece certa oscilação. Sendo assim, restava às mulheres se manterem próximo de um terço do total de chefes de domicílios, atingindo participação muito próxima da metade dos fogos entre o final do século XVIII e na segunda década do século XIX.

Tabela 35: Chefes de domicílios não escravistas em Santos, divididos por sexo e pela situação matrimonial, entre os anos de 1775-1836

Chefes de domicílios escravistas	Condição	1775		1798		1802		1817		1836	
		nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%	nº de dom.	%
Homens	Solteiros	7	5,6	19	13,9	21	15,9	48	22,5	121	39,2
	Casados	96	77,4	96	70,1	95	72	144	67,6	173	56
	Viúvos	7	5,6	15	10,9	16	12,1	21	9,9	15	4,8
	Sem descrição	14	11,4	7	5,1						
	Total	124	100	137	100	132	100	213	100	309	100
Mulheres	Solteiras	8	14	74	70,5	43	52,4	114	64	102	72,3
	Casadas			4	3,8	6	7,4	15	8,4	7	5
	Viúvas	14	24,6	26	24,8	33	40,2	49	27,6	31	22
	Sem descrição	35	61,4	1	0,9					1	0,7
	total	57	100	105	100	82	100	178	100	141	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

A tabela 35 demonstra a situação matrimonial dos domicílios sem cativos divididos também por sexo.⁴⁴⁹ Para os homens, observa-se uma tendência bastante significativa do crescimento da participação dos solteiros, que deixam de ser pouco mais de 5,6% no último quartel do século XVIII para ascenderem a mais de um terço dos domicílios na terceira década do século XIX (39,2%). Eram os casos de João Vicente, mulato, solteiro, 40 anos, que morava sozinho e vivia do seu ofício de sapateiro.⁴⁵⁰ Também solitário era Mariano Antonio das Neves, natural do Districto de Minas, branco, solteiro, com seus 21 anos, vivendo de ser caixeiro.⁴⁵¹ Menos solitário estava Francisco Luiz, natural de Villa Rica de Minas, pardo, solteiro, 50 anos, morando juntamente com seu filho de 12 anos e se ocupando em ser “Alcaide e Carcere da Cadea desta Villa”.⁴⁵²

Os casados, por sua vez, passam por movimento contrário: deixam de ser mais de três quartos dos fogos (77,4%) para retroceder em pouco mais da metade (56%) na terceira década do século XIX. Eram os casos de: Manuel Gomes, branco, com 61 anos, que morava com sua mulher, duas filhas e um casal de agregados com 2 filhos, tendo

⁴⁴⁹ Mais uma vez aqui, deve-se ter em vista a ausência de informações do maço de população de 1775 e, ainda, sobretudo, para as mulheres – aqui em mais da metade de seus casos. Os índices de ausência de informação para homens e mulheres são, respectivamente, 11,4% e 61,4%.

⁴⁵⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 68.

⁴⁵¹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 45.

⁴⁵² AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 114.

como ofício o ser pescador.⁴⁵³ Também o de Francisco Pereira Lisboa, de 60 anos, que vivia com sua esposa, sendo sustentado pelos “soldos de dois filhos militares.”⁴⁵⁴ Igualmente vivia Manoel Francisco, negro, natural de Benguela, com 44 anos, que residia com sua esposa, também natural de Benguela, tendo como ofício o ser falquejador de madeiras.⁴⁵⁵

Por fim, os viúvos alcançam certo crescimento chegando a 10% dos domicílios, para, a seguir, regressar a um patamar bastante semelhante ao do início do período (em torno de 5%). Eram os casos do solitário Salvador de Almeida, mulato, natural de Guaratuba, de 40 anos, jornalista.⁴⁵⁶ Também outro solitário viúvo que era mais um falquejador de madeiras, Lourenço Ribeiro, branco, natural de Santos, de 54 anos.⁴⁵⁷ Igualmente era o caso do ferreiro Gabriel Joze, pardo, viúvo, de 33 anos, que morava com uma agregada e três filhos, sem deixar claro se estes filhos são do chefe do fogo ou desta agregada.⁴⁵⁸

Portanto, agora entre os homens chefes de domicílios não escravistas, o que vemos é o aumento crescente dos solteiros, com perda significativa da participação dos casados e viúvos.

Quanto às mulheres, um aparente movimento de ascensão das solteiras é visto no final do século XVIII, fruto, obviamente, da grande quantidade de domicílios femininos com ausência desta informação para o ano de 1775. Outro problema deve ser visto entre 1798 e 1802, quando em um intervalo curto, houve uma queda muito significativa das mulheres solteiras chefes de domicílios, justamente no ano em que se registrou um problema no número de domicílios, como visto anteriormente. Desta forma, parece aqui que o recenseador deve ter mudado o critério de estabelecer os domicílios, talvez com os agregados ora sendo listados juntos, ora separados. No geral das solteiras, nota-se que elas são o grupo mais importante das mulheres, chegando a quase três quartos do total na terceira década do século XIX. Eram os casos de Thereza Maria, natural de São Paulo, parda, de 27 anos, morando com uma agregada natural de Santos e vivendo de agencias⁴⁵⁹; também o de Anna de Chaves, branca, solteira, de 55 anos, residindo com 3 agregadas e mantendo-se de suas costuras, rendas e de uma

⁴⁵³ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 102.

⁴⁵⁴ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 95.

⁴⁵⁵ O ofício consistia em descascar madeira. AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 151.

⁴⁵⁶ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 0, fogo 21.

⁴⁵⁷ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 248.

⁴⁵⁸ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 2, fogo 14.

⁴⁵⁹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 155.

venda⁴⁶⁰; e o de Mirata, branca, natural da França, com 27 anos, que morava com um outro francês⁴⁶¹, atuando como negociante, pois possuía “casa de bijuterias e vende quinquilharias também”.⁴⁶²

As viúvas tendiam a ser o outro quarto das mulheres não escravistas chefes de domicílio. Eram os casos de Maria Cuelana, viúva, de 55 anos, morando com seus 5 filhos, que a ajudavam, além sua costura.⁴⁶³ Também o de Francisca Mendes, natural da Vila de Conceição, parda, com 40 anos, morando com seus 6 filhos e ocupando-se em agências.⁴⁶⁴ Da mesma forma o caso de Rita Antunes, viúva, de 40 anos, que residia com seus 3 filhos e vivia de sua venda.⁴⁶⁵

Por fim, entre as casadas, há uma ligeira variação em cerca de 4% e 8% entre os anos de 1775 e 1836.⁴⁶⁶ Dentro deste grupo, vale observar os casos de Maria Roza, parda, natural de Santos, com 46 anos, casada com um escravo que vivia em outro fogo, que morava com suas três filhas e procurava o sustento com costuras.⁴⁶⁷ Também o de Ignacia Maria, natural de Santos, parda, com 30 anos, vivendo de fazer rendas – apesar de recenseada como casada, aparece com a observação de que “este fogo a dous anos está separado do seu marido.”⁴⁶⁸ Por fim, Escolástica Maria, mulata, com 26 anos, morando com seu filho e mais uma criança, procurando sustento com sua agência, e vivendo “em casa alugada apartada do marido”.⁴⁶⁹

Fernández, um dos poucos a analisar estas variáveis para os domicílios sem cativos, comparou-os com os escravistas e verificou “que a divisão por sexo e estado é semelhante, tanto na Velha São Sebastião quanto em Ubatuba”.⁴⁷⁰

A perspectiva da atração das atividades urbanas de Santos já apresentada para os domicílios escravistas possui ainda mais vigor para os sem escravos. Aqui, tanto os solteiros e as solteiras parecem estar em ampla ascensão, especialmente a partir do início do século XIX, o que, além de confirmar parte da análise de que adquirir escravos

⁴⁶⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 65.

⁴⁶¹ O recenseador não menciona qual é a relação de Loureto com Mirata... Contudo, a descreve como solteira.

⁴⁶² AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 53.

⁴⁶³ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 66.

⁴⁶⁴ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 314.

⁴⁶⁵ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 154.

⁴⁶⁶ Não apresentaremos todos os casos aqui, como fizemos com as escravistas, pois principalmente para o ano de 1817 (com seus 15 casos) estenderia muito a análise.

⁴⁶⁷ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 334.

⁴⁶⁸ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 108.

⁴⁶⁹ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 2, fogo 17.

⁴⁷⁰ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, p. 280.

relacionava-se com o ciclo da vida, pode indicar a chegada constante de novos contingentes populacionais, devido a ausência de laços matrimoniais fincados na vila. Esses novos habitantes sem grandes posses, vinham em busca de novas oportunidades geradas a partir da explosão do mercado açucareiro.

Gráfico 28: Evolução de faixas de idade dos chefes de domicílios não proprietários de escravos em Santos, entre 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Neste sentido, outro elemento a ser explorado para confirmar tal análise é a faixa de idades dos chefes de domicílios não proprietários em Santos (gráfico 28). Verifica-se que, da mesma forma que nos lares com presença escrava, em 1775, havia também neles a predominância da faixa dos 40 anos para depois ocorrer um alto equilíbrio entre as faixas dos anos 60. Já para o final do século XVIII e início do século XIX, o perfil envelhece, sobretudo, devido à queda considerável da participação dos indivíduos novos (até 29 anos). Feição que, no entanto, não se mantém. Na segunda década do século XIX, os novos chefes não escravistas ganham em importância: a faixa dos 30 anos se torna a principal, além do grande crescimento da faixa de até 29 anos. A situação é ainda mais desenvolvida para a terceira década do século XIX. Aqui são os indivíduos de até 29 anos os mais importantes da vila com mais de um quarto da participação dos fogos. A seguir, os demais intervalos caminham em valor sequencial das mais jovens para as mais idosas. Claramente, há para os não escravistas chefes de domicílios uma perspectiva bastante elevada da chegada de novos contingentes populacionais na vila de Santos, sobretudo, na década de 30.

Fernández encontrou para o Litoral Norte, também entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, perfil bastante semelhante ao de Santos, tanto para os escravistas como para os sem mão-de-obra cativa. No primeiro grupo identificou-se um predomínio de proprietários entre 30 e 59 anos, de maneira mais acentuada na faixa de 40 a 49 anos. Isso confirma a correlação entre a idade do indivíduo e a condição de proprietário de escravo. Já para o segundo grupo, notou-se idades muito mais jovens, o que ratifica a dita correlação. No entanto, encontra-se, nos momentos em que a economia do Litoral Norte estava “estagnada”, no recorte de 1778 e em Ubatuba em 1798, uma relação “decrecente para as idades mais avançadas, enquanto nos outros três quadros [Velha São Sebastião em 1798 e 1836 e Ubatuba em 1836], correspondentes a períodos de crescimento econômico, isso não se verifica.”⁴⁷¹

Esta correlação verificada para o Litoral Norte parece não ter ocorrido em Santos. Mesmo partindo da observação de que na primeira região o que desenvolvia a economia eram atividades agrícolas voltadas para a exportação. Já no caso santista, era o comércio gerado pelo empuxo da produção açucareira do Oeste Paulista. Havia em Santos um contínuo aumento da população jovem, talvez muito mais atraídas pelas possibilidades urbanas geradas neste contexto de alta quantidade de escravos.

Tabela 36: Naturalidades dos chefes de domicílios não escravistas em Santos, nos anos de 1802 e 1836

Domicílios não escravistas	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total
1802 Nº de dom.	40	156	11	3	4	214
%	18,7	72,9	5,1	1,4	1,9	100
1836 Nº de dom.	276	92	53	27	2	450
%	61,3	20,4	11,8	6	0,5	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

A tabela 36 analisa a naturalidade dos chefes de domicílios não escravistas em Santos, para os anos de 1802 e 1836, verificando um movimento ainda maior do que no caso dos escravistas. Os brasileiros mais que triplicam sua participação, alcançando quase dois terços dos domicílios. Também em movimento crescente estão os portugueses, duplicando sua participação. Desta forma, os de origem santista, deixam de

⁴⁷¹ FÉRNANDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, pp. 280-283.

representar quase três quartos da chefia dos domicílios, para, em 1836, somarem cerca de um quinto dos chefes dos lares sem escravos.

Gráfico 29: Percentual de chefes domicílios não escravistas de Santos, divididos por cor, entre os anos de 1798-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Por fim, resta-nos observar os chefes de domicílios não escravistas em Santos pela divisão de cor (gráfico 29). Os pardos eram o principal grupo, desde o final do século XIX até o fim das duas primeiras décadas do século XIX quando, em 1836, os brancos os superam, resultado que, em parte, é explicado pela chegada de portugueses. Observa-se que os brancos não escravistas representavam a metade da importância neste grupo em comparação com os proprietários, com cerca de dois quintos dos domicílios, e com uma ligeira tendência de crescimento na terceira década do século XIX. Os pardos, de qualquer forma, revelam enorme importância: chegam a constituir mais da metade dos fogos no início do século XIX. Posteriormente enfrentam declínio, mas não deixam de representar mais de dois quintos dos domicílios. Por fim, os negros, apesar de certa oscilação, estão sempre próximos de um décimo dos lares.

Fernández, para os não-escravistas do Litoral Norte, também detecta decréscimo na participação dos brancos, mas em um nível menor que o santista: os maiores índices são 79,6% e o de 86,1%, respectivamente para a Velha São Sebastião e Ubatuba.⁴⁷²

⁴⁷² FÉRNANDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações...*, p. 280.

Luna demonstrou também dados para os não escravistas de Santos apresentando movimento semelhante ao dos proprietários, apesar de ser aqui mais acentuado. Os brancos passavam de 71,1% em 1777 para 48,6% em 1804 atingindo, por fim, 45% em 1829. A explicação do autor é de que:

“Isso demonstra a ocorrência de importante processo de transformação dos chefes de fogos, com ou sem escravos, mantendo estes um perfil racial diferente daqueles, com menos elementos brancos na sua composição. Refletia um processo de intensa miscigenação na Capitania e talvez de alforria.”⁴⁷³

A análise é retomada por ele em trabalho mais recente, agora em conjunto com Klein. Através dele, verificam que a primazia feminina na população de pardos/negros em São Paulo “deve-se provavelmente à predominância das mulheres jovens entre os cativos alforriados, constatada em todos os estudos sobre alforrias, um comportamento que ocorria independentemente do sexo do proprietário que alforriava”.⁴⁷⁴ Assinalam ainda que o desequilíbrio entre os sexos para a população de negros e pardos livres em São Paulo se manteve no censo de 1872 e indicam que:

“a constante alforria de cativos, a maioria mulheres, fez com que essa população fosse única no aspecto do equilíbrio entre os sexos, se comparada às populações de escravos e de brancos livres. Considerando esse viés de idade e sexo entre os cativos alforriados, poderíamos supor que para a população livre de cor as taxas de reprodução eram mais elevadas que para os escravos.”⁴⁷⁵

Apesar de não encontrarmos o grande declínio dos domicílios santistas não escravistas brancos que Luna detectou – talvez pela ausência do dado próximo ao último quartel do século XVIII – parece bastante claro que a população parda no principal porto santista assume importância bastante diferenciada, principalmente entre os não escravistas. De qualquer forma, atingia também os escravistas, já que também seus índices são bastante superiores aos do restante de São Paulo.

⁴⁷³ LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 351.

⁴⁷⁴ LUNA, Francisco Vidal e Klein, Herbert S, **Evolução...**, p.203. Os autores citam uma extensa lista de referências bibliográficas que confirmam tal constatação.

⁴⁷⁵ Idem, p. 203.

Gráfico 30: Percentual de chefes de domicílios não escravistas de Santos divididos por sexo e cor, entre os anos de 1798-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836.

Pela divisão de sexo e cor (gráfico 30), observa-se que os homens apresentam movimentação bastante interessante. A variação é dada por brancos e pardos já que os negros praticamente se mantém em torno de algo próximo a 7%. Os brancos eram a maioria no final do século XVIII e voltam a este status na terceira década do século XIX. Contudo, do início desta centúria até o fim da sua segunda década, brancos e pardos possuem praticamente o mesmo peso (pouco mais de dois quintos cada). As mulheres revelam um movimento consideravelmente distinto do masculino. As pardas formam o principal grupo em todo o recorte selecionado. Apesar de praticamente manter-se a condição de mais da metade dos domicílios não escravistas femininos ser de pardas, o número oscila, ampliando a participação delas no início do século XIX para, depois, atingir seu menor índice no fim da segunda década do mesmo século e, por fim, desenvolver novo crescimento na década seguinte. As brancas apresentam movimento rigorosamente oposto, alcançando, no fim da segunda década do século XIX, a presença em cerca de um terço dos domicílios femininos. As negras não escravistas, entre o diminuto grupo de negros e negras chefes de lares, são aqui as de maior peso relativo, girando praticamente em torno de um décimo. De forma bastante semelhante, acompanham o oscilação desenvolvida pelas brancas mantendo um diferencial sempre próximo de 20%.

Portanto, constata-se que são as pardas as grandes responsáveis pela importância dos domicílios de não brancos em Santos. Apesar da diferenciação se dar tanto com a

presença ou não de mão-de-obra cativa, é principalmente entre as não escravistas que sua presença é alta, representando, na terceira década do século XIX, quase três quartos do grupo. Deste modo, é favorecida a perspectiva de parte destas mulheres serem provenientes de alforrias, ou de famílias já libertas, e serem as grandes responsáveis pelo elevado número de domicílios pardos em Santos.

Gráfico 31: Percentual de domicílios não escravistas de Santos chefiados por pardos, divididos por sexo e situação matrimonial, entre os anos de 1798-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para comprovar tal observação resta verificar a situação matrimonial dos pardos e pardas sem posse de escravos em Santos (gráfico 31). Entre os homens, de forma semelhante aos que conseguiam ser proprietários de escravos, os casados são a maioria dos chefes. Contudo, parecem estar em uma tendência de declínio ao longo das primeiras décadas do século XIX, onde os solteiros, em aspecto contrário, passam a alcançar um terço das residências. Entre as mulheres sem cativos, são as solteiras o maior grupo, alcançando patamar ainda maior que os homens, já que chegam a representar mais de três quartos dos chefes. O aumento das viúvas escravistas não ocorre com as sem cativos, já que a participação destas tende a cair ao longo do início do século XIX de um quarto para pouco mais de um décimo.

Desta forma parece-nos que o processo da escrava Luiza é bastante interessante. No dia 10 de maio de 1814, Dona Roza Maria Leite, uma das mais importantes escravistas de Santos⁴⁷⁶, viúva do cirurgião José Antonio, explicava seu pedido:

“viúva que ficou por falecimento do cirurgião José Antonio que entre os bens que o seo cazal possuía hé bem assim huma escrava mulata de nome Luiza, a qual inda sendo menor de idade a derão a huma filha sua já defunta chamada Maria e por que esta em sua vida cazasse com o falecido Manoel Marques do Valle se constituiu sr. da mesma escrava e tendo contas com o Capitam Manoel de Alvarenga Braga lhe ficou devendo certa quantia de dinheiro de onde prossedeo mandar fazer a penhora da dita escrava e outro de nome José, porem a escrava na metade do seu valor por que aoutra metade pertencia a suplicante e quer beneficiála em dar lhe a sua liberdade na parte que lhe toca, e o mais conforme for avaloada dar-se o pagamento da divida e para cujo efeito precisa ser a mencionada escrava avaloada pelos valores do juízo.”

Portanto, pedia a avaliação da escrava, o que foi feito com a validação do credor, Manoel de Alvarenga Braga. Qual seria a relação desta escrava com a D. Roza Maria? Ao longo do processo é mencionado que após a morte de seu marido, Luiza passou ao cativeiro da escravista por compor parte da terça parte da herança. Com isso, talvez algum laço afetivo tenha sido criado.

Luiza é avaliada em 110\$000, valor pago por D. Roza Maria e, com isso, a sentença final é escrita:

“Visto estarem conformes os interessados, pelas suas respostas sobre a avaliação e a alforria da escrava Luiza, e estar exibido o valor da mesma em depósito como consta do termo retro; hei por conferida a liberdade á mesma e livre do cativeiro em que se acha, e se passe sua sentença.”⁴⁷⁷

Outro caso bastante sugestivo era o de Roza, mulata, casada, com 42 anos, recenseada com sua filha Maria de 10 anos e cujo “marido hé dito escravo q vai mencionado no competente fogo.” A vida era baseada “no que lhe dá seu marido”.⁴⁷⁸ Ou seja, o marido adquiria pecúlio capaz de sustentar a sua família mesmo na condição de escravo. E qual seria a história deste casal? Teriam se conhecido na senzala e Roza teria adquirido sua liberdade? Ou seria o seu marido algum escravo de ganho com uma

⁴⁷⁶ Para se ter ideia, Dona Roza Maria Leite possuía 31 escravos ocupados em lavoura no ano de 1802. Veja-se AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 204.

⁴⁷⁷ FAMS, CCSS, volume 38

⁴⁷⁸ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 355.

boa dose de autonomia, inclusive a ponto de poder casar com uma mulher livre? Todo um amplo horizonte de possibilidades pode ser levantado.

Fato é, contudo, que estes casos existiram não só em Santos como também em diversas outras vilas de São Paulo e da América portuguesa. Há de se ter em vista que eles eram favorecidos, e muito, pelo contexto urbano. É o que demonstra Enildece Bertin ao analisar o padrão de alforrias em São Paulo ao longo do século XIX.⁴⁷⁹

A autora, ao estudar as cartas de liberdade, observa que neste período “a cidade havia assistido a uma progressiva urbanização, especialmente em razão do incremento no ramo de serviços e nas atividades comerciais.”⁴⁸⁰ Isso resultava em uma população escrava mesclada com população livre, pobre e liberta, causando conflitos e também redes de solidariedade, que se contrapunham aos anseios da ordem escravista.⁴⁸¹ Neste sentido, a cidade de São Paulo deveria atrair escravos e libertos para as suas atividades urbanas geradoras de pecúlio, brotando um “fluxo constante de escravos e libertos pelas ruas e arredores da cidade”, ainda que morassem em chácaras ou vilas mais distantes.⁴⁸²

Os ofícios na cidade podiam variar. Havia pessoas “trabalhando como ganhadores, artesãos ou como escravos alugados, a mobilidade que obtinham era um meio de formar o pecúlio e estabelecer contatos com outros moradores – que seriam fundamentais no processo de conquista da alforria.”⁴⁸³

Enildece Bertin constata que, entre as alforrias pagas, três quartos foram pelo escravo ou alguém do convívio. Sendo assim, há aqui a comprovação da importância do meio urbano e do conseqüente pecúlio.⁴⁸⁴

No conjunto dos escravos alforriados na cidade de São Paulo, ao longo do século XIX, a maioria era do sexo feminino, de origem crioula, mulatos e pardos.⁴⁸⁵ A explicação, segundo a autora, é encontrada:

“na proximidade que o serviço doméstico estabelecia entre a escrava e o senhor ou senhora, tornando-se um fator favorecedor da liberdade, além da possibilidade de serviços exercidos por elas serem preteridos pelo dos homens. Deve-se considerar também o fato de a população

⁴⁷⁹ BERTIN, Enildece. **Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

⁴⁸⁰ Idem, p. 41.

⁴⁸¹ Idem, p. 48.

⁴⁸² Idem, p. 50 e p. 73.

⁴⁸³ Idem, p. 74.

⁴⁸⁴ Idem, p. 114.

⁴⁸⁵ Idem, p. 121.

feminina ser maior em São Paulo, em parte em razão do deslocamento da mão-de-obra masculina para o interior.”⁴⁸⁶

Apesar de não pretendermos analisar as alforrias em Santos, vale sublinhar que a realidade santista não deveria ser muito diferente da encontrada em São Paulo, sobretudo, com o empuxo do comércio açucareiro. Desta forma, as alforrias devem ter tido um importante papel na formação desse contingente de mulheres pardas solteiras, inclusive com algumas delas partindo para Santos em busca de realizar atividades típicas de uma vila com feição cada vez mais portuária/mercantil, com outras já pertencendo a gerações de forros na vila.

Tabela 37: Ocupações dos homens brancos não escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	18	24,3	7	11,1	29	29,3	22	12,9
Igreja	1	1,3			1	1,0		
Agência	8	10,8	11	17,5	4	4,0	32	18,8
Militar	9	12,2	1	1,6	14	14,2	2	1,2
Comércio	5	6,8	4	6,3	12	12,2	58	34,1
Artesanato	8	10,8	6	9,5	9	9,1	32	18,8
Profissional Liberal			1	1,6	1	1,0	3	1,8
Magistratura e Emprego Civil	3	4,1	5	7,9	4	4,0	5	2,9
Pobre e mendigo			1	1,6	1	1,0	1	0,6
Não classificadas			2	3,2			1	0,6
Atividades do Mar	22	29,7	25	39,7	22	22,2	11	6,5
Jornaleiro					2	2,0	1	0,6
Não Dita							2	1,2
Total	74	100	63	100	99	100	170	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

⁴⁸⁶ Idem, p. 125.

Tabela 38: Ocupações dos homens pardos e negros livres não escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	13	20,6	22	31,9	33	28,9	13	10,5
Agência	4	6,3	7	10,2	7	6,1	35	28,2
Militar					4	3,5		
Comércio	1	1,6			4	3,5	9	7,3
Artesanato	17	27,0	17	24,6	31	27,2	44	35,5
Profissional Liberal	1	1,6			2	1,8	1	0,8
Magistratura e Emprego Civil	2	3,2			2	1,8	4	3,2
Pobre e mendigo	2	3,2	1	1,4				
Não classificadas			1	1,4				
Atividades do Mar	20	31,7	21	30,5	25	21,9	10	8,1
Serviços	1	1,6			1	0,9	1	0,8
Jornaleiro	2	3,2			2	1,8	4	3,2
Não Dita					3	2,6	3	2,4
Total	63	100	69	100	114	100	124	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tabela 39: Ocupações das mulheres brancas não escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	1	3,6	1	5,0	8	12,9	6	14,6
Agência	2	7,1	8	40,0	11	17,7	22	53,7
Comércio	2	7,1			2	3,2	5	12,2
Artesanato	10	35,7	4	20,0	35	56,5	4	9,8
Pobre e mendigo	11	39,4	3	15,0	1	1,6	1	2,4
Não classificadas	2	7,1	2	10,0			1	2,4
Atividades do Mar			2	10,0				
Não Dita					5	8,1	2	4,9
Total	28	100	20	100	62	100	41	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Tabela 40: Ocupações das pardas e negras livres não escravistas em Santos, entre 1798-1836.

Ocupações	1798	%	1802	%	1817	%	1836	%
Agricultura e pecuária	6	7,8	4	6,5	13	11,2	3	3,2
Agência	17	22,1	27	43,5	12	10,3	67	72,0
Comércio	11	14,2	1	1,6	13	11,2	1	1,1
Artesanato	12	15,6	13	21,0	48	41,4	12	12,9
Pobre e mendigo	10	13,0	3	4,8	1	0,9	5	5,4
Não classificadas	9	11,7	9	14,5				
Atividades do Mar			1	1,6				
Serviços	10	13,0	4	6,5	21	18,1	3	3,2
Não Dita	2	2,6			8	6,9	2	2,2
Total	77	100	62	100	116	100	93	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para confirmar tal análise, resta-nos observar a ocupação, dividida por sexo e cor (tabelas 37, 38, 39 e 40). Entre os homens brancos, o maior crescimento é visto entre aqueles que atuavam no comércio. Depois, o incremento maior é notado no artesanato e nas agências. Por fim, em declínio apareciam as atividades do mar e, ainda que em menor intensidade, a agricultura e pecuária. Entre os pardos e negros livres, as agências são as que mais crescem, mas não chegam a sobrepujar a constante importância do artesanato. Também houve uma queda significativa das atividades do mar. Quanto às mulheres brancas, ao longo do recorte proposto, elas deixam, em grande medida, de viverem da mendicância e, com menor intensidade, do artesanato, como costureiras, para se ocuparem principalmente nas agências. As pardas e negras livres, atuavam de maneira muito diversificada no final do século XVIII e, apesar dos serviços do artesanato ainda manterem uma pequena importância, as atividades de agências acabam por concentrar quase três quartos das pardas e negras livres que não possuíam cativos.

Portanto, também entre os chefes de domicílios sem cativos, nota-se a importância crescente do envolver das atividades econômicas em torno do dinâmico comércio que se desenvolvia. Neste grupo é bastante claro que Santos deixava, em boa medida, de se ser uma vila caçara, principalmente quanto aos homens atuantes nas atividades do mar e da agricultura de roças, e às mulheres em boa parte, na mendicância, para se tornar uma vila de florescente comércio e de dinâmicas envolvendo os mais diversos afazeres em torno do trato mercantil portuário. Este trato

permitia uma grande quantidade de domicílios escravistas, em boa medida chefiados por mulheres, com elevado índice das pardas e negras livres.

A caracterização completa, contudo, das que conseguiam enriquecer será vista a partir de agora com o estudo da posse de escravos, inclusive, procurando retomar as interpretações aqui discutidas.

Capítulo IV: Ser senhor de escravos

Nos capítulos anteriores, encontramos resultados bastante significativos. A vila de Santos sempre deteve 40% de cativos em sua população ao longo do final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Essa configuração é sustentada pelo tráfico, como se comprovou através da elevada razão de sexo e do perfil de população masculina migrada das pirâmides etárias. Desta forma, como a historiografia comprova, o vigor das atividades econômicas na vila que se transformava em uma área tipicamente comercial/portuária, permitiu o contínuo acesso à mão-de-obra cativa. Este acesso também foi visto pelo elevado índice de domicílios escravistas. Quase sempre, metade dos fogos utilizavam escravo(s) para atuar em torno das atividades mercantis. Neste grupo, inclusive, encontram-se pardos e negros livres, com especial destaque, as mulheres pardas e negras livres.

Para qualquer estudo da escravidão na sociedade formada na América portuguesa, há de se ter em vista que, como analisa Maria Cristina Wissenbach:

“embora única, a condição escrava revestiu-se de múltiplas formas. Mão-de-obra essencial na sociedade do Brasil colonial e do Império, o emprego dos trabalhadores cativos subordinou-se às exigências de cada um dos setores econômicos nos quais se envolveu, e estes, por sua vez, sem alterar o sentido básico da escravidão, modificaram-lhe a fisionomia, diversificaram os padrões de trabalho e as condições de vida propiciadas aos escravos e conferiram equilíbrios diferenciados às relações mantidas entre senhores e escravos.”⁴⁸⁷

Nesse sentido, Carlos Bacellar destacou a necessidade do estudo das características da posse da escravidão miúda, deixada de lado pelo destaque das grandes lavouras:

“A escravidão miúda, ou de pequeno porte é, ainda hoje, relegada a um segundo plano em nossa historiografia. Uma intensa preocupação em discutir a grande lavoura monocultura, os vastos plantéis e os vínculos Metrópole-Colônia deixou de lado o conhecimento de uma parcela considerável de nossa sociedade colonial: a da economia de subsistência e de abastecimento interno.”⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ WISSENBACH, Maria Cristina C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. Segunda Edição. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 61.

⁴⁸⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A escravidão miúda...**, p. 239.

Bacellar retoma ainda a perspectiva dada por Horácio Gutiérrez de que um “modelo único tradicionalmente proposto para o sistema demográfico dos escravos no Brasil refere-se, na verdade, a uma realidade bastante específica – e restrita no espaço e no tempo – do trabalho cativo em grandes propriedades açucareiras e cafeeiras, relacionada ao tráfico atlântico de escravos.”⁴⁸⁹ O autor aponta ainda que análises pontuais para regiões não diretamente voltadas para a exportação atlântica têm demonstrado dinâmicas demográficas bem diferenciadas das verificadas para os latifúndios escravistas.⁴⁹⁰

Devemos, assim, identificar aqui uma dinâmica bastante específica em uma vila que deixara a condição de caçara, voltada as atividades mais básicas litorâneas – as pequenas roças, a pesca e, para alguns, as ocupações militares – para agora se tornar um porto proeminente, com sua população, em grande medida voltada para o comércio e as atividades subsidiárias, formando um verdadeiro leque de oportunidades. Além do fato de que, pela feição mercantil, a área urbana se expandia. O perfil da escravidão santista, a partir de então, deve ser muito mais em torno do que a historiografia tem abordado acerca da escravidão urbana.⁴⁹¹

Ao perscrutarmos a posse destes cativos, procuraremos entender como a riqueza era distribuída na vila portuária, pois, como já afirmaram Francisco Luna e Herbert Klein, “a posse de cativos foi a forma crucial de riqueza disponível no Brasil colonial e imperial.”⁴⁹² Dentro das atividades que se desenvolviam em torno do perfil portuário mercantil – comércio, jornal dos escravos, viver de agências e artesanato – teríamos elevados plantéis concentrados em alguns domicílios ou uma posse mais disseminada, demonstrando a abertura de possibilidades de aquisição?

Desta forma, a proposta de trabalho aqui é dialogar com os estudos existentes acerca das variadas realidades dentro da sociedade que aqui se formara, caracterizá-la em uma vila portuária e, por outro lado, compreender as particularidades daqueles que acumularam fortunas ao longo de suas vidas em um contexto econômico bastante favorável ao porto de Santos.

⁴⁸⁹ Idem, Ibidem. O trabalho de Gutierrez citado é: GUTIÉRREZ, Horácio. **Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830.** *Estudo Econômico*, 18 (3): 449-495. São Paulo: FIEP/USP, set./dez. de 1988.

⁴⁹⁰ Idem, p. 240.

⁴⁹¹ Para uma excelente síntese da discussão acerca da escravidão urbana veja-se WISSENBACH, Maria Cristina C, especialmente o capítulo 2: *A posse e o usufruto de escravos nas cidades*.

⁴⁹² LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução...**, p. 138.

Iniciamos a análise com o estudo da média da posse de escravos.⁴⁹³ A única alteração significativa, nos números gerais, foi dada no último quartel do século XVIII: a média da posse era de 5,2 em 1775 e passa a 6,8 em 1798. A partir dali, apesar de um contínuo declínio, ela se manteve em mais de 6 cativos por domicílio escravista (6,2 em 1836). Para a capitania/província de São Paulo, Luna detectou, entre 1804 e 1829, uma forte elevação da média, já que passou de 5,8 para 7,2 – resultado do aumento da participação dos grandes plantéis, a partir do desenvolvimento da lavoura açucareira e, mais adiante, do café no Vale do Paraíba.⁴⁹⁴ Em Bananal, José Flávio Motta encontrou uma variação significativa da média de posse de escravos: 9,11 em 1801, 8,35 em 1817 e 11,70 em 1829. O autor argumenta que estes números estavam diretamente relacionados ao desenvolvimento da lide cafeeira.⁴⁹⁵ Na introdução deste cultivo, entre 1801 e 1817, a distribuição seria mais igualitária inclusive pela chegada de uma importante parcela de população livre à região, mas, no outro momento, entre 1817 e 1829, a tendência se reverte para uma maior concentração em torno dos grandes plantéis.⁴⁹⁶ No litoral Norte, Ramón Fernández também relaciona a média de escravos com a evolução das atividades econômicas da região. Verificou-se nela um aumento em São Sebastião, entre 1778 e 1798. Devido à expansão da produção de açúcar, o número passa de 4,35 para 6,81, e se estabiliza até 1808. No entanto, durante a queda desta produção, diminui até a chegada da lavoura cafeeira na década de trinta, quando em 1836, a média volta a situar-se em 6,44. Em Ubatuba, também sob efeito da produção cafeeira a partir do final da segunda década do século XIX, a média de escravos nos domicílios escravistas passou de 4,62 em 1818 para 7,13 em 1828 e, no ápice, para 8,45 em 1836.⁴⁹⁷

Comparando estes dados, para Santos, como um primeiro viés de análise, é possível entender que a conjuntura favorável do comércio iniciada nas últimas décadas do século XVIII resultou em um aumento da concentração da riqueza nos domicílios escravistas. Em seguida, mesmo com o crescimento populacional singular das duas

⁴⁹³ Os números completos estão disponíveis em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico. Contudo, a medida que formos avançando na análise, os principais dados serão apresentados.

⁴⁹⁴ Os dados foram encontrados em: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, p. 362. A explicação foi dada em trabalho mais recente em parceria com Herbert Klein – veja-se LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução...**, p. 140.

⁴⁹⁵ A quantidade de café produzido na região “eleva-se de 9 e 40 arrobas, respectivamente, em 1799 e 1802, para 4.049 arrobas em 1817 e 45.572 arrobas em 1829.” MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, p. 141.

⁴⁹⁶ Idem, pp. 141-148.

⁴⁹⁷ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, pp. 257-259.

primeiras décadas, a média da posse continuou quase que inalterada, demonstrando que a contínua chegada de novos cativos não alterou o panorama geral da vila portuária.

A média de escravos em Santos, alcançada no final do século XVIII e mantida nas três primeiras décadas do século XIX, demonstra que a concentração de cativos da feição mercantil/portuária, que se formava cada vez mais, deveria ser bem menor do que as áreas diretamente envolvidas com as grandes lavouras para a exportação.

Tabela 41: Média de escravos por domicílios escravistas de ocupações selecionadas em Santos, entre 1775-1836

Ocupações	1775	1798	1802	1817	1836
Agricultura	8,2	9,3	11,7	10,6	10,0
Agência	5,0	2,0	3,1	2,6	2,9
Comércio	3,1	6,2	6,5	4,8	7,0
Artesanato	2,5	1,9	2,7	3,1	2,5
Jornal dos escravos	5,1	6,4	9,8	-	8,6
Rentista	5,0	47,3	16,0	18,3	6,0
Comércio e Agricultura	8,4	25,3	41,5	49,0	15,4

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Gráfico 31: Média de escravos por domicílios escravistas de ocupações selecionadas em Santos, entre 1775-1836

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Analisando a média da posse de escravos por ocupações, há de se ter em vista um importante problema. Em alguns dos ramos de atividade, os casos são muito diminutos, o que prejudica qualquer análise de média. Dois exemplos de fácil

identificação estão na tabela 41. Nos rentistas, os domicílios selecionados são pouquíssimos. Como já visto no capítulo I, apenas três fogos eram responsáveis por quase um décimo dos escravos em 1798 – sendo que um deles possuía apenas um cativo. Mais incisivo ainda são os casos da Agricultura e Comércio juntos. No ano de 1802, sua maior média, 41,5 escravos é dada por somente dois casos. Estas atividades serão analisadas mais adiante no estudo dos grandes escravistas de Santos.

Pelo gráfico 31, verifica-se que na agricultura, apesar do declínio do número total de cativos e de domicílios envolvidos, a média de escravos foi sempre a maior da vila, dentre as que envolviam a maior quantidade de domicílios. Como hipótese inicial, talvez seja possível entender que o desenvolvimento da feição mercantil/portuária fez com que somente escravistas de maiores cabedais se dedicassem ainda a tal atividade, ao passo que os de escravidão miúda passam a atuar em torno do comércio e das múltiplas atividades envolvidas. A média do comércio eleva-se consideravelmente em dois momentos: no último quartel do século XVIII, onde mais que duplica seu índice (de 2,2 para 5,7), e depois na terceira década do século XIX, passando de 4,8 para 7. A explicação da primeira elevação certamente está relacionada ao desenvolvimento do mercado açucareiro. Contudo, na terceira década do século XIX parece haver um aumento de plantéis maiores neste setor, o que pode demonstrar certa concentração nas mãos de alguns escravistas talvez envolvidos em um trato comercial de maior monta, com maiores investimentos.

O jornal dos escravos foi outra atividade com aumento de grandes plantéis no final do século XVIII e depois parece ter mantido esta característica, já que o dado de 1836 pouco difere do de 1802. Era uma típica atividade daqueles que haviam acumulado recursos suficientes para viver da renda proveniente de seus cativos.

Por fim, tanto o artesanato como as agências eram típicas atividades de escravistas com pequeno cabedal. As agências, contudo, tinham plantéis maiores em 1775, demonstrando, talvez, que a perspectiva mercantil/portuária do último quartel do século XVIII disseminou uma distribuição maior de escravos nestes domicílios em torno das múltiplas atividades deste ramo de ocupação. Tanto o artesanato como a agência, portanto, quando conseguiam adquirir um ou mais cativos, teriam-no como um braço a mais na luta pelo dia-a-dia. Bacellar apontou que a escravidão miúda podia ser parte de uma estratégia dos senhores frente a uma eventual preocupação com a chegada do momento em que os filhos deixariam o lar, diminuindo a força de trabalho nos

domicílios e com a proximidade da velhice, criando temores para a continuidade das atividades desenvolvidas. As formas de aquisição destes cativos podia variar: alguns podiam ser de pior qualidade, com alguma deficiência física sendo mais baratos e mais acessíveis a esta camada da população, além de podendo ser obtidos aos grandes negociantes, chamados de “capitalistas”, a partir de empréstimos a serem pagos a prazo.⁴⁹⁸

Na prática, era uma realidade bastante distinta, como concluí Bacellar:

“A presença de um escravo criava uma realidade ainda pouco conhecida, aquela em que o senhor e cativo dividiam a mesma casa e o mesmo trabalho, sem maior diferenciação. O escravo solitário ou com poucos companheiros poderia ser casado com um forro, que, mantendo uma coabitação, ampliava os braços disponíveis. Ou, como também ocorria, este escravo podia ter seu cônjuge estabelecido junto a outra família. Tais situações não eram raras, e instauravam, muito provavelmente, práticas de convivência diferenciadas daquelas das senzalas de porte, onde o escravo se socializava com seus pares.”⁴⁹⁹

Gráfico 32: Comparação da média de escravos por domicílios escravistas envolvidos na agricultura em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida por regiões, 1802-1836*

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.
 Para os dados de São Paulo por regiões: LUNA, Francisco Vidal *São Paulo: População...*, p. 363 tabela 13.
 * Os dados de Santos são para 1802 e 1836, já os de São Paulo dividida por regiões são de 1804 e 1829.

⁴⁹⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *A escravidão miúda...*, p. 250.

⁴⁹⁹ Idem, p. 251.

A comparação da média de escravos possuídos na agricultura entre Santos e as demais regiões paulistas (gráfico 32) confirma uma tendência bastante significativa. O Oeste Paulista, com a ampliação das grandes propriedades produtoras de açúcar, demonstra a consolidação desta atividade, se tornando de grande porte. Há também um crescimento significativo no Vale do Paraíba para a produção de café. Nas demais regiões, contudo, a agricultura, em geral, voltada fundamentalmente para o abastecimento, mesmo com as exceções específicas vistas mais acima do Litoral Norte (São Sebastião e Ubatuba), não resultou no mesmo movimento, mas sim numa manutenção da média tanto no Litoral, como na região da Capital e do Caminho do Sul, áreas voltadas às atividades mercantis. Santos, por sua vez, teve uma queda significativa, o que, em parte, explica a manutenção da média de cativos na região do Litoral mesmo com as produções do Litoral Norte. De qualquer forma, não deixa de ser interessante que o índice anterior da vila, no início do século XIX, tenha sido superior aos demais, mesmo se utilizássemos os dados de 1798. Isso pode denotar a possível presença em Santos de grandes escravistas. É algo a ser investigado.

Gráfico 33: Comparação da média de escravos por domicílios escravistas envolvidos no comércio em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida por regiões, 1802-1836*

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.
 Para os dados de São Paulo por regiões: LUNA, Francisco Vidal **São Paulo: População...**, p. 363 tabela 13.
 * Os dados de Santos são para 1802 e 1836, já os de São Paulo dividida por regiões são de 1804 e 1829.

Quanto à comparação do comércio (gráfico 33), nota-se que o vigor da atividade mercantil gerada com a exportação do açúcar, na dinâmica do exportar e abastecer, fez

com que o Litoral paulista concentrasse os maiores plantéis nesta ocupação certamente relacionado ao incremento das atividades marítimas em toda a região. Santos, apesar de ainda se manter com um nível maior do que o Litoral, não atravessa o mesmo incremento do restante. É possível que parte dos comerciantes de maior monta estivessem no Litoral e possuíssem maiores recursos para grandes investimentos, além de usarem estes cativos em diversas atividades em torno do trato mercantil. Nas demais regiões paulistas, nota-se a manutenção do perfil das outras áreas diretamente relacionadas ao comércio, em que se incluem a Capital e o Caminho do Sul em tendência declinante, esta última principalmente, mesmo com o aumento dos escravos em torno do comércio, o que claramente indica uma maior disseminação da mão-de-obra cativa nas atividades em torno dos tropeiros e do gado muar proveniente do Rio Grande.

Gráfico 34: Comparação da média de escravos por domicílios escravistas envolvidos no artesanato em Santos e na capitania/província de São Paulo dividida por regiões, 1802-1836*

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.
 Para os dados de São Paulo por regiões: LUNA, Francisco Vidal *São Paulo: População...*, p. 363 tabela 13.
 * Os dados de Santos são para 1802 e 1836, já os de São Paulo dividida por regiões são de 1804 e 1829.

Para os artesãos (gráfico 34), quase que todas as regiões paulistas pouco variam a média de escravos por fogo nas três primeiras décadas do século XIX. O número é sempre em torno de 2. A única exceção era o Litoral no início do século, onde Santos

não compartilhava do mesmo perfil. Portanto, confirma-se a posse desta atividade como típica de pequeno cabedal.

Por fim, o “viver de agências” não costuma ser tabulado separadamente pela historiografia.⁵⁰⁰ Contudo, em seu anexo, Francisco Luna tabulou os domicílios e os escravos nesta atividade para a região de São Paulo.⁵⁰¹ Com base em tais dados, confirma-se também o típico perfil de pequenos escravistas: a média varia de 2,67 para 2,5 entre 1804 e 1829. A feição, portanto, é bastante próxima da encontrada para Santos.

Tabela 42: Média de escravos por domicílios escravistas chefiados por pardos e negros, divididos por sexo, em Santos, entre 1775-1836

	1798			1802			1817			1836		
	Escravos	Casos	Média	Escravos	Casos	Média	Escravos	Casos	Média	Escravos	Casos	Média
Homens pardos e Negros Livres	84	22	3,8	96	25	3,8	170	37	4,6	165	42	3,9
Mulheres pardas e Negras Livres	32	15	2,1	72	23	1,9	59	32	1,8	71	29	2,4
Total	116	37	3,1	168	48	3,5	229	69	3,3	236	71	3,3

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para finalizar as médias de escravos por domicílios, resta-nos retomar o estudo dos chefes de fogos homens e mulheres pardos e negros livres (tabela 42). Pelos poucos casos em alguns anos, torna-se inviável a divisão por ocupações. No geral, a média pouco se altera, sendo praticamente a metade da encontrada no total dos domicílios. Os homens possuíam um número consideravelmente maior.⁵⁰² Apesar de atuarem mais no artesanato, em geral de baixa média, alguns trabalhavam diretamente no comércio e outros na agricultura, o que justifica o índice maior. Já a média das mulheres pardas e negras escravistas era um tanto quanto esperada, já que estas, como visto no capítulo

⁵⁰⁰ A discussão a respeito da tabulação das ocupações pode ser vista em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

⁵⁰¹ Os dados fornecidos são: em 1804 82 proprietários com 219 escravos e em 1829 166 proprietários com 415 cativos. Veja-se: LUNA, Francisco Vidal **São Paulo: População...**, p. 406 tabela anexo 2.

⁵⁰² Há de se ter em vista, contudo, que um único caso elevava, e muito a média geral dos pardos e negros livres. Era o caso de Manoel de Alvarenga Braga que comentaremos mais adiante. Por ora, vale dizer que ele possuía, respectivamente, 28, 24, 49 e 43 cativos em 1798, 1802, 1817 e 1836. Retirando o domicílio de Manoel de Alvarenga Braga dos casos dos homens pardos e negros, a média de escravos por domicílio fica, respectivamente, em 2,7, 3,0, 3,4 e 3,0 em 1798, 1802, 1817 e 1836. Como se vê, atenua bastante a diferença entre homens e mulheres pardos e negros.

anterior, atuavam principalmente no viver de agências. Desta forma, é nítido que a sua média foi praticamente a mesma desta ocupação em geral.

Na realidade, o leque de oportunidades para os chefes de domicílios pardos e negros livres, visto em geral nas atividades de posse reduzida, como o artesanato e o viver de agências, que deveria ser muito mais acessível a tal grupo, fez com que estes não tivessem o mesmo patamar de riqueza dos brancos na vila de Santos, mesmo com o seu crescimento ao longo do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX. Os pardos e negros livres, homens e mulheres, atendiam a ofícios relacionados à efervescência econômica do comércio, e de todos, um único obteve especial destaque: Manoel de Alvarenga Braga, que veremos mais a frente no estudo dos grandes escravistas de Santos.

Gráfico 35: Divisão dos proprietários de escravos por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Gráfico 36: Divisão dos escravos por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para aprofundar o estudo da posse de cativos e confirmar a análise, consideremos as faixas de plantéis (gráficos 35 e 36).⁵⁰³ Em termos gerais, quase em todo o recorte proposto, os escravistas de mais baixo cabedal (de até 2 cativos) representaram dois quintos dos domicílios em Santos. Se somados com os de até 5 cativos, configuravam em mais de dois terços dos lares escravistas no período em estudo. Nas faixas intermediárias (de até 20 cativos), houve certa diminuição, principalmente dos que envolviam 11 a 20 cativos nas duas primeiras décadas do século XIX. Entretanto, o índice é retomado, respondendo por quase um terço dos domicílios escravistas na terceira década do século XIX. Os escravistas de maiores cabedais (mais de 21 cativos), cresceram significativamente nas duas primeiras décadas do século XIX, inclusive com o surgimento daqueles que conseguiram alcançar mais de 41 escravos. Contudo, perdem sua participação nos domicílios, durante a terceira década.

Quanto aos escravos nestas faixas, verifica-se que a escravidão miúda respondia por cerca de um quarto do total de escravos ao longo do recorte proposto, sendo que os de até dois cativos se mantiveram com um décimo do montante. Os plantéis intermediários, por sua vez, respondiam pela grande maioria dos cativos em 1775,

⁵⁰³ Os dados em percentuais estão disponíveis em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico a fim de que pesquisas futuras possam utilizá-los para comparação. As faixas de plantéis decididas aqui são as criadas por Francisco Vidal Luna a fim de que a comparação com o restante de São Paulo seja possível.

somando mais de dois terços da total. Entretanto, caíram significativamente entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, sobretudo na segunda década, quando respondem por apenas um terço do total. Recuperam, por fim, o número muito próximo do inicial na terceira década do século XIX. Os escravistas de maior cabedal, configuram o movimento inverso. Seu surgimento no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX fez com detivessem um quarto dos escravos santistas. Todavia, com o menor número de domicílios na terceira década, a sua participação diminuiu sensivelmente.

A partir de tais dados, compreendemos que o crescimento das atividades comerciais a partir do “boom” da exportação açucareira paulista propiciou em Santos o surgimento de grandes escravistas, que foram os responsáveis pelo aumento da média de escravos por domicílio escravista, a partir do final do século XVIII, mesmo que o momento fosse de um crescimento populacional singular comparado à capitania paulista. Esse movimento, contudo, não permaneceu na terceira década do século XIX, quando a feição mercantil/portuária foi ainda mais evidente, propiciando aos plantéis intermediários a oportunidade de assumirem proporções maiores de escravos, talvez, justamente em torno do trato mercantil. Nesse sentido, é possível que estes grandes escravistas estavam mais relacionados ao trato da agricultura, que apresentou evidente declínio na terceira década do século XIX. Para confirmar ou não tal perspectiva, desenvolveremos mais adiante a análise destes grandes escravistas.

Gráfico 37: Divisão dos proprietários de escravos por faixas de plantéis em São Paulo dividida por 6 regiões, além de Santos, São Sebastião* e Ubatuba para 1775-1836.**

Fonte: Para as 6 regiões paulistas os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 31, pp.391-392. Para São Sebastião e Ubatuba, os dados foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente García. *op. cit.*, tabela 5.2, p. 265. Já para Santos; AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* Para São Sebastião soma os dados de São Sebastião com os de Vila Bela a fim de que os dados pudessem ser iniciados a partir de 1778;

** Os anos seleccionados foram os seguintes: para as 6 regiões paulistas são 1777, 1804 e 1829, para Ubatuba e São Sebastião são 1778, 1798 e 1836 e, por fim, para Santos são 1777, 1802 e 1836.

Gráfico 38: Divisão dos escravos por faixas de plantéis em São Paulo dividida por 6 regiões, além de Santos, São Sebastião* e Ubatuba para 1775-1836.**

Fonte: Para as 6 regiões paulistas os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 31, pp.391-392. Para São Sebastião e Ubatuba, os dados foram obtidos de: FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *op. cit.*, tabela 5.2, p. 265. Já para Santos; AESP, maços de população de Santos para os anos de 1775, 1802 e 1836.

* Para São Sebastião soma os dados de São Sebastião com os de Vila Bela a fim de que os dados pudessem ser iniciados a partir de 1778;

** Os anos selecionados foram os seguintes: para as 6 regiões paulistas são 1777, 1804 e 1829, para Ubatuba e São Sebastião são 1778, 1798 e 1836 e, por fim, para Santos são 1777, 1802 e 1836.

Comparando os dados obtidos com o restante de São Paulo (gráficos 37 e 38), nota-se que os pequenos escravistas eram a grande maioria dos proprietários paulistas ao longo de todo o recorte proposto. Na virada do século XVIII, os poucos grandes escravistas adquiriram maior participação em alguns locais, como Santos, Oeste Paulista, Ubatuba e São Sebastião. Na terceira década do século XIX os grandes escravistas ampliavam, ainda mais, seu número, sobretudo, no Oeste Paulista, no Vale do Paraíba e Ubatuba. A primeira região foi diretamente afetada pela produção de açúcar e as duas últimas, pela de café. Ou seja, para estas áreas a lavoura de exportação gerou o aumento de grandes escravistas especializados em tais atividades. Portanto, o desenvolvimento econômico alterou a configuração das regiões paulistas diretamente relacionadas à inserção da capitania de São Paulo com as exportações de alto volume.

A proporção de cativos confirma tal perspectiva. Os pequenos escravistas ainda que fossem, no último quartel do século XVIII, a faixa que, em termos gerais, possuía o maior percentual de cativos, não representava mais de um terço do total de toda a capitania. Aqui Santos já se destacava pelos plantéis mais intermediários (tanto de 6 a 10 como de 11 a 20) que detinham mais cativos que os pequenos escravistas – situação

que vai se configurando no Litoral, possivelmente em torno das atividades marítimas e mercantis. A partir do final do século XVIII, nas regiões diretamente envolvidas com a lavoura de exportação, inicialmente do açúcar, sobretudo no Oeste Paulista e em São Sebastião, e a seguir, com o café no Vale do Paraíba, houve crescimento substancial do número de escravos dos grandes proprietários. Esta ampliação dos grandes justifica o aumento do número médio de cativos nestas regiões, conforme visto. É pertinente notar que Santos acompanhou o processo de desenvolvimento dos grandes escravistas das áreas de lavouras para exportação no final do século XVIII, e ainda possuía importância nas duas primeiras décadas do século XIX. Contudo, na terceira década do século XIX, Santos já não seguiu mais o ritmo das regiões de exportação e os grandes escravistas perderam importância para os de médio cabedal, justamente no momento em que a feição mercantil/portuária foi a mais evidente. O que teria acontecido com tais grandes escravistas?

Gráfico 39: Divisão dos proprietários de escravos envolvidos na agricultura por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Gráfico 40: Divisão dos escravos envolvidos na agricultura por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para confirmar tal quadro, vejamos as características dos plantéis dos agricultores e comerciantes na vila de Santos por terem sido as principais atividades econômicas no recorte proposto. Iniciando pelos agricultores (gráficos 39 e 40), notamos que, em geral, eram pequenos escravistas no último quartel do século XVIII. A partir do início do século XIX, os proprietários de médio cabedal assumiram importância, sobretudo os de 6 a 10 cativos, evidentes na terceira década, em que passam a ser mais de dois quintos dos agricultores com cativos. A posse de escravos mostra que os pequenos escravistas, apesar de seu elevado número, detiveram apenas algo em torno de um décimo do total de cativos envolvidos na agricultura. As faixas intermediárias eram, antes do final do século XVIII, as grandes detentoras desses cativos, já que ficava com mais de dois terços do total. Contudo, nas duas primeiras décadas do século XIX, os grandes escravistas passaram a deter grande fatia dos escravos, ora com os de 21 a 40 cativos (em 1798), ora com os de mais alto cabedal (41 ou mais em 1817). Entretanto, a perspectiva não se manteve, pois em 1836 ocorreu um retorno da importância dos médios escravistas, mais uma vez com mais de dois terços da escravaria do setor.

Gráfico 41: Divisão dos proprietários de escravos envolvidos na agricultura por faixas de plantéis em Santos e na capitania/província de São Paulo, entre 1802-1836.

Fonte: Para São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 16, p.366. Já para Santos são AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

** Os anos selecionados para São Paulo são 1804 e 1836 e para Santos são 1802 e 1836.

Gráfico 42: Divisão dos escravos envolvidos na agricultura por faixas de plantéis em Santos e na capitania/província de São Paulo, entre 1802-1836.

Fonte: Para São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 17, p.367. Já para Santos são AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

** Os anos selecionados para São Paulo são 1804 e 1836 e para Santos são 1802 e 1836.

Comparando os dados de Santos com o restante de São Paulo⁵⁰⁴ (Gráficos 41 e 42), confirma-se na vila a importância dos escravistas de médio cabedal. A região paulista, como um todo, como visto, foi bastante afetada neste contexto pelo

⁵⁰⁴ Infelizmente para nós Luna não trabalhou estes dados também por regiões.

desenvolvimento da lavoura para a exportação do açúcar e, posteriormente, do café. Esta perspectiva fez com que os grandes escravistas especializados nestes produtos crescessem consideravelmente. Santos, longe de uma vocação agrícola, só consegue com que seus médios escravistas passem a ter importância maior e mais significativa. Talvez fossem estes que produzissem o pouco de arroz, de farinha de mandioca e de café que a vila, com feição cada vez mais portuária e mercantil, desenvolvia.⁵⁰⁵

Tabela 43: Participação dos grandes escravistas de Santos na produção total da vila – 1817

Gêneros	Produção total da vila	Produção total dos grandes escravistas	%
Aguardente (em medidas)	11.312	5420	47,9
Café (em arrobas)	143	71	49,6
Arroz (em alqueires)	4.761	1736	36,5
Farinha (em alqueires)	6.311	2332	36,9
Feijão (em alqueires)	158	138	87,3
Milho (em alqueires)	98	72	73,5

Fontes: Para a produção total da vila: AESP, mapa de produção de 1817. Para a produção total dos grandes escravistas: AESP, mapa de população de Santos de 1817.

A tabela 43 confirma tal perspectiva ao demonstrar que, no ano em que houve o maior número de grandes escravistas em Santos, a maior parte dos principais produtos agrícolas não eram dados pelos proprietários de grandes cabedais. Nesse sentido, o perfil agrícola de Santos parece bem específico, já que os médios escravistas vão ganhando importância e são os principais responsáveis pela produção da vila. Por outro lado, os grandes escravistas agrícolas, apesar de terem surgido no meio deste processo, não eram grandes produtores. O que nos leva a procurar entender as atividades destes grandes escravistas a fim de explicar a razão de tal perspectiva.

⁵⁰⁵ A produção de aguardente, por demandar todo um aparato, é bem mais difícil de ter sido produzida por escravistas de pouca monta.

Gráfico 43: Divisão dos proprietários de escravos envolvidos no comércio por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Gráfico 44: Divisão dos escravos envolvidos no comércio por faixas de plantéis em Santos, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Quanto aos comerciantes (gráficos 43 e 44), os pequenos escravistas foram, em todo o recorte proposto, também os mais numerosos. Contudo, ao contrário dos agricultores, eram detentores de mais da metade dos escravos no trato mercantil, com especial destaque para os de porte mais miúdo, com um e dois cativos, em 1775. Nota-se, entretanto, uma tendência de aumento daqueles de plantel médio, principalmente dos

de 6 a 10 cativos, e dos de 11 a 20. Em configuração semelhante apareciam os de grande cabedal, sobretudo os de 21 a 40. Na quantidade de cativos, o grande volume que os pequenos escravistas detinham em 1775 foi gradativamente diminuído em contraposição aos de maiores cabedais. Apesar de certa importância vista para os de 6 a 10 cativos, e em 1802 grandes escravistas possuírem um terço da escravaria no comércio, são os plantéis de 11 a 40 cativos os grandes responsáveis pela evidente feição portuária/mercantil da vila de Santos na terceira década do século XIX. É possível entender que os pequenos escravistas, por não possuírem tantos recursos, atuavam no comércio mais local, em torno de suas vendas e lojas, enquanto que os de maior monta, com recursos para altos investimentos, operavam nas mais variadas áreas da América portuguesa e em transações comerciais internacionais. O crescimento comercial proporcionado com a atividade açucareira, desenvolvendo a dinâmica do exportar e abastecer, gerou também o aumento dos escravistas de maior monta nas transações mercantis ainda que, por razões diversas⁵⁰⁶, também não detivessem plantéis enormes.

Gráfico 45: Divisão dos proprietários de escravos envolvidos no comércio por faixas de plantéis em Santos e na capitania/província de São Paulo, entre 1802-1836.

Fonte: Para São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 16, p.366. Já para Santos são AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

** Os anos selecionados para São Paulo são 1804 e 1836 e para Santos são 1802 e 1836.

⁵⁰⁶ Talvez os comerciantes passaram a precisar envolver mais recursos na compra e armazenamento dos produtos, além de maiores investimentos para viagens mais longínquas, ou mesmo devido ao eventual custo da grande escravaria não ser tão lucrativo frente as maiores possibilidades de contratação dos agenciados.

Gráfico 46: Divisão dos escravos envolvidos no comércio por faixas de plantéis em Santos e na capitania/província de São Paulo, entre 1802-1836.

Fonte: Para São Paulo os dados foram obtidos de: LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População...**, tabela 17, p.367. Já para Santos são AESP, maços de população de Santos para os anos de 1802 e 1836.

** Os anos selecionados para São Paulo são 1804 e 1836 e para Santos são 1802 e 1836.

A comparação dos comerciantes com o restante de São Paulo (gráficos 45 e 46) confirma tal perspectiva. Havia em Santos uma participação superior de comerciantes intermediários e de grande cabedal, detendo mais da metade do total de escravos no trato mercantil. Já na província de São Paulo, ainda os escravistas de menor monta, com até 10 cativos, eram quase nove décimos dos proprietários e detinham dois terços do total de cativos.

Gráfico 47: Distribuição das faixas de idade dos proprietários de escravos na vila de Santos envolvidos na agricultura e no comércio, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para finalizar tal perspectiva dos agricultores e comerciantes, vejamos as idades dos chefes de domicílios envolvidos nessas atividades, a fim de detectar um eventual perfil de ascensão econômica diferenciado.

Pelo gráfico 47, nota-se que os escravistas que atuavam na agricultura possuíam idades mais avançadas do que os comerciantes, ainda que, em tendência crescente, no caso daqueles na faixa dos 50 anos, representando um terço dos agricultores. Além destes, os de idade ainda mais avançada, com mais de 60 anos, já no início do século XIX, passaram também a ser mais de um terço dos proprietários nesta atividade. Os

valores do ano de 1798 parecem apresentar um problema na fonte, sobretudo, na faixa de 30 a 39 anos, já que registraram um número bastante discrepante que não foi mantido no ano de 1802.

Já no comércio, nota-se que só aqueles que estavam na faixa dos 30 anos, a partir do final do século XIX, representavam um terço dos comerciantes escravistas. Os que tinham até 49 anos somavam a participação de três quartos dos domicílios no trato mercantil.

Gráfico 48: Distribuição das faixas de idade dos não proprietários de escravos na vila de Santos envolvidos na agricultura e no comércio, entre 1775-1836.

Fonte: AESP, maços de população de Santos para os anos de 1798, 1802, 1817 e 1836.

Para reforçar esta análise, compilamos no gráfico 48 as faixas de idade dos não proprietários. Na agricultura houve, claramente, um perfil muito mais distribuído nas faixas de maior idade, preponderando a faixa dos 40 anos. Já no comércio, apesar do dado de 1802 ser bastante problemático por abranger somente cinco casos, nota-se que existiu uma concentração muito maior dos chefes de domicílios nas faixas de até 39 anos.

Desta forma, é possível conjecturar uma perspectiva de ascensão diferenciada dos comerciantes em relação aos agricultores na vila de Santos. O desenvolvimento do comércio de açúcar, alargando o setor de exportação, além do crescente mercado de abastecimento, intensificando a dinâmica do exportar e abastecer, deve ter gerado uma perspectiva diferenciada de aquisição de riqueza àqueles que atuavam no trato mercantil.

Interessante, por fim, é que estes comerciantes eram, em sua maioria, provenientes de Portugal – entre os escravistas, eles eram 74,1% em 1802 e 51,6% em 1836.⁵⁰⁷ Carlos Bacellar, ao estudar os portugueses no sul da América Portuguesa no início do século XIX, detectou que estes se instalaram principalmente em áreas relacionadas ao comércio: a zona litorânea paulista, diretamente relacionada ao trato do comércio de exportação e de abastecimento; o vale do Paraíba, por ser ponto de encruzilhada de variadas rotas; a cidade de São Paulo, centro comercial e administrativo; as zonas do Sul, com o seu importante comércio de contrabando.⁵⁰⁸

Na prática, os portugueses, no início do século XIX, possuíam algumas vantagens:

“Os reinóis, na verdade, contavam com um grande trunfo: o de serem o grupo ainda dominador sobre a colônia; basicamente de cor branca, muito importante e não muito abundante no Brasil. Tais fatores aportavam um status diferenciado ao português, que o tornava muito bem vindo para propósitos de alianças matrimoniais. Além disso, portugueses podiam significar, para o brasileiro dedicado ao comércio, uma oportunidade de facilitar o contacto com os mercados metropolitanos. A boa aceitação do elemento luso no seio da sociedade colonial traduzia-se, provavelmente, em bons casamentos e

⁵⁰⁷ Também entre os não escravistas os portugueses eram importante parcela, já que somavam 45,2% dos chefes de domicílios em 1836. Em 1802, os casos são somente 5, mas destes, 3 eram portugueses. Veja-se os dados completos em nosso Apêndice Metodológico e Estatístico.

⁵⁰⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000, v. 1, pp.7-8.

negócios, permitindo-lhe uma ascensão social mais rápida que a usual.⁵⁰⁹

Para entender o desenvolvimento de alguns destes portugueses, principalmente os de grande cabedal, vamos analisar os casos detidamente, a partir de agora, com os grandes escravistas, ainda que dentre este grupo nem todos fossem desta naturalidade. Na prática, a ideia fundamental é entender qual foi a evolução do perfil econômico destes grandes escravistas, já que, como visto, surgiram a partir do final do século XVIII, e em parte atuantes na lavoura, ainda que não respondessem por grande medida da produção agrícola dos santistas. Nesse sentido, torna-se necessário ainda perscrutar as relações destes grandes em torno da efervescência do mercado açucareiro a fim de descobrir uma eventual relação eles.

Os grandes escravistas

Ao estudar este seletivo grupo, procuraremos entender as formas de enriquecimento ao longo do tempo, suas inter-relações, as atividades desenvolvidas, inclusive, para compreender as variações ocorridas no início do século XIX e depois investigar como estava este grupo, mesmo que seus descendentes, na terceira década do século XIX. Tudo inserido neste contexto de desenvolvimento da feição mercantil/portuária, alavancada com o comércio açucareiro. Tentaremos, então, estabelecer uma possível tendência destes domicílios, buscando identificar um eventual padrão.

O número daqueles que conseguiram adquirir uma grande escravaria em Santos foi bem diminuto. Contabilizamos aqui todos os domicílios que, em algum dos maços de população selecionados, chegaram a possuir 41 ou mais cativos.⁵¹⁰ Não houve casos em 1775, enquanto que, em 1798 somaram-se 5 domicílios, em 1802, 6 residências, em 1817 o maior número com 8 e, por fim, em 1836, 3 grandes escravistas. Muitos destes foram domicílios que permaneceram ao longo destes anos. Assim, o total de fogos diferentes foi de 12, como rastreamos ao longo do recorte de nossas fontes.⁵¹¹

⁵⁰⁹ Idem, p. 9.

⁵¹⁰ A opção pela faixa de 41 ou mais cativos foi dada para manter a análise de comparação do capítulo em que, como comentado, as faixas foram baseadas no trabalho de Francisco Vidal Luna visando a comparação com o restante de São Paulo.

⁵¹¹ O acompanhamento destes domicílios, por vezes encontra um problema típico da sociedade que aqui se formara. Ao longo dos anos, os moradores “variavam” seus nomes. Suprimiam-se sobrenomes, acresciam-se outros. Não havia nenhum tipo de regra, como nos dias atuais, dos filhos levarem os nomes

Ao longo de 1798 e 1836, um dos grandes escravistas de Santos era o Convento de Nossa Senhora do Carmo. Em 1798, o Convento situava-se na rua Direita, fogo de número 62. Havia ali quatro padres e 50 escravos. Já em 1802, ainda como um grande escravista, também na rua Direita, no seu Largo, contava com dois padres e uma escravaria de 49 cativos. O recenseador menciona a morte de dois escravos. Assim, um foi adquirido, recebido como doação, ou nasceu da extensa escravaria. A menção da ocupação é dada pelo serviço dos escravos na fazenda, rendendo os gastos da despesa anual.

Em 1817, o Convento está na rua meridional da Matrix, fogo de número 24. Havia ali dois padres e 41 cativos. As produções parecem ser de subsistência, sendo que, em 1817, houve um possível aumento de excedentes.⁵¹² Manuel Eufrásio de Azevedo Marques cita um recenseamento dos bens dos conventos da Capitania de São Paulo realizado em 1798 e ali identifica que o Convento do Carmo em Santos possuía 23 prédios no recinto da cidade, 9 propriedades agrícolas e um montante de 162 escravos.⁵¹³ Salta aos olhos a discrepância entre o número de escravos encontrados neste recenseamento e o número do maço de população. Quanto às propriedades agrícolas, com base nos Avisos Régios, quatro das mencionadas naquele recenseamento foram encontradas, juntas a mais quatro outras propriedades.⁵¹⁴ Vale comentar que nem todas as propriedades agrícolas do Convento tratadas no recenseamento de 1798 encontravam-se em Santos, o que permite que seja atenuada a diferença de valores encontrados quanto ao seu real número de escravos. Esta é uma das questões importantes ao relacionarmos os Avisos Régios com os maços de população: temos a limitação clara de não conseguir detectar facilmente aqueles que possuíam propriedades em outras localidades. Por fim, em 1836 o recenseador identifica o prior do Convento no distrito 1, rua 1, fogo 40, com uma substancial diminuição dos cativos, já que

de seus pais. Muitas vezes levavam de seus avós (que, por sua vez, não haviam transmitidos a seus filhos). Em termos gerais, parece que o primeiro nome era o que variava menos – esta é a impressão de Maria Luiza Marcílio no citado **Caçara...**, nota 10, página 150.

⁵¹² Em 1798 o Convento foi assim descrito: “O ditto convento vendeo da colheita das fazendas 30 alqueires de arroz pilada e o mais foi absorvido pela família do mesmo convento”. Em 1802 não houve menção a produção. Já para 1817: “Colheu na fazenda de Uma de Arroz – 40 alqueires, Feijão – 10 alqueires e Fez de farinha – 15 alqueires.”

⁵¹³ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, tomo I, pp.201-202.

⁵¹⁴ AESP, Avisos Régios de Santos, números 5, 47, 54, 64, 67, 68, 139 e 149. As outras propriedades mencionadas por Marques são: Guaicá – no distrito de São Sebastião, Curumaú – indo para Bertioiga, Fundão – na vila de Catro, pequena sorte de terras – em São Vicente, e a propriedade Ostreira – no caminho para Barra Grande.

somente 14 foram contabilizados. Interessante notar aqui que na ocupação do fogo é descrito que o frei “tem jornal dos escravos do convento”.

Outro grande escravista, já comentado no capítulo I, foi a Armação de Baleias. Cumpre destacar aqui a evolução do número de cativos em torno desta atividade. Apesar de desconhecermos o motivo dela não ter sido descrita no maço de 1775⁵¹⁵, em 1798 temos 67 cativos do Contrato.⁵¹⁶ Já sob controle da Administração da Fazenda Real, em 1802 detinha a Armação 69 escravos.⁵¹⁷ Após a tentativa de revitalização de 1816, em 1817, sob a Administração de João da Costa, contava o Contrato com 37 escravos.⁵¹⁸ Em 1836, por fim, a Armação da Bertioiga já estava em ruínas e era totalmente inviável qualquer tentativa de nova vida.

Ainda em 1798 outro escravista de grande cabedal era o Sargento mor das Ordenanças Reformado Antônio Jozé de Carvalho, morador do fogo 145, situado na rua da Praia. Era branco e com idade avançada: 72 anos. Sua situação matrimonial não foi descrita. Entre os agregados estavam uma mulata e uma preta, ambas casadas com escravos de Antônio Jozé de Carvalho, e ainda três crianças, filhas destes casais. Sua escravaria totalizava 50 cativos e a descrição de sua ocupação era “vive de Negocio”. Possivelmente, pela idade avançada, já não foi mais encontrado nem em 1802 nem em 1817. Em 1775, ainda com 51 anos, solteiro, vivia também de seus negócios, mas possuía uma escravaria bem menor, com a soma de 14.⁵¹⁹

É atrativo relacioná-lo com outro grande escravista em Santos visto em 1817: Jozé Antônio Vieira de Carvalho, Coronel Governador da Itapema. O recenseador, neste ano, não declarou sua ocupação. Em 1798, era Tenente Coronel Agregado, branco, casado, com 28 anos de idade, que vivia com sua esposa, quatro filhos e dois irmãos. Seu plantel totalizava 6 cativos. A descrição de sua ocupação era “vive de Negocio de Fazenda q vai e manda vir do Rio de Janeiro.”⁵²⁰ Pelas informações de Manuel de Azevedo Marques, José Antônio Vieira de Carvalho, natural de Santos, era filho legítimo do Sargento mor Antônio Jozé de Carvalho.⁵²¹ Em 1802, recenseado como

⁵¹⁵ Ao longo do maço deste ano encontramos indivíduo recenseado como Feitor na Armação do Contrato das Baleias e mesmo outro que cultivava em terras do Contrato das Baleias. Com isso, temos a certeza de que a Armação já estava instalada em Santos, mas, por algum motivo obscuro, não foi recenseada.

⁵¹⁶ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 456.

⁵¹⁷ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 435.

⁵¹⁸ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 23, fogo 57.

⁵¹⁹ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 16.

⁵²⁰ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 150.

⁵²¹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *op. cit.*, p. 51.

português, talvez pela morte do pai e a consequente herança⁵²², tinha a escravaria exponencialmente aumentada: possuía 53 cativos, ocupando-se “em negócio de fazenda e os escravos em vários ofícios.” É interessante notar, dentro da perspectiva da importância dos homens e mulheres pardos e negros livres em Santos, a menção de libertação de cativos em torno desta família: “A família deste fogo tem a diminuição de três agregados, que sahirão com os seus maridos libertos, Aniceta, mulher de João, Barbara, mulher de João, Gertrudes, filha, e também dos escravos seguintes Jozé falecido, Daniel, e Sebastião Libertos.”⁵²³

Já em 1817, Jozé Antônio Vieira de Carvalho tornara-se Coronel governador da Itapema. Vivia com sua esposa, cinco filhos, quatro agregados, sendo que um deles era seu caixeiro. Seu plantel diminuiu um pouco, passando a 47 cativos.⁵²⁴ Infelizmente, o maço de população deste ano não descreveu sua ocupação, mas, pelo cruzamento com outras fontes, obtivemos importantes informações. Segundo Marques, ao longo de sua vida, “teve uma importante casa comercial, que fazia transações de alta escala com o estrangeiro em navios de sua propriedade”.⁵²⁵ Através da documentação levantada por William Punschart, verifica-se que ele atuava no comércio açucareiro, do café, do fumo, no tráfico de escravos⁵²⁶ e mantinha em atividade 1 galera, 2 bergatins e 3 sumacas.⁵²⁷ Segundo Punschart:

“Naquela época, além da quantidade de escravos, o número de embarcações utilizadas no comércio representava poder, riqueza e, principalmente, indicava a dimensão de uma casa mercantil. Com estas perspectivas empresariais, os homens de negócios procuravam manter estrategicamente grande número de navios em diferentes empreendimentos marítimos fosse no comércio de cabotagem, fosse em negócios de importação e exportação.”⁵²⁸

⁵²² Interessante notar que a herança podia muito bem estar concentrada neste domicílio, já que dois irmãos foram recenseados juntos com Jozé Antônio Vieira de Carvalho. Infelizmente, tendo-se somente como base os maços de população de Santos, não é possível detectar quantos eram os filhos de Antonio Jozé de Carvalho. Seria necessário aqui cruzar as informações com o inventário de Antonio Jozé a fim de comprovar ou não esta hipótese.

⁵²³ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 134.

⁵²⁴ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 11, fogo 4.

⁵²⁵ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *op. cit.*, p. 51.

⁵²⁶ Inclusive, quanto ao tráfico de escravos, ele e seu irmão (e sócio) Manoel Theotônio Rodrigo de Carvalho, segundo Punschart, foram nomeados por uma sociedade entre os maiores traficantes de escravos de São Paulo para administrarem a negociação da tentativa de se implementar o tráfico de escravos direto entre Angola e Santos. Vide: PUNTSCHART, William. **Negócios e negociantes paulistas: 1808 – 1822**. Tese de Doutorado. São Paulo FFLCH/USP, 1998, pp. 60-61.

⁵²⁷ Veja-se: Idem, pp. 22, 24, 36-37 e 100.

⁵²⁸ Idem, p. 23.

Assim, não resta dúvida que se trata de um importante comerciante. É pertinente notar ainda que possuía dois lotes de terra em Santos. Segundo os Avisos Régios, ele e “mais herdeiros, por título de herança” possuíam a propriedade Bracaiáquara descrita como “sem cultura”, apesar de ser extensa⁵²⁹. A outra propriedade, Ilha dos Padres, bem mais diminuta⁵³⁰, “serve de parte a Gado vacuum onde tem 4 escravos efetivos”. Assim, é curioso notar que, apesar de comerciante, também era proprietário de terras e ainda atuava na pecuária possivelmente para abastecer as indas e vindas do trato comercial terrestre.

A última informação que obtivemos a seu respeito foi sobre sua inesperada morte em 1823:

“Aos 19 de dezembro de 1823, nesta vila, faleceu repentinamente de moléstia incógnita, sem Sacramentos, de idade de 55 anos mais ou menos, o Coronel José Antônio Vieira de Carvalho, casado nesta vila com D. Ana de Jesus Vieira. Não fez testamento, seu corpo foi amortalhado de Cavaleiro da Ordem de Cristo.”⁵³¹

Outro grande domicílio escravista de Santos em 1798 era o de Dona Gertrudes de Oliveira Buena, branca, que neste ano era uma viúva de 52 anos. Morava na Rua da Praia, no fogo 143 da vila. Com ela viviam ainda seis filhos, um agregado e sua escravaria de 46 cativos. Suas ocupações eram “negocio de Fazenda e de suas lavouras das quaes alem do q gastou em sua Caza vendeo...”⁵³² Em 1802, com seus seis filhos e uma agregada, D. Gertrudes de Oliveira Buena, natural de Santos, tinha 46 cativos, sendo mencionado o motivo da perda de três: dois faleceram e uma fora vendida na vila. Sua produção aumentou na aguardente, mas diminuiu no arroz e no café.⁵³³

Em 1817, com o nome de D. Gertrudes Ferreira⁵³⁴, agora com 63 anos, sua escravaria chegou a 51 cativos. Dois de seus filhos continuavam a morar com ela, além de D. Gertrudes de Oliveira – possivelmente mais uma filha que ficou viúva no

⁵²⁹ “Novecentas braças de testada, e outro tanto de fundo.” Veja-se: AESP, Avisos Régios de Santos, números 80.

⁵³⁰ “Duzentas braças de testada, e cem de fundo.” Veja-se: AESP, Avisos Régios de Santos, números 92.

⁵³¹ FAMS, CCS, volume 95.

⁵³² “30@ de café, 1 pipa de aguardente de Cana e 100 alqueires de arroz pilado.”

⁵³³ Neste ano D. Gertrudes de Oliveira Buena “vendeo 4 pipas de aguardente, 70 alqueires de arroz pilado, 20 @ de café”. AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 132.

⁵³⁴ O problema de se rastrear indivíduos ao longo do tempo na América portuguesa passa por alguns problemas. Um deles é a variação de nomes. Vale aqui pontuar, para comprovar que o rastreamento foi feito corretamente, que os nomes dos filhos batem: como no caso de Antonio Joze de Souza, tenente de milícias reformado (em 1817) ou ainda de D. Anna Joaquina ambos presentes nas duas listas nos fogos analisados.

intervalo analisado e uma neta. Sua ocupação agora era só de lavradora. Apareceu com uma produção mais diversificada e com valores muito mais elevados.⁵³⁵ Pelos Avisos Régios, D. Gertrudes Ferreira Buena detinha, “por título de compra”, uma propriedade denominada “Morrão e Quilombo” de “três mil braças de testada e legoa e meia de fundo” onde “cultiva com 36 escravos”.⁵³⁶ Sugere-se aqui uma especialização na agricultura com grande incremento da produtividade.

O último grande escravista de 1798 foi Luiz Pereira Machado. Branco, casado e com 53 anos de idade, morava com sua esposa, 3 filhas, além de lá estarem seu sobrinho, seu caixeiro e mais quatro pessoas na condição de agregados. A sua escravaria era a segunda maior da vila: 60 cativos. Era registrado como administrador do contrato de Sal, além de possuir seu negócio.⁵³⁷ No capítulo I comentamos sobre a importância do contrato de Sal. Por aqui, cumpre destacar sua evolução ao longo dos anos.

Uma primeira questão bastante interessante era a localização de Luiz Pereira Machado em 1775. Aparecia como agregado no lar do agricultor, Sargento Mor, João Ferreira de Oliveira.⁵³⁸ Pela genealogia de Luiz Gonzaga da Silva Leme, o Sargento era português e “foi um importante comerciante na praça de Santos”, casado com Maria Bueno.⁵³⁹ Uma das filhas do casal foi exatamente Dona Guitéria Ferreira Buena, que em segunda núpcias casou-se com Luiz Pereira Machado. Do primeiro casamento, com Antônio Jozé da Cruz Pimenta teve dois filhos: Doutor José Antônio Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente e Maria Pimenta Bueno.⁵⁴⁰

Já em 1802, o maço de população revela que Luiz Pereira Machado é português, recenseado com 57 anos, vivendo com sua esposa, duas filhas gêmeas – Maria Luiza e Luiza Maria, 5 agregados e 59 cativos. Aqui, com o fim do contrato do sal, foi descrito na ocupação de negócio de fazenda seca, com a menção de que “seus escravos em lavoura da qual vendeo duas pipas de ágoa ardente de Cana, quarenta arrobas de Café, o mais distribuído com a família.”⁵⁴¹

⁵³⁵ “Arroz – 500 alqueires, De feijão – 30 ditos, De milho – 30 ditos, De farinha – 200 ditos, De agoa ardente - 11 pipas, De Caffé - 20 @” AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 11, fogo 3.

⁵³⁶ AESP, Avisos Régios de Santos, números 79.

⁵³⁷ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 230.

⁵³⁸ AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 7.

⁵³⁹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. s.n.t. Versão on-line. Volume 1, p. 452. Disponível em: <http://buratto.org/paulistana>. Acesso em 04/01/2011.

⁵⁴⁰ Idem, p. 455.

⁵⁴¹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 199.

Em 1817 Luiz Pereira Machado estava na rua Antonina, fogo de número 1, com a idade de 73 anos. Continuava a viver com sua esposa, mas agora só com uma das filhas – Maria Luiza. Na condição de “no mesmo fogo” havia João José Teixeira, branco, solteiro, de 27 anos, descrito “com loge de fazenda seca”. Havia dois agregados, sendo um deles um novo caixeiro e ainda um destes dois detinha um escravo. A escravaria aumentou: passou a contar com 71 cativos, se tornando o maior escravista da vila de Santos em 1817. É interessante notar que sua descrição mudou: é agora lavrador e com uma substancial produção, sobretudo, de aguardente.⁵⁴² É significativo ainda a presença, mesmo que diminuta, de uma produção de café, o que sugere que Luiz Pereira devia investir na agricultura havia alguns anos, pois o cafezal demora cerca de 5 anos para produzir pela primeira vez. Cruzando-se as informações com os Avisos Régios de 1817, verifica-se que era dono de uma considerável propriedade, “por título de compra”, chamada “Piassaguera”, que tinha a extensão de “três mil braças de testada, e duas legoas de fundo, the o cume da Serra” onde “cultiva com 30 escravos”.⁵⁴³ Enfim, pelo cruzamento das fontes, parece que Luis Pereira Machado saiu das suas ações comerciais para se tornar um importante agricultor com considerável incremento na sua escravaria.

Luiz Pereira Machado faleceu em 1825. Pelo seu inventário, seus bens somavam 18:033\$750 réis, além de 62 escravos⁵⁴⁴, não avaliados, e mais 4:376\$256 réis em dívidas ativas : um dos importantes comerciantes de Santos, Manoel de Alvarenga Braga devia, por empréstimo, 1:000\$000 réis; o falecido Pedro Quintella, da cidade de Lisboa, 100\$000 réis; o filho do primeiro casamento da inventariante, Doutor José Antônio Pimenta Bueno, carecia debitar 2:504\$538 réis referente ao valor que o assistiu o inventariado quando foi estudar em Coimbra e também quando foi para o Campos de Goitacazes, onde estava; por fim, o genro da esposa de Luis Pereira Machado, Capitão Mor João Baptista da Silva Passos, casado com a filha do primeiro casamento de D. Guitéria, a já falecida Maria Pimenta Bueno⁵⁴⁵, devia 771\$721. As dívidas passivas eram bem diminutas: somente 150\$000 réis.⁵⁴⁶

⁵⁴² “Lavrador colheu de Arroz – 56 alqueires , De farinhas – 325 ditos , Agoa ardente – 1.100 medidas e De caffè – 18 arrobas” AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 10, fogo 1.

⁵⁴³ AESP, Avisos Régios de Santos, números 84.

⁵⁴⁴ Como a documentação aqui utilizada foi compilada por Costa e Silva Sobrinho, não temos indicação da avaliação dos escravos, apesar de ser prática comum quando se fazia um inventário.

⁵⁴⁵ Na grafia do maço de população de 1802 o nome dado é D. Anna Gertrudes Buena, no inventário o nome é Anna Pimenta com a menção de que “filha dela inventariante a falecida Anna Pimenta havida tãobem de seu primeiro matrimônio” – por isso, temos certeza que trata-se da mesma pessoa.

⁵⁴⁶ FAMS, CCS, volume 49.

As filhas de Luiz Pereira Machado, Maria Luiza Bueno e Luiza Maria Bueno, com a herança, estavam no rol das grandes escravistas de Santos em 1836. Ambas de 47 anos, brancas, naturais de Santos, agregavam seu sobrinho por parte de mãe, Doutor em Leis, Jozé Baptista da Silva Bueno e somavam 46 escravos vivendo com os jornais destes.⁵⁴⁷

O já mencionado genro de Luiz Pereira Machado, Capitão Mor João Baptista da Silva Passos, pai do dito Doutor, foi outro a se tornar um grande escravista em Santos no ano de 1817. Branco, viúvo de 66 anos, morava com três filhos, dois agregados e 62 escravos. Era lavrador com uma elevada produção, sobretudo, de aguardente.⁵⁴⁸ Detinha quatro propriedades em Santos, quase todas adquiridas por compra, sendo que, na maior delas, “cultiva com 40 escravos” e as demais não eram utilizadas por ele⁵⁴⁹. Arrendava ainda uma propriedade do Tenente Coronel Ignácio Alves de Toledo, morador em Sorocaba, para pasto de seus animais.⁵⁵⁰ Seu caso fica ainda mais interessante a partir de seu recenseamento em 1802 quando vivia com sua esposa e filhos no domicílio chefiado por sua mãe, a viúva Mecia Catharina de Passos, branca, de 78 anos, agricultora, apesar de ter alguns escravos em ofício de carpinteiro e pedreiro. A escravaria do domicílio era bastante extensa: 35 escravos. Havia, contudo, uma menção da ocupação de João Baptista da Silva Passos: “occupace seo filho em negócios de comprar e vender asucar e outros gêneros”.⁵⁵¹

Desta forma, o caso do capitão mor João Baptista da Silva Passos parece de alguém envolvido com as práticas comerciais, inclusive do açúcar, justamente no momento de efervescência, que, mais adiante, compra terras e escravos para se envolver na agricultura.⁵⁵²

⁵⁴⁷ AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 6, fogo 8.

⁵⁴⁸ “He lavrador, colheo o prezente anno Farinha – 730 alqueires, Agoa ardente – 1:680 medidas, Feijão – 33 alqueires e Milho – 33 alqueires.” AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 13, fogo 33.

⁵⁴⁹ AESP, Avisos Régios de Santos. As propriedades de João Baptista eram:

- 103 – Morrinho – “Cincoenta braças de testada, trezentas de fundo the o culme mais alto”, “por título de compra e posse”, que “estão a arrendadas e cultivadas com a feitoria da Casca de Mangue para curtume(?) com 12 escravos”;

- 105 – Guararuiê Pitanga – “trezentas braças de testada, e duzentas braças de fundo”, “por título de compra”, que “estão cultivadas por 4 agregados gratuitamente”;

- 135 – Pernambuco – “Seis centas braças de testada, e mil e quinhentas de fundo”, “por título de compra”, que “he cultivado este terreno por 2 cazaes pobres com suas famílias gratuitamente”;

- 136 – Perequê Guassú – “Guatro mil e quinhentas braças de testada, e mil e quinhentas de fundo”, “por título de compra”, que “cultiva com 40 escravos”.

⁵⁵⁰ Era a propriedade São Sebastião, veja-se AESP, Avisos Régios de Santos, número 123.

⁵⁵¹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 198.

⁵⁵² Parte do seu patrimônio também deve ter sido dado por sua herança, o que não temos como mensurar por falta do inventário de sua mãe. De qualquer forma, resta comentar que no domicílio de Mecia

Outro grande escravista de Santos relacionado a família de Luiz Pereira Machado era João Teixeira Chaves em 1817. De acordo com Leme, era filho de Anna Ferreira Bueno, irmã da esposa de Luiz Pereira Machado e filha do mencionado Sargento mor João Ferreira de Oliveira, com Matheus Teixeira Chaves. João Teixeira Chaves seria natural de Goiás, casado em 1833 com Balbina Umbelina Ribas Sandim.⁵⁵³ A família da esposa era do comerciante e posteriormente lavrador Antônio José de Barros Sandim.⁵⁵⁴

Não sabemos qual foi a fonte de Leme para a data do casamento, contudo, em 1817, João Teixeira Chaves foi recenseado no maço de população casado com D. Balbina Umbelina Ribas Sandim. Somavam uma escravaria de 64 cativos atuantes na agricultura, produzindo, principalmente, arroz.⁵⁵⁵ Segundo os Avisos Régios, detinha uma extensa propriedade adquirida através de compra.⁵⁵⁶

Em 1836, era o único grande escravista envolvido somente na agricultura. Na realidade, o domicílio pouco se alterou: somava 60 cativos. Além da esposa, residia com ele um filho. Era descrito como quem “possui sitio, 3 canoas e é proprietário das casas”. Produzia, em níveis bem mais baixo do que de 1817, farinha de mandioca para consumo e arroz.⁵⁵⁷ Este foi o único grande escravista recenseado em 1836 como agricultor, que parece ter sido uma prática desenvolvida ao longo de toda a vida de João Teixeira Chaves.

Outro típico grande escravista na agricultura, em processo anterior, foi o Capitão de Ordenanças Reformado João Correia de Oliveira. Natural do Porto, branco, casado com Dona Margarida da Motta, de 66 anos, vivia também com sua filha Maria Roza de Oliveira. Em 1802 entrou no “rol” dos grandes escravistas ao adquirir 42 cativos para

Catharina de Passos havia quatro irmãos de João Baptista, o que atenua a perspectiva da herança ter sido o principal fator de seu enriquecimento.

⁵⁵³ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *op. cit.*, volume 2, p. 458.

⁵⁵⁴ Antônio José de Barros Sandim possuía um negócio de fazenda em 1775 e 2 cativos. Em 1798 vivia “de algum negócio e dos jornais de seus escravos” com 11 cativos. Em 1802, uma mudança radical, parecendo que, por ter 64 anos (talvez por doença ou invalidez), sua esposa cuidava dos ofícios do lar, pois “ocupace em rendas e costuras e seus escravos em lavoura para o sustento da família” e com 12 escravos. Por fim, em 1817 o domicílio apareceu chefiado pela esposa viúva, no ofício de costureira e com 9 cativos. Veja-se AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 38, de 1798, fogo 15, de 1802, fogo 18, e de 1817 rua 6, fogo 21.

⁵⁵⁵ “Colheu de arroz 850 alqueires, farinha 460 ditos, feijão 43 ditos e milho 26 ditos.” AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 13, fogo 40.

⁵⁵⁶ AESP, Avisos Régios de Santos. A propriedade de João Teixeira Chaves era:

- 132 – Pucuncia – “Huma legoa de testada, e outra legoa de fundo”, “por título de compra”, que “as cultiva com 63 escravos e 12 agregados”.

⁵⁵⁷ Os dados da produção são: 150 alqueires de arroz e 40 alqueires de farinha de mandioca. AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 5, fogo 18.

produzir, principalmente, café.⁵⁵⁸ Parece ter ocorrido um processo de acumulação: em 1775 aparecia com 20 cativos e sem produção de café⁵⁵⁹; em 1798, com 31 escravos e com produção de café⁵⁶⁰, contudo menor que a de 1802.

Entre 1802 e 1817, o casal faleceu. Assumiu o sítio a filha, Dona Maria Roza de Oliveira. Pelos Avisos Régios, ela possuía “por herança de seus pais” o Caxueira de Santo Amaro “cultivado com 11 escravos”.⁵⁶¹ Ocorreu processo contrário ao de seu pai: em 1817 aparecia com 22 cativos, sendo que “nada teve de colheita”.⁵⁶² Por fim, em 1836, estava somente com 8 escravos, mas produzia até que números próximos dos de seu pai no arroz e no café.⁵⁶³

Os últimos dois grandes escravistas que ainda faltam comentar entraram no rol em 1817. Um deles foi Manoel de Alvarenga Braga. Único dos grandes escravistas que era pardo, foi o caso mais excepcional do elevado contingente populacional de pardos e negros livres da vila de Santos.

No ano de 1817 era o único domicílio recenseado na agricultura e no comércio. Em 1798, Manuel, mulato, capitão dos Úteis, sem definição de sua vida matrimonial, morava com dois irmãos, um agregado e mais 28 escravos. Vivia como negociante.⁵⁶⁴ Em 1802, morava com um de seus irmãos e uma escravaria de 24 cativos, sendo recenseado como comerciante do açúcar e possuindo uma agricultura para subsistência: “Occupace em negocio de comprar e vender asucar, e outros gêneros, e os seos escravos em officios e lavoura, para o sustento da família.”⁵⁶⁵

Já em 1817, ainda capitão dos Úteis, viúvo, com 2 filhas, 47 escravos e mais 3 agregados, além de 2 escravas dos agregados, era um “Negociante e colheu o presente anno [...]”.⁵⁶⁶ Já se percebe aqui um enriquecimento muito substancial verificado através do aumento do plantel de escravos. Através dos Avisos Régios, verifica-se que

⁵⁵⁸ Naquele ano vendeu “duas pipas de agoa ardente de Cana, Cento e doze alqueires de Arroz em casa, setenta arrobas e meia de café.” AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 157.

⁵⁵⁹ Sua produção naquele ano fora de 50 alqueires de farinha, 100 alqueires de arroz, 16 barris de aguardente e 30 cabeças de gado Vacum. AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 5.

⁵⁶⁰ Sua produção, além do que gastou, fora de 60 alqueires de arroz pilado, 65 arrobas de café e 3 pipas de aguardente. AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 173.

⁵⁶¹ A extensão da propriedade era de “Guatro centas braças de testada, e trezentas de fundo”. AESP, Avisos Régios de Santos, número 114.

⁵⁶² AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 6, fogo 44.

⁵⁶³ Produzia 120 alqueires de arroz e 40 arrobas de café. AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 26.

⁵⁶⁴ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 206.

⁵⁶⁵ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 184.

⁵⁶⁶ AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 13, fogo 14. Sua produção foi de: “Arroz – 70 alqueires, Farinha – 190 dittos e Caffé – 3 arrobas.”

Manuel era dono de três lotes de terra em Santos, todos adquiridos por compra. Chama a atenção que estas propriedades⁵⁶⁷ eram relativamente de pequena extensão e a totalidade de escravos ali declarada foi muito baixa em relação ao número total de cativos do maço de população. Possivelmente parte da escravaria atuava nas atividades agrícolas e outra parte nas mercantis.

Sua vida pode ser melhor analisada ao nos depararmos com a documentação utilizada por William Punschart. Apesar do autor não ter focado em Manuel de Alvarenga, julgamos este caso muito interessante não só pela situação apresentada acima, mas também porque relata que Manuel detinha duas lanchas, uma sumaca, um bergatim. Chegou a investir em contrato de arrecadação de impostos, colhendo, por exemplo, a contribuição literária em São Sebastião. Chegou até mesmo a traficar escravos para Santos como no ano de 1815, quando trouxe do Rio de Janeiro 99 deles. Além de atuar na Capital, como se mostrou, tinha passaportes para Iguape, Ubatuba e Bertioga, além de regiões do Sul como Santa Catarina e o Rio Grande do Sul e, esporadicamente, para a região do Prata.⁵⁶⁸ Punschart não observa uma questão inicial que, sem dúvida, é fundamental: não se pode deixar de ter em vista que trata-se de um comerciante mulato. Apesar de todas as restrições raciais existentes na América portuguesa, havia casos de possibilidade de ascensão e desenvolvimento econômico, como fica claro pelo aumento do plantel de escravos de Manuel de Alvarenga e também por suas aquisições de terras, mesmo de mulatos na conjuntura de desenvolvimento da exportação paulista, alavancada pelo açúcar. É ainda significativo o fato de ele estar relacionado a dinâmica de exportação de um produto tão importante para a capitania de São Paulo como o açúcar, ou mesmo de conseguir arrematar impostos em praças públicas. Parece-nos aqui que era um agricultor, proprietário de terras, muito mais pelo status social do que com o objetivo de ser um grande produtor.

Em 1836, já em idade avançada, 73 anos, ainda era um dos grandes escravistas de Santos, somando 43 cativos. Sua descrição era extensa: “tem sitio com engenho com que trabalha com agua para arroz, propriedades urbanas e 3 canoas de uso, terá vigas

⁵⁶⁷ As três propriedades são:

- número 17 – Tapera Grande: “Cem braças de testada, Legoa e meia de fundos” que estava “sem cultura”;
- número 109 – São João do Crumahú: “Guinhentas braças de testada, e trezentas de fundo the o pico” onde “as cultiva com 18 escravos”;
- número 140 – Maratãohá: “Trezentas braças de testada, e quinhentas de fundo” que “cultiva com 6 escravos”.

⁵⁶⁸ PUNTSCHART, William. *op. cit.* A documentação que se refere às informações levantadas estão nas páginas 22, 30-33, 34, 36-37 e 100.

para propriedade com seus escravos, exporta gêneros do país, produz farinha de mandioca para o consumo.”⁵⁶⁹

Sua vida termina no dia 10 de março de 1847 quando “faleceu por gangrena em um pé o Capitão Manuel de Alvarenga Braga, de 97 anos, viúvo. Não apareceu testamento que consta ter feito.”⁵⁷⁰

Possivelmente o testamento não apareceu devido à disputa pela herança que ocorreu anos depois. O enorme processo é bastante sugestivo, com maiores detalhes acerca da vida de Manuel de Alvarenga Braga.⁵⁷¹

No ano de 1852 Francisco Manoel de Alvarenga, José Joaquim de Alvarenga e Rita Maria das Dores Fereira entravam com ação para serem julgados como seus filhos naturais e, com isso, os herdeiros, Manoel Ignácio da Silveira e sua esposa Dona Maria Justina, Manoel Antônio Fiuza e sua mulher Dona Ana Maria, e Manoel José da Silva e sua senhora Dona Maria das Dores darem partilha dos bens deixados e dos rendimentos que se liquidaram desde a morte do dito.

Os argumentos foram enumerados em 22 pontos. Os principais eram que o finado Manoel de Alvarenga Braga, sendo solteiro, “teve relações ou trato frequente com a dita Juliana Maria [já falecida e moradora de Iguape], mãe dos autores, no tempo em que estes foram concebidos e ainda depois e não constava que nesse tempo ela tivesse relações com outro homem.” Teria ele suprido a Juliana Maria e toda a prole em tudo que necessitavam, inclusive, “enquanto pequenos os mandava buscar para sua casa, onde diariamente comiam.” Eram “geralmente conhecidos como filhos naturais daquele finado.”

Especificamente quanto ao primeiro dos que entraram na ação, argumentavam que “o dito finado Alvarenga poz o autor Francisco Manoel de Alvarenga á testa da casa de negocio, que há muitos anos estabeleceu na vila de Iguape, casa que até hoje tem o dito autor administrado sem ter-lhes sido marcado interesse ou salário algum.” Na correspondência era tratado “expressamente por filho”.

Quanto ao segundo, “fazia-lhe companhia em todas as enfermidades até os últimos momentos da vida” sendo “chamado á sua casa em todas as ocasiões e negócios graves”. Recebeu ainda uma escrava.

⁵⁶⁹ Produzira 150 alqueires de arroz e 50 alqueires de farinha de mandioca. AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 2, quarteirão 5, fogo 24.

⁵⁷⁰ FAMS, CCS, volume 95.

⁵⁷¹ O processo foi transcrito por Costa e Silva Sobrinho, encontra-se na FAMS, CCS, volume 97.

Por fim, a terceira, Rita Maria das Dores Pereira, “desde o seu nascimento foi tida e havida como filha do finado Alvarenga e não supor este como geralmente nesta cidade e na vila de Iguape foi depois de moça para a Companhia de seu irmão Francisco Manoel de Alvarenga [...] e lá casou-se com o consentimento do finado seu pai.”

Os três autores, seria inegável, “são muito parecidos com o finado Alvarenga.” O falecido, apesar de capitão, “nenhum título de nobreza tinha e nem impedimento para casar-se com a mãe dos autores”. E a questão da ausência do testamento era justificada:

“posto que os autores por falta de prova não possam atribuir a pessoa alguma o desaparecimento do testamento do falecido, todavia o certo é que esse testamento que algum tempo antes da morte tinha sido feito, não foi apresentado apesar de não ser acreditável que um velho octogenário possuindo bens de fortuna e achando-se envolvida em tantas e tão antigas transações comerciais quisesse morrer sem intestado.”

Na contrariedade, os até então herdeiros criticavam inicialmente a mãe dos autores:

“Juliana Maria, sua mãe, passara esta vida livre e licenciosa, não dava obediência e nem tinha sujeição a alguém era prostituta de portas abertas para qualquer, não podendo por isso alguém, inclusive ela própria saber qual o autor dos filhos que casualmente concebia em vida tão desordenada.”

Apresentavam a juventude de Manuel de Alvarenga à época, argumentando acerca do início de sua atuação e que a fortuna só surgiu após a morte do pai:

“naquele tempo em que foram os autores concebidos, Manoel de Alvarenga Braga era ainda muito moço, vivia em companhia de seu pai natural Sebastião de Alvarenga Braga, como caixeiro do mesmo, e em tal qualidade tinha á aquele toda a sujeição costumada, e não tinha por isso a liberdade e meios pecuniários para ter por sua conta no decurso de anos, como se inculca no Libelo amante tendo e mantendo tratando-a e suprimindo-a ela e filhos de todo e preciso. [...] A fortuna que possuio aquele falecido Manoel de Alvarenga Braga, só começou depois da morte deste seu referido pai, sendo ele então reconhecido em testamento seu filho e herdeiro de seus bens, o que decerto não teria tido lugar se o mesmo Braga Filho tivesse tido a conduta que se lhe inculca, de já tão moço e sem meios de fortuna ter por tantos anos quantos eram precisos para ter 3 filhos da mesma mão concubina tendo e mantendo e por ele tratada e sustentada exclusivamente.”

Contra o ponto específico do primeiro autor era dito que Francisco Manoel de Alvarenga foi para Iguape ser caixeiro de um outro comerciante e só depois, quando o

finado estabeleceu uma loja de fazenda seca na vila, foi feita uma sociedade em um terço dos lucros e perdas.

Já para o segundo autor, José Joaquim de Alvarenga, era dito que aprendera o ofício de ourives, depois conseguiu abrir um pequeno negócio onde fazia algumas compras com o finado, mas de forma alguma era filho ou parente. Tanto era que o seu nome era grafado como José Joaquim Ourives.

Por fim, para a terceira, Rita Maria das Dores Pereira, foi criada pela mãe, vivendo “sempre na pobreza e absoluta falta de todos os recursos” apesar de que o finado “a favorecesse algumas vezes em suas necessidades pelo conhecimento que tinha da família da mesma.”

Quanto ao inventário criticavam abertamente José Joaquim de Alvarenga:

“Mais natural parece a crença, de que não tendo podido conseguir daquele falecido seu reconhecimento e o de seus irmãos uterinos, como filhos do mesmo, operou ou para que tal testamento se não fizesse com tal falta, ou para que desaparecesse, visto dever fazer assim todo o mal a suas pretensões.”

Na réplica, os autores defendiam a mãe que, apesar de viver “pobrementemente”, tratava-se com “decência e recato em companhia de sua mãe”, longe de ser uma prostituta. Contra argumentavam também acerca da suposta juventude do finado ao ter os autores:

“Quando teve os autores não era tão moço como se quer inculcar na Contrariedade, pois não podia ter menos de 25 anos a 30 anos. Vivia então é verdade em casa de seu pai, que o estimava e já então o tratava como filho além de cuidar da administração dos negócios do mesmo seu pai que morreu bem velho e impossibilitado de andar também fazia negócios particularmente seus, e tanto que já então possuía um escravo que havia comprado.[...] Negociou sim em maior escala depois da morte de seu pai, mas nem ao menos era negociante matriculado.”

Quanto ao primeiro dos autores, diziam que não recebia salário algum na casa de negócio em Iguape e que o testamento era o documento que declarava a quantia com que o finado compensaria os serviços prestados.

Quanto ao segundo dos autores, respondiam que não se envergonhava de aprender do ofício de ourives, “antes confessa que com efeito seu finado pai que até foi quem lhe administrou as primeiras ferramentas.” E assim, “ninguém deve desprezar o de ter tido uma ocupação honesta, ainda que mais baixa e inferior de que o ofício de ourives”.

Para a terceira os autores replicavam que morou com sua mãe, “como lhe cumpria”, até receber o consentimento para casar e “sempre foi considerada como filha daquele finado.”

Houve ainda uma tréplica dos acusados onde, basicamente, retomou-se os argumentos já levantados. Várias testemunhas e documentos foram anexados ao processo. Infelizmente não foram compilados no processo que tivemos em mãos.

A sentença dada era que:

“Julgo provado o articulado e deduzido no libelo para efeito de serem reconhecidos os autores Francisco Manoel de Alvarenga, José Joaquim de Alvarenga e Rita Maria das Dores Pereira, como por esta os reconhece filhos naturaes do finado Manoel de Alvarenga Braga. [...] Condeno aos réus a darem-lhes partilha dos bens deixados pelo finado Alvarenga Braga com os rendimentos que se liquidarem desde a morte daquele finado e nas custas da causa.”

Os réus ainda apelaram para o Rio de Janeiro, mas, assinado por dois Desembargadores do Tribunal da Relação e Juízes, após passar pela Chancelaria, o requerimento foi indeferido, pois a sentença dada em Santos foi reafirmada.

De tudo o que foi mencionado no processo, apreende-se que Manuel de Alvarenga Braga, mulato, filho de Sebastião José de Alvarenga que em 1775 possuía em Santos 7 escravos, vivendo de sua loja e armazém⁵⁷², adquiriu enorme ascensão econômica. Ampliando os negócios do pai, atuou no mercado de abastecimento e de exportações, inclusive do açúcar. Estabeleceu casa de negócio em Iguape, possivelmente bastante relacionada ao comércio de arroz que se desenvolvia. Por vezes, foi traficante de cativos. Suas ações envolviam vilas litorâneas paulistas, mas também o Rio de Janeiro, as regiões do Sul e até mesmo a região platina. Sua riqueza foi evidente pela aquisição de escravos e terras. A partir de então, era também um agricultor, mas não deixou de ser comerciante, como era conhecido. Claro que a sua vida extremamente longínqua facilitou o acompanhamento. Infelizmente não encontramos seu inventário para mensurar exatamente sua riqueza, mas não resta dúvidas acerca do enorme cabedal que este comerciante pardo conseguiu adquirir no contexto de desenvolvimento da atividade portuária/mercantil.

O último grande escravista que falta mencionar é pertencente ao clã dos Aguiar: João Xavier da Costa Aguiar. Português de Coimbra, chegou à América Portuguesa

⁵⁷² AESP, maço de população de Santos de 1775, fogo 33.

juntamente com seus dois irmãos: Francisco Xavier da Costa Aguiar, que também se estabeleceu em Santos, e Antônio Xavier, que decidiu morar em Minas Gerais.⁵⁷³ O primeiro irmão foi bastante próspero enquanto que o outro foi pobre. Francisco Xavier da Costa Aguiar, casou-se em 1784 com Bárbara Joaquina de Andrada, irmã do futuro Patriarca da Independência, pertencente ao antigo clã dos Andrada.⁵⁷⁴ Comerciante de grande cabedal, foi matriculado na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro, além de conseguir a graça da Ordem de Cristo.⁵⁷⁵

João Xavier da Costa Aguiar manteve uma relação estreita com seu irmão, inclusive, cuidando de seus negócios quando este estava ausente, ou por mútua colaboração financeira.⁵⁷⁶ Contudo, chegou ao rol dos grandes escravistas em 1817, pois ali, com 53 anos, Coronel de Milícias, lavrador, vivia com sua esposa, dez filhos e 53 escravos.⁵⁷⁷ Já era recenseado em Santos em 1798, com 44 anos, capitão de milícias, vivendo “de negócio e comissões” e morando com sua esposa e uma irmã, seu filho, sua mãe, além de 12 escravos e 3 agregados.⁵⁷⁸ Em 1802, residia com sua esposa e irmã, cinco filhos, e um caixeiro. Possuía 12 cativos e tinha como ocupação a “administração do Correio desta Villa”.⁵⁷⁹

Interessante notar que, à semelhança de seu irmão, João Xavier da Costa Aguiar tecia relações com a elite colonial. Como demonstra Carlos Bacellar, uma aliança ocorreu com Antônio de Barros Penteado, próspero senhor de engenho, que era o pai de Anna Joaquina, esposa de João Xavier. Nesta relação, era o correspondente comercial de seu sogro.⁵⁸⁰ Provavelmente, ele estava diretamente envolvido no comércio do açúcar. Haroldo Leitão Camargo comenta que João Xavier da Costa Aguiar reclamava, já em 1798, da dificuldade em encontrar as madeiras apropriadas para encaixotar o açúcar. Solicitava até mesmo que fossem exploradas em Iguape e Paranaguá para que o comércio do açúcar não tivesse prejuízos.⁵⁸¹

⁵⁷³ A informação dos irmãos é dada por: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Estilo de vida...**, p. 46.

⁵⁷⁴ Idem, p. 48.

⁵⁷⁵ Idem, p. 54 e PUNTSCHART, William. *op. cit.*, pp. 46-47 onde descreve o processo de Francisco Xavier da Costa Aguiar para a obtenção da Ordem de Cristo.

⁵⁷⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Estilo de vida...**, p. 56.

⁵⁷⁷ “Lavrador, colheu de Arroz – 220 alqueires, De farinhas – 412 ditos, De feijão – 22 ditos e De milho – 09 ditos”. AESP, maço de população de Santos de 1817, rua 11, fogo 7.

⁵⁷⁸ AESP, maço de população de Santos de 1798, fogo 140.

⁵⁷⁹ AESP, maço de população de Santos de 1802, fogo 129.

⁵⁸⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra...**, p. 91.

⁵⁸¹ CAMARGO, Haroldo Leitão. A “colônia” alemã de Santos e a construção do “perigo alemão”: da formação ao expurgo (1822-1943). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1996, p. 14.

Por alguma razão, porém, em 1817, é descrito somente como lavrador. Inclusive, pelo Avisos Régios, verifica-se que ele detinha uma propriedade denominada Cabuçu e Trindade, não muito extensa, “que as cultiva com 30 escravos.”⁵⁸² Todavia, é oportuno assinalar que, em um parecer da Coroa, em 1817, acerca de quem seria o depositário de uma sumaca proveniente de Pernambuco e atracada em Santos, há uma interessante consideração sobre ele: “Tendo consideração a abonação e boa fé que concorrem nas pessoas dos Coronéis José Antonio Vieira de Carvalho, João Xavier da Costa Aguiar e João do Monte Bastos, *negociantes da Praça de Santos* [grifo meu]”.⁵⁸³ Através deste cruzamento, verifica-se que João Xavier não deixou de ser comerciante em 1817, apesar desta informação não ser dita no maço de população. Contudo, não deixa de ser significativo verificar mais um caso de comerciante que, ao longo de sua vida, também atuou no setor agrário, mas sem perder de vista o comércio.

Muito importante é, contudo, as relações que se seguem após sua morte. Três de suas filhas casaram com estrangeiros. Frederico Fomm, natural da Renânia, vice-cônsul das cidades hanseáticas em Santos, casou-se em 1824 com Bárbara da Costa Aguiar; Guilherme Whitacker, natural de Cork (na Irlanda), vice-cônsul da Inglaterra em Santos, casou-se com Ângela da Costa Aguiar; Karl Heirinch Melchert, negociante germânico, casou-se com Genebra da Costa Aguiar.⁵⁸⁴

O primeiro genro, após o casamento, foi o diretor gerente da empresa “Viúva Aguiar Filhos e Cia” criada provavelmente logo após a morte de João Xavier da Costa Aguiar (possivelmente em 1825). Participavam da empresa os outros estrangeiros reunidos na família, que provavelmente mantinham relações comerciais antes dos casamentos. As atividades envolviam um carregamento de açúcar para Londres “a bordo da barca inglesa Forager”, além do fretamento na mesma cidade do “o brigue inglês Ellen, que carregou com fazendas, secos e outros gêneros, e nele regressou chegando a Santos no dia 7 de fevereiro de 1827.”⁵⁸⁵

É possível conjecturar uma estratégia destes estrangeiros ao se relacionar com as elites locais, a fim de expandir os negócios voltados fundamentalmente para a exportação. É sugestiva a explicação de Haroldo Leitão Camargo acerca do cargo de vice-cônsules:

⁵⁸² “meia legoa de testada, e meia legoa de fundo.” AESP, Avisos Régios de Santos, número 55.

⁵⁸³ Citado por: PUNTSCHART, William. *op. cit.*, p. 25.

⁵⁸⁴ CAMARGO, Haroldo Leitão. *op.cit.*, p. 12.

⁵⁸⁵ Apud: Idem, p. 10.

“Não seriam também aqueles cônsules, diplomatas de carreira, funcionários de estrito senso ligados à burocracia das chancelarias. São acima de tudo comerciantes, homens com propriedades e interesses nos mercados locais, conhecedores das oportunidades para investimentos, capazes de aferir os interesses na compra de gêneros de exportação, como o açúcar.”⁵⁸⁶

Frederico Fomm desenvolveu alguns empreendimentos muito significativos em torno do açúcar. Um deles foi, juntamente com Guilherme Whitaker e a viúva Ana Joaquina de Andrada: uma “Estufa” para secar o açúcar através da exposição em couros – seria baseada em “uma máquina de nova invenção para efeito de extrair a humidade de assucar.”⁵⁸⁷ Bastante interessante foi o pedido de Whitaker ao Presidente da Província para a abertura desta estufa:

“A Província de São Paulo exporta anualmente mais de quatrocentas mil arrobas de assucar e a diferença que faz no Rio de Janeiro do assucar de Campos he ordinariamente de 400 em arroba, mas nas praças da Europa as vezes excede seis centos réis, a vista isto creio que a Província perde todos os anos para cima de quatro centos mil cruzados, e podese dizer sem exagerar que tal prejuízo procede do máo methodo de enxugar, pois além de transitar em costas de animais grandes distancias exposto ao tempo, as vezes por hum mez e seis semanas, finalmente chega a este Porto, aonde a sorte do infeliz assucar ainda he adversa, pois encontra qui o tempo das Agoas e o negociante que recebe, apesar de sua boa vontade não pode fazer justiça pois cançando de esperar hum bom dia de sol se ve muitas vezes obrigado a embarcar o assucar da mesma forma que entrou no Armazem e desta maneira o infeliz assucar quando não soffreo o prejuizo de 400 réis em a tem sempre hua grande diminuição no peso a vista do que parece que a Estuffa tem todo lugar.”⁵⁸⁸

O desenvolvimento técnico para o comércio do açúcar não parava por aí. Frederico Fomm, agora em parceria com o cônsul francês Alphonse Milliet, amigo e associado que, inclusive, apadrinhou, em 1833, a filha, e com seu cunhado Whitaker, desenvolvem uma fábrica de refino de açúcar chamada de Vila Nova, que se tem notícia a partir de 1832.⁵⁸⁹ O empreendimento era bastante elogiado por Pedro Muller:

“Há na Villa de Santos uma boa fabrica no lugar denominado Villa Nova, que trabalha por vapor, e que transforma o assucar (mesmo o mascavo) em belos paens alvos, commodos para transporte. Esta fabrica póde manufacturar muito além do assucar que actualmente alimenta. Tambem se destila, boa aguardente, fabrica-se o sabão,

⁵⁸⁶ Idem, p. 21.

⁵⁸⁷ Apud: PETRONE, Maria Luiza Schorer. **A lavoura...**, p. 185.

⁵⁸⁸ Apud: Idem, ibidem.

⁵⁸⁹ Veja-se: Idem, pp. 185-186 e CAMARGO, Haroldo Leitão. *op.cit.*, p. 17 e 40.

assim como telhas, tijolo, por methodo mais perfeito do que nas outras Olarias. É um dos estabelecimentos em que se empregou considerável somma.”⁵⁹⁰

Por fim, um último projeto atribuído a Fomm foi a tentativa de construção de uma estrada de ferro que ligaria Santos e São Paulo vencendo o grande obstáculo que era a Serra do Mar. O projeto foi desenvolvido pelo engenheiro Mornay, assessorado em Londres por George Stephenson. A concessão foi dada à Viúva Aguiar e Filhos. Contudo, este empreendimento não saiu do papel por dificuldade em arrecadar os capitais necessários.⁵⁹¹

Não é a toa, portanto, que Frederico Fomm em 1836 era recenseado como “O maior comissário de Santos” com exportação de açúcar e outros gêneros. Sua renda anual era estimada em 4:000\$000 réis. Lá vivia com sua esposa dois filhos e mais quatro escravos empregados no serviço da casa. Além de sua residência, em outro domicílio, estava seu armazém de exportação, onde um caixeiro alemão e dois de Londres viviam com 21 escravos.⁵⁹²

Em resumo, descartando os casos do Convento e da Armação, ao longo do recorte proposto, temos dez grandes escravistas. Dois se mantiveram somente no comércio – a família dos Carvalho, sendo que o filho atuou no mercado açucareiro; Dois sempre foram agricultores, inclusive com certo crescimento de produção; Cinco foram comerciantes/agricultores, sendo que três atuavam no comércio do açúcar, e adquiriram várias propriedades por compra na vila; por fim, o último caso foi o das herdeiras de um grande escravista que passaram a viver da renda proveniente do jornal dos escravos. Esta configuração de comerciantes/agricultores, possivelmente, explica a baixa produção dos grandes escravistas na vila de Santos. Confirma-se a importância dos portugueses neste grupo, pois eram quatro dos dez casos, sendo que em dois não tivemos a informação.

Há de se ter em vista, portanto, que o vigor da atividade comercial em torno do açúcar foi um dos grandes responsáveis para a aquisição de fortunas em Santos no final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. E, em um processo, em boa

⁵⁹⁰ MULLER, Daniel Pedro. *op. cit.*, p. 239.

⁵⁹¹ CAMARGO, Haroldo Leitão. *op.cit.*, p. 41.

⁵⁹² Respectivamente AESP, maço de população de Santos de 1836, distrito 1, quarteirão 2, fogo 44 e 43.

medida, os comerciantes passaram a também serem grandes escravistas e donos de terra, contudo, na maioria das vezes, sem deixar o trato mercantil.

Torna-se muito interessante contrapor estas informações com as ideias de uma recente versão historiográfica acerca da América portuguesa, pois, pela análise realizada, parece que houve certa tendência dos grandes escravistas comerciantes de Santos em investir em terras, em escravos e, em menor escala, na produção agrária.

João Luís Ribeiro Fragoso, ao buscar compreender a economia colonial na virada do século XVIII para o século XIX, têm como base o mercado e as formas de produção da praça do Rio de Janeiro. Fragoso procura esboçar um quadro explicativo que possui como base “a presença de um mercado interno, de acumulações endógenas e de uma comunidade mercantil residente.”⁵⁹³ Para a análise da existência de um mercado interno na economia colonial analisa a região sudeste-sul. Assim, trata do caso do Rio de Janeiro, demonstrando a existência de certas áreas de produção de aguardente, de farinha de mandioca e de milho, que eram escravistas, mas não unicamente ligados à *plantation*.⁵⁹⁴ Do mesmo modo, Minas Gerais foi vista, também com uma produção voltada para o mercado interno, não só através da agricultura, mas em conjunto com a pecuária, tinha como forma preponderante de produção o que o autor denomina de “unidades camponesas”, isto é, “uma forma de produção cuja lógica de funcionamento não se resumia apenas à possibilidade de extorsão de sobretrabalho de outro, no caso, o cativo, mas também ao próprio grau de auto-exploração do dono do escravo.”⁵⁹⁵ E ainda São Paulo, onde existiam “unidades camponesas”, que estavam ligadas ao abastecimento interno através da produção de alimentos.⁵⁹⁶ A região Sul aparece com sua produção de alimentos, como a farinha de mandioca em Santa Catarina e a produção industrial do charque no Rio Grande do Sul, e, por exemplo, como no caso deste último, a existência da “associação de três formas de produção não-capitalista – trabalho escravos, peonagem e campesinato.”⁵⁹⁷ Enfim, a região sudeste sul, segundo Fragoso, formara um “mosaico de formas não-capitalistas de produção” criado pelo escravismo colonial ligado à exportação, pois sua finalidade é responder “às necessidades de reprodução do escravismo colonial” em um movimento que “implica a existência de

⁵⁹³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *op. cit.*, p. 377.

⁵⁹⁴ Idem, pp. 121-123.

⁵⁹⁵ Idem, pp. 123-134. Citação literal vide: Idem, p. 134.

⁵⁹⁶ Idem, pp. 135-141.

⁵⁹⁷ Idem, pp. 141-144.

dois elementos estruturais para a economia colonial: um mercado interno e acumulações endógenas.”⁵⁹⁸

A existência deste mercado doméstico implicaria na possibilidade de reproduções endógenas no interior da colônia, com a finalidade de reiterar, ao longo do tempo, as produções coloniais para o mercado interno. Fenômeno este que era gerido por um capital mercantil, pois:

“essa possibilidade de retenção de parte do excedente da plantation fica mais convincente [...] se levarmos em conta que o custeio da empresa agroexportadora era feito, em grande medida, por uma elite colonial autônoma. Ou, então, se lembrarmos que o tráfico de cativos era também um negócio controlado por negociantes coloniais. Com isso, queremos dizer que, em tese, concordamos com a idéia de Gorender de que parte do excedente colonial, gerado pela agroexportação, ficava na própria economia estudada, permitindo-lhe reproduzir-se.”⁵⁹⁹

A seguir, Fragoso tratou da evolução do mercado colonial no Rio de Janeiro, com base na evolução de alguns produtos do mercado externo e do interno. Neste sentido, conclui-se, diferentemente do que a historiografia clássica apontava, que a economia colonial não entrou em declínio diante da queda dos preços internacionais de seus produtos exportados.⁶⁰⁰ Pelo contrário, ela ampliou-se devido ao escravismo, ao mercado interno e às acumulações endógenas. Assim, segundo Fragoso, “a economia colonial do Sudeste-Sul teria certa autonomia diante das flutuações externas, pela existência de um mercado interno sustentado em formas não-capitalistas.”⁶⁰¹

O autor, então, se preocupa em entender a hegemonia do capital mercantil e o retorno do seu lucro à produção, na forma de sistemas agrários escravistas-exportadores, que, segundo sua análise, sustentava a economia colonial. Sua base é o Rio de Janeiro. Ali percebe que a hierarquia econômica da sociedade colonial é controlada não pelos senhores de homens e de terras, mas por um grupo restrito de grosso trato.⁶⁰² Tão restrito que parece ser controlado por 15 firmas⁶⁰³ que simultaneamente atuavam no comércio de abastecimento, de importação e exportação, além do tráfico de cativos, ou

⁵⁹⁸ Idem, pp. 144-147.

⁵⁹⁹ Idem, p. 160.

⁶⁰⁰ A este respeito veja o cometário feito na nota 128.

⁶⁰¹ Idem, p. 291.

⁶⁰² Idem, p. 314.

⁶⁰³ Idem, p. 323.

seja, era um grupo de atuação múltipla.⁶⁰⁴ Esta elite conseguia deter, na forma de uma acumulação mercantil interna, parte do excedente colonial. E este excedente permanecia na condição de capital ou se transformava em fortuna rentista.⁶⁰⁵ Porém, havia no Rio de Janeiro um “movimento peculiar”, já que:

“o capital mercantil – contrariando a sua própria definição, que o restringe à circulação – se transforma em produção, ou, mais precisamente, em uma dada forma de extorsão do sobretrabalho.”⁶⁰⁶

Movimento dado porque a elite de negócios⁶⁰⁷:

“em um dado momento [...] reverteram parte de suas acumulações mercantis em fazendas. Mais do que isso, entre aqueles comerciantes, ou melhor, na atividade por eles exercida, encontramos a origem de algumas das tradicionais famílias de barões que, ao longo do século XIX, iriam dominar a passagem agrária fluminense.”⁶⁰⁸

A explicação de Fragoso para o fenômeno não se restringe à ambição somente do *status* em uma sociedade agrária e escravista, mas também:

“a sua entrada no campo possui igualmente conotações “empresariais” no sentido estrito. Em primeiro lugar, muitos desses mercadores estavam envolvidos no comércio de açúcar, e, nesse medida, a aquisição de engenhos poderia representar o fortalecimento de suas posições nesse negócio. [...] Em segundo lugar, devemos lembrar-nos [...] das dificuldades presentes no mundo dos negócios coloniais. Isto é, em frente da instabilidade do mercado, os investimentos em terras e escravos (bases econômicas do sistema) são aplicações seguras, que se encontram ao abrigo das abruptas mudanças das flutuações econômicas. Ao mesmo tempo, o investimento em unidades agroexportadoras representa, em meio aos negócios rurais, uma opção pelo lucro; os produtos de exportação têm melhores preços do que aqueles destinados ao mercado interno.”⁶⁰⁹

⁶⁰⁴ Idem, pp. 324-326. Este caráter é explicado por Fragoso pela “falta de elasticidade do mercado considerado e a sua demanda restrita não [...] [permitir] a absorção de toda a capacidade de investimento, por parte do grande mercador, em um único setor de atividade. Daí que ele se veja “obrigado” a diversificar as suas aplicações”. Idem, p. 326.

⁶⁰⁵ Idem, p. 349.

⁶⁰⁶ Idem, p. 360.

⁶⁰⁷ Como o próprio Fragoso demonstra não era um movimento só da elite, mas também de outros segmentos do comércio. Vide Idem, p. 365.

⁶⁰⁸ Idem, p. 362.

⁶⁰⁹ Idem, p. 368.

Neste sentido, seria este o movimento que recriaria e reforçaria as relações de poder da colônia. E ainda acabaria por viabilizar a montagem de sistemas agrários na fronteira e, com isso, garantiria a permanência da economia escravista.⁶¹⁰

A importância do *status* é analisada em outra obra de Fragoso, agora em parceria com Manolo Florentino. Nela a nobreza portuguesa do século XVIII é avaliada a fim de que uma nova abordagem acerca do passado colonial do Brasil seja feita. A idéia central é a importância da Expansão Marítima portuguesa que se apresentava em crise e dependia, direta ou indiretamente, do império comercial. Teriam como principais valores os não-capitalistas, pois, em sua base, a ideia vigente era a de que, para se ascender na hierarquia social, era necessário tornar-se membro da aristocracia. Neste processo, os meios mercantis eram levados à aristocratização tendo-se, portanto, o arcaísmo como um verdadeiro “projeto social” baseado nas rendas coloniais.⁶¹¹

No caso específico da capitania de São Paulo, como pode ser visto em nosso Anexo, a economia paulista se desenvolveu, muito alavancada pela explosão do açúcar nas exportações. Em Santos, no bojo deste processo, cada vez mais se tornara evidente a feição portuária/mercantil, que atraía população para as atividades em torno deste setor, sobretudo de homens e mulheres pardos e negros livres. Grandes escravistas surgiram. Muitos relacionados às elites, quer na própria vila de Santos, quer em famílias tradicionais de outras regiões. Em perfil semelhante ao encontrado por Fragoso no Rio de Janeiro, boa parte desta elite estava relacionada ao comércio (sobretudo do açúcar) onde, com o passar do tempo, adquiriram escravos e terras. Entendemos aqui que nenhum dos argumentos elencados por Fragoso deve ser perdido de vista para a vila santista. Por um lado, o investimento em terras e escravos, sem dúvida, era seguro mesmo em Santos em torno de produtos como o arroz, o café e, mais eventualmente, a aguardente. Contudo, o ideal de ser senhor de escravos e terras, a nobiliarquia, “o arcaísmo como projeto”, na expressão de Fragoso e Manolo, certamente interferia e muito naquela sociedade.

Em Santos, de qualquer forma, diferente do Rio de Janeiro, certos grandes comerciantes/escravistas/senhores de terra não deixaram de atuar em todos estes campos, o que em parte levou a certa variação na análise dos dados do maços de

⁶¹⁰ Idem, p. 380.

⁶¹¹ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. *Interpretações*. In: FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro. c. 1790 - c. 1840.** 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, pp. 23-59.

população, com alteração entre a agricultura e o comércio, limitando a análise somente a partir de tal fonte.

Nesse sentido, nos importa aqui destacar o vigor econômico evidente, gerado pelo trato mercantil na vila de Santos em torno do açúcar. Em um exemplo extremo, gerou perspectiva de enriquecimento até mesmo para um comerciante mulato com um ideal de ser senhor de terras e escravos.

Aqui, é pertinente contrapormos o estudo de Roberto Guedes acerca da perspectiva de ascensão social, ao analisar a trajetória econômica de um pardo em Porto Feliz, também entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.⁶¹² O autor aponta que a sociedade em questão era fundamentalmente agrária e que a “mobilidade era funcional, já que enlaçava elite e grupos subalternos, incorporava egressos do cativo ao universo senhorial, gerava consenso social, referendava o *status quo* e reproduzia a ordem escravista.”⁶¹³

A mobilidade social não seria dada pelo aspecto econômico, pois a sociedade era “profundamente hierarquizada, social e juridicamente”. Por isso, o mais importante era a reputação social. Nesse sentido, a esfera familiar era elemento básico, além do elemento cor, pois a ascensão social “podia levar a mudança de cor.”⁶¹⁴ Guedes argumenta que esta mudança poderia ocorrer inclusive nos maços de população citando alguns exemplos.⁶¹⁵

O caso em questão pelo autor é o do mulato Joaquim Barbosa Neves, que teve uma única mudança de cor em 1820. Sua trajetória, na vila de Porto Feliz (uma das vilas do Oeste Paulista, profundamente envolvida com a expansão da produção açucareira) seria iniciada como cativo. Ao ser liberto trabalhou como alfaiate até conseguir abrir

⁶¹² GUEDES, Roberto. **De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)**. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Jucá de (org). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 337-376.

⁶¹³ Idem, p. 340.

⁶¹⁴ Idem, pp. 341-345.

⁶¹⁵ O autor critica a perspectiva de Carlos de Almeida Prado Bacellar de que estas mudanças poderiam ser equívocos ou também falta de critério dos recenseadores. Segundo Roberto Guedes, “tendo a achar muito pouco provável que os recenseadores “trocassem as cores” aleatoriamente, ou apenas porque cometessem equívocos. Inseridos na comunidade local, tinham certos cuidados na referência das cores de seus recenseados, sendo um tanto detalhistas na percepção de hierarquias locais expressas nas cores.” Vide: Idem, pp. 350-351. Entendemos que, apesar da perspectiva da mudança de cor ser algo com certa documentação na sociedade colonial e imperial, a experiência com os maços de população revela que houve diversos problemas de tabulação, inclusive, alguns comentados ao longo deste trabalho. Com isso, não é possível perder de vista a subjetividade do recenseador e eventuais erros, ainda que tão significativos como no caso da cor.

uma loja de fazenda seca. A partir dali conseguiu acumular escravos e em 1828 detinha 41 cativos. Passa também a atuar na atividade açucareira, em que até teve sítio com engenho – se “aristocratizando”. Mesmo sendo comerciante, sua ascensão social teria sido dada pela renda obtida pelo trabalho escravo, além das diversas relações com os grandes da vila de Porto Feliz e conexões até em São Paulo e Rio de Janeiro. Na hierarquia militar, ascendeu a alferes.⁶¹⁶

Na prática, sua mobilidade social seria “intragrupal”, pois “um forro ou descendente de escravo não priorizava ser barão, mas o rei dos forros e dos descendentes de escravos.” E não se “embranqueceu” “provavelmente porque era a primeira geração livre na família.”⁶¹⁷

O caso de Manoel de Alvarenga Braga, ainda que nossas fontes sejam limitadas, demonstra uma perspectiva de desenvolvimento excepcional entre seus pares na vila de Santos. Também possuía relações claras com os grandes, como no empréstimo com Luiz Pereira Machado. Caminhou em relação semelhante ao “ideal arcaizante” ao se preocupar em possuir uma extensa escravaria e três lotes de terra. Contudo, nunca apareceu como branco. Seu cargo militar, Capitão dos Úteis, inclusive, era de uma companhia onde somente pardos eram recrutados. Se fosse branqueado, precisava receber outra patente.

De qualquer forma, ainda que haja limites claros de análise de mobilidade social entre pardos ascendentes, tanto Manoel de Alvarenga Braga como Joaquim Barbosa Neves, a nosso ver, provam mais uma vez, que não há como deixar de destacar a importância da atividade mercantil em torno do açúcar. Ela se mostra capaz de promover enormes ascensões econômicas, em casos extremos, até mesmo daqueles menos favorecidos na hierarquia social.

Dentro das elites, resta-nos comentar a internacionalização evidente em torno do trato de exportação do açúcar. Comerciantes da França, Prússia, Inglaterra, muito relacionados entre si, viam excelentes oportunidades de negócios em Santos. Representantes de seus governos, como os cargos de cônsul e vice-cônsul, criaram alianças através de matrimônio ou relações de apadrinhamento, com famílias de grande alcance em São Paulo, como os Aguiar, muito relacionados ao trato mercantil do açúcar. Na ponta deste processo, já em 1836, vimos o principal comerciante de Santos,

⁶¹⁶ Idem, pp. 355-367.

⁶¹⁷ Idem, p. 368.

Frederico Fomm, interessado sobretudo no açúcar, capaz de gerar um incipiente processo de industrialização, com o desejo de obter maiores lucros e com ambições claras de modernização.

Não resta dúvidas, portanto, que a atividade açucareira, ao alavancar, e muito, a dinâmica do exportar e abastecer, transformou a vida econômica paulista como, especificamente, na vila de Santos. Afinal a importância do contexto do comércio do açúcar foi muito maior em Santos do que até então se atribuiu.

Considerações finais

Segundo dados do IPEA, Santos é o hoje o principal porto do Brasil. Pelas informações consolidadas em 2007, comercializou US\$65,7 bilhões. Foi a principal passagem para o comércio internacional de todas as unidades da federação brasileira, exceto para o estado do Amapá. Sua pauta de comércio é a mais extensa do país e representa 4,98% do PIB nacional. A movimentação de cargas supera 60 milhões de toneladas ao ano.

No entanto, a sua história, ainda foi pouco estudada. Seu processo de formação e crescimento esteve bastante relacionado ao crescimento do comércio açucareiro paulista. O desenvolvimento do caminho do Mar, através da Calçada de Lorena, e as chamadas “leis de porto único”, permitiram que Santos passasse a ser o escoadouro deste produto, que florescia no Oeste Paulista apoiado pelas medidas ilustradas da Coroa.

Na verdade, o comércio açucareiro alavancava as relações portuárias mercantis da vila santista tanto para as exportações, quanto para as importações, destinadas a Portugal, ou a outras regiões da América portuguesa, como a região do Prata e, mais futuramente, a outras nações europeias. Desenvolvia-se, assim, a dinâmica do exportar e abastecer.

Este contexto de trato mercantil/portuário influenciou diretamente a antiga vila. Sua econômica se tornou, cada vez mais, relacionada ao comércio e às atividades subsidiárias a ele. A lide da terra nunca foi bastante significativa, mesmo quando procurou-se leva-la a participar do mercado de abastecimento, que se expandia consideravelmente, e de sua fama na produção de arroz.

A efervescência econômica desenvolveu um crescimento populacional expressivo ao longo do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, sobretudo de população livre. A escravidão se manteve bastante presente ao representar dois quintos do total do contingente santista. Essa participação foi sustentada fundamentalmente através do tráfico de cativos, que reafirmava o crescimento econômico capaz de gerar tal situação.

Os domicílios se alteraram. Neste mesmo momento, passaram a ter um maior número médio de pessoas, inclusive, entre os escravistas, a média de cativos também aumentou. Na prática, houve uma ampliação de população que, interessada em atuar

nas atividades que cresciam, chegava à vila e se agregava nas residências existentes para, só depois, formar novos lares.

A população de pardos e negros livres tinha importante papel. Sobretudo as mulheres. Quer fossem libertas pelas alforrias, quer fossem descendentes de famílias libertas, as populações de pardos e negros atendiam à crescente demanda dos mais variados serviços em torno das práticas mercantis/portuárias. Algumas vezes, inclusive, conseguiram até obter cativo(s).

A ampliação da média de escravos revelou, por outro lado, que o crescimento das atividades gerou o surgimento de grandes escravistas, em parte relacionados diretamente ao comércio do açúcar. Alguns, inclusive, decidiram por comprar terras e investir em cativos. Entre eles, até mesmo um pardo figurava, exemplo extremo da ascensão econômica propiciada por tal contexto. No entanto, não permaneceram assim na terceira década do século XIX, em que a feição portuária foi mais evidente, abrindo espaço para a importância dos comerciantes de médio cabedal. Entre eles, até mesmo comerciantes da França, Prússia e Inglaterra que, muito relacionados entre si, e criando laços com os grandes santistas, viam excelentes negócios na vila portuária e procuravam modernizar a economia do açúcar.

Frente a este quadro, a nosso ver, certamente a elevação da vila de Santos à condição de cidade, em 1839, por mais que atendesse a um desejo de homenagem ao finado Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, morto em 1838, refletia o crescimento de uma região com uma enorme transformação nas últimas décadas. Santos teve a sua população duplicada em cinco décadas, em boa parte um contingente atraído por suas atividades econômicas, que, inclusive, mantinham pujança ao sustentar um tráfico de escravos muito significativo, além de ter se tornado profundamente envolvida no trato mercantil/portuário. Diga-se ainda, um trato internacional. Inclusive, capaz de atrair comerciantes europeus dispostos a investir e modernizar o trato do açúcar, cuja influência criou as bases da cidade santista, de porte mercantil internacional, envolvida na dinâmica do exportar e abastecer, capaz ainda de atender a futura explosão do mercado cafeeiro.

Anexo: Algumas notas sobre a dinâmica do exportar e abastecer

A ideia fundamental nestas poucas linhas que seguem é demonstrar um pouco da dinâmica do exportar e abastecer no porto de Santos. Para tal, temos como base os dados compilados por Afonso de Escragnolle Taunay de 1801 e os mapas de importação e de exportação do porto de Santos de 1816 e 1821. Infelizmente, os dados de 1801 são bastante escassos e só nos permitem ter uma noção básica dos montantes de entradas e saídas, além de parte das informações dos portos de contato comercial. Já para 1816 e 1821 temos números bastante completos. Tabelaamos os dados dos principais produtos nestes anos.

Dos três anos trabalhados, nota-se que só em 1801 as exportações foram maiores que as importações. Assim, nos dois outros anos, progressivamente, o porto se mostrou deficitário. Esta questão é bastante relativa, já que, no porto santista, muitos produtos eram revendidos tanto para a exportação como para a importação (além do trato de via terrestre).

Analisando detidamente os portos de exportações, nota-se que o trato direto com a Metrópole foi bastante consistente em 1801. Situação, contudo, que não se manteve, já que nas duas décadas seguintes, mais da metade das exportações de Santos iam para o Rio de Janeiro. Ali, como já apontou Arruda, a produção era reexportada – especialmente o açúcar.⁶¹⁸ Nas importações, por sua vez, a relação direta com a Capital ficou ainda mais evidente: quase três quartos do valor total chegada dali.

O principal produto de exportação era o açúcar. Sozinho representava 79% do total de 1816 e 82% do de 1821. Era, seguramente, o principal produto do comércio paulista e foi o responsável por alavancar a dinâmica do exportar e abastecer. Dos portos de envio do açúcar, o Rio de Janeiro recebeu quase três quartos de toda a produção: respectivamente, 71,8% e 70,1% em 1816 e 1821. Observa-se que o resto era absorvido, em geral, em parte pelo trato direto para a Metrópole e em parte para as regiões do Sul com especial destaque para Buenos Aires – que em 1816 foi o segundo principal porto de escoamento desta produção.

⁶¹⁸ ARRUDA, José Jobson. *op. cit.*, p. 267.

Dos demais gêneros, dentro de um quadro bastante diverso, mereceu destaque a exportação de arroz representando 6,4% do total em 1816, apesar de cair em 1821 para 3,6% do montante, em que, inclusive, acabou por ser superada pela de toucinho (4,7%).

Grande parte do arroz que chegava a Santos era proveniente de Iguape como podemos verificar pelos dados de importação. Como bem assinalou Valentim, “o arroz cultivado no Vale do Ribeira não pode ser caracterizado, pelo menos no período entre o final do século XVIII e início do XIX, como sendo exclusivamente de consumo interno ou tão-somente um produto agrícola exportável.”⁶¹⁹ A constatação de Valentim é comprovada ao se observar os dados da exportação do porto de Santos – verifica-se que uma parte do arroz ficava no mercado interno, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, e outra parte, a grande maioria, ia para Portugal (Porto e Lisboa) ou, em menor proporção, para Buenos Aires.

O toucinho, por sua vez, parece ter sido um produto que chegava a Santos pelas atividades dos tropeiros e só então era exportado. Ressalta-se, assim, uma limitação evidente nesta análise: os mapas de importação e exportação só envolviam o trato marítimo, o que não permite compreender a grande fatia que era comercializada nas relações terrestres.

No importante trato de importações com a Capital, o principal produto era o tráfico de escravos. Mais de 1000 cativos chegaram daquela região tanto em 1816 como em 1821. Obviamente, não eram somente para a vila santista, mas sim para toda a região paulista, especialmente o Oeste em ampla expansão do uso da mão de obra cativa devido ao crescimento da produção açucareira, conforme visto. Ainda quanto ao tráfico, em 1821, nota-se uma maior diversificação dos portos de chegada dos cativos: 100 chegaram da Bahia e 239 vieram de trato direto com Moçambique.

Ainda quanto às importações, era significativa a chegada de panos, dos mais variados, inclusive reexportados do Rio de Janeiro. Soma-se ainda a importância do sal que, apesar de ainda boa parte ser proveniente da Metrópole, a maior fatia passou a ser adquirida do Nordeste da América portuguesa (Bahia e Pernambuco). Contudo, também da região platina havia um trato comercial deste importante produto comentado ao longo do trabalho.

⁶¹⁹ VALENTIM, Agnaldo. *op. cit.*, p. 30.

Exportação 1801			Exportação 1816			Exportação 1821		
Região	Valores	%	Região	Valores totais	%	Região	Valores totais	%
Lisboa	56:800\$000	32,3	Lisboa	35:893\$000	7,5	Lisboa	22:166\$200	3,8
Bahia	42:532\$500	24,2	Bahia	6:521\$400	1,4	Bahia	22:662\$200	3,9
Rio de Janeiro	46:651\$798	26,6	Rio de Janeiro	274:808\$000	57,6	Rio de Janeiro	348:556\$000	60,3
Iguape	2:051\$000	1,2	Iguape	6:336\$000	1,3	Iguape	3:312\$500	0,6
Rio Grande	7:564\$300	4,3	Rio Grande	25:032\$800	5,3	Rio Grande	9:683\$400	1,7
Cananéia	460\$000	0,3				Cananéia	1:526\$400	0,3
Guaratuba	6\$660	0,0				Guaratuba	48\$800	0,0
Paranaguá	8:790\$660	5,0				Paranaguá	3:657\$000	0,6
São Sebastião	14\$975	0,0	São Sebastião	504\$000	0,1			
Demais	10:732\$577	6,1						
Total	175:604\$470	100	Porto	56:003\$900	11,7	Porto	80:730\$500	14,0
			Pernambuco	27:741\$000	5,8	Pernambuco	20:646\$400	3,6
			Santa Catarina	1:745\$700	0,4	Santa Catarina	8:376\$500	1,4
			Buenos Aires	38:820\$600	8,1	Buenos Aires	17:595\$800	3,0
			Rio de São Francisco	3:695\$450	0,8			
			Total	477:101\$850	100			
						Laguna	862\$400	0,1
						Porto Alegre	10:592\$400	1,8
						Montevideu	24:585\$000	4,3
						Moçambique	3:178\$000	0,5
						Total	578:179\$500	100

Fonte: Para 1801, TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **Ensaio da História Econômica e Financeira: Um Capitão General Estatista**. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XV, São Paulo, 1961. Para 1816 e 1821, AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos para os respectivos anos.

Importação 1801			Importação 1816			Importação 1821		
Região	Valores	%	Região	Valores totais	%	Região	Valores totais	%
São Sebastião	466\$568	0,5	São Sebastião	3:445\$200	0,4	São Sebastião	7:924\$800	0,7
Iguape	230\$500	0,2	Iguape	14:629\$600	1,9	Iguape	13:274\$000	1,1
Paranaguá	423\$000	0,4	Paranaguá	3:292\$600	0,4	Paranaguá	3:838\$800	0,3
Ubatuba	445\$020	0,4	Ubatuba	2:299\$000	0,3	Ubatuba	1:956\$000	0,2
São Francisco do Sul	460\$000	0,4						
Angra dos Reis	440\$000	0,4						
Demais	99:483\$175	97,6						
Total	101:948\$263	100						
			Santa Catarina	680\$000	0,1	Santa Catarina	6:764\$000	0,6
			Pernambuco	36:861\$775	4,7	Pernambuco	10:557\$200	0,9
			Bahia	29:678\$020	3,8	Bahia	77:599\$700	6,5
			Rio de Janeiro	561:794\$610	71,9	Rio de Janeiro	883:634\$840	74,0
			Vila Bela	454\$800	0,1	Vila Bela	2:261\$200	0,2
			Porto	38:070\$120	4,9	Porto	90:256\$710	7,6
			Lisboa	29:988\$460	3,8	Lisboa	30:273\$100	2,5
			Buenos Aires	12:401\$000	1,6	Buenos Aires	6:665\$660	0,6
			Parati	125\$000	0,0			
			São Francisco	6:335\$000	0,8			
			Rio Grande	584\$400	0,1			
			Cotinguiba	1:563\$250	0,2			
			Figueira	39:040\$000	5,0			
			Total	781:242\$835	100			
						Guaratuba	800\$000	0,1
						Laguna	1:262\$000	0,1
						Montevidéu	3:274\$000	0,3
						Moçambique	47:800\$000	4
						Cabo Verde	4:000\$000	0,3
						Assú	2:655\$000	0,2
						Total	1.194:797\$010	100

Fonte: Para 1801, TAUNAY, Affonso de Escagnolle. **Ensaio da História Econômica e Financeira: Um Capitão General Estatista.** *Anais do Museu Paulista*. Tomo XV, São Paulo, 1961. Para 1816 e 1821, AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos para os respectivos anos.

1816

Exportação	Produto	Valores	%		Produto	Valores	%
Porto	Açúcar	27:854\$400	49,7%	São Sebastião	Sal	504\$000	100,0%
	Couros	11:680\$000	20,9%		Total	504\$000	100,0%
	Arroz	11:603\$200	20,7%	Iguape	Pano de Algodão	3:273\$000	51,7%
	Diversos	4:866\$300	8,7%		Açúcar	2:298\$000	36,3%
	Total	56:003\$900	100,0%		Diversos	765\$000	12,1%
Lisboa	Açúcar	22:449\$000	62,5%	Rio de São Francisco	Total	6:336\$000	100,0%
	Arroz	8:030\$400	22,4%		Pacotes de Fazenda	1:068\$700	28,9%
	Couros	4:056\$000	11,3%		Pano de Algodão	910\$950	24,7%
	Diversos	1:357\$600	3,8%		Açúcar	687\$000	18,6%
	Total	35:893\$000	100,0%		Diversos	1:028\$800	27,8%
Pernambuco	Arroz	7:251\$200	26,1%	Santa Catarina	Total	3:695\$450	100,0%
	Farinha de Mandioca	6:691\$200	24,1%		Açúcar	1:032\$000	59,1%
	Toucinho	5:800\$800	20,9%		Farinha de Trigo	280\$000	16,0%
	Diversos	7:997\$800	28,8%		Diversos	433\$700	24,8%
	Total	27:741\$000	100,0%		Total	1:745\$700	100,0%
Bahia	Arroz	2:041\$600	31,3%	Rio Grande	Açúcar	17:328\$600	69,2%
	Toucinho	1:996\$800	30,6%		Aguardente do Brasil	5:000\$000	20,0%
	Fumo de Serra Acima	1:393\$200	21,4%		Diversos	2:704\$200	10,8%
	Diversos	1:089\$800	16,7%		Total	25:032\$800	100,0%
	Total	6:521\$400	100,0%	Buenos Aires	Açúcar	34:797\$600	89,6%
Rio de Janeiro	Açúcar	270:538\$200	98,4%		Arroz	1:472\$000	3,8%
	Vinho de Figueira	1:408\$000	0,5%		Diversos	2:551\$000	6,6%
	diversos	2:861\$800	1,0%		Total	38:820\$600	100,0%
	Total	274:808\$000	100,0%	Total Geral de Exportações		477:101\$850	

Fonte: AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos de 1816.

1821

Exportação	Produto	Valores	%		Produto	Valores	%
Porto	Açúcar	56:183\$700	69,6%	Paranaguá	Açúcar	2:778\$000	76,0%
	Arroz	17:120\$000	21,2%		Toucinho	324\$800	8,9%
	Diversos	7:426\$800	9,2%		Diversos	554\$200	15,2%
	Total	80:730\$500	100,0%		Total	3:657\$000	100,0%
Lisboa	Açúcar	16:440\$600	74,2%	Santa Catarina	Açúcar	6:494\$700	77,5%
	Arroz	3:760\$000	17,0%		Toucinho	1:284\$800	15,3%
	Diversos	1:965\$600	8,9%		Diversos	597\$000	7,1%
	Total	22:166\$200	100,0%		Total	8:376\$500	100,0%
Pernambuco	Toucinho	12:937\$600	62,7%	Laguna	Açúcar	510\$000	59,1%
	Fumo de Minas	2:226\$000	10,8%		Toucinho	262\$400	30,4%
	Feijão	1:251\$200	6,1%		Fumo de Minas	90\$000	10,4%
	Diversos	4:231\$600	20,5%		Total	862\$400	
	Total	20:646\$400	100,0%	Rio Grande	Açúcar	7:398\$000	76,4%
Bahia	Toucinho	8:966\$400	39,6%		Aguardente	950\$000	9,8%
	Fumo de Minas	5:313\$000	23,4%		Diversos	1:335\$400	13,8%
	Queijos da Terra	4:200\$000	18,5%		Total	9:683\$400	100,0%
	Diversos	4:182\$800	18,5%	Porto Alegre	Açúcar	8:092\$800	76,4%
	Total	22:662\$200	100,0%		Panos de Algodão	645\$000	6,1%
Rio de Janeiro	Açúcar	332:208\$200	95,3%		Diversos	1:854\$600	17,5%
	Couros	5:952\$000	1,7%		Total	10:592\$400	100,0%
	Toucinho	2:560\$000	0,7%	Montevideu	Açúcar	23:961\$000	97,5%
	Diversos	7:835\$800	2,2%		Toucinho	360\$000	1,5%
	total	348:556\$000	100,0%		Café	264\$000	1,1%
Iguape	Pano de Algodão	2:115\$000	63,8%		Total	24:585\$000	100,0%
	Açúcar	451\$500	13,6%	Buenos Aires	Açúcar	16:812\$600	95,5%
	Diversos	746\$000	22,5%		Toucinho	723\$200	4,1%
	Total	3:312\$500	100,0%		Fumo de Minas	60\$000	0,3%
Cananéia	Pano de Algodão	1:155\$000	75,7%		Total	17:595\$800	100,0%
	Açúcar	256\$200	16,8%	Moçambique	Açúcar	2:478\$000	86,1%
	Diversos	115\$200	7,5%		Aguardente	400\$000	13,9%
	Total	1:526\$400	100,0%		Total	2:878\$000	100,0%
Guaratuba	Toucinho	32\$000	65,6%	Total Geral de Exportações			577:879\$500
	Açúcar	16\$800	34,4%				
	Total	48\$800	100,0%				

Fonte: AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos de 1821.

Importação	Produto	Valores	%		Produto	Valores	%
Porto	Chapeus Grossos e Finos	10:017\$600	26,3%	Ubatuba	Aguardente do Brasil	1:475\$000	64,2%
	Enchadas, foices e Machados	4:624\$200	12,1%		Farinha de Mandioca	680\$000	29,6%
	Pregos de toda a qualidade e cravos de ferrar	2:996\$000	7,9%		Diversos	144\$000	6,3%
	Sal	2:981\$000	7,8%		Total	2:299\$000	100,0%
	Diversos	17:451\$320	45,8%	Vila Bela	fumo	244\$800	53,8%
	Total	38:070\$120	100,0%		Aguardente do Brasil	100\$000	22,0%
Figueira	Vinho	39:040\$000	100,0%		Diversos	110\$000	24,2%
	Total	39:040\$000	100,0%	Total	454\$800	100,0%	
Lisboa	Sal	9:995\$500	33,3%	São Sebastião	Aguardente do Brasil	2:300\$000	66,8%
	Vinho	8:880\$000	29,6%		Café	593\$600	17,2%
	Diversos	11:112\$960	37,1%		Diversos	551\$600	16,0%
	Total	29:988\$460	100,0%		Total	3:445\$200	100,0%
Pernambuco	Sal	24:875\$875	67,5%	Iguape	Arroz	14:000\$000	95,7%
	Vinho	2:310\$000	6,3%		Farinha de Mandioca	520\$000	3,6%
	Peças de Xitas Inglesas	1:263\$600	3,4%		Diversos	109\$600	0,7%
	Diversos	8:412\$300	22,8%		Total	14:629\$600	100,0%
	Total	36:861\$775	100,0%	Paranaguá	Couro	1:212\$000	36,8%
Cotinguiuba	Sal	1:563\$250	100,0%		Arroz	635\$000	19,3%
	Total	1:563\$250	100,0%		Diversos	1:445\$600	43,9%
Bahia	Sal	21:574\$500	72,7%		Total	3:292\$600	100,0%
	Vinho	3:660\$000	12,3%	Santa Catarina		Farinha de Mandioca	680\$000
	Peças de Xitas Inglesas	1:895\$600	6,4%		Total	680\$000	100,0%
	Diversos	2:547\$920	8,6%	Rio Grande	Trigo em grão	584\$400	100,0%
	Total	29:678\$020	100,0%		Total	584\$400	100,0%
Rio de Janeiro	1081 Escravos Novos	162:150\$000	28,9%	São Francisco	Farinha de Mandioca	5:496\$000	86,8%
	Panos, Baetas e Baetões	105:470\$600	18,8%		Arroz	650\$000	10,3%
	Peças de Ganazes, Sanas e Cassa Grossas	27:126\$000	4,8%		Diversos	189\$000	3,0%
	Peças de Xitas Inglesas	23:218\$800	4,1%		Total	6:335\$000	100,0%
	Diversos	243:829\$210	43,4%	Buenos Aires	Couro	11:590\$000	93,5%
	Total	561:794\$610	100,0%		Mantas	474\$500	3,8%
Parati	Aguardente do Brasil	125\$000	100,0%		Diversos	336\$500	2,7%
	Total	125\$000	100,0%	Total	12:401\$000	100,0%	
Total Geral de Importações						781:242\$835	

Fonte: AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos de 1816.

1821

Importação	Produto	Valores	%		Produto	Valores	%
Porto	Vinhos da Companhia	45:225\$000	50,1%	Iguape	Arroz	12:880\$000	97,0%
	Chapeus Grossos	9:775\$200	10,8%		Diversos	394\$000	3,0%
	Sal	8:302\$000	9,2%		Total	13:274\$000	100,0%
	Diversos	26:954\$510	29,9%	Paranaguá	Arroz	3:360\$000	87,5%
	Total	90:256\$710	100,0%		Diversos	478\$800	12,5%
Lisboa	Vinho	18:285\$000	60,4%		Total	3:838\$800	100,0%
	Drogas de botica e especiarias	3:490\$000	11,5%	Guaratuba	Farinha de Mandioca	800\$000	100,0%
	Diversos	8:498\$100	28,1%		Total	800\$000	
	Total	30:273\$100	100,0%	Santa Catarina	Arroz	3:200\$000	47,3%
Cabo Verde	Sal	4:000\$000	100,0%		Farinha de Mandioca	2:200\$000	32,5%
	Total	4:000\$000	100,0%		Sal	1:074\$000	15,9%
Assú	Sal	2:655\$000	100,0%		Diversos	290\$000	4,3%
	Total	2:655\$000	100,0%		Total	6:764\$000	100,0%
Pernambuco	Sal	8:921\$000	84,5%	Laguna	Farinha de Mandioca	920\$000	72,9%
	Vinho de Lisboa	1:380\$000	13,1%		Diversos	342\$000	27,1%
	Diversos	256\$200	2,4%		Total	1:262\$000	100,0%
	Total	10:557\$200	100,0%	Ubatuba	Farinha de Mandioca	1:942\$400	99,3%
Bahia	Sal	20:167\$000	26,0%		Diversos	13\$600	0,7%
	100 escravos novos	20:000\$000	25,8%		Total	1:956\$000	100,0%
	Chita estrangeira	4:108\$800	5,3%	Vila Bela	Fumo	1:084\$000	47,9%
	Diversos	33:323\$900	42,9%		Diversos	1:177\$200	52,1%
	Total	77:599\$700	100,0%		Total	2:261\$200	100,0%
Rio de Janeiro	Panos, Baetas e Baetões	138:118\$500	15,6%	Montevideú	Sal	3:274\$000	100,0%
	Peças de Garrazes, Sanas e Cassas Groças	40:869\$000	4,6%		Total	3:274\$000	100,0%
	Vinho de Lisboa	29:785\$000	3,4%	Buenos Aires	Couro	3:991\$200	59,9%
	Farinha de Trigo	27:600\$000	3,1%		Sal	1:586\$000	23,8%
	1195 Escravos Novos	239:000\$000	27,0%		Diversos	1:088\$460	16,3%
	Diversos	408:262\$340	46,2%		Total	6:665\$660	100,0%
	total	883:634\$840	100,0%	Moçambique	239 Escravos	47:800\$000	100,0%
São Sebastião	Café	3:800\$000	48,0%		Total	47:800\$000	100,0%
	Aguardente de Cana	2:500\$000	31,5%	Total Geral de Importações 1.194:797\$010			
	Diversos	1:624\$800	20,5%				
	Total	7:924\$800	100,0%				

Fonte: AESP, mapa de Importação e Exportação do Porto de Santos de 1821.

Apêndice metodológico e estatístico

Os maços de população formam uma coleção fantástica de recenseamentos realizados na capitania de São Paulo. Foram iniciados a partir de 1765 com o Morgado de Mateus, justamente para atender à política Ilustrada de reorganização administrativa da colônia. Segundo Marcílio, para proceder ao levantamento, a metrópole recorreu às duas principais instituições que existiam no Ultramar: a Igreja e o Corpo militar. As unidades administrativas eram organizadas a partir das paróquias e ainda colocava o pessoal de maior conhecimento e estrutura técnica, o Corpo Militar (geralmente na figura do capitão mor) para chegar aos moradores. Desde as concentrações urbanas até as quase inacessíveis áreas do sertão ou das ilhotas.

É possível distinguir três períodos para a evolução censitária entre 1775 e 1836, chamada de fase proto-estatística:

– 1765 a 1797 – os objetivos eram fundamentalmente militares, já que visavam o conhecimento do número de adultos disponíveis para as armas no contexto dos constantes conflitos com os espanhóis na fronteira Sul da colônia.

– 1797 a 1822 – os objetivos passam a ser menos militares e mais econômicos. A Coroa, dentro da política Ilustrada, procura racionalizar a estrutura administrativa colonial a fim de aumentar a população e desenvolver a agricultura e o comércio. O modelo da Metrópole surge com tabelas gerais da população dividida por idade, sexo, estado civil, cor e condição social. Além destas, outras tabelas econômicas eram requisitadas, especificamente para o consumo e a produção, importação/exportação, movimento de navios e preços.

– 1822 a 1836 – fase de desorganização dos trabalhos devido à Independência. Procura-se seguir os modelos do período anterior. Os maços variam de vila para vila. Geralmente, a última lista ainda bastante completa se dá em 1836.⁶²⁰

Os maços de Santos selecionados informam a ocupação e o nome do chefe do domicílio (no caso do de 1836, em geral, apresenta também sua naturalidade), além de sua situação e a de todos os seus familiares (sexo, idade, estado civil e cor), a produção

⁶²⁰ Análise completa do histórico dos recenseamentos no Brasil vide: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, pp.29-43; especificamente, da capitania de São Paulo vide: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...**, pp.44-65; para maiores especificações acerca da importância das listas nominativas vide: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento...** e também BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra...**

do domicílio e a listagem dos escravos com as mesmas características apresentadas dos livres (com exceção da de 1775).

Por sua vez, os mapas de população são as tabelas estatísticas que acompanham os maços. Até 1797, são fundamentalmente demográficos. Neles encontramos a população santista dividida em classes de idades (conforme o modelo proposto pela Coroa) e com a divisão entre sexo da população livre e da população escrava. É citado o número de nascimentos e mortes no ano (em alguns momentos com divisão por livres e escravos). Já os mapas demográficos a partir de 1798 dividem a população em cinco grupos: brancos, pretos livres, pretos cativos, mulatos livres e mulatos cativos e com a divisão por faixas etárias bem menores que as classes anteriores, além da divisão por estado civil. Somam-se ainda mapas onde são descritos os nascimentos divididos por cor, sexo, condição social e entre gêmeos, mortos e vivos. Ou mesmo os dos casamentos também divididos por cor, sexo, condição social e idade. Por fim, o das mortes, em geral, com as mesmas características dos de casamentos. A partir de 1798, para alguns anos no caso santista, são encontrados mapas com o consumo, com a produção, com as ocupações, ou mesmo de duas companhias de ordenanças da vila no ano de 1808.

Bacellar aponta alguns problemas que devem estar claros ao se lidar com os maços de população. É necessário entender que: “Temor ao fisco e à recruta, somados, certamente estabeleciam uma reação assustadora e desconfiada dos lavradores e roceiros paulistas à solicitação de informações sobre sua lavoura e sua família.”⁶²¹ Há de ser ter em vista o “ambiente pouco ilustrado” que tanto envolvia os homens responsáveis pelos quadros estatísticos, com suas limitações na técnica estatística, na falta de tempo e nas dificuldades de locomoção, como também a pouca preocupação que as populações do passado tinham com sua contagem de idade. Somam-se casos já confirmados de dados subestimados e o problema recorrente das classes e faixas etárias. As classes envolviam indivíduos de 7-15 e depois 15-60 e, assim, em qual classe se enquadravam os de 15 anos? Da mesma forma, nas faixas etárias, iniciadas em 1798, as faixas percorrem valores 0-5, 5-10, 10-20, 20-30, 30-40...ou seja, onde ficavam os de 5, 10, 20, 30, 40, etc?

O autor, então, entende que:

“Não se trata, claro, de preconizar o não uso de tais fontes, de resto profundamente ricas e únicas em sua diversidade informativa. Mas sim de fazer a análise dessas fontes no contexto em que foram

⁶²¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando...**, p. 115.

produzidas. E não aceitar de antemão as informações prestadas como verdade absoluta, pois podiam ser imprecisas ou deliberadamente deturpadas.⁶²²

Assim, é notório que algumas imprecisões devem ter ocorrido nos maços de população de Santos. Uma delas já fica clara pela impossibilidade de argumentar em qual faixa está um garoto de 10 anos: na de 00-10 ou de 10-20? Contudo, tomamos alguns cuidados e decisões que necessitam ser deixadas claras. Vamos a elas por áreas.

Mapas de população

Os totais de população de todos os anos foram calculados a partir das somas das classes/faixas dos mapas estatísticos. Em alguns anos específicos os números das somas das classes não batiam com os dados apresentados na somatória final. Da mesma forma, algumas somas das faixas não batiam com a soma final oferecida naquela faixa. Em ambos os casos, procedemos a um novo cálculo do número total destes grupos. Todavia, vale acrescentar, foram raros os casos como estes.⁶²³

Outra dúvida que surge ao se trabalhar com os mapas de população é a adição ou não do número de nascidos no ano com a primeira classe/faixa a ser trabalhada. Entendemos que, no caso de Santos, estes números já faziam parte destes grupos e, assim, não foram adicionados às classes/faixas. Todavia, mantivemos este molde mesmo nos poucos anos em que a primeira faixa é mencionada como de 1-5 e não de 0-5 como é o padrão. É bastante complicado afirmar com toda certeza de que nestas faixas de exceção, 1 a 5, realmente os nascidos não foram contemplados. Seria uma mudança específica destes anos ou somente um erro de grafia nestes quadros? Optamos pela segunda.

Os dados que foram apresentados devem ser vistos como taxas brutas e com margens de erros a serem consideradas. Contudo, certamente indicam a tendência da população santista no período e, ao longo do texto, como se viu, sempre procuramos levantar eventuais problemas e dificuldades na análise.

⁶²² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando...**, p. 117.

⁶²³ São mais comuns em Santos antes do novo padrão de 1798. Nomeadamente nos mapas de 1778, 1779, 1781, 1782, 1791, 1795, 1806, 1816, 1822 e 1825.

Atividades econômicas

O estudo do perfil sócio-econômico de população a partir dos maços de população constitui ao historiador uma série de dificuldades. Isso porque as ocupações são as mais diversas e, por vezes, torna-se delicada qualquer decisão de agrupamento em grupos maiores. Todavia, é, sem dúvida, estudo fundamental de ser realizado, pois permite a compreensão da estrutura econômica de uma determinada região e, com ela, os caminhos de vida tanto para a sobrevivência como para uma almejada ascensão social nos mais diversos segmentos da sociedade.

Para tal tarefa, coletamos os dados de todos os fogos de Santos para os maços de população dos anos de 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836 existentes no Arquivo de São Paulo. A seguir, buscamos uma classificação coerente para as mais variadas ocupações ao longo de 1775-1836. Nesta pesquisa, decidimos por utilizar o padrão de Iraci Costa e Nelson Nozoe como base.⁶²⁴ Nossa única exceção à estrutura proposta foi colocar a “Administração do contrato da Armação de Baleias” juntamente com os demais contratos no setor proposto como Rentista.

Encontramos uma ocupação não contemplada na classificação – a de Polieiro. Como se trata de uma atividade relacionada, possivelmente, à roldana náutica⁶²⁵ decidimos por acrescentar esta ocupação no setor Artesanato.

A classificação proposta não contempla a dificuldade da análise quando o domicílio apresenta mais de uma ocupação. É o problema da diversidade em uma sociedade em que a especialização em determinado tipo de atividade não deveria ser alta. Mais do que isso, dependia ainda da subjetividade do recenseador ao se preocupar ou não em apresentar as diversas ocupações de um fogo, ou simplesmente selecionar uma que poderia ser a principal ou não, ou mesmo elencar uma profissão declarada pelo chefe do domicílio. No caso santista, todos os maços selecionados possuem diversos casos de fogos com mais de uma ocupação apresentada. A exceção é o maço de 1817 em que apenas dois fogos apresentam mais de uma ocupação.

⁶²⁴ COSTA, Iraci Del Nero da, e NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores*. **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 1, jan./abr. 1987, pp.69-87.

⁶²⁵ Segundo SILVA, Antonio de Moraes, e BLUTEAU, Rafael, no **Diccionario...**, volume 2, pp. 212-213, Polieiro: “o que faz polés.” Por sua vez, a definição de polés é: “maquina, que confa de hum pao a plumo, com hum braço do qual pende hum moitão, ou roldana, por onde paffa a corda, de cujo extremo pende hum pelo, que fe levanta, puxando pela outra ponta, ufa-fe tambem nos navios (Amaral, pág. 54); e em terra para erguer ao alto della os criminosos atados á corda, e deixá-los cahir a terra, o que fe diz dar tratos de pole.”

Uma alternativa, como aventa Fernández, seria a escolha da primeira atividade apresentada como a principal e as demais como secundárias, entendendo que “as variações na seqüência não seriam aleatórias mas, pelo contrário, manifestariam uma diferença real aos olhos dos contemporâneos, os quais teriam destacado em primeiro lugar a ocupação fundamental de cada indivíduo.” Opção feita pelo autor como “tentativa de adotar um procedimento que afaste a subjetividade do pesquisador”. Soma-se ainda uma segunda análise tendo como base as ocupações secundárias.⁶²⁶

Esta perspectiva parece bastante relativa, já que, ao longo dos anos, o recenseador mudava e fica muito difícil acreditar que qualquer padrão de descrição de atividade pudesse ser empregado.

Motta, ao estudar Bananal, com o objetivo de entender a dinâmica de desenvolvimento da produção cafeeira adotou a postura de priorizar tal atividade. Na ausência do café, optou pela atividade que apresentasse maior renda monetária ao domicílio, deixando de enfatizar os casos com mais de uma ocupação.⁶²⁷

Decidimos aqui adotar postura semelhante à de Motta, já que, nos casos dos fogos com mais de uma ocupação, assumimos critérios de acordo com os objetivos que propomos para esta análise.⁶²⁸ Sendo assim, apresentamos as decisões tomadas:

- os fogos com ocupações relacionadas à agricultura e a qualquer outra atividade foram selecionados para a agricultura com a finalidade de caracterizar, em sua completude, o setor agrário santista, já que ambicionamos relacionar este setor no perfil de uma vila portuária;

- as duas únicas exceções para o setor da agricultura foram os casos em que esta atividade surgia juntamente com o comércio ou com o jornal dos escravos – aqui, ambas situações foram colocadas em separado, já que serão objeto de destaque na pesquisa;

- os fogos com ocupações relacionadas ao comércio e a qualquer outra atividade foram selecionados para o comércio, com a exceção da agricultura, já comentado, a fim de contrapor a importância do setor agrário com o mercantil;⁶²⁹

⁶²⁶ FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações...**, pp.128-133.

⁶²⁷ MOTTA, José Flávio. *op. cit.*, pp.110-111.

⁶²⁸ Vale que acrescentar que nenhum dos maços de população utilizados de Santos apresenta o valor monetário das atividades separadamente. Na verdade, somente o de 1836 traz a renda do domicílio. Contudo, somente o seu total.

⁶²⁹ A única exceção feita aqui foi o caso de Luis Pereira Machado em 1798 onde era recenseado como: “Hé administrador do Contracto de sal **de q vive** e do seu Negócio” Grifo nosso. Aesp, maço de população de Santos do ano de 1798, fogo 230. Desta forma descrito, foi o único que apesar de também estar envolvido, de alguma forma no comércio, entendemos que o contrato de sal era a sua principal atividade do ano e, assim, entrou no grupo Rentista.

- o jornal dos escravos assumiu a prioridade após a agricultura e o comércio, com o objetivo de procurar traçar uma atividade que deveria ser muito comum em uma vila portuária. Ela foi separada, já que na classificação de Iraci da Costa e Nelson Nozoe deveria ser colocada no setor “Rentista”;

- a seguir a atividade denominada “vive de sua agência” ou somente “agência” foi separada e priorizada. Há de se ter em vista que surgiu principalmente com pescaria ou com costuras. Esta ocupação, no caso da classificação tomada como base, foi estabelecida na designação “Não classificada”. Contudo, no caso santista, possui importante consideração, como foi visto;

Desta forma, resolvemos a problemática dos fogos com mais de uma ocupação. Claro que qualquer forma de tomada de decisão é relativa e passiva de crítica. Contudo, procuramos deixá-las claras principalmente a fim de relacionar estas decisões com os objetivos que nos propomos a ponderar. Qualquer outra análise com objetivos distintos, trará a necessidade de uma nova classificação.

Por fim, a designação “Não Dita” apresenta os fogos em que o recenseador não descreve a atividade do fogo.

População de Santos, dividida por condição, 1775-1836.

Ano	Total livres	Total escravos	População total	Livres % cresc. Anual	Escravos % cresc. Anual	Total % cresc. Anual
1775	1426	1017	2443	-	-	-
1776	1650	1337	2987	15,71	31,46	22,27
1777	1899	1481	3380	15,09	10,77	13,16
1778	1885	1471	3356	-0,74	-0,67	-0,71
1779	1843	1407	3250	-2,23	-4,35	-3,16
1781	1724	1277	3001	-3,28	-4,73	-3,91
1782	1684	1241	2925	-2,32	-2,82	-2,53
1783	1758	1245	3003	4,39	0,32	2,67
1788	1637	1318	2955	-1,42	1,15	-0,32
1789	1665	1322	2987	1,71	0,3	1,08
1790	1792	1353	3145	7,63	2,34	5,29
1791	1762	1386	3148	-1,67	2,44	0,09
1792	1792	1362	3154	1,7	-1,73	0,19
1793	1807	1342	3149	0,84	-1,47	-0,16
1794	1881	1556	3437	4,09	15,95	9,15
1795	1942	1541	3483	3,24	-0,96	1,34
1796	1774	1395	3169	-8,65	-9,47	-9,01
1797	1678	1389	3067	-5,41	-0,43	-3,22
1798	1907	1463	3370	13,65	5,33	9,88
1803	1925	1415	3340	0,94	-3,28	-0,89
1804	1987	1450	3437	3,22	2,47	2,9
1805	1977	1432	3409	-0,5	-1,24	-0,81
1806	2138	1512	3650	8,14	5,59	7,07
1808	2473	1653	4126	7,55	4,56	6,32
1809	2428	1682	4110	1,82	1,75	-0,39
1810	2431	1747	4178	0,12	3,86	1,65
1811	2461	1726	4187	1,23	-1,2	0,21
1812	2896	1978	4874	17,68	14,6	16,41
1813	2861	2001	4862	-1,21	1,16	-0,25
1814	2978	2171	5149	4,09	8,5	5,9
1816	2801	2068	4869	-3,02	-4,74	-2,76
1817	2963	2165	5128	5,78	4,69	5,32
1818	2975	2190	5165	0,4	1,15	0,72
1822	2694	2085	4779	-2,25	-1,22	-1,92
1825	2729	2224	4953	0,43	2,17	1,2
1828	2875	2343	5218	1,75	1,75	5,35
1830	2923	2299	5222	0,83	-0,94	0,04
1836	3357	2500	5857	2,33	1,41	1,93

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1836. Para 1775 e 1836, maços de população.

**Dados de nascimentos e mortes divididos por livres e escravos para Santos entre
1775-1830.**

Ano	Nascidos	Nascidos Escravos	Soma nascidos	Mortos	Mortos Escravos	Soma mortos
1775			288			308
1777	81	66	147	101	85	186
1778	93	51	144	79	68	147
1779	61	49	110	100	59	159
1781	85	56	141			126
1782	81	51	132			152
1783	68	52	120			95
1788	85	49	134			134
1789	75	57	132			196
1790	56	91	147			148
1791	82	47	129			183
1792	74	73	147			140
1793	75	50	125			145
1794	90	53	143			145
1795	74	43	117			
1796	85	55	140			137
1797	78	45	123			151
1798	73	56	129	108	47	155
1803	104	72	176	89	93	182
1804	82	53	135	106	69	175
1805	108	66	174	82	67	149
1808	126	65	191	136	100	236
1809	129	64	193	200	79	279
1810	76	58	134	157	114	271
1811	129	61	190	83	49	132
1812	97	81	178	70	43	113
1813	87	94	181	58	52	110
1814	107	47	154	65	60	125
1816	126	96	222	133	166	299
1817	170	119	289	159	49	208
1818	130	79	209	128	47	175
1822	118	119	237	117	88	205
1825	124	51	175	77	38	115
1828	115	103	218	112	55	187
1830	146	148	294	57	20	77

Fonte: AESP, mapas de população de Santos, 1775-1830.

	Domicílios em Santos - 1775					Domicílios em Santos - 1798					Domicílios em Santos - 1802				
Ocupações	Com escravos		Sem escravos		Total	Com escravos		Sem escravos		Total	Com escravos		Sem escravos		Total
	Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%		Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%		Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%	
Agricultura e pecuária	78	35,6	37	20,4	115	29	13,5	38	15,7	67	50	22,6	34	15,9	84
Igreja	2	0,9	1	0,5	3	15	7	1	0,4	16	10	4,5			10
Agência	9	4,1	12	6,7	21	13	6,1	31	12,8	44	47	21,3	53	24,8	100
Militar	12	5,5	26	14,4	38	8	3,7	9	3,7	17	6	2,7	1	0,5	7
Comércio	36	16,4	24	13,2	60	39	18,1	19	7,8	58	27	12,2	5	2,3	32
Artesanato	39	17,8	27	14,9	66	34	15,8	47	19,4	81	34	15,4	40	18,7	74
Agricultura e jornal dos escravos	1	0,5			1	7	3,3			7					
Comércio e agicultura	5	2,3			5	4	1,9			4	2	0,9			2
Profissional Liberal	5	2,3			5	5	2,3	1	0,4	6	2	0,9	1	0,5	3
Magistratura e Emprego Civil	5	2,3	3	1,7	8	5	2,3	5	2,1	10	6	2,7	5	2,3	11
Rentista	2	0,9			2	3	1,4			3	6	2,7			6
Pobre e mendigo	3	1,4	10	5,5	13	2	0,9	23	9,5	25			8	3,7	8
Jornal dos escravos	8	3,5			8	37	17,2			37	5	2,3			5
Não classificadas	2	0,9	5	2,8	7	5	2,3	11	4,6	16	13	5,9	14	6,5	27
Atividades do Mar	7	3,2	32	17,7	39	7	3,3	42	17,4	49	11	5	49	22,9	60
Serviços	1	0,5	1	0,5	2			11	4,6	11	1	0,45	4	1,9	5
Jornaleiro	3	1,4			3			2	0,8	2					
Não Dita	1	0,5	3	1,7	4	2	0,9	2	0,8	4	1	0,45			1
Total	219	100	181	100	400	215	100	242	100	457	221	100	214	100	435

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

	Domicílios em Santos - 1817					Domicílios em Santos - 1836				
Ocupações	Com escravos		Sem escravos		Total	Com escravos		Sem escravos		Total
	Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%		Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%	
Agricultura e pecuária	82	24,1	83	21,2	165	63	15,6	60	13,3	123
Igreja	10	2,9	1	0,3	11	12	3			12
Agência	32	9,4	34	8,7	66	70	17,3	157	34,9	227
Militar	12	3,5	18	4,6	30	11	2,8	3	0,7	14
Comércio	66	19,4	31	7,9	97	122	30,2	73	16,2	195
Artesanato	81	23,8	123	31,5	204	48	11,9	93	20,7	141
Agricultura e jornal dos escravos						2	0,5			2
Comércio e agicultura	1	0,3			1	5	1,2			5
Profissional Liberal	7	2	3	0,8	10	10	2,5	4	0,9	14
Magistratura e Emprego Civil	12	3,5	6	1,5	18	15	3,7	9	2	24
Rentista	4	1,2			4	1	0,25			1
Pobre e mendigo			3	0,8	3			7	1,6	7
Jornal dos escravos						23	5,7			23
Não classificadas	1	0,3			1	7	1,7	2	0,4	9
Atividades do Mar	8	2,3	47	12	55	7	1,7	23	5,1	30
Serviços	1	0,3	22	5,6	23	1	0,25	4	0,9	5
Jornaleiro	1	0,3	4	1	5			5	1,1	5
Não Dita	23	6,7	16	4,1	39	7	1,7	10	2,2	17
Total	341	100	391	100	732	404	100	450	100	854

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

	Quantidade de escravos possuídos - 1775		Quantidade de escravos possuídos - 1798		Quantidade de escravos possuídos - 1802	
Ocupações						
	Nº de escravos	%	Nº de escravos	%	Nº de escravos	%
Agricultura e pecuária	641	56	269	18,4	583	40,8
Igreja	8	0,7	141	9,7	82	5,7
Agência	45	3,9	26	1,8	147	10,3
Militar	26	2,3	46	3,2	32	2,2
Comércio	110	9,6	241	16,5	176	12,3
Artesanato	98	8,6	64	4,4	93	6,5
Agricultura e jornal dos escravos	12	1	74	5,1		
Comércio e agricultura	42	3,7	101	6,9	83	5,8
Profissional Liberal	22	1,9	21	1,4	5	0,4
Magistratura e Emprego Civil	29	2,5	25	1,7	25	1,8
Rentista	10	0,9	142	9,7	96	6,7
Pobre e mendigo	12	1	2	0,1		
Jornal dos escravos	41	3,6	238	16,3	49	3,4
Não classificadas	7	0,6	23	1,6	36	2,5
Atividades do Mar	13	1,1	14	1	20	1,4
Serviços	1	0,1			1	0,1
Jornaleiro	25	2,2				
Não Dita	3	0,3	32	2,2	1	0,1
Total	1145	100	1459	100	1429	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

	Quantidade de escravos possuídos - 1817		Quantidade de escravos possuídos - 1836	
Ocupações				
	Nº de escravos	%	Nº de escravos	%
Agricultura e pecuária	867	40,5	632	25,4
Igreja	113	5,3	109	4,4
Agência	83	3,9	203	8,2
Militar	23	1,1	43	1,7
Comércio	316	14,7	849	34,1
Artesanato	250	11,7	121	4,9
Agricultura e jornal dos escravos			35	1,4
Comércio e agricultura	49	2,3	77	3,1
Profissional Liberal	55	2,6	25	1
Magistratura e Emprego Civil	40	1,9	86	3,4
Rentista	73	3,4	6	0,2
Pobre e mendigo				
Jornal dos escravos			199	8
Não classificadas	5	0,2	47	1,9
Atividades do Mar	19	0,9	13	0,5
Serviços	1	0,05	2	0,1
Jornaleiro	1	0,05		
Não Dita	245	11,4	42	1,7
Total	2140	100	2489	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

	Chefes de domicílios com escravos por ocupação - 1775								
Ocupações	Homens				Mulheres				
	S	C	V	ND	S	C	V	ND	total
Agricultura e pecuária	8	43	2	3	5	2	11	4	78
Igreja	2								2
Agência	2	4	1	1			1		9
Militar	1	9	1	1					12
Comércio	9	16	2	3	4			2	36
Artesanato	4	19	2		2		3	9	39
Agricultura e jornal dos escravos		1							1
Comércio e agricultura		3	1	1					5
Profissional Liberal	2	3							5
Magistratura e Emprego Civil		4		1					5
Rentista		1					1		2
Pobre e mendigo	1				1		1		3
Jornal dos escravos		1		1			4	2	8
Não classificadas			1				1		2
Atividades do Mar		6		1					7
Serviços				1					1
Jornaleiro		1			1			1	3
Não Dita		1							1
Total	29	112	10	13	13	2	22	18	219

Fonte: AESP, maço de população de Santos, 1775.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1817										
	Branços									Branços									Branços									Cor não dita	
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	H	M
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND			
Agricultura e pecuária	1	12	2	1	4		6	1	27	9	14	7		5	2	11	ND	48	9	36	8		6	1	15		75		
Igreja	14							1	15	9		1						10	9								9		
Agência		5	1					3	9	1	4	1		6	1	18		31	1	7			3		10		21		
Militar		3	2	3					8	1	3	2						6	7	5							12		
Comércio	7	16		3	2		1		29	4	20	1				1		26	16	31	4		4		2		57		
Artesanato	2	3	4		6		5	1	21	3	4	3		5		1		16	3	11	1		21	4	11		51		
Agricultura e jornal dos escravos	1		1				5		7																				
Comércio e agricultura	1	1					2		4		1							1											
Profissional Liberal		2		1					3	2								2	1	3	1		1				6		
Magistratura e Emprego Civil	1	2	1	1					5	3	3							6	4	5	1						10		
Rentista		1					1		2	1	4							5	1	3							4		
Pobre e mendigo							1		1																				
Jornal dos escravos		9	2	1	9	1	13		35			1		2		2		5											
Não classificadas			1			2	2		5		1	1			2	3		7							1		1		
Atividades do Mar	1	3	1						5		8	1						9	1	7							8		
Serviços																													
Jornaleiro																													
Não Dita			1			1			2		1							1	1	2	2		4		7		16	2	
Total	28	57	16	10	21	4	36	6	178	33	63	18	0	18	5	36	0	173	53	110	17	0	39	5	46	0	270		
Total em %	15,7	32	9	5,7	11,8	2,2	20,2	3,4	100	19,1	36,4	10,4		10,4	2,9	20,8		100	19,6	40,7	6,3		14,4	1,6	17,4		100		

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1836										
	Branco									Cor não dita	
	Homens				Mulheres				total	H	M
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND			
Agricultura e pecuária	5	27	4		4	2	14		56		
Igreja	12								12		
Agência	4	10	2		14	2	16		48		
Militar	2	9							11		
Comércio	33	63	7		1		5		109	2(V)	
Artesanato	5	10			6		3		24		
Agricultura e jornal dos escravos	1	1							2		
Comércio e agricultura	1				1		2		4		
Profissional Liberal	4	2	2						8	1(V)	
Magistratura e Emprego Civil	2	11							13		
Rentista		1							1		
Pobre e mendigo											
Jornal dos escravos	1	3			9		10		23		
Não classificadas	3	3					1		7		
Atividades do Mar		4	1						5		
Serviços											
Jornaleiro											
Não Dita		2					2		4		3(V)
Total	73	146	16	0	35	4	53	0	327	3 (V)	3 (V)
Total em %	22,3	44,6	4,9		10,7	1,3	16,2		100		

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1817								
	Pardos									Pardos									Pardos								
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	1		1						2		2							2		5	1						6
Igreja																			1								1
Agência	1				1		2		4	1	1			9		2		13		2			5		2		9
Militar																											
Comércio	1	2		1	3		1		8		1							1		6			1		1		8
Artesanato	2	5	1		3		1		12	4	8	1		2		3		18	3	7	1		10	1	6		28
Agricultura e jornal dos escravos																											
Comércio e agricultura										1								1			1						1
Profissional Liberal		2							2												1						1
Magistratura e Emprego Civil																			1	1							2
Rentista			1						1			1						1									
Pobre e mendigo					1				1																		
Jornal dos escravos	1	1							2																		
Não classificadas											1			4		1		6									
Atividades do Mar		1							1		1							1									
Serviços											1							1									
Jornaleiro																											
Não Dita																			1	1			2				4
Total	6	11	3	1	8		4		33	6	15	2	0	15		6		44	6	22	4	0	18	1	9		60
Total em %	18,2	33,3	9,1	3,1	24,2		12,1		100	13,6	34,1	4,6		34,1		13,6		100	10	36,7	6,7		30	1,6	15		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1836								
	Pardos								
	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	1	3			1		1		6
Igreja									
Agência		1	1		12	2	6		22
Militar									
Comércio	2	6	1		1		1		11
Artesanato	4	14	2		1	1	2		24
Agricultura e jornal dos escravos									
Comércio e agicultura			1						1
Profissional Liberal	1								1
Magistratura e Emprego Civil		2							2
Rentista									
Pobre e mendigo									
Jornal dos escravos									
Não classificadas									
Atividades do Mar	1	1							2
Serviços					1				1
Jornaleiro									
Não Dita									
Total	9	27	5		16	3	10		70
Total em %	12,9	38,6	7,1		22,9	4,3	14,3		100

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1817								
	Negros									Negros									Negros								
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária																							1				1
Igreja																											
Agência										1				1		1		3	1				1				2
Militar																											
Comércio					1		1		2										1								1
Artesanato					1				1										1	1							2
Agricultura e jornal dos escravos																											
Comércio e agricultura																											
Profissional Liberal																											
Magistratura e Emprego Civil																											
Rentista																											
Pobre e mendigo																											
Jornal dos escravos																											
Não classificadas																											
Atividades do Mar		1							1		1							1									
Serviços																									1		1
Jornaleiro																			1								1
Não Dita																									1		1
Total		1			2		1		4	1	1			1		1		4	3	2			2		2		9
Total em %		25			50		25		100	25	25			25		25		100	33,4	22,2			22,2		22,2		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios com escravos por cor e ocupação - 1836								
	Negros								
	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária		1							1
Igreja									
Agência									
Militar									
Comércio									
Artesanato									
Agricultura e jornal dos escravos									
Comércio e agricultura									
Profissional Liberal									
Magistratura e Emprego Civil									
Rentista									
Pobre e mendigo									
Jornal dos escravos									
Não classificadas									
Atividades do Mar									
Serviços									
Jornaleiro									
Não Dita									
Total		1							1
Total em %		100							100

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

	Chefes de domicílios sem escravos por ocupação - 1775								
Ocupações	Homens				Mulheres				total
	S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária		25	4	2			1	5	37
Igreja					1				1
Agência		4	1	1	2		2	2	12
Militar		25		1					26
Comércio	3	4		2	3		1	11	24
Artesanato	2	10		2			1	12	27
Agricultura e jornal dos escravos									
Comércio e agricultura									
Profissional Liberal									
Magistratura e Emprego Civil	2	1							3
Rentista									
Pobre e mendigo		1			2		5	2	10
Jornal dos escravos									
Não classificadas		1	1				1	2	5
Atividades do Mar		23	1	5			3		32
Serviços								1	1
Jornaleiro									
Não Dita		2		1					3
Total	7	96	7	14	8		14	35	181

Fonte: AESP, maço de população de Santos, 1775.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1817								
	Branco									Branco									Branco								
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	2	13	2	1			1		19	2	5					1		8	1	25	3		1		7		37
Igreja	1								1									1									1
Agência		7		1	2				10	2	9					8		19	1	2	1		4	1	6		15
Militar		5	2	2					9		1							1	7	6	1						14
Comércio		2	2	1	2				7	2	1	1						4	8	3	1		2				14
Artesanato	1	7			5	1	4		18	1	4	1		2	1	1		10	2	6	1		18	6	11		44
Agricultura e jornal dos escravos																											
Comércio e agricultura																											
Profissional Liberal												1						1	1								1
Magistratura e Emprego Civil		3							3	1	4							5	2	1	1						4
Rentista																											
Pobre e mendigo						1	10		11			1				3		4			1				1		2
Jornal dos escravos																											
Não classificadas							2		2	1	1					2		4									
Atividades do Mar	2	17	2	1					22	4	17	4				2		27	4	15	3						22
Serviços																											
Jornaleiro																			2								2
Não Dita																							3		2		5
Total	6	54	8	6	9	2	17		102	13	42	8	0	2	1	17	0	83	27	60	12	0	28	7	27	0	161
Total em %	5,9	52,9	7,8	5,9	8,8	2	16,7		100	15,7	50,6	9,6		2,4	1,2	20,5		100	16,8	37,3	7,4		17,4	4,3	16,8		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1836										
	Branços									Cor não dita	
	Homens				Mulheres				total	H	M
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND			
Agricultura e pecuária	3	18	1		1	1	4		28	10 (C)	6 (S)
Igreja											
Agência	14	16	2		16		6		54	1 (S)	
Militar		2							2	1 (C)	
Comércio	38	18	2		2		3		63		
Artesanato	14	17	1		3		1		36	1 (S)	
Agricultura e jornal dos escravos											
Comércio e agricultura											
Profissional Liberal	1	2							3		
Magistratura e Emprego Civil	2	3							5		
Rentista											
Pobre e mendigo		1					1		2		
Jornal dos escravos											
Não classificadas	1					1			2		
Atividades do Mar		10	1						11	2 (S)	
Serviços											
Jornaleiro	1								1		
Não Dita		2			1		1		4		1 (V)
Total	74	89	7		23	2	16		211	15	7
Total em %	35,1	42,2	3,3		10,9	0,9	7,6		100		

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1817								
	Pardos									Pardos									Pardos								
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	1	10			3		1		15	1	18	1		2		2		24	1	29			1		8		39
Igreja																											
Agência		3	1		14		1		19	2	2	2		20	1	4		31	2	2	2		6	1			13
Militar																			3	1							4
Comércio	1				8				9						1			1	1	3			9	1	2		16
Artesanato	3	10		1	10	1	1		26	2	14			7	2	4		29	6	16	4		42	2	4		74
Agricultura e jornal dos escravos																											
Comércio e agricultura																											
Profissional Liberal				1					1											2							2
Magistratura e Emprego Civil		1	1						2											2							2
Rentista																											
Pobre e mendigo		1			5		2	1	9			1		2		1		4					1				1
Jornal dos escravos																											
Não classificadas					8	1			9		1			3		2		6									
Atividades do Mar	4	13	1						18	2	14	2			1			19	6	12	2						20
Serviços					7				7					2				2					1		3		4
Jornaleiro			1						1											1							1
Não Dita							1		1											3			6	1			10
Total	9	38	5	1	55	2	6	1	117	7	49	6		36	5	13		116	19	71	8		66	5	17		186
Total em %	7,7	32,5	4,3	0,9	47	1,7	5	0,9	100	6,1	42,2	5,2		31,0	4,3	11,2		100	10,2	38,2	4,3		35,5	2,7	9,1		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1836								
				Pardos					
	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária		10			1		1		12
Igreja									
Agência	13	11	3		53	3	4		87
Militar									
Comércio	4	2	2				1		9
Artesanato	13	21	1		6	2	4		47
Agricultura e jornal dos escravos									
Comércio e agricultura									
Profissional Liberal		1							1
Magistratura e Emprego Civil	2	2							4
Rentista									
Pobre e mendigo					4		1		5
Jornal dos escravos									
Não classificadas									
Atividades do Mar	3	4	1						8
Serviços		1					1		2
Jornaleiro		2	1						3
Não Dita		3			1		1		5
Total	35	57	8		65	5	13		183
Total em %	19,1	31,1	4,4		35,5	2,7	7,2		100

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1798									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1802									Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1817								
	Negros									Negros									Negros								
	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND		S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	1	1			2				4		1	1						2		3			2		2		7
Igreja																											
Agência					2				2			1		2				3		1			2	1	2		6
Militar																											
Comércio					3				3														1				1
Artesanato	1	1	1						3		1							1		4	1						5
Agricultura e jornal dos escravos																											
Comércio e agicultura																											
Profissional Liberal																											
Magistratura e Emprego Civil																											
Rentista																											
Pobre e mendigo		1			1		1		3																		
Jornal dos escravos																											
Não classificadas														1		3		4									
Atividades do Mar		1	1						2	1	2							3	1	4							5
Serviços	1				2		1		4					2				2		1			14	2	1		18
Jornaleiro	1								1										1								1
Não Dita							1		1														1				1
Total	4	4	2		10		3		23	1	4	2		5		3		15	2	13	1		20	3	5		44
Total em %	17,4	17,4	8,7		43,5		13		100	6,7	26,7	13,3		33,3		20		100	4,6	29,5	2,3		45,4	6,8	11,4		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1798, 1802 e 1817.

	Chefes de domicílios sem escravos por cor e ocupação - 1836								
	Negros								
	Homens				Mulheres				total
Ocupações	S	C	V	ND	S	C	V	ND	
Agricultura e pecuária	1	2					1		4
Igreja									
Agência	2	6			6			1	15
Militar									
Comércio	1								1
Artesanato	3	6							9
Agricultura e jornal dos escravos									
Comércio e agricultura									
Profissional Liberal									
Magistratura e Emprego Civil									
Rentista									
Pobre e mendigo									
Jornal dos escravos									
Não classificadas									
Atividades do Mar	1	1							2
Serviços					2				2
Jornaleiro		1							1
Não Dita									
Total	8	16			8		1	1	34
Total em %	23,6	47,2			23,6		2,8	2,8	100

Fonte: AESP, maço de população de Santos de 1836.

Divisão de proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1775								Divisão de proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1798								Divisão de proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1802							
Ocupações	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	2	5	19	19	22	11	78		4	8	6	7	4		29		4	12	14	14	6		50
Igreja			1		1		2	1	1	2	7	3	1		15		1	1	2	4	2		10
Agência		1	2	2	3	1	9		1	3	1	6	2		13	1	7	11	11	11	6		47
Militar	4	1	2	3	2		12		1		3		4		8			1	2	2	1		6
Comércio	2	5	12	9	7	1	36	3	13	14	5	3	1		39	3	14	5	4		1		27
Artesanato	3	14	9	7	2	4	39	3	12	10	3	3	3		34	4	7	10	2	7	4		34
Agricultura e jornal dos escravos				1			1		1	1	1	2	2		7								
Comércio e agricultura		1	1		2	1	5			1	2	1			4			1	1				2
Profissional Liberal		3		1		1	5		2		1	2			5			2					2
Magistratura e Emprego Civil	1	2	1	1			5		1	1		3			5	1	4			1			6
Rentista				2			2	1			1	1			3			3	1	2			6
Pobre e mendigo		1	1		1		3						2		2								
Jornal dos escravos		2	1	1	1	3	8	1	2	9	12	7	6		37		1		1	1	2		5
Não classificadas					1	1	2		2				3		5		1	4	3	4	1		13
Atividades do Mar		3		1	3		7			4		2	1		7	1		2	5	2	1		11
Serviços				1			1										1						1
Jornaleiro				2	1		3																
Não Dita			1				1					1		1	2	1							1
Total	12	38	50	50	46	23	219	9	40	53	42	41	29	1	215	11	40	52	46	48	24	0	221
%	5,6	17,3	22,8	22,8	21	10,5	100	4,2	18,6	24,7	19,5	19,1	13,5	0,4	100	5	18,1	23,5	20,8	21,7	10,9		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

Divisão de proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1817									Divisão de proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1836							
Ocupações	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	3	7	14	30	18	10		82	3	3	14	24	12	7		63
Igreja		4	3	2		1		10		1	3	4	3	1		12
Agência	3	6	6	5	9	3		32	8	20	13	12	10	7		70
Militar	2	2		6	2			12		1	3	4	3			11
Comércio	7	21	23	11	2	2		66	15	38	38	21	8	2		122
Artesanato	15	22	25	10	6	3		81	3	11	11	10	10	3		48
Agricultura e jornal dos escravos												1		1		2
Comércio e agricultura				1				1		1		2		2		5
Profissional Liberal		1	3	1		2		7	1	4	2	2		1		10
Magistratura e Emprego Civil	2	3	5		2			12	2		7	5		1		15
Rentista		1	2		1			4				1				1
Pobre e mendigo																
Jornal dos escravos										5	8	6	2	2		23
Não classificadas				1				1	1	2	2		1	1		7
Atividades do Mar		2	3	1	2			8	1	2	2	2				7
Serviços				1				1				1				1
Jornaleiro				1				1								
Não Dita		2	5	6	8		2	23	1		3		1		2	7
Total	32	71	89	76	50	21	2	341	35	88	106	95	50	28	2	404
%	9,4	20,8	26,1	22,3	14,7	6,1	0,6	100	8,7	21,8	26,2	23,5	12,4	6,9	0,5	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

Ocupações	Divisão de não proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1775								Divisão de não proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1798								Divisão de não proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1802							
	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	1	6	5	12	9	4		37	2	9	15	5	2	5		38	1	8	12	7	3	3		34
Igreja				1				1			1					1								
Agência	3	3	3	2		1		12	4	7	7	7	6			31	3	12	7	16	12	3		53
Militar	7	10	5	2	2			26	1	1	4	2		1		9				1				1
Comércio	6	4	6	4	3		1	24	4	2	4	5	4			19	2	1		2				5
Artesanato	12	3	9	1	2			27	2	13	12	13	6	1		47	4	8	15	8	3	2		40
Agricultura e jornal dos escravos																								
Comércio e agricultura																								
Profissional Liberal												1				1					1			1
Magistratura e Emprego Civil			3					3		1	1	1	2			5	2		2	1				5
Rentista																								
Pobre e mendigo		1	4		2	3		10		2	1	1	9	10		23		1		2	2	3		8
Jornal dos escravos																								
Não classificadas				1	4			5		2	1	6	2			11		2	1	3	6	2		14
Atividades do Mar	2	5	10	7	6	2		32	3	5	12	12	7	3		42	3	11	18	7	8	2		49
Serviços				1				1	3	2	2	3	1			11		1	1	1	1			4
Jornaleiro															2	2								
Não Dita							3	3				2				2								
Total	31	32	45	31	28	10	4	181	19	44	60	58	39	20	2	242	15	44	56	48	36	15	0	214
%	17,1	17,7	24,9	17,1	15,5	5,5	2,2	100	7,9	18,2	24,8	23,9	16,1	8,3	0,8	100	7	20,6	26,2	22,4	16,8	7		100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

	Divisão de não proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1817								Divisão de não proprietários por ocupações e faixas de idade em Santos - 1836							
Ocupações	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total	até 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	4	14	28	21	9	7		83	9	10	14	9	9	8	1	60
Igreja			1					1								
Agência	3	10	5	9	3	4		34	45	32	35	21	13	10	1	157
Militar	2	6	7	3				18	1		1		1			3
Comércio	7	11	7	3	1	2		31	31	16	11	9	5		1	73
Artesanato	43	47	13	11	7	2		123	23	29	12	17	11	1		93
Agricultura e jornal dos escravos																
Comércio e agricultura																
Profissional Liberal	1		1	1				3	2	1			1			4
Magistratura e Emprego Civil		1	3		1	1		6	4	2	2	1				9
Rentista																
Pobre e mendigo						3		3		3	1	1	2			7
Jornal dos escravos																
Não classificadas													1	1		2
Atividades do Mar	4	9	11	13	8	2		47	3	4	9	2	4	1		23
Serviços	2	7	10	3				22			3	1				4
Jornaleiro	2		1		1			4	1	1	1		1	1		5
Não Dita	5	4	3	1	3			16	2		2	3	1	2		10
Total	73	109	90	65	33	21		391	121	98	91	64	49	24	3	450
%	18,7	27,9	23	16,6	8,4	5,4		100	26,9	21,8	20,2	14,2	10,9	5,3	0,7	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

	Divisão de proprietários por ocupações e local de naturalidade em Santos - 1802						Divisão de proprietários por ocupações e local de naturalidade em Santos - 1836					
Ocupações	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	3	36	11			50	35	21	4	2	1	63
Igreja	1	7			2	10	4	6	2			12
Agência	5	41	1			47	25	35	5		5	70
Militar	1	3	2			6	9	1	1			11
Comércio	2	5	20			27	34	17	63	7	1	122
Artesanato	1	31	2			34	17	24	2	4	1	48
Agricultura e jornal dos escravos							1	1				2
Comércio e agricultura		1	1			2	2	3				5
Profissional Liberal			2			2	4	2	3		1	10
Magistratura e Emprego Civil	2	2	2			6	10	3	2			15
Rentista	1	1	4			6		1				1
Pobre e mendigo												
Jornal dos escravos	1	4				5	8	11	3	1		23
Não classificadas	1	11	1			13	1	1	3	2		7
Atividades do Mar	3	5	3			11	2	4	1			7
Serviços		1				1	1					1
Jornaleiro												
Não Dita			1			1	2	1	2		2	7
Total	21	148	50		2	221	155	131	91	16	11	404
%	9,5	67	22,6		0,9	100	38,4	32,4	22,5	4	2,7	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1802 e 1836.

	Divisão de não proprietários por ocupações e naturalidade em Santos - 1802						Divisão de não proprietários por ocupações e naturalidade em Santos - 1836					
Ocupações	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total	Brasileiro	Santos	Portugal	Estrangeiro	Indeter.	Total
Agricultura e pecuária	14	20				34	56	1	1	2		60
Igreja												
Agência	8	36	5	1	3	53	103	40	4	9	1	157
Militar		1				1	3					3
Comércio	1	1	3			5	26	7	33	6	1	73
Artesanato	3	36		1		40	46	30	11	6		93
Agricultura e jornal dos escravos												
Comércio e agricultura												
Profissional Liberal	1					1	2	2				4
Magistratura e Emprego Civil	1	2	2			5	4	4	1			9
Rentista												
Pobre e mendigo		7	1			8	7					7
Jornal dos escravos												
Não classificadas	3	11				14	1	1				2
Atividades do Mar	8	39		1	1	49	16	5	1	1		23
Serviços	1	3				4	1	1		2		4
Jornaleiro							3		1	1		5
Não Dita							8	1	1			10
Total	40	156	11	3	4	214	276	92	53	27	2	450
%	18,7	72,9	5,1	1,4	1,9	100	61,3	20,4	11,8	6	0,5	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1802 e 1836.

Divisão de proprietários por locais de naturalidade em Santos - 1802		
Locais	Brasileiro	Portugal
São Paulo	5	
Rio de Janeiro	3	
São Sebastião	4	
Mogi	1	
Minas	1	
Ubatuba	2	
Paranapanema	1	
São Vicente	1	
Conceição	2	
Parati	1	
Lisboa		14
Porto		9
Braga		3
Guimarães		5
Freguezias portuguesas diversas		19
Totais	21	50

Fonte: AESP, maços de população de Santos de 1802.

Divisão de não proprietários por locais de naturalidade em Santos - 1802			
Locais	Brasileiro	Portugal	Estrangeiro
Vila Rica de Minas	1		
São Paulo	4		
Rio de Janeiro	2		
São Sebastião	10		
Iguape	3		
Minas	2		
Ubatuba	1		
Laguna	1		
São Vicente			
Conceição	4		
Parati	2		
Crioulo	3		
Guaratinguetá	1		
Itú	1		
Parnagoa	3		
Ilha Grande	2		
Lisboa		4	
Porto		1	
Freguezias portuguesas diversas		6	
Congo			1
Benguela			1
Ganguela			1
Totais	40	11	3

Fonte: AESP, maços de população de Santos de 1802.

Divisão de proprietários por locais de naturalidade em Santos - 1836			
Locais	Brasileiro	Portugal	Estrangeiro
Minas Gerais	4		
São Sebastião	8		
São Paulo	15		
São Carlos	1		
Itú	2		
São Francisco	1		
Bahia	2		
São Vicente	1		
Iguape	3		
Conceição	2		
Pernambuco	1		
São Miguel	1		
Jundiá	1		
Rio de Janeiro	4		
Santa Catarina	1		
Sem discriminar	108		
Porto		33	
Lisboa		10	
Localidades portuguesas diversas		2	
Sem discriminar		46	
Suécia			1
Alemanha			4
França			3
Genova			1
Dinamarca			1
Nação			1
Sem discriminar			5
Totais	155	91	16

Fonte: AESP, maços de população de Santos de 1836.

Divisão de não proprietários por locais de naturalidade em Santos - 1836			
Locais	Brasileiro	Portugal	Estrangeiro
Rio de Janeiro	4		
Conceição	4		
São Vicente	6		
Minas	8		
São Sebastião	5		
Parnagoa	7		
Iguape	9		
São Paulo	12		
Crioulo	5		
Atibaia	1		
Santa Catarina	1		
São Francisco	2		
Taubaté	1		
Guaratuba	7		
Bahia	2		
Morrete	4		
Itapecerica	1		
Bragança	1		
Santo Amaro	1		
Mogi	1		
Vila do Conde	1		
Ubatuba	1		
Cananea	2		
Vila Rica	1		
Sem discriminar	189		
Porto		13	
Lisboa		7	
Localidades portuguesas diversas		5	
Sem discriminar		28	
França			5
Alemanha			1
Da Costa			5
Espanha			2
Monjolo			1
Nação			1
Africano			7
Paris			1
Inglês			1
Sem discriminar			3
Totais	276	53	27

Fonte: AESP, maços de população de Santos de 1836.

	Faixa de escravos possuídos por domicílios - 1775													Faixa de escravos possuídos por domicílios - 1798														Faixa de escravos possuídos por domicílios - 1802															
	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total		1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total		1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total		
Ocupações	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%			
Agricultura e pecuária	14	17,9	20	25,6	23	29,5	17	21,8	4	5,2			78	100	9	31	4	13,8	8	27,6	4	13,8	4	13,8			29	100	5	10	9	18	16	32	13	26	5	10	2	4	50	100	
Igreja	1	50			1	50							2	100	3	20	5	33,3	4	26,6	1	6,7	1	6,7	1	6,7	15	100	4	40	4	40			1	10	1	10	100	100			
Agência	5	55,6	1	11,1	1	11,1	2	22,2					9	100	10	76,9	3	23,1								13	100	28	59,6	14	29,8	4	8,5	1	2,1					47	100		
Militar	8	66,7	3	25	1	8,3							12	100	1	12,5	3	37,5	3	37,5	1	12,5				8	100	3	50	2	33,3			1	16,7					6	100		
Comércio	23	63,9	9	25	1	2,8							36	100	10	25,6	16	41	8	20,5	3	7,7	1	2,6	1	2,6	39	100	7	25,9	8	29,6	9	33,4	2	7,4		1	3,7	27	100		
Artesanato	26	66,7	8	20,5	5	12,8							39	100	28	82,3	6	17,7								34	100	24	70,6	5	14,7	4	11,8	1	2,9					34	100		
Agricultura e jornal dos escravos							1	100					1	100					3	42,9	4	57,1				7	100														100	100	
Comércio e agricultura			1	20	3	60	1	20					5	100					1	25			2	50	1	25	4	100							1	50	1	50	2	100	100		
Profissional Liberal	2	40	1	20	2	40							5	100	3	60	1	20			1	20				5	100	1	50	1	50									2	100	100	
Magistratura e Emprego Civil	1	20	2	40	1	20	1	20					5	100	1	20	3	60	1	20						5	100	1	16,7	4	66,6	1	16,7								6	100	
Rentista	1	50			1	50							2	100	1	33,3								2	66,7	3	100	2	33,2	1	16,7	1	16,7	1	16,7		1	16,7	6	100	100		
Pobre e mendigo	1	33,3	1	33,3	1	33,3							3	99,9	2	100										2	100														99,9	100	
Jornal dos escravos	2	25	1	12,5	5	62,5							8	100	6	16,2	11	29,7	14	37,9			6	16,2		37	100			1	20	2	40	2	40					5	100		
Não classificadas			2	100									2	100	1	20	3	60	1	20						5	100	6	46,1	6	46,1	1	7,8							13	100		
Atividades do Mar	6	85,7	1	14,3									7	100	5	71,4	2	28,6								7	100	8	72,7	3	27,3										11	100	
Serviços	1	100											1	100														1	100													1	100
Jornaleiro			2	66,7			1	33,3					3	100					1	50			1	50			2	100	1	100											1	100	
Não Dita			1	100									1	100													2	100	1	100												1	100
Total	91	41,5	53	24,2	45	20,5	26	11,9	4	1,9			219	100	80	37,2	57	26,5	44	20,5	20	9,3	9	4,2	5	2,3	215	100	91	41,2	58	26,2	38	17,2	22	10	6	2,7	6	2,7	221	100	

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

	Faixa de escravos possuídos por domicílios - 1817														Faixa de escravos possuídos por domicílios - 1836													
	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total		1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total	
Ocupações	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%	Nº de dom.	%
Agricultura e pecuária	24	29,3	16	19,5	21	25,6	9	11	7	8,5	5	6,1	82	100	10	15,9	8	12,7	28	44,4	13	20,6	3	4,8	1	1,6	63	100
Igreja	2	20	2	20	4	40			1	10	1	10	10	100	3	25	1	8,3	4	33,4	3	25	1	8,3			12	100
Agência	20	62,5	8	25	4	12,5							32	100	43	61,4	17	24,3	9	12,9	1	1,4					70	100
Militar	8	66,7	4	33,3									12	100	6	54,5	3	27,3	1	9,1	1	9,1					11	100
Comércio	24	36,4	25	37,9	10	15,1	5	7,6	2	3			66	100	42	34,4	30	24,6	22	18	18	14,8	10	8,2			122	100
Artesanato	45	55,6	24	29,6	11	13,6	1	1,2					81	100	32	66,7	12	25	4	8,3							48	100
Agricultura e jornal dos escravos													100								2	100					2	100
Comércio e agricultura											1	100	1	100	1	20	1	20			2	40			1	20	5	100
Profissional Liberal	3	42,8	1	14,3			2	28,6	1	14,3			7	100	5	50	5	50									10	100
Magistratura e Emprego Civil	5	41,7	5	41,7	2	16,6							12	100	3	20	8	53,3	1	6,7	3	20					15	100
Rentista			1	25			1	25	2	50			4	100					1	100							1	100
Pobre e mendigo																												
Jornal dos escravos															2	8,7	8	34,8	7	30,4	5	21,7			1	4,4	23	100
Não classificadas			1	100									1	100	3	42,8	2	28,6	1	14,3			1	14,3			7	100
Atividades do Mar	5	62,5	3	37,5									8	100	5	71,4	2	28,6									7	100
Serviços	1	100											1	100	1	100											1	100
Jornaleiro	1	100											1	100														100
Não Dita	8	34,8	2	8,7	5	21,7	5	21,7	2	8,7	1	4,4	23	100	3	42,8	2	28,6			2	28,6					7	100
Total	146	42,8	92	27	57	16,7	23	6,7	15	4,5	8	2,3	341	100	159	39,4	99	24,5	78	19,3	50	12,4	15	3,7	3	0,7	404	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

	Quantidade de escravos possuídos por faixa e ocupação - 1775												Quantidade de escravos possuídos por faixa e ocupação - 1798												Quantidade de escravos possuídos por faixa e ocupação - 1802																		
	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total				
Ocupações	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Nº de dom.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%					
Agricultura e pecuária	19	3	76	11,9	172	26,8	262	40,8	112	17,5			641	100	12	4,5	16	5,9	63	23,4	60	22,3	118	43,9			269	100	8	1,3	33	5,7	127	21,8	190	32,6	142	24,4	83	14,2	583	100	
Igreja	1	12,5			7	87,5							8	100	4	2,8	18	12,8	30	21,3	17	12	22	15,6	50	35,5	141	100	6	7,3	14	17,1		13	15,8			49	59,8	82	100		
Agência	7	15,6	3	6,7	9	20	26	57,7					45	100	15	57,7	11	42,3									26	100	44	29,9	57	38,8	34	23,1	12	8,2					147	100	
Militar	9	34,6	11	42,3	6	23,1							26	100	2	4,3	12	26,1	20	43,5	12	26,1					46	100	5	15,6	8	25			19	59,4					32	100	
Comércio	30	27,3	34	30,9	7	6,4	39	35,4					110	100	11	4,6	63	26,1	53	22	36	14,9	28	11,7	50	20,7	241	100	10	5,7	26	14,8	64	36,4	23	13,1			53	30,1	176	100	
Artesanato	35	35,7	28	28,6	35	35,7							98	100	41	64,1	23	35,9									64	100	33	35,5	16	17,2	32	34,4	12	12,9					93	100	
Agricultura e jornal dos escravos							12	100					12	100				24	32,4	50	67,6					74	100														100		
Comércio e agricultura			5	11,9	22	52,4	15	35,7					42	100				6	6			49	48,5	46	45,5	101	100									24	28,9	59	71,1	83	100		
Profissional Liberal	2	9,1	4	18,2	16	72,7							22	100	4	19	4	19			13	62					21	100	2	40	3	60									5	100	
Magistratura e Emprego Civil	1	3,5	7	24,1	9	31	12	41,4					29	100	2	8	13	52	10	40						25	100	1	4	17	68	7	28								25	100	
Rentista	1	10			9	90							10	100	1	0,7									141	99,3	142	100	2	2,1	3	3,1	10	10,4	12	12,5			69	71,9	96	100	
Pobre e mendigo	1	8,3	5	41,7	6	50							12	99,9	2	100											2	100														99,9	
Jornal dos escravos	3	7,3	5	12,2	33	80,5							41	100	12	5,1	41	17,2	101	42,4	84	35,3				238	100				5	10,3	16	32,6	28	57,1					49	100	
Não classificadas			7	100									7	100	2	8,7	11	47,8	10	43,5							23	100	7	19,4	22	61,2	7	19,4								36	100
Atividades do Mar	9	69,2	4	30,8									13	100	7	50	7	50									14	100	11	55	9	45									20	100	
Serviços	1	100											1	100															1	100												1	100
Jornaleiro			9	36			16	64					25	100																													
Não Dita			3	100									3	100				7	21,9			25	78,1				32	100	1	100												1	100
Total	119	10,4	201	17,5	331	28,9	382	33,4	112	9,8			1145	100	115	7,9	219	15	324	22,2	272	18,6	242	16,6	287	19,7	1459	100	131	9,2	213	14,9	297	20,8	309	21,6	166	11,6	313	21,9	1429	100	

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

	Quantidade de escravos possuídos por faixa e ocupação - 1817														Quantidade de escravos possuídos por faixa e ocupação - 1836													
	1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total		1 a 2		3 a 5		6 a 10		11 a 20		21 a 40		41 ou +		Total	
Ocupações	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%	Qnt. de esc.	%
Agricultura e pecuária	35	4	63	7,3	156	18	140	16,1	171	19,8	302	34,8	867	100	15	2,4	36	5,7	220	34,8	206	32,6	95	15	60	9,5	632	100
Igreja	4	3,5	7	6,2	31	27,4			30	26,6	41	36,3	113	100	5	4,6	5	4,6	27	24,8	42	38,5	30	27,5			109	100
Agência	23	27,7	32	38,5	28	33,8							83	100	63	31	66	32,5	63	31	11	5,4					203	100
Militar	10	43,5	13	56,5									23	100	8	18,6	10	23,3	6	13,9	19	44,2					43	100
Comércio	31	9,8	91	28,8	85	26,9	67	21,2	42	13,3			316	100	63	7,3	116	13,7	172	20,3	252	29,7	246	29			849	100
Artesanato	61	24,4	91	36,4	87	34,8	11	4,4					250	100	47	38,8	42	34,7	32	26,5							121	100
Agricultura e jornal dos escravos													100								35	100					35	100
Comércio e agicultura											49	100	49	100	2	2,6	3	3,9			29	37,7			43	55,8	77	100
Profissional Liberal	5	9,1	3	5,4			26	47,3	21	38,2			55	100	8	32	17	68									25	100
Magistratura e Emprego Civil	6	15	19	47,5	15	37,5							40	100	4	4,6	30	34,9	8	9,3	44	51,2					86	100
Rentista			4	5,5			14	19,2	55	75,3			73	100					6	100							6	100
Pobre e mendigo																												
Jornal dos escravos															3	1,5	35	17,6	53	26,6	62	31,2			46	23,1	199	100
Não classificadas			5	100									5	100	4	8,5	9	19,1	9	19,1			25	53,3			47	100
Atividades do Mar	8	42,1	11	57,9									19	100	6	46,2	7	53,8									13	100
Serviços	1	100											1	100	2	100											2	100
Jornaleiro	1	100											1	100														100
Não Dita	12	4,9	8	3,3	39	15,9	73	29,8	66	26,9	47	19,2	245	100	5	11,9	7	16,7			30	71,4					42	100
Total	197	9,2	347	16,2	441	20,6	331	15,5	385	18	439	20,5	2140	100	235	9,5	383	15,4	596	23,9	730	29,3	396	15,9	149	6	2489	100

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

				Média de escravos possuídos em Santos					
		1775			1798			1802	
Ocupações	Quantidade de escravos	Domicílos escravistas	Média	Quantidade de escravos	Domicílos escravistas	Média	Quantidade de escravos	Domicílos escravistas	Média
Agricultura e pecuária	641	78	8,2	269	29	9,3	583	50	11,7
Igreja	8	2	4	141	15	9,4	82	10	8,2
Agência	45	9	5	26	13	2	147	47	3,1
Militar	26	12	2,2	46	8	5,7	32	6	5,3
Comércio	110	36	3,1	241	39	6,2	176	27	6,5
Artesanato	98	39	2,5	64	34	1,9	93	34	2,7
Agricultura e jornal dos escravos	12	1	12	74	7	10,6			
Comércio e agricultura	42	5	8,4	101	4	25,3	83	2	41,5
Profissional Liberal	22	5	4,4	21	5	4,2	5	2	2,5
Magistratura e Emprego Civil	29	5	5,8	25	5	5	25	6	4,2
Rentista	10	2	5	142	3	47,3	96	6	16
Pobre e mendigo	12	3	4	2	2	1			
Jornal dos escravos	41	8	5,1	238	37	6,4	49	5	9,8
Não classificadas	7	2	3,5	23	5	4,6	36	13	2,8
Atividades do Mar	13	7	1,9	14	7	2	20	11	1,8
Serviços	1	1	1				1	1	1
Jornaleiro	25	3	8,3						
Não Dita	3	1	3	32	2	16	1	1	1
Total	1145	219	5,2	1459	215	6,8	1429	221	6,5

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1775, 1798 e 1802.

		Média de escravos possuídos em Santos				
		1802			1836	
Ocupações	Quantidade de escravos	Domicílios escravistas	Média	Quantidade de escravos	Domicílios escravistas	Média
Agricultura e pecuária	867	82	10,6	632	63	10
Igreja	113	10	11,3	109	12	9,1
Agência	83	32	2,6	203	70	2,9
Militar	23	12	1,9	43	11	3,9
Comércio	316	66	4,8	849	122	7
Artesanato	250	81	3,1	121	48	2,5
Agricultura e jornal dos escravos				35	2	17,5
Comércio e agricultura	49	1	49	77	5	15,4
Profissional Liberal	55	7	7,9	25	10	2,5
Magistratura e Emprego Civil	40	12	3,3	86	15	5,7
Rentista	73	4	18,3	6	1	6
Pobre e mendigo						
Jornal dos escravos				199	23	8,6
Não classificadas	5	1	5	47	7	6,7
Atividades do Mar	19	8	2,4	13	7	1,9
Serviços	1	1	1	2	1	2
Jornaleiro	1	1	1			
Não Dita	245	23	10,6	42	7	6
Total	2140	341	6,3	2489	404	6,2

Fonte: AESP, maços de população de Santos, 1817 e 1836.

Fontes

1 – Documentos manuscritos:

- Maços de população dos anos de 1775, 1798, 1802, 1817 e 1836 e seus respectivos mapas de população, produção e ofícios, referentes a Santos, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.
- Avisos Régios de 1817, para Santos, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.
- Mapas e estatísticas de população e comércio da vila de Santos dos anos de 1776 a 1836, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.
- Mapas de embarcações de Santos, 1799, 1808 e 1821, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.

2 – Documentos publicados:

- A Tribuna: Primórdios da cidade hoje centenária. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0316a.htm>, acesso em 10/10/2010.
- Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (Coleção), São Paulo, volumes II, III e IV, anos 1942-1943.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. s.n.t. Versão on-line. Volume 1. Disponível em: <http://buratto.org/paulistana>. Acesso em 04/01/2011.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, tomo I.
- MULLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciaes de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837**. Reedição literal. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1923.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **Ensaio da História Econômica e Financeira: Um Capitão General Estatista**. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XV, São Paulo, 1961.

3 – Documentos transcritos:

- Coleção Costa e Silva, existente na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

4 – Memórias:

- AGUIAR, Francisco Xavier da Costa. **Memória que mostra a origem da vila de Santos e seu estado presente**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Vol. XI, pp.386-389, 1906.

- BEYER, Gustavo. **Viagem a São Paulo no Verão de 1813**. Tradução de Alberto Loefgren. Segunda edição, com prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos. Notícia bibliográfica e histórica. Campinas, Instituto de Ciências Humanas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano XXIV, nº145, janeiro/março de 1992.
- D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, Biblioteca Paulista, volume 8, edição on-line, disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/dalincourt.html>, acesso em 11/10/2010, sem indicação de página.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Tradução de Selenia Benevides Viana. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo.
- MENDONÇA, Antônio Manoel de Mello Castro e. **Memória Econômico Política da Capitania de São Paulo**. São Paulo: Separata do volume XV dos Anais do Museu Paulista, primeira parte, 1961.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Wilma Therezinha de. **O discurso do Progresso: a evolução urbana de Santos 1870-1930**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o pôrto do café**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/Instituto brasileiro de Geografia, 1969.

ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de. **O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)**. IN: TENGARRINHA, José. História de Portugal. 2. ed., rev. e amp. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **A escravidão miúda em São Paulo colonial**. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Agricultura, escravidão e economia de abastecimento em São Luiz do Paraitinga, Brasil, 1776-1828**. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Población y Sociedad en América Latina (SEPOSAL 2010), Salta, Argentina, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico**. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: volume 14 – nº1 – jan-jun de 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000, v. 1.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana, 13).

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BASSANEZI, Maria Silvia C. B. e SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Quarenta anos de Demografia Histórica**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em

Caxambú-MG-Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_289.pdf.

BELLOTTI, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.

BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana**. Ver. bras. Hist. [online]. 1998, vol 18, no 36, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200012&script=sci_arttext, acesso em 02/03/09.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **A “colônia” alemã de Santos e a construção do “perigo alemão”: da formação ao expurgo (1822-1943)**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1996.

CANABRAVA, Alice Piffer. **A repartição da Terra na Capitania de São Paulo, 1818**. São Paulo: *Estudos Econômicos*, IPE/USP, volume 2, número 6, dez. 1972.

CARLO, Ricardo Felipe Di. **Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1798-1817**. Fapesp: relatório final de iniciação científica, jun.2007.

CHAUNU, Pierre, **Historie, science sociale**. Paris, Sedes, 1974, p. 353. Apud: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. **Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações**. *Boletim de História Demográfica*, Ano I, Número 1 – Abril de 1994.

DANIELI, Maria I. B. C. **Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, século XVIII e XIX**. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos/Editora da universidade de São Paulo, 1969.

ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial, 1631-1801**.

Boletim Nº197, História da Civilização brasileira, Nº14. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1955.

FALCON, Francisco Calazans. **Pombal e o Brasil**. In: Tengarrinha, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed., rev. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

FERNANDES, Guilherme V. **Tributação e escravidão: o imposto da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850)**. Informes de pesquisa. Almanack braziliense nº2, novembro de 2005.

FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **A Consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso**. Estudos Econômicos. São Paulo, 19(3), 1989.

FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. **Transformações econômicas no Litoral Norte Paulista (1778-1836)**. Tese de doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1992.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro. c. 1790 - c. 1840**. 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 47 ed. 2v. São Paulo: Global, 2003.

GUEDES, Roberto. **De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)**. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Jucá de (org). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HENRY, Louis. **Temas de pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica do Brasil**. *Revista de História*. São Paulo, v. 53, nº105, jan/mar 1976.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **Uma cidade na transição Santos: 1870-1912**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus**. In: Nanci Leonzo. (Org.). Publicação Integral da Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu Paulista/USP, Coleção do Museu Paulista, Série de História, volume 6, 1977.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. **A estrada e o Desenvolvimento Econômico: a Estrada São Paulo-Santos**. Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História – Tema: O Homem e a Técnica, São Paulo, Vol.II, ANPUH, 1979.

LUNA, Francisco Vidal. **Características Demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)**. São Paulo: Estudos Econômicos, 22(3): 443-483, set/dez, 1982;

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. **Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX**. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades – (1777-1829)**. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: Terra e população: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARIUTTI, E, NOGUERÓL, L.P.F. e DANIELI NETO, Mário. **Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Frago e Manolo Florentino**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 31, n.2, pp. 369-393, abril-junho 2001.

MEDICCI, Ana Paula. **Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar: a Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** *Revista de História*, 154 (1º - 2006).

MENDES, Denise. **A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista.** Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

MENZ, Maximiliano M. **Entre dois impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822).** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 2006.

MENZ, Maximiliano M. **Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822).** São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhias das Letras, 1994.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829).** São Paulo: FAPESP e Annablume, 1999.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.

NOZOE, Nelson H. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo.** Tese de livre-docência. São Paulo: FEA/USP, 2008.

NOZOE, Nelson H. e COSTA, Iraci del Nero da. **Achegas para a qualificação das listas nominativas.** *Estudos Econômicos*. São Paulo, maio/agosto 1991, vol. 21, nº2, pp. 271-284.

NOZOE, Nelson Hideiki. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia.** In: XXXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2005, Natal. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte: ANPEC, 2005, disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>, acesso em 04/12/2010.

PERALTA, Inez Garbuio. **O caminho do mar: subsídios para a história de Cubatão.** Cubatão: Prefeitura Municipal, 1973.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851.** São Paulo: Difel, 1968.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O barão de Iguape: um empresário da época da Independência.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **Um comerciante do Ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829).** São Paulo: Revista de História, números 73, 76 e 79, 1968-1969.

PIMENTA, João Paulo G. e SLEMIAN, Andréa. **A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 9ª reimpressão da 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROMESSA, João Luiz. **Reminiscências de Santos, 1543-1870**. Versão digital, disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300w01.htm#fim>, acesso em 06/12/2010.

PUNTSCHART, William. **Negócios e negociantes paulistas 1808-1822**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1998.

READ, Ian W. O. **Unequally bound: the conditions of slave life and treatment in Santos country, Brasil, 1822-1888**. Stanford University, 2006 (PhD Diss).

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX**. In: *História São Paulo*, Editora UNESP, v12, 1993.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII**. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: 1993.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

SCHWARTZ, Stuart, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUCS, 2001;

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Defesa do porto de Santos**. Disponível em: http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1268422277178_defesa_porto_de_santos.pdf, acesso em 06/12/2010.

SERRATH, Pablo Oller Mont. **Dilemas e conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

SILVA, Antonio de Moraes, e BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrecentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, volume 2, pp. 212-213, Versão digital disponível em: http://books.google.com.br/books?id=4FkSAAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=Antonio+de+Moraes+Silva&hl=pt-BR&ei=UIQyTO-DHYL_8Ab_p9mzAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false, acesso em 5 de julho de 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Estilo de vida de um comerciante**. In: *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: editora UNESP, 2009.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj – 7 letras, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830**. Campinas: ABEP, Revista Brasileira de Estudos da População, 19(1): 75-93, jan/jun de 2002.

VALENTIM, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

WEECH, Friederich Von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WISSENBAACH, Maria Cristina C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. Segunda Edição. São Paulo: Hucitec, 2009.